

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CLÁUDIA ROSANE PARRELA

**A LEGIÃO DA BOA VONTADE COMO
ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR:
INTERVENÇÃO E AÇÃO SOCIOEDUCATIVA NO
MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MINAS GERAIS**

**UBERLÂNDIA
2015**

CLÁUDIA ROSANE PARRELA

**A LEGIÃO DA BOA VONTADE COMO ORGANIZAÇÃO DO
TERCEIRO SETOR: INTERVENÇÃO E AÇÃO SOCIOEDUCATIVA
NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Sociedade e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Robson Luiz de França.

**UBERLÂNDIA
2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

P259 Parrela, Cláudia Rosane, 1967 -
I A Legião da Boa Vontade como organização do terceiro setor:
2015 intervenção e ação socioeducativa no município de Montes Claros
- Minas Gerais / Cláudia Rosane Parrela. - 2015.
200 f. : il.

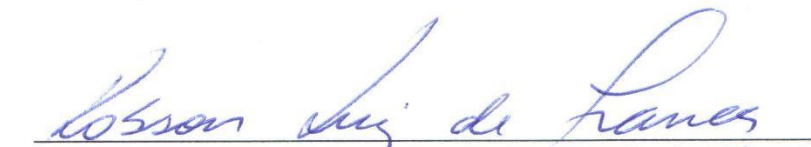
Orientador(a): Robson Luiz de França.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.

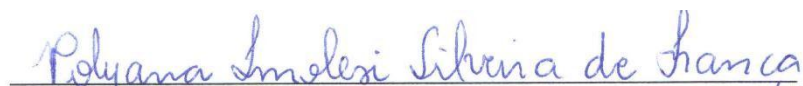
1. Educação - Teses. 2. Terceiro setor - Teses. 3. Legião da
Boa Vontade - Teses. 4. Trabalho - Teses. 5. Cidadania - Teses. I.
França, Robson Luiz de. II. Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.


CDU: 37

**A LEGIÃO DA BOA VONTADE COMO ORGANIZAÇÃO DO
TERCEIRO SETOR: INTERVENÇÃO E AÇÃO SOCIOEDUCATIVA
NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MINAS GERAIS**

Dissertação aprovada para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia (MG) pela banca examinadora formada por:


Prof. Dr. Robson Luiz de França
Universidade Federal de Uberlândia – UFU


Profa. Dra. Polyana Imolesi Silveira de França
Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação - ESAMC


Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Uberlândia, 17 de dezembro de 2015.

Dedico esse trabalho aos meus pais, ao meu marido, às minhas filhas, irmãos e amigos, grandes incentivadores com os quais compartilho essa conquista e realização.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus que consentiu que os caminhos percorridos fossem abrandados pelo convívio com pessoas da mais alta distinção e que deram sentido e significado aos conceitos de confiança, respeito, sabedoria, aprendizado e tantos outros concernentes à atuação Divina em minha vida.

A dissertação que agora se apresenta resultou de um caminho atribulado, ao longo do qual fui granjeando o maior apoio e estímulo de muitos. Neste sentido, os méritos que ela possa ter, devem-se aos contributos das pessoas que durante, a sua elaboração, me proporcionaram testemunhos de vários gêneros. Foram eles que a tornaram possível, e em razão disso, expresso a todos a minha mais profunda gratidão.

À minha família, em especial ao meu Pai José Parrella Júnior, pessoa que considero exemplo de força, disciplina e amor, companheiro dedicado e amigo nas minhas horas mais difíceis. À minha saudosa Mãezinha, por sempre ter acreditado que eu podia seguir um caminho diferente do que trilhou na vida e por ter incentivado e apoiado minha iniciação em mais uma etapa acadêmica da minha vida. Concluo este trabalho dedicando cada trecho percorrido à senhora!

A Fábio, meu companheiro, pelos sacrifícios que esta dissertação e o seu atribulado percurso o obrigaram. E às minhas filhas Gracielle, Larissa e Adrienne, pelas minhas ausências que sei que sentiram. A Túlio, amado neto, pela beleza que empresta aos meus dias.

Aos meus irmãos, Wilson, Rosângela, Ricardo e Fernando, tão importantes em minha vida, em especial agradeço à Rosângela, que em minhas tantas ausências, assumiu carinhosamente, o papel de mãe das minhas filhas.

Gostaria de destacar o papel desempenhado neste caminho pelo meu orientador, o Professor Dr. Robson Luiz de França. Durante essa jornada, fez-me desfrutar das capacidades acadêmicas que quase todos lhe reconhecem: saber profundo, pragmatismo e sentido pedagógico. Delas derivam as virtudes que aqui forem detectadas, que a ele se devem plenamente. Mas devo-lhe mais, e estou-lhe mais reconhecida ainda, pelo alento e força que me conseguiu imprimir, sem os quais, estou segura, não teria chegado ao fim.

O meu agradecimento vai, também, para o conjunto de docentes da Linha de Pesquisa “Trabalho, Sociedade e Educação”, do Programa de Pós-Graduação em Mestrado da Universidade Federal de Uberlândia, em especial aos professores Carlos Alberto Lucena, Antônio Bosco de Lima, Marcelo Soares Pereira da Silva, e Márcio Danelon. O meu obrigado

pelos saberes que me foram transmitidos. Também dedico especial agradecimento à professora Fabiane Santana Previtali pelas contribuições recebidas na qualificação do Mestrado e à professora Polyanna Imolesi Silveira de França, pelas considerações tecidas a este trabalho, na defesa do Mestrado.

O meu reconhecimento, feito com amizade, vai também para aos colegas de trabalho na Unimontes: Francely, Cecília, Christine, Úrsula, João Paulo e Denice, pelo incentivo, partilha, torcida e valorização dessa etapa da minha vida. Não poderia me esquecer também de João Bosco, que compartilhou comigo seu tempo, sabedoria e indagações, incentivando-me a seguir com confiança. Seu apoio foi essencial para mim. De igual forma, agradeço aos meus colegas de viagem Olden Hugo e Wilney Fernando.

Durante o desenvolvimento do trabalho foram-me dadas provas de amizade por colegas que muito procuraram me ajudar e valorizar, e aos quais muito devo: Eduardo, Jaqueline, Isabel, Luciene, Camila, Ulisses, Márcia Freitas, Márcia Cicci, Fernanda, Elizeth, Rogério, Kate, Edvaldo, Liamar, Enise, Rosa Amélia, Robson, Ederson, Lara, Andressa, Gabrielle, Jaira, Sônia, Juan, Gisele e Daniela Crosara. Pessoas que admiro profundamente e que muito me ensinaram. Desejo-lhes sucesso, paz e bem!

Agradeço também, pelas muitas razões profissionais e pessoais que os próprios bem conhecem, à James e Gianni, pela presteza, solicitude e atenção em todos os momentos que precisei, fizeram com que a distância de mais de 600 Km que separa Montes Claros de Uberlândia sequer fosse sentida no encaminhamento formal dos meus estudos.

Aos colaboradores da Legião da Boa Vontade, por acolher este trabalho, em especial a Azeli Rita de Sá, Maria Sueli Periotto, Antônio Paulo Espeleta, Regina do Nascimento, Valéria Reis Ribeiro, Marta Trigueiro, Daniel Guimarães, Vanessa Oliveira Franca, Fernanda Gomes Farias, Liliane Pereira Cruz, Adézia Ribeiro Tolentino, Maria Amélia de Sá. Sem a acolhida dessa Instituição, eu não conseguiria concluir essa pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, pelo apoio e fomento a esta pesquisa.

Às amigas Márcia Reis, Telma Borges, Maria Clarice e Marina, que muito contribuíram lendo este trabalho.

E a todos os que, por alguma falha momentânea, eu não tenha mencionado, muito obrigado!

Nada definitivo aconteceu no mundo, a última palavra do mundo e sobre ele ainda não foi dita, o mundo está aberto, livre, tudo está para acontecer e sempre será assim.

Mikhail Bakhtin

RESUMO

A partir de 1990, o papel social do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas ganham nova configuração, inserindo no contexto sociopolítico e educacional brasileiro as chamadas Organizações do Terceiro Setor, que surgem como modelo de regulação social em substituição ao clássico papel do Estado Restrito. No entanto, desde a década de 1950, a LBV - Legião da Boa Vontade, cuja essência reside na equação “amor, verdade, trabalho e justiça” para a realização do trabalho social e educacional a que ela se propõe, tem preenchido essa lacuna, exercendo um papel fundamental no campo social do país. Assim, o presente trabalho, pensado e construído no campo “Trabalho, Sociedade e Educação”, tem como proposta discutir a emergência das Organizações do Terceiro Setor, com ênfase no trabalho desenvolvido pela LBV, no município de Montes Claros, Norte de Minas Gerais, bem como os processos de gestão e as intervenções das ações socioeducativas desenvolvidas por essa organização na perspectiva das relações de trabalho, educação e cidadania. Para compreensão do contexto que emoldura o Centro Comunitário de Assistência Social, entendemos a necessidade de revisitar a trajetória histórica da assistência social no Brasil, sua relação com o campo econômico e político do país e, ao mesmo tempo, seu movimento e ao papel desempenhado pela sociedade civil. Assim, o enfoque deste estudo, atendendo ao objetivo proposto, são as práticas formativas recomendadas e experimentadas na LBV, a partir de um quadro de referências balizado na Pedagogia Histórico-Crítica, a fim de que possamos explorar, mais profundamente, as categorias “trabalho”, “educação” e “cidadania”. Nossa intenção é descobrir a existência de associações / relações entre variáveis e determinar a natureza da atuação prática da LBV em Montes Claros, Minas Gerais, na perspectiva de autores como Mészáros (2008), Durkheim (2011), Brandão (2013), Marx (1988), Saviani (2013), Frigotto (2009), Antunes (2005), Cerquier-Manzini (2013), Marshal (1967) e Bitar (2004), em comparação com as elaborações do Diretor-Presidente da LBV, José de Paiva Netto, procurando evidenciar, desse modo, as formas de cooperação do Estado e a sociedade civil. Enquanto caminho metodológico, adotamos a análise dialética, zelando por observar as conexões das micro estruturas com a totalidade institucional em constante transformação, amparados por estudos bibliográficos e análise documental. Por fim, os resultados deste estudo assinalam para a necessidade de se repensar uma nova pedagogia no contexto fluido que ora se vive e a formação de educadores sociais, pois, ao analisar a instituição LBV, percebemos, como sociedade e academia, sujeitos que embora atuantes na cena social, participam de uma compreensão errônea ou insipiente da ação e intervenção socioeducativa da Legião da Boa Vontade.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Assistência Social. LBV. Trabalho. Educação. Cidadania.

ABSTRACT

Since 1990, the State' social role and the development of public policies gain new configuration by introducing in the Brazilian socio-political and educational context the so called Third Sector Organizations, that is, the non-profit organizations, which arise as a model of social regulation to replace the classic role of the limited State. However, since the 1950s, the LGW - Legion of Good Will, whose essence lies in the equation "love, truth, work and justice" for the realization of the social and the educational work that it proposes, has filled this gap, playing a key role in the social sphere of the country. Thus, the present study, which has been designed and grounded in the field of "Work, Society and Education", has the purpose to discuss the emergence of the Third Sector Organizations, emphasizing the work of the LGW in the city of Montes Claros, northern Minas Gerais, as well as the management processes and the interventions of social and educational activities developed by this organization in the context of labor relations, education and citizenship. To understand the context that frames the Community Center for Social Assistance, we understand the need to revisit the historical trajectory of social assistance in Brazil, its relation to the economic and political fields of the country and, at the same time, understand their movement and the role played by the civil society. In this way, the focus of this study, given the purpose which have been proposed, are the formative practices that have been recommended and tested at the LGW, a characterized frame of reference in the Historical-Critical Pedagogy, in order that we may explore more deeply the categories "work" education "and" citizenship". Our intention is to find out the existence of associations / relationships within the variables and to determine the nature of the practical procedure of the LGW in Montes Claros, Minas Gerais, in the perspective of authors such as Mészáros (2008), Durkheim (2011), Brandão (2013), Marx (1988), Saviani (2013), Frigotto (2009), Antunes (2005), Cerquier-Manzini (2013), Marshall (1967) and Bitar (2004) as compared with the elaborations of the LGW CEO, José de Paiva Netto, in looking for evidence, in this way, of forms of cooperation of the State with the civil society. As a methodological method, we have adopted the dialectical analysis, ensuring to observe the structures of micro connections to the institutional entirety constantly changing, supported by bibliographical studies and documentary analysis in Finally, the results of this study indicate the need to rethink a new pedagogy in the fluid context of present day and the training of social educators, since in analyzing the LGW institution we have perceived, as a society and academia, subjects that although active on the social scene, have some misunderstanding or are even simple-minded about the action and the socio-educational intervention of the LGW.

Keywords: Third Sector. Social Assistance. LBV. Work. Education. Citizenship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	A LBV no Brasil	54
Quadro 1	Unidades da LBV por Divisão Regional do Brasil proposta pelo IBGE e data de sua implantação	55
Mapa 2	A Legião da Boa Vontade no Exterior	59
Organograma 1	Superintendência Socioeducacional da LBV	65
Tabela 1	Municípios limítrofes, localização geográfica e distância de Montes Claros	100
Mapa 3	A LBV no Norte de Minas Gerais	101
Foto 1	A Unidade LBV Montes Claros (MG) em 2014	101
Organograma 2	Estrutura organizacional do CCAS Montes Claros	104
Tabela 2	Entidades registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Montes Claros – MG	106
Figura 2	Números da LBV em 2014	111
Quadro 2	Determinantes da Imagem Corporativa da LBV	112
Figura 3	Logomarca da LBV	120
Quadro 3	Alternativas de comunicação da LBV	121
Quadro 4	Parcerias da LBV Montes Claros	123
Gráfico 1	Distribuição dos colaboradores do CCAS Montes Claros por sexo	147
Gráfico 2	Distribuição dos colaboradores do CCAS Montes Claros por idade	148
Gráfico 3	Distribuição dos colaboradores do CCAS Montes Claros por formação	149
Gráfico 4	Distribuição dos colaboradores do CCAS Montes Claros por tempo de serviço	149
Gráfico 5	Número de pessoas na família dos atendidos	151
Gráfico 6	Distribuição das famílias atendidas por bairro	152
Gráfico 7	Distribuição dos pais ou responsáveis por sexo	152
Gráfico 8	Distribuição dos pais ou responsáveis por naturalidade	153
Gráfico 9	Distribuição dos pais ou responsáveis por estado civil	154
Gráfico 10	Distribuição dos pais ou responsáveis por idade	154
Gráfico 11	Distribuição dos pais ou responsáveis por escolaridade	155
Gráfico 12	Distribuição dos pais ou responsáveis por cor	155
Gráfico 13	Distribuição dos pais ou responsáveis por situação de moradia ..	156
Gráfico 14	Distribuição dos pais ou responsáveis por renda	156
Gráfico 15	Distribuição dos pais ou responsáveis por ocupação atual.....	157
Quadro 5	Programas governamentais	158
Gráfico 16	Distribuição dos pais ou responsáveis por benefícios governamentais recebidos	158
Gráfico 17	Distribuição das crianças atendidas por sexo	159
Gráfico 18	Distribuição das crianças atendidas por naturalidade	159
Gráfico 19	Distribuição das crianças atendidas por escolaridade	160
Gráfico 20	Distribuição das crianças atendidas por cor	160
Gráfico 21	Distribuição das crianças atendidas por situação de moradia	161
Gráfico 22	Distribuição das crianças atendidas por escolas que cursam	161

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa
ANPED - Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BPC - Benefício de Prestação Continuada
BNH - Banco Nacional de Habitação
CCAS - Centro Comunitário de Assistência Social
CCEOCS - Centro Comunitário e Educacional Dr. Osmar Carvalho e Silva
CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
CEIJPB - Centro de Educação José de Paiva Netto
CEME - Central de Medicamentos
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
CI - Comunicação Interna
CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNSS - Conselho Nacional de Serviço Social
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DE - Diretoria Executiva
DTT – Divisão Territorial do Trabalho
EAS - Entidades de Assistência Social
ECOSOC - Economic and Social Council
EEIAZ - Escola de Educação Infantil Alziro Zarur
EEIJ - Escola de Educação Infantil Jesus
EJA - Educação de Jovens e Adultos
ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
FAB - Força Aérea Brasileira
FEBEM - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FMEC - Fórum Mundial Espírito e Ciência
FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GT 09 - Grupo de Trabalho 09

IAPs - Institutos de Aposentadorias e Pensões

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBVs - Instituições da Boa Vontade

IDGSUAS - Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INSS - Instituto Nacional de Seguro Social

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LBV - Legião da Boa Vontade

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

NOB / SUAS - Norma Operacional Básica / Sistema Único de Assistência Social

NOB-RH - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

ONGs - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PBF - Programa Bolsa Família

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PDRAE - Plano Diretor da Reforma do Estado

PEAS - Pesquisa de Entidades de Assistência Social

PIB - Produto Interno Bruto

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

RDTs - Revista de Direito do Terceiro Setor

SCR - Superintendência de Captação de Recursos

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI - Serviço Social da Indústria

SMC - Superintendência de Marketing e Comunicação

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SPCON - Setor de Prestação de Contas

SSE - Superintendência Socioeducacional

SSO - Superintendência Social

STI - Superintendência de Tecnologia da Instituição

UPF - Utilidade Pública Federal

UPM - Utilidade Pública Municipal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
 CAPÍTULO I – A LEGIÃO DA BOA VONTADE NA HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	26
2.1 A Assistência Social no Brasil	27
2.2 Concepção e Gestão do Campo	28
2.3 Fases da Política Nacional de Assistência Social no Brasil	29
2.4 Assistencialismo, Assistência Social e as Ações da Legião da Boa Vontade	39
2.4.1 Política Nacional de Assistência Social e os Direitos Sociais	41
2.4.2 Onde nasce a Legião da Boa Vontade	45
2.5 Breve História da Instituição	48
2.5.1 Aspectos Legais da Legião da Boa Vontade	57
2.5.2 Títulos de sua Personalidade Jurídica	58
2.5.3 Princípios Essenciais da Legião da Boa Vontade: Missão, Visão e Valores Organizacionais	60
2.6 Campos de Atuação da Legião da Boa Vontade	61
2.6.1 Público Atendido pela Legião da Boa Vontade	62
2.6.2 Campanhas Desenvolvidas pela Instituição	64
2.7 A Fundação José de Paiva Netto (FJPN)	65
2.7.1 Constituição da Fundação José de Paiva Netto	67
2.8 A Legião da Boa Vontade no Brasil	69
2.9 A Legião da Boa Vontade no Exterior	77
2.10 Estruturas da Legião da Boa Vontade	79
2.10.1 Estrutura Organizacional	80
2.10.2 Estrutura Administrativa	82
2.10.2.1 A Diretoria	83
 CAPÍTULO II – A FORMAÇÃO DO CIDADÃO PROPOSTA PELA LBV	85
3.1 A Educação	85
3.2 O Trabalho	93

3.3	A Cidadania	98
3.4	Perspectivas atuais da formação do cidadão	104
3.5	Desafios da educação pós-moderna	111

CAPÍTULO III – LEGIÃO DA BOA VONTADE: SUAS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM MONTES CLAROS (MG) 115

4.1	A Escolha da Instituição como campo de pesquisa	115
4.1.1	O contexto da pesquisa	116
4.1.2	Procedimentos Metodológicos	118
4.1.3	Tipo de pesquisa e método	118
4.1.4	Instrumentos de pesquisa	119
4.2	Sujeitos da pesquisa	120
4.3	Coleta de dados	121
4.4	Processamento e análise de dados	122
4.5	Apresentação e discussão dos resultados	122
4.5.1	O Perfil da Instituição	126
4.5.2	Os Processos de Gestão	129
4.5.3	A Marca LBV	135
4.5.4	O Marketing	136
4.5.5	Espaço e atuação da população montesclareense	140
4.5.6	O conceito de intervenção socioeducativa para a LBV	142
4.5.7	Poder de interseção da Instituição no cenário montesclareense	144
4.5.8	A proposta de cidadania apresentada pela LBV	145
4.5.9	Perfil dos colaboradores do CCAS Montes Claros	146
4.5.10	As famílias atendidas	150
4.8.11	Perfil dos pais ou responsáveis	152
4.8.12	Perfil das crianças atendidas	159

CONSIDERAÇÕES FINAIS 163

REFERÊNCIAS 174

APÊNDICES

APÊNDICE A	Roteiro para caracterização de instituições públicas e privadas não escolares que atuam em Montes Claros – MG	184
APÊNDICE B	Roteiro para pesquisa de campo para caracterização do Centro Comunitário de Assistência Social de Montes Claros – MG ..	185
APÊNDICE C	Roteiro para análise dos documentos oficiais da Instituição e participação dos colaboradores na elaboração, acompanhamento e suas referências nos mesmos	186
APÊNDICE D	Questionário aplicado aos pais dos atendidos pela LBV Montes Claros	187
APÊNDICE E	Roteiro para análise dos funcionários da LBV Montes Claros	191
APÊNDICE F	Questionário sobre o trabalho educativo desenvolvido na LBV, aplicado à Coordenadora da linha pedagógica da LBV	195

ANEXOS

ANEXO A	Roteiro de entrevista realizada com a Gestora Administrativa do CCAS Montes Claros	198
ANEXO B	Cadastro de Famílias e Pessoas	199

INTRODUÇÃO

Iniciamos esta reflexão tomando como estimuladora da discussão o ultimato do grande filósofo da Antiguidade, Aristóteles: “Todos quantos têm meditado na arte de governar o gênero humano, acabam por se convencer de que a sorte dos impérios depende da educação da mocidade” (ARISTÓTELES, 384 - 322 a.C.). Advertência essa que está afixada a porta principal da Legião da Boa Vontade – LBV, localizada em Montes Claros, Minas Gerais.

Esse ultimato conserva-se atual, visto que as sociedades que desejam alcançar o progresso e crescimento contínuos devem acautelar-se para a educação das gerações jovens, pois estarão, dessa forma, cuidando do futuro dos protagonistas de um cenário de desenvolvimento socioeconômico, cultural, político e social. Assim sendo, cabe àqueles que têm a tarefa de “formar” as novas gerações cuidar para que seja oferecido aos jovens e às crianças uma educação que os capacite para tomarem decisões, construírem regras, refletirem sobre as consequências de suas ações e assumirem responsabilidades. Isso se configura em um desafio que aponta para uma educação de qualidade nesse novo milênio.

Nas palavras de Morin,

Nosso desafio maior é caminhar para uma educação de qualidade, que integre todas as dimensões do ser humano. Para isso precisamos de pessoas que façam essa integração em si mesmas do sensorial, intelectual, emocional, ético e tecnológico, que transitem de forma fácil entre o pessoal e o social (MORIN, 2009, p. 15).

Sempre me interessei pelo tema “educação”. Como docente do ensino superior, atuando em faculdade e universidade, sempre experimentei a inquietação dos(as) acadêmico(as) em relação a estes não encontrarem um local para realizar suas práticas de ensino e estágios, ou mesmo a não aceitação destes por parte dos profissionais da educação para a realização de tais atividades nos educandários. Daí, ao buscar entender quais eram as possibilidades que se apresentavam para a solução ou para a minoração dessa situação, foi que me deparei com o espaço não formal.

A pesquisa empreendida justifica-se por dois fatores, um interno e o outro externo. Em relação ao fator interno, está a afetividade da pesquisadora em relação ao tema e o seu alto grau de interesse pessoal. É certo afirmar que para se trabalhar uma pesquisa é necessário ter um mínimo de prazer nesta atividade. Assim, a escolha do tema em questão está intimamente vinculada ao gosto pelo assunto a ser trabalhado.

No que diz respeito ao fator externo, este se vincula à significação do tema escolhido, pois representa uma novidade e se configura como uma oportunidade de se discutir a educação num contexto não formal, numa cidade do interior de Minas Gerais, Montes Claros. Enfatizamos que as reflexões aqui apresentadas representam um passo leve sem grandes pretensões, pois o tema tem sido debatido nos últimos tempos e se soma às discussões que vêm sendo desenvolvidas desde o início deste novo século, cujo objetivo é apreender o campo da educação não formal subsidiado nas pesquisas e publicações já consagradas no Brasil.

Em Montes Claros, muitas são as instituições que se propõem a realizar atividades educativas que não fazem parte da modalidade escolar, e nesse sentido, a Legião da Boa Vontade foi escolhida por representar, em meio a tantas outras instituições do cenário montesclarenses, uma resposta a minha inquietude quanto aos acadêmicos e seus espaços de formação, além da Instituição ser pouco conhecida em sua ação e intervenção socioeducativa em Montes Claros, isto é, o que comumente se sabe sobre esta instituição, é que ela solicita doações para realizar um trabalho com os estratos mais carentes da sociedade. Essa situação foi propiciadora do desejo de investigar o trabalho socioeducativo desenvolvido pela Legião da Boa Vontade (LBV), organização do Terceiro Setor, objeto deste estudo.

A Legião da Boa Vontade (LBV), foi fundada em 1950 e segundo seus próprios argumentos (2014), é uma associação civil de direito privado, beneficente, filantrópica, educacional, cultural, filosófica, ecumênica, altruística e sem fins econômicos, reconhecida no Brasil e no exterior por seu trabalho nas áreas da educação e da assistência social. O presente estudo buscou problematizar a expansão do terceiro setor e seus impactos na sociedade, sobretudo, no município de Montes Claros (MG). Está presente no Norte de Minas Gerais desde 1983, quando inaugurou, em Montes Claros, um Centro Comunitário de Assistência Social (CCAS) para ajudar famílias e comunidades que vivem em situação de pobreza.

A Instituição adota como missão “Promover Educação e Cultura com Espiritualidade Ecumênica, para que haja Consciência Socioambiental, Alimentação, Segurança, Saúde e trabalho para todos, no despertar do Cidadão Planetário” (LBV, 2014), desenvolve também um trabalho que vai além do município de Montes Claros, alcançando mais algumas cidades do Norte de Minas Gerais. Como proposta de atuação, a LBV possibilita a centenas de crianças, adolescentes e jovens o acesso à cultura, ao esporte, à educação e à cidadania plena, sob uma ótica espiritualista. A assistência educacional compreende a tônica principal do trabalho desenvolvido pela Instituição nas regiões em que está presente e, especificamente em Montes Claros, Minas Gerais, atende prioritariamente crianças e adolescentes (de 06 a 15 anos de idade) em situação de risco, abrangendo direta e indiretamente

as famílias desses atendidos (LBV, 2014).

Considerando que as organizações do Terceiro Setor têm se consolidado como novos modelos de regulação social em substituição ao clássico papel do Estado Restrito, expressão cunhada por João Bernardo (2004), como provedor de bens públicos, o presente estudo também se justifica em virtude das transformações políticas, sociais, econômicas e tecnológicas que determinam novas formas e arranjos dentro da sociedade. O Terceiro Setor é pois, uma estratégia proposta pela Terceira Via.

De acordo com Peroni (2009), a atual social democracia foi alcunhada de Terceira Via por ser uma proposta alternativa ao neoliberalismo e à antiga social democracia. A esse respeito afiança Giddens:

(...) Terceira Via se refere a uma estrutura de pensamento e de prática política que visa a adaptar a social democracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das últimas duas ou três décadas. É uma Terceira Via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a social democracia do velho estilo quanto o Neoliberalismo. (GIDDENS, 2001, p. 36).

Antunes (1999), descreve que a discussão sobre a Terceira Via advém quando o Novo Trabalhismo se mostrar como uma alternativa ao Neoliberalismo de Thatcher e também à antiga social democracia. Para o autor, o Novo Trabalhismo “associa a preservação da social democracia e elementos básicos do Neoliberalismo”. (ANTUNES, 1999, p. 95).

Giddens, afiança que “os neoliberais desejam encolher o Estado; os social-democratas, pela história, contrariamente anseiam expandi-lo. A Terceira Via alega que é necessário reconstruí-lo” (GIDDENS, 2001, p. 80).

Giddens (2009) explica a Terceira Via como sendo um rótulo para discussões que ocorrem no mundo sobre como construir políticas de centro-esquerda, responsáveis pelas grandes mudanças na sociedade global. O autor enfatiza que existem vários princípios que se pode titular de terceira via, sem contudo, utilizar da expressão “terceira via”. Desse modo, para Giddens (2007) a Terceira Via pode ser denominada de democracia social democratizadora ou esquerda democratizadora, alude-se à maneira como os partidos de centro-esquerda rebatem às mudanças, que podem diferir, mas que possuem pontos em comum a saber:

- 1) Primazia pela reforma do governo e do Estado. Isso significa que os socialdemocratas devem confiar menos no Estado mas agir com cautela para não degradar instituições públicas como é proposto pelo neoliberalismo (p.23), e como recomendação é proposto a restauração e renovação dessas instituições além de tornar o governo transparente, ágil e voltado para o

consumidor.

- 2) Não deve haver domínio nem do mercado, nem da sociedade civil, ainda que se precise regular e intervir em ambos.
- 3) A sociedade civil deve ter papel central, sendo que a sociedade civil moderna se identifica pelo empreendedorismo.
- 4) Existência de um novo contrato social acoplando direitos a responsabilidades. Giddens critica a antiga social democracia por não tratar dos direitos.
- 5) Cunhar uma sociedade igualitária, onde o igualitarismo esteja voltado para o investimento em habilidades e capacidades.
- 6) Concepção de uma economia dinâmica, de pleno emprego. Giddens ressalva o valor do investimento em educação e parcerias entre o governo e a sociedade civil.
- 7) Ligação entre as políticas social e econômica.
- 8) Estado de Bem estar sustentável. Ressalva o autor que deve-se encontrar o equilíbrio entre direitos e sustentabilidade.
- 9) Combate ao crime por meio de políticas ativas.
- 10) Política ecológica.
- 11) Capitalismo responsável. O autor sugere a regulação dos custos sociais e ambientais, impostos pelo mercado, ao passo que às empresas, cabe assumir obrigações sociais, com regulamentação nacional e internacional para as corporações.

Esses pontos são apresentados por Giddens (2007) e estão voltados à atual social democracia. Segundo Peroni (2009) essa posição de Giddens, de propor reformas no limite do capitalismo se volta ao seu fortalecimento.

Ainda conforme Giddens, o objetivo geral da Terceira Via “deveria ser ajudar os cidadãos a abrir seu caminho através das mais importantes revoluções do nosso tempo: Globalização, transformações na vida pessoal e nosso relacionamento com a natureza” (GIDDENS, 2001, p. 74). Peroni (2009) entende ser esta uma concepção individualista, uma vez que o caminho e as transformações se darão na esfera pessoal e não na sociedade.

De acordo com as considerações de Peroni (2009), para a Terceira Via, a democracia deve ser fortalecida. Giddens (2001) fala que é preciso democratizar a democracia. A esse respeito, Peroni (2008) pontua que esse conceito de democracia e participação estão voltados à sociedade que assume a execução de tarefas que deveriam ser realizadas pelo Estado. Destaca-se aqui, a separação entre o econômico e o político, resultando no esvaziamento da democracia pela luta por direitos e das políticas sociais como a concretização de direitos sociais.

Segundo a percepção de Montañó (2002), o Terceiro Setor vem modificar a questão social. O autor explica essa afirmativa por três vieses: 1) transfere-se a responsabilidade da questão social do Estado para o indivíduo, que por meio da autoajuda, ajuda mútua ou serviços que viram mercadorias e tendem a ser soluções possíveis. 2) Focaliza-se as políticas sociais fazendo-as perderem o princípio universalista. 3) Precariza-se as políticas com a descentralização administrativa e as transferências de competências sem recursos correspondentes e indispensáveis à sua execução.

Peroni (2006) percebe que esta é uma falsa ideia de participação da sociedade civil, o que na verdade acontece é que sindicatos, movimentos sociais e partidos, enquanto instituições representativas, estão sendo arruinados como parte da estratégia neoliberal.

Tanto os neoliberais quanto os teóricos da Terceira Via concordam que a crise está no Estado, que consumiu muito em políticas sociais e gerou a crise fiscal. A estratégia de superação compreendida entre esses dois lados, no entanto, divergem. Os neoliberais propõem a privatização e a Terceira via propõe o Terceiro Setor.

Com a propositura do neoliberalismo do Estado mínimo e da Terceira Via a reforma do Estado repassando tarefas para a sociedade civil, sem fins lucrativos, ambos querem racionalizar recursos e diminuir gastos do Estado com as políticas sociais e diminuir o papel das Instituições públicas. Segundo Peroni (2007), a Terceira Via sugere então, o repasse para a sociedade civil das políticas sociais executadas pelo Estado.

Nesse sentido, o Plano Diretor da Reforma do Estado, no Brasil, enfatiza que a reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento” (BRASIL, MARE, 1995, p. 12).

O Plano aponta três estratégias:

1. Privatização – que consiste no repasse para o setor privado das atividades lucrativas;
2. Publicização – que consiste na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta” (PEREIRA, 1997, p. 7) e;
3. Terceirização – que conforme Bresser Pereira, é o processo de transferência para o setor privado dos serviços auxiliares ou de apoio. Contudo, é no contexto da terceirização, que se encontram as ações da Legião da Boa Vontade, organização do Terceiro Setor.

Neste estudo, o objetivo geral é analisar o perfil, os processos de gestão e as

intervenções das ações socioeducativas desenvolvidas por uma organização do Terceiro Setor na perspectiva das relações entre: trabalho, educação e cidadania na cidade de Montes Claros, Minas Gerais. Como objetivos específicos a nossa proposta é discutir a efetividade da Legião da Boa Vontade (LBV) associação do Terceiro Setor, em seu processo de atendimento a crianças em situação de risco no Município de Montes Claros - Minas Gerais; investigar como a prática socioeducativa da LBV tem se configurado no Município de Montes Claros; analisar a relação social estabelecida entre a LBV e as comunidades em que atua na cidade de Montes Claros; para verificar as implicações sociais e educativas da Instituição.

O método utilizado é o histórico-dialético, a pedagogia histórico-crítica, iniciada nos anos de 1970. Tributária da concepção dialética, com versão no materialismo histórico, essa consiste em uma concepção revolucionária da educação, apropriada à ideologia da classe trabalhadora, que visa a superação das desigualdades, contrapondo-se a visão liberal burguesa. Conforme enfatiza Saviani (2008), tal proposta está fundamentada na teoria do materialismo histórico, elaborada por Marx, que tem como fundamentos a interpretação da realidade, a articulação entre teoria e prática e a materialidade e concreticidade das relações que os homens estabelecem entre si, nas relações de trabalho. Nesse sentido, Marx postula:

A universalidade do indivíduo não se realiza já no pensamento nem na imaginação; está viva nas relações teóricas e práticas. Encontra-se, pois, em condições de apreender sua própria história como um processo de conceber a natureza, com a qual forma realmente corpo, de maneira científica (o que lhe permite dominá-la na prática) (MARX, 2004, p. 48).

Esta pedagogia não parte de uma neutralidade, conforme enfatiza Saviani, pois é histórica por implicar o caráter histórico dos homens e é crítica porque constitui uma possibilidade de mudança a partir de questionamentos sobre o status quo. “Cunhei então, a expressão concepção histórico-crítica, onde eu procurava reter o caráter crítico de articulação com as condicionantes sociais que a visão reprodutivista possui, vinculado porém à dimensão histórica que o reprodutivismo perde de vista” (SAVIANI, 2008). Essa prática social é confrontada com a teoria. Após esse confronto, volta-se à prática social, mas com um instrumental que possibilita a superação daquela prática social inicial.

A definição que expressa mais plenamente a concepção de educação de Saviani é a enunciada no livro Pedagogia histórico-crítica: “educação é o ato de produzir, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Essa definição adota a educação objetivamente em sua realidade histórica e contempla tanto a questão da comunicação e promoção do homem como o caráter mediador da

educação no interior da sociedade, no seio da prática social global. A educação nessa perspectiva, segundo Saviani (2008) é uma categoria do trabalho não material e sua matéria prima é o saber que os seres humanos produzem historicamente em sociedade. Desse modo, a prática social é o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa.

Sabe-se que existem múltiplas formas de educação, entre as quais se situa a educação escolar. Segundo a Pedagogia histórico-crítica, a escola não é a única forma de educar. Dentro de um outro formato de educação, estão localizadas as ações e intervenções socioeducativas da LBV, que de acordo com Maria da Glória Gohn (2010), se adequa à perspectiva da educação não formal. Temos deste modo, como ponto de partida, a realidade social mais ampla. Busca-se compreender a educação no seu desenvolvimento histórico-objetivo e articular a proposta pedagógica da LBV com o seu compromisso de transformação da sociedade. Para Gasparin, a realidade social se dá porquanto,

Os conteúdos reúnem dimensões conceituais, científicas, históricas, econômicas, ideológicas, políticas, culturais, educacionais que devem ser explicitadas e apreendidas no processo ensino-aprendizagem (GASPARIN, 2007, p. 02).

Para realizar esse estudo, utilizou-se como instrumento de pesquisa a nota de campo, documentos oficiais, vídeos, revistas institucionais, dados quantitativos da LBV, a observação e a entrevista.

Segundo Ludke e André (1986), as notas de campo são registros coletados durante uma observação, representando um instrumento de coleta de dados para pesquisa qualitativa. Estas serão fundamento para posterior análise, pois trazem significados, códigos, categorias e palavras-chave.

Bodgan e Biklen (1994), compreendem que por meio dos documentos oficiais, os investigadores podem ter acesso à “perspectiva oficial”. Nesse estudo, buscamos acessar os documentos internos e externos da LBV. Os documentos internos foram pesquisados por seguirem um curso hierárquico, circulando para baixo desde a repartição central até os colaboradores dos serviços gerais, estes ajudaram a revelar informações acerca da cadeia de comando oficial e das regras e regulamentos oficiais; os documentos externos, ou seja, os materiais produzidos pela LBV como revistas, manuais, comunicados à imprensa e livros nos foram úteis na compreensão das perspectivas oficiais sobre a Instituição, da estrutura administrativa e de outros aspectos concernentes à LBV, como a representação dos valores daqueles que administram a Instituição.

Quanto aos dados quantitativos, estes nos sugeriram tendências institucionais, como

por exemplo a queda do número de atendidos da antiga instalação da LBV e o aumento do número de atendidos, na nova instalação e, sobretudo, nos forneceu informações descritivas (idade, raça, sexo, estatuto socioeconômico das famílias, pais, colaboradores da Instituição e seus atendidos), enfim, a caracterização do seu público atendido.

De acordo com Ludke e André (1986), a observação é o instrumento que mais provê detalhes ao pesquisador, por basear-se na descrição e para tanto utilizar-se de todos os cinco sentidos humanos. Segundo as autoras, a observação e a entrevista são os instrumentos mais utilizados em pesquisa qualitativa, bem como o questionário.

Ainda segundo as autoras, a entrevista é uma ferramenta de coleta de dados e geralmente acompanha a observação, seja no estudo de caso, na pesquisa ação, ou mesmo na etnografia. Na presente pesquisa utilizou-se a entrevista semiestruturada. Esta se caracteriza por ser uma entrevista em que se apresenta tópicos e permitir respostas subjetivas, sem perder o quantitativo. É considerada pelas autoras, a melhor forma por se utilizar das duas formas anteriores. O entrevistador segue um norte de questões, mas deve estar preparado para caso a entrevista desvie de caminho.

Na pesquisa documental, segundo Severino (2007, p. 122), tem-se como fonte documentos, no sentido amplo, ou seja, não só documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise. Além do mais, os dados não são tão-somente aquilo que se recolhe no decurso de um estudo, mas a maneira como as coisas aparecem quando abordadas com um espírito de “investigação”. Os detalhes específicos percebidos nos foram pistas úteis para compreender o mundo dos sujeitos.

Atribuímos a viabilidade deste estudo aos poucos trabalhos científicos sobre o tema em tela: a Legião da Boa Vontade no cenário Norte Mineiro. Ressalvamos que os dados da Instituição, fora do seu espaço, especialmente na literatura específica, é algo não muito significativo ainda, o que dificultou o acesso a outros documentos. Vale destacar que o estudo empreendido na pesquisa das fontes empíricas, entrevistas e observações foi realizado entre os meses de julho de 2014 a julho de 2015, elementos que, acareados e entrelaçados à pesquisa bibliográfica, proporcionaram a construção dos três capítulos que buscaram traduzir e fazer compreender a complexidade da Instituição Legião da Boa Vontade em Montes Claros – MG.

Esse trabalho está estruturado em três capítulos assim divididos: O primeiro capítulo “A Legião da Boa Vontade na história da assistência social no Brasil”, traz uma breve incursão sobre a assistência social no Brasil, retratando as fases mais marcantes desse campo e

relata a seguir, a trajetória dessa Instituição ao abraçar em suas ações, o assistencialismo até a concepção da assistência social como direito. Trata também de apresentar uma síntese histórica da Legião da Boa Vontade, seus aspectos legais e títulos de sua personalidade jurídica, bem como seus campos de atuação em sua presença no Brasil e no exterior e suas estruturas orgânica e administrativa. No segundo capítulo “A formação do cidadão proposta pela LBV”, versa sobre as categorias teóricas “Educação, Trabalho e Cidadania” tendo em vista a temática da pesquisa em questão, por se representarem leituras convergentes ao tema central de estudo quanto à intervenção e ação socioeducativa da LBV para a formação do cidadão ecumênico. O terceiro e último capítulo “Legião da Boa Vontade e suas práticas educativas em Montes Claros (MG), constitui na apresentação do objeto e contexto da pesquisa, procedimentos metodológicos, imagem, marca e marketing institucionais, bem como a caracterização dos sujeitos da pesquisa.

Para finalizar, no espaço destinado às considerações finais, procuramos apontar nossas inquietações acerca da problemática que circunscreve o campo das políticas assistenciais, refletida no campo do Terceiro Setor, relativa à atuação social da instituição pesquisada. Para isso, recorreremos à LBV como um exemplo prático de como o trabalho de assistência social se materializa em um programa de educação não formal.

CAPÍTULO I

2 A LEGIÃO DA BOA VONTADE NA HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Assistência Social é acima de tudo Amor. Assim descreve as *Diretrizes Espiritualistas da LBV Mundial* (1988, p. 128). Desde que surgiu, na segunda metade do século XX, a Legião da Boa Vontade (LBV) vem prestando serviços que se voltam à Política Nacional de Assistência Social ¹(PNAS), e, ao longo desse tempo, assumiu diversas matizes e motivações. A história da LBV tem várias etapas e particularidades que, precisamente, correspondem e refletem as circunstâncias do processo histórico, bem como as características de cada tempo em que foi se constituindo como Organização do Terceiro Setor.

Para Domingos Armani (2008), o Terceiro Setor designa um vasto conjunto de organizações com novo perfil político-institucional, englobando desde as instituições e fundações empresariais até organizações não-governamentais que, em sua maioria, têm um foco maior na provisão de serviços do que na luta por direitos e políticas públicas.

Ainda para este mesmo autor, nos anos 1990 ganhou visibilidade no Brasil o empreendedorismo social, projeção de um movimento internacional mais amplo, cujas ideias-força são o papel dos indivíduos no processo social, a exigência por inovação e a utilidade da lógica dos negócios para as iniciativas de geração de renda (p. 27).

É com esta visão que imergimos na busca por compreender qual lugar se reserva à LBV, uma Instituição que se destina ao trabalho de Assistência Social no Brasil e que tem sua proposta também aplicada em outros países. Todavia, para compreendê-la, faz-se necessário traçar os cenários da Assistência Social no Brasil e delinear os momentos vividos pela LBV ao longo dos anos de sua existência. É significativo, pois, discorrer sobre o que é essa organização, destacando os antecedentes históricos e configurando-a no cenário atual.

¹ PNAS: É uma política que junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à sociedade e à universalização dos direitos sociais. O público dessa política são os cidadãos e grupos que se encontram em situação de risco. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção. A Política Nacional de Assistência Social vai permitir a padronização, a melhoria e ampliação dos serviços de assistência no país, respeitando as diferenças locais.

2.1 A Assistência Social no Brasil

A questão social no Brasil tem permeado diferentes esferas como econômica, social e política. Conforme pode se verificar em dados estatísticos, o País apresenta alto índice de pobreza, desigualdades sociais, concentração de renda e baixo índice de alfabetização, mesmo que se possa ver o tamanho do continente e as riquezas que possivelmente poderia traçar um quadro diferente do que vemos nos dias atuais.

A Assistência Social, segundo informa o Ministério do Desenvolvimento Social (2015), é uma política não contributiva, dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. Deste modo, é um tipo de proteção social que está assegurada pela Constituição Federal de 1988. É uma política que visa proteger os indivíduos, em uma sociedade composta por diversas conjunturas. Mas historicamente, a concepção Assistência Social foi sendo modificada até chegarmos à perspectiva atual do direito.

Nesse sentido Lajús enfatiza que:

A sociedade brasileira, em sua trajetória histórica, concebe a assistência social como dever moral, com base no mérito individual, sob a perspectiva do supérfluo, das sobras, distante da concepção de política social, afirmadora de direitos, tendo como consequência o desenvolvimento de políticas sociais compensatórias, residuais, que atendem apenas situações emergenciais (LAJÚS, 2009, p. 167).

Segundo analisa Jovchlovitch (1993), em seu artigo *Assistência social como política pública*, ao longo da história, a assistência social tem sido vista como uma ação paternalista e clientelista do poder público, ao ponto de ser entendida como assistencialista. Deste modo, a autora recomenda diferenciar os conceitos de assistência social e assistencialismo.

Para isso, discutiremos nessa seção, as diferentes formas que essa política se inscreve no contexto nacional, observando desde as práticas de entidades filantrópicas e religiosas até que se forme a noção de assistência social, inscrita na perspectiva do direito.

A política de assistência social vem demonstrando os impasses e dilemas vividos por uma cultura periférica, limitada pelo preconceito e pela mentalidade conservadora no Brasil. Assim, se faz necessário compreendê-la para que possamos discutir os impasses que envolvem sua trajetória. Para tanto, é imprescindível desconstruir essa trajetória para que nessa desconstrução possamos romper com os padrões do passado.

2.2 Concepção e Gestão do Campo

A assistência social é fruto de conquistas sociais, resultantes das lutas democráticas pela ampliação da cidadania. Atualmente, segundo ponderações constantes na *Cartilha 2: SUAS – Implicações do SUAS e da Gestão Descentralizada na Atuação dos Conselhos de Assistência Social*² (2006), a assistência social compõe o Sistema de Seguridade Social brasileiro, sem, contudo, ser um ato mecânico e emergencial, de cunho meramente de provisão, desvincilhado dos direitos e dos projetos coletivos de mudança social. Entender a assistência social dessa forma contribui enormemente para desqualificar historicamente os percursos de luta e conquistas. O fato é que o Brasil, de modo inovador, no seio do neoliberalismo disseminado pelo mundo, na década de 1980, concebeu um sistema de seguridade social que elevou a assistência a um *status* de cidadania.

Segundo assinala esta mesma cartilha (2006), no presente, a assistência social afiança condições de acréscimo de direitos sociais e tem uma grandeza estratégica formativa para a constituição de protagonismo popular. Além disso, enraíza a regulação do Estado em resposta às demandas populares por direito social: Estado Social de Direito e não Estado omissor e mercantilizador. É, portanto, política pública que, associada às demais políticas sociais e econômicas, deve materializar direitos historicamente negados a uma ampla parcela da população. Dessa forma, possui uma complexidade que agencia conhecimento particular, gestão qualificada e ação competente.

Em decorrência disso, a assistência social não pode ser encarada apenas como distribuição de benefícios e serviços, mas como uma unidade de processos diversos, integrados entre si, que vão desde a compreensão e estudo da realidade, planejamento, definição de opções, decisão coletiva, na maioria das vezes, conflituosa, até a implementação, o acompanhamento e a avaliação das ações. Isso demanda aparato legal e institucional, recursos materiais, financeiro e pessoal qualificado tendo como referência o interesse público e o cultivo da cidadania.

No Brasil, conforme é descrito no vídeo elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) intitulado *História da Assistência Social no Brasil*³ (2010), a busca por justiça social não foi diferente de sua própria história e isso

² Cartilha do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Conselho Nacional de Assistência Social: material elaborado para apoiar o referido Conselho na implantação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) / Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em parceria com a Unesco.

³ História da Assistência Social no Brasil: Este vídeo foi publicado em 22 de maio de 2013, em comemoração ao Dia do Assistente Social pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Ele se propõe a contar um pouco da história da profissão no Brasil e resgatar sua memória coletiva.

permitiu que a política pública de assistência social se tornasse, na atualidade, um direito garantido por lei. Contudo, ao longo de todo o processo histórico, muitas lutas e conquistas foram deflagradas pela sociedade brasileira para que se chegasse até aqui. Por muito tempo, em nosso país, a assistência aos mais pobres foi colocada em segundo plano, não merecendo crédito por parte do poder público.

A partir das afirmações do MDS (2010), verificamos que o Estado era apenas um distribuidor de isenções clientelistas a grupos privados e religiosos e estes dirigiam o atendimento à população vulnerável. A pobreza era apresentada como uma fatalidade e a assistência era relegada à iniciativa da igreja e dos chamados bons homens. Era a assistência esmolada, expressão utilizada para definir uma ajuda que era oferecida às pessoas pobres. O uso dessa expressão se manteve até meados do século XVIII e, aos poucos, foi substituída pelo que alguns especialistas batizaram de assistência disciplinada. As ações continuaram filantrópicas e a cargo de particulares e religiosos em instituições como hospitais e asilos.

A partir da segunda metade do século XIX o país viveu o fim da escravidão, a transição do modo de produção agrário para o industrial e a vinda dos imigrantes estrangeiros, substitutos da mão de obra escrava. Ainda, segundo o MDS, a primeira entidade no País para atender desamparados foi a Irmandade da Misericórdia que, em 1543, se alojou na Capitania de São Vicente. Surgiram o Ministério de São Bento, a Ordem dos Frades Menores e Franciscanos e a Hospedaria de imigrantes, albergue público criado em 1885 para abrigar, em São Paulo, imigrantes recém-chegados da Itália.

Segundo Carmelita Yasbeck⁴, (2010), durante todo o período do Brasil Colônia recolhia-se esmolos, essa prática, importada de Portugal, consistia em recolher dos que tinham algum recurso dinheiro para ser aplicado nas obras de misericórdia, como eram denominadas as obras sociais. No Brasil, o reconhecimento da assistência social pelo Estado aconteceu muito vagarosamente. A revolução de 1930 levou a questão social ao centro da agenda pública. Na época, o Estado majorou sua atuação na área social. Era uma resposta ao fortalecimento das lutas sociais e trabalhistas.

2.3 Fases da Política Nacional de Assistência Social no Brasil

A Cartilha 2 SUAS: Implicações do SUAS e da gestão descentralizada na atuação dos conselhos de assistência social (2006) traz considerações, mostrando que é possível

⁴ Professora da PUC – São Paulo. Colabora com o vídeo elaborado pelo MDS (2010).

verificar dois fios desta memória: um que conta como o poder do governo foi descentralizado entre as diferentes esferas; e outro que narra como a participação popular foi compreendida nesses momentos de descentralização do poder. Nesse contexto, destacam-se no Brasil, cinco fases na linha do tempo da Política Nacional de Assistência Social,

A primeira fase corresponde ao período de 1930 a 1945, durante o qual se vivenciou o assistencialismo e a política de favor; a segunda fase, entre 1946 e 1964, foi caracterizada por ações assistencialistas dispersas e fragmentadas; na terceira, cujo período corresponde a 1964 e 1985, verificou-se ações assistenciais burocratizadas e desarticuladas; a quarta fase, entre 1986 e 1993, a Assistência Social foi assegurada como direito; e, por fim, a quinta fase, 1993 a 2005, verificou-se a direção a um sistema único.

No período de 1930 a 1945 o Estado brasileiro cria o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) e a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA). Naquele tempo, o zelo com os mais pobres estava a cargo das instituições filantrópicas e irmandades religiosas e os governos sequer tinham conhecimento dessas ações. O MDS (2010) pondera que na era Vargas o Brasil conheceu-se a força do Governo Federal no cenário político e o período pós-revolucionário baseava-se no estado de compromisso em que a ação pública no campo social aumentou. O governo criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), surgindo posteriormente, instituições como os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), peças de um sistema de previdência social baseado na lógica do seguro. O acesso aos benefícios era condicionado ao pagamento de contribuição. Essa legislação alcança o trabalhador organizado, do mercado formal, com carteira de trabalho, deixando de lado qualquer ação de proteção social para os trabalhadores do mercado informal, para os desprovidos da sociedade naquele momento histórico.

Em julho de 1938, em pleno Estado Novo, é criado o Conselho Nacional de Serviço Social, vinculado ao Ministério de Educação e Saúde constituído por pessoas ligadas à filantropia. O Estado volta-se um pouco mais aos excluídos do sistema de Previdência Social e o amparo passa a ser dirigido aos que não conseguiam garantir sua sobrevivência. Foi nessa mesma época que o governo criou a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS). De acordo com o MDS (2010), ambos eram formados por pessoas indicadas pelo presidente Vargas, ao Conselho competia avaliar os pedidos de auxílio e enviá-los para os Ministérios da Saúde e Educação. Assim, o valor do repasse financeiro era decidido pelo governo Federal sem qualquer controle social.

Quanto a LBA, que num primeiro momento surgiu para atender famílias de pracinhas brasileiros enviados para a guerra, passou a atender também os mais empobrecidos.

O MDS (2010) afirma que, sendo a primeira instituição de assistência com abrangência nacional, a LBA reproduziu na esfera pública o modelo assistencialista que já acontecia no campo não governamental, avigorando, assim, os laços de dependência dos mais vulneráveis. A primeira dama, Darcy Vargas, adotou a instituição, e esta passou a ser comandada pelas esposas dos presidentes da República, dando início ao chamado primeiro-damismo⁵ junto à assistência social.

O amparo social era tarefa das entidades sociais e das primeiras damas, voltado apenas àqueles que não tinham como garantir sua sobrevivência pelo apoio dos membros da família ou do trabalho. Daí, os pobres eram vistos como incapazes tanto para assegurar seus próprios interesses quanto para se organizar politicamente. Em 1936, é criada por um grupo de senhoras ligadas à Ação Católica Brasileira Paulista a escola de serviço social em São Paulo. e essas mulheres veem na criação de uma escola de serviço social a possibilidade de qualificar o trabalho social e, principalmente, desenvolver a ação social junto ao meio operário, aos trabalhadores.

Com o passar do tempo, o País começou a experimentar o aumento do custo de vida, fazendo emergir os conflitos de interesse entre os setores agrícolas e econômicos que apoiavam o governo. O poder de Getúlio Vargas começou a se enfraquecer e o país pedia um governo mais descentralizado. Nesse contexto, de acordo com o MDS (2010), o Brasil ganhou uma nova Constituição Federal, em 1946. A Carta Magna desencadeou o processo de democratização e o poder na esfera federal foi descentralizado e, como consequência, a autonomia dos governos estaduais e municipais foi garantida. Só assim os governantes começavam a se preocupar em falar a linguagem do povo.

Na área social, não obstante, pouca coisa mudou. Conforme o MDS (2010) a LBA se espalhou pelo país com a criação das comissões municipais estimulando o voluntariado feminino e o modelo assistencial baseado na caridade e na benemerência foi aprofundado.

Conforme o MDS (2006), duas importantes características marcaram a atuação na área social no período de 1946 a 1964. Primeiramente, o atendimento aos pobres garantido pelo repasse de recursos de liberação do pagamento de impostos pelas instituições. O governo não se ocupava com os resultados dessas ações e se elas propiciavam melhoria nas condições de

⁵ No início nos anos de 1800, através da figura de Dona Leopoldina, esposa de D. Pedro I (esta referência feminina contribuiu para a independência do Brasil, diante do seu discernimento e clareza política). Período em que a mulher era confundida com as propriedades do senhor / homem. O primeiro-damismo nasce eminentemente como gestão política de racionalidade decisória e de ausência do marido governante, diferentemente dos moldes de atuação das primeiras-damas dos governos posteriores. Em 1940 com o Governo de Getúlio Vargas, reaparece a figura da primeira-dama (Darcy Vargas).

vida das pessoas ou não. E, segundo, a combinação de atendimento assistencial e educacional para atender aos trabalhadores. O governo associou-se aos empresários e fortaleceu a atuação do Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e outras instituições (p. 23). Destarte, o governo tinha evidente os resultados que pretendia, ou seja, aumentar a competência profissional da população trabalhadora.

O golpe militar de 1964, conforme ressalta o MDS (2010), marcou a vida do brasileiro pelo autoritarismo e pela retirada de direitos. A ditadura praticamente anulou os poderes Legislativo e judiciário e num cenário de negação política, qualquer manifestação popular ou partidária era considerada subversiva e reprimida pelos organismos militares. O regime militar não chegou a promover inovações significativas no padrão existente. A assistência social se burocratizou com regras, normas e critérios de atendimento à população excluída. Nesse período, porém, foi ampliada a previdência social e criado o FUNRURAL, estendendo a assistência aos trabalhadores do campo.

O MDS (2010) traz considerações evidenciando que a LBA foi transformada em fundação pública vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social e outras instituições públicas foram criadas para dar assistência de acordo com a faixa etária ou por necessidade dos atendidos. É o caso da Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor (FUNABEM), a Central de Medicamentos (CEME), e o Banco Nacional de Habitação (BNH). Nesse contexto é criado também o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Ainda segundo o autor, entre os anos de 1964 a 1985 ocorreram ações assistenciais burocratizadas e desarticuladas. O golpe civil-militar instaurou a ditadura militar, que marcou a história brasileira até os anos de 1985. Os movimentos sociais e políticos foram reprimidos, pois qualquer forma de reivindicação e manifestação popular ou partidária era considerada subversiva e tinha como resposta a repressão dos organismos militares.

Nas décadas de 1960 e 1970 a classe trabalhadora conviveu com a queda de salários, aumento da desigualdade social e reivindicações silenciadas. De tal modo, tanto os que tinham carteira assinada quanto aqueles que não tinham foram atingidos pela crise. A situação colocou em xeque o padrão de proteção social construído nas décadas passadas quando a seguridade social atendia somente aos trabalhadores que contribuía para a previdência, e os que não contribuía, visto que não tinham carteira assinada, viviam de favores da rede assistencial. Tais ações foram chamadas de promoção social e objetivavam desencadear processos de desenvolvimento humano e social. Para esse fim, atender os não contribuintes, burocratizaram-se as ações de assistência social com regras, normas técnicas e critérios de atendimento por meio do rigor e de forma excludente.

Segundo o MDS (2006), também foi criada, no ano de 1965, a Fundação de Bem-Estar do Menor, período em que a questão social foi evidenciada pela problemática da criança e do adolescente em situação de risco. A Lei Estadual 1.534 de 27 / 11 / 1967 autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), especializadas para menores, mas com atendimento repressor. Dessa maneira tanto na esfera estadual quanto municipal se desenvolvia ações de forma fragmentada e desarticulada com relação ao nível federal (p. 26).

O MDS (2010), ressalta ainda que, a Constituição Federal de 1988 representou um importante marco para a história do Brasil em razão da ampliação de situações sociais que deviam ser reconhecidas como direito do cidadão. Situações que antes não eram vistas ou tidas como problemas individuais ou de pobreza, passaram a ser consideradas responsabilidade pública, portanto, garantidas por lei. A assistência social passou a ser reconhecida como política pública.

Entre os anos de 1986 a 1993, assiste-se uma guinada na história da assistência social que passa a ser assegurada como direito. Vários eventos se desenrolaram nesse período como as lutas pela redemocratização e o movimento — Diretas Já⁶, a participação popular a favor da abertura política e descentralização, a instituição da nova Constituição Federal em 1988 que ficou conhecida como Constituição Cidadã. Foi ainda nesse período que a Assistência Social é assegurada como direito de todos e suas ações organizadas de forma descentralizada, com uma gestão participativa (MDS, 2006, p.27).

O MDS (2010) discorre que com a Constituição de 1988, a assistência social passa a ser reconhecida como política pública integrante da seguridade social, ao lado das políticas de Saúde e de Previdência Social. Como resultado, a proteção social foi reconhecida como direito do cidadão e dever do Estado, e o que antes era visto como problema de cada um ou coisa de pobre passou a ser uma questão de todos. Respalda-se assim, uma responsabilidade pública garantida por lei. Pela primeira vez na história brasileira, expressão comum nos dias atuais, o Estado determina direito a proteção social para aqueles que não contribuíam para a previdência. É importante ressaltar que a saúde passou a ser universal e gratuita. Os Artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988 registraram de vez o direito à assistência social na vida dos brasileiros e esse avanço pode ser visto como uma ruptura à trajetória do período anterior (MDS, 2010).

⁶ A Campanha das Diretas Já foi um marco na história do Brasil no século XX. Milhões de brasileiros foram às ruas, em todos os cantos do país, como nunca se vira até então, exigir eleições diretas para presidente da República para aquele mesmo ano de 1984.

Todavia o novo projeto não fora aplicado de imediato, visto que tendo sido prescrito na Carta Magna só iria tomar corpo nos anos seguintes, por meio de um processo lento para regulamentar o que estava na Constituição. Conforme o MDS (2006), dois são os caminhos pelos quais os poderes que compõem o Estado brasileiro – Legislativo, Executivo e Judiciário - garantem a proteção do cidadão: o Contributivo, por meio do atendimento às pessoas que pagam a previdência social, protegidos pela carteira de trabalho assinada, os que contribuem como autônomos e os trabalhadores rurais, sendo direitos: aposentadoria, pensão por morte e invalidez e seguro-desemprego. E o não Contributivo, que não estava ligado à carteira assinada ou à contribuição previdenciária, mas à redistribuição de riqueza produzida pela sociedade. Assim, ficam assegurados os idosos, as crianças e os adolescentes, as pessoas com deficiência ou que não podem trabalhar, bem como aqueles que possuem dificuldade de ingressar no mercado de trabalho. Esses direitos são: saúde e assistência social (p.29).

Como definido pela Constituição Federal / 88, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (BRASIL, 2014, p 138). Além disso, em seu artigo 203, está previsto:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 2014, p. 144).

No artigo 204, a Constituição prediz que as ações governamentais da área de assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no artigo 195, além de outras fontes, e organizadas com bases nas seguintes diretrizes:

I – Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (BRASIL, 1988, p. 34).

Aqui se descortina a possibilidade de debater a assistência social como dever do

Estado, cuja responsabilidade é garantir recursos para que os cidadãos possam usufruir do que é seu por direito e não como favor. Nesse sentido, nota-se a participação da população e a descentralização político-administrativa. Um fato interessante foi o lançamento do Benefício de Prestação continuada (BPC), resultado de uma importante conquista das pessoas idosas e com deficiência que passaram a ter direito a renda. Isso gerou muitos debates naquele momento, a categoria dos assistentes sociais estava muito envolvida, e os órgãos da categoria, como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), dos estudantes e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), estavam categoricamente envolvidos, vários seminários aconteceram e, também, os trabalhadores da LBA se engajaram nessa luta pela constituição da assistência social como política pública. A lei final foi uma grande negociação para poder ser aprovada naquele momento.

Em 1993 é instituída a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742⁷ de 07 / 12 / 93, cujas definições, princípios e diretrizes para a política de assistência social, em seu artigo 1º, diz:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 2000).

A respeito do assunto, Carmelita Yasbeck (2012), em seu artigo intitulado Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento traz considerações mostrando que essa lei complementou e detalhou o que estava previsto na Constituição Federal / 88, indicando os caminhos para a consolidação da política de assistência (p. 7). E que no período de 1993 a 2005 caminhou-se em direção a um sistema único. Ainda segundo o MDS (2010), essa legislação regulamentou os artigos da Constituição Federal / 88 que tratavam da assistência social, garantindo o modelo de gestão e de controle social de forma descentralizada e participativa. Também responsável pela extinção do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), instituiu o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e essa nova instância teve como incumbência fiscalizar a política de assistência social, adquirindo formação paritária e caráter deliberativo.

De acordo com o MDS (2010), a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS,

⁷ Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993: Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

precisava ainda responder aos desafios de garantir o equilíbrio entre o poder de decisão de cada governo e passou a ter a responsabilidade de assegurar a convivência entre o regional e o nacional. Foi criado, então, um comando único nos níveis de Governo Federal, Estadual e Municipal para articular, integrar e coordenar as ações, de acordo com as suas responsabilidades. Assim, cada um ficava ligado ao outro por um pacto de compromisso e não por obediência. A estratégia encontrada para alcançar esses objetivos foi instituir conselhos, planos e fundos de assistência social como requisito para garantir o acesso aos recursos da União.

De acordo com o MDS (2010), nos anos de 1990 incidem as conferências de Assistência Social, elas foram peças importantes do processo de democratização da assistência social no País. E em 1993 foi realizada a chamada conferência zero que deu grande contribuição para a área. A primeira conferência nacional foi realizada em 1995, no mesmo ano em que a LBA é extinta juntamente com o Ministério do Bem-Estar Social. No lugar dessas instituições foi criado o programa Comunidade Solidária e a Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS) e, posteriormente, segundo enfatiza Vicente Faleiros, quando o então, presidente, Fernando Henrique Cardoso fez a reforma da previdência, propôs o fim da isenção fiscal para as entidades beneficentes, vindo a ocorrer uma grande pressão no Congresso Nacional para que fosse retirada da reforma da previdência. A mobilização dessas entidades foi significativa durante o processo de discussão, além da mobilização dos funcionários da LBA, que queriam a garantia dos seus direitos.

Ainda conforme indicado pelo MDS, em 1998, foi aprovado o primeiro texto para a PNAS, bem como as normas operacionais que definiram as regras para o repasse de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para estados, Distrito Federal e municípios. Para o MDS (2010) o ano de 2003 foi divisor um de águas para a política de Assistência Social. A implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi a principal deliberação da quarta Conferência Nacional. Após dez anos de regulamentação da LOAS, o documento da política nacional de assistência social determinou as bases para a implantação do novo modelo de gestão. O Brasil ingressou em uma nova fase de fortalecimento do Estado e de defesa dos direitos socioassistenciais em que foram estabelecidos serviços, programas, projetos e benefícios assistenciais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família.

O MDS (2010) enfatiza que o SUAS representou um avanço para a organização descentralizada e participativa da política de assistência social e a aprovação da Norma

Operacional Básica⁸ (NOB / SUAS), pelo CNAS no ano de 2005, reafirmou-se, desse modo, o pacto federativo começando a se delinear o novo modelo socioassistencial no país.

Nesse contexto, o MDS (2010) assinala que a família assumiu o papel de núcleo fundamental para a política de assistência social, na perspectiva dos princípios da matricialidade sociofamiliar e do território como alicerce de organização dos serviços, sendo compreendida como um conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e de solidariedade. A assistência social, assume assim, o seu caráter preventivo.

Além disso, o território passou a ser fundamental para se compreender as situações de vulnerabilidade e risco social. Segundo considerações de Berenice Rojas Couto (2010), quando o serviço chega a determinado lugar, chega também a proteção social como a urbanização, a escola, o posto de saúde, entre outros. A oferta desse serviço público vai potencializar essa população para que ela aproveite a cidade, logo, o sujeito se dá conta que ele é um cidadão de direito, que ele mora numa cidade, num estado e em um país.

Com isso, aos poucos a população começou a perceber a mudança. A assistência social passa a ter como referência os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), nesses espaços e equipamentos públicos a família passa a ter a garantia de acesso à política pública de assistência social com direito à convivência familiar e comunitária.

Em 2004 a política descentralizada, a gestão compartilhada, a participação e o controle social foram eventos que marcaram fortemente o período. No entanto, em 2005 foram elaboradas bases para a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), as quais foram consolidadas pela Norma Operacional Básica do SUAS (NOB / SUAS), apresentando claramente as competências de cada órgão federado e os eixos de implementação e consolidação da iniciativa. A NOB disciplina e normatiza a operacionalização da gestão da Política de Assistência Social: estabelece nova sistematização de financiamento regulada em pisos de proteção social básica e especial, em concordância com critérios de partilha pautados em indicadores, como o porte dos municípios, a análise territorial realizada de fundo a fundo, de forma regular e automática; define responsabilidades e critérios para a adesão ao SUAS; bem como os níveis diferenciados de gestão de estados e municípios.

⁸ NOB / SUAS: É um instrumento normativo que disciplina a gestão pública da PNAS. Estabelece o caráter do SUAS e apresenta os eixos estruturantes para a realização do pacto a ser efetivado entre os três entes federados e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação, visando à implantação e consolidação do SUAS. A versão mais atual foi aprovada pela Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012. Cita-se ainda como norma complementar, a Norma Operacional Básica de Recurso Humanos do SUAS (NOB / RH / SUAS), aprovada pela Resolução CNAS nº 269, de dezembro de 2006, que dispõe sobre a gestão do trabalho no SUAS, as diretrizes para a Política Nacional de Capacitação e as responsabilidades dos entes nesses campos.

No período de 2006 a 2012, de acordo com o Pacto Pela Saúde Consolidação do SUS⁹ (2006), o Sistema Único é consolidado em constante aprimoramento. A NOB-RH / SUAS aprovada pelo CNAS em 13 de dezembro de 2006 objetiva a padronização das carreiras do SUAS, por meio de diretrizes nacionais para a implementação de ações específicas quanto à basilar tecnologia do SUAS: os seus trabalhadores.

Em 2007, o Plano Decenal da Assistência Social – SUAS - Plano 10 - projeta a operação da política para 10 anos. Este resulta do envolvimento de milhares de pessoas num processo de planejamento participativo de grande vulto. Representa um pacto democrático que exige a adoção de metodologia publicamente acordada e decisões coletivas. Esse momento teve um grande significado para todos aqueles que buscavam, de várias formas, apoiar e construir o direito à assistência social pública e de qualidade sob a forma inédita de um sistema, único e universal.

De acordo com o MDS a Secretaria Nacional de Assistência Social, podemos verificar algumas situações antes e depois do SUAS. Primeiro, tínhamos a desresponsabilização do Estado na oferta de serviços e no atendimento à situação de violação dos direitos; segundo, existia uma insuficiência na regulação do campo da assistência social e, sobretudo, no campo de gestão governamental e não governamental e ainda uma imprecisão conceitual.

Outro aspecto que podemos observar é que, antes do SUAS, os serviços, programas e projetos eram planejados e executados de forma fragmentada, segmentada e focalizada no indivíduo, não havia uma referência para o atendimento às famílias ou aos usuários da Assistência Social. Também observamos que não havia, por parte dos municípios e estados, autonomia na gestão. Existia uma desarticulação dos serviços com os benefícios socioassistenciais e com as políticas setoriais, o que propiciava o esvaziamento de legitimidade das instâncias de articulação, pactuação e deliberação.

Depois do SUAS, ainda segundo o MDS (2010), observa-se um novo quadro, o Estado passa obrigatoriamente a ofertar serviços de referência local ou regional para a recomposição dos direitos violados: norma operacional, portarias, resoluções, guias e manuais, entre outros instrumentos que estabelecem o marco regulatório inicial do SUAS. Como exemplo, o NOB / SUAS, NOB RH e a organização dos serviços continuados e por níveis de proteção social (básica e especial), tendo como foco prioritário a atenção à família.

⁹ Pacto pela Saúde 2006: Aprovado pelos gestores do SUS na reunião da Comissão Intergestores Tripartite do dia 26 de janeiro de 2006, é abaixo assinado pelo Ministério da Saúde, o Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS e o Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS e operacionalizado por meio do documento de Diretrizes Operacionais do Pacto pela Saúde 2006.

A PNAS / 2004 estabelece duas referências para o atendimento das famílias e indivíduos, o CRAS¹⁰ e CREAS¹¹, universalizando o acesso ao direito. Também se verifica uma nova lógica de financiamento, a qual estabelece pisos de proteção social, repasse fundo a fundo automático e regular e critérios técnicos de partilha, articulação dos serviços e benefícios (público prioritário no atendimento são os beneficiários dos benefícios de transferência de renda) o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Em 2009 padroniza-se e qualificam-se os serviços socioassistenciais. Contudo, em 2010 é instituído o Protocolo de Gestão Integrada, com critérios para garantir a oferta prioritária de serviços para famílias dos programas de Transferência de Renda ou do BPC. O que se viu é que, segundo o IBGE (2010), 100% das cidades brasileiras possuíam estrutura de assistência social. Nas primeiras décadas do milênio, milhares de brasileiros saíram da linha de pobreza e passaram a ter acesso aos serviços e benefícios da assistência social, descobrindo que a longa história brasileira demonstra que onde a esmola termina, o direito começa. Além do mais, em 2011 é dada nova redação à LOAS, lei nº 12.435 / 2011, onde se institui o IGDSUAS¹² e atualiza outros assuntos. E em 2012 regulamenta-se o Fundo Nacional de Assistência Social.

Todavia, vale destacar que as políticas públicas na área de assistência social no Brasil ainda são insuficientes, percebe-se que essas políticas não têm levado em conta as diferenças culturais e regionais daqueles que se encontra em vulnerabilidade social. Também não é difícil perceber o quanto as pessoas costumam perder-se na diferenciação entre a assistência social e o assistencialismo, que são duas práticas distintas.

2.4 Assistencialismo, Assistência Social e as Ações da Legião da Boa Vontade

Para o Confrade Renato Lima, o termo assistencialismo possui o sentido um tanto

¹⁰ CRAS: Centro de Referência de Assistência Social, entidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social.

¹¹ CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social: configura-se como uma unidade pública e estatal, que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.).

¹² Índice de Gestão Descentralizada do SUAS: instituído pela Lei nº 12.435 / 2011, que altera a Lei nº 8.742 / 1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto nº 7.636 / 2011 e Portaria nº 07 de 30 de janeiro de 2012. É o instrumento de aferição da qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no âmbito dos municípios, DF e estados, e mede o resultado da gestão descentralizada do SUAS com base na atuação do gestor, na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.

negativo entre nós por que o que caracteriza especificamente o assistencialismo é o fato de não se preocupar com a erradicação das causas dos males sociais. Como doutrina, o assistencialismo defende que nada há de fazer em termos de reformas estruturais, reduzindo toda ação social à aplicação de paliativos.

Já a assistência social busca recuperar a autoestima dos vulneráveis, oferecendo-lhes condições, através de práticas universalizadas que os assegurem os direitos respaldados por lei, para qualquer cidadão. Compreendido como uma doutrina ou prática política que propicia assistência aos mais desprovidos da sociedade, o assistencialismo se configura em uma doutrina que se funda no conceito de assistência. Representa uma obrigação que conclama governos e cidadãos por intermédio de uma forma legal constitucional o qual deve assinalar o caráter de dignidade do ser humano indistintamente, e por via em que o governo há de assisti-los quanto à subsistência mínima básica como, por exemplo, garantir o direito à moradia, refeitórios públicos e cuidados sanitários. Assim, os governos disponibilizam serviços aos necessitados, cobrando-lhes em espécie ou por meio de medidas como renda básica de cidadania. Esse tipo de serviço não visa o lucro e é disponibilizado para esta população com o objetivo de cobrir-lhes necessidades. É, portanto, um serviço público que pode ser terceirizado a empresas privadas.

De acordo com Yasbeck,

A Assistência Social como campo de efetivação de direitos emerge como política estratégica, não contributiva, voltada para o enfrentamento da pobreza e para a construção e o provimento de mínimos sociais de inclusão e para a universalização de direitos, buscando romper com a tradição clientelista que historicamente permeia a área onde sempre foi vista como prática secundária, em geral adstrita às atividades do plantão social de atenções em emergências e distribuição de auxílios financeiros (YASBECK, 2012, p.304-305).

Fidelis (2005) enfatiza que, apesar de termos legislações que avançaram no sentido do direito social, muitas ações desenvolvidas segundo a ótica dos interesses de dirigentes do Estado, têm-se caracterizado como assistencialistas, ou seja, ações que não emancipam os usuários, pelo contrário, reforçam sua condição de subalternização perante os serviços prestados (p. 2).

Segundo advertência da autora, não se deve equiparar ou confundir ação de emergência com assistencialismo. Para a autora, as emergenciais são tão dignas e necessárias quanto as demais ações, o que realmente faz a diferença são os objetivos pelos quais são desenvolvidas.

Contudo, ao decompor a trajetória do sistema de proteção social brasileiro,

sabemos que é possível dividi-lo em distintos períodos, que foram marcados por ações meritocráticas, seletivas e fragmentadas até chegarem ao período atual, que se iniciou com a Constituição Federal de 1988 e se consolidou a partir de meados dos anos 2000, marcado pela preocupação com a garantia de direitos, conforme se constata no Caderno de Estudos do Curso de Indicadores para Diagnóstico do SUAS e do Plano Brasil sem Miséria (2013, p. 38).

2.4.1 Política Nacional de Assistência Social e os Direitos Sociais

Ao realizar uma análise sobre o trabalho desenvolvido pela LBV, neste estudo, foi demandada uma apurada observação sobre o cenário da Política Nacional de Assistência Social no Brasil, a fim de que se verificasse os agravos na garantia dos direitos sociais.

Como retratado no histórico da Instituição, essa nasce com ações assistencialistas que, segundo Solange Silva dos Santos Fidelis em Conceito de assistência e assistencialismo (2006), são ações que não emancipam os usuários, mas que reforçam sua condição de subalternização perante os serviços prestados. Segundo a autora, o assistencialismo caracterizava sua intervenção junto à classe trabalhadora no sentido de garantir a harmonia entre as classes sociais e a manutenção do poder da classe dominante, sendo compreendida como algo natural, e não como resultado do modelo de capitalismo e das desigualdades que este produz.

Essa observação nos leva a indagar se o assistencialismo pode ser visto como uma prática de dominação de grupos dominantes que impõem medidas meramente paliativas e que não apresentam uma real solução dos problemas sociais para os mais carentes? Essas constituem-se em medidas pontuais, contextualizadas e que visam o enquadramento do pobre?

De acordo com Maria Luíza de Souza Lajús (2009), apesar de inegáveis avanços na construção da política, a tradição histórica da Assistência Social no Brasil tem-se constituído em dificuldade significativa para a afirmação e consolidação da política de Assistência Social, pois contraditoriamente ao previsto na LOAS, ainda encontram-se práticas de caráter assistencialista, a partir de relações mediadas pelo favor (p. 170).

Assim, de acordo com a perspectiva da autora, observa-se a predominância de uma ética patrimonialista de apropriação do público para atender a interesses privados em detrimento de uma ética cidadã, construída a partir da noção do direito e não das compensações.

Reforçando e completando essa ideia, Marlova Jovchlovitch Noletto, coordenadora da Unidade de Assistência Social e Cidadania da FAMURS (1993), afirma que historicamente, a assistência social tem sido vista como uma ação tradicionalmente paternalista e clientelista do

poder público, associada às primeiras Damas, com um caráter de “benesse”, transformando o usuário na condição de “assistido”, “favorecido” e nunca como cidadão, usuário de um serviço a que tem direito.

Nesse sentido, era comum confundir a assistência social com a caridade da igreja, com a ajuda aos pobres e necessitados. Logo, tradicionalmente a assistência social era vista como assistencialista. A autora ressalta, ainda, que o assistencialismo reproduzido nas políticas governamentais de corte social, não caminhou na direção da consolidação de um direito, mas reforçou os mecanismos seletivos como forma de ingresso das demandas sociais e acentuou o caráter eventual e fragmentado das respostas dadas à problemática social. Como resultado disso, as políticas sociais governamentais foram entendidas como um movimento multidirecional resultante do confronto de interesses contraditórios e também como mecanismo de enfrentamento da questão social, resultantes do agravamento da crise socioeconômica, das desigualdades sociais, da concentração de renda e da agudização da pauperização da população.

Desse modo, a assistência social, para Marlova Jovchlovith,

(...) era vista de forma dicotomizada, com caráter residual, próxima das práticas filantrópicas, um espaço de reprodução da exclusão e privilégios e não como mecanismo possível de universalização de direitos sociais.

A Assistência sempre se apresentou aos segmentos progressistas da sociedade como uma prática e não como uma política. Era vista até como necessária, mas vazia de "consequências transformadoras". Sua operação era revestida de um sentido de provisoriedade, mantendo-se isolada e desarticulada de outras práticas sociais (<http://www.rebidia.org.br>, 1993).

Conforme enfatiza Larissa Dahmer Pereira, em Políticas Públicas de Assistência Social brasileira: avanços, limites e desafios (s/d), as políticas públicas são compostas por políticas econômicas e sociais e têm no Estado o seu formulador e executor. No Brasil, historicamente, as políticas sociais estiveram submetidas às necessidades da política econômica, a serviço dos interesses das elites e do processo de produção capitalista. (p. 12)

Ao nos referirmos à realidade socioeconômica da sociedade brasileira, como enfatiza Maria Ozanira da Silva e Silva (2010), é possível compreender que a pobreza assume no Brasil uma dimensão abrangente, evidenciando um quadro amplo para intervenção de políticas públicas de corte social, entendendo que as políticas sociais, para serem mais eficazes, devem estar articuladas a políticas macroeconômicas que garantam um crescimento econômico sustentado; geração de emprego; elevação da renda proveniente do trabalho e, sobretudo, redistribuição de renda ainda altamente concentrada no Brasil. (p.156)

Silva destaca também que entre as concepções explicativas e inspiradoras de

políticas de intervenção sobre a pobreza têm-se as abordagens culturalistas que centralizam sua explicação nos comportamentos e valores dos indivíduos e suas famílias. Ainda, amparada pelas ideias de Katz (1989), a autora segue dizendo que tais visões orientam-se por valores morais tradicionais que situam o pobre como diferente e portador de uma cultura inferior reprodutora da situação de pobreza dos adultos e de seus descendentes.

Na esteira dessa discussão, conforme realça Sônia Draibe (1995), no desenvolvimento da Política Social brasileira tem-se um conjunto amplo e variado, mas descontínuo e insuficiente, de programas sociais direcionados para segmentos empobrecidos da população. Essas medidas de intervenção não são configuradas como estratégia de caráter global para enfrentamento da pobreza no país. Nesse sentido, a política social no Brasil tem assumido uma perspectiva marginal assistencialista, desvinculada das questões macroeconômicas, servindo mais para regulação ou administração da pobreza num dado patamar.

No Brasil, conforme postula o MDS (2013), a pobreza normalmente é definida como a incapacidade dos indivíduos terem uma condição de vida adequada em decorrência dos baixos rendimentos auferidos. Embora mensurada fundamentalmente pela renda, a pobreza não se limita a ela, revelando-se também por meio da privação de necessidades básicas. Assim, a pobreza é considerada em seu caráter multidimensional. Pobres são aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo excluídos em graus diferenciados da riqueza social (p. 08).

O conjunto de carências que vão além da renda ou o enfoque multidimensional da pobreza, faz uso de indicadores de acesso a recursos sociais que interferem no padrão de vida das pessoas, tais como saúde, educação, transporte, moradia, aposentadoria e pensões, etc.

Assim, para o MDS (2013), a extrema pobreza é o estado de privação de um indivíduo cujo bem-estar é inferior ao mínimo que a sociedade a qual ele pertence julga obrigada a garantir (p. 09).

A partir do exposto, Silva (2010), considera que a pobreza assume no Brasil uma dimensão abrangente, evidenciando um quadro amplo para intervenção de políticas públicas de corte social e, que para estas serem eficazes, devem estar articuladas a políticas macroeconômicas que garantem um crescimento econômico sustentado; a geração de emprego; a elevação da renda proveniente do trabalho e da distribuição de renda ainda altamente concentrada no Brasil (p. 156).

É a partir dos conceitos de exclusão social e pobreza que a autora analisa as políticas sociais desenvolvidas para a melhoria do quadro social no País. Silva apud Sposati (1999)

ênfatiza que a exclusão não é um fenômeno novo, decorrente do processo de acumulação capitalista, apresentando caráter estrutural como agravamentos cíclicos, e é próprio da sociedade capitalista incluir e excluir.

Para abordar a exclusão social, a autora remete ao debate francês sobre o tema e destaca os autores Serge Paugan (1999) e Robert Castel (2000). Ambos criticam o conceito de exclusão social por ser portador de indeterminação e consideram a necessidade de recorrência a conceitos como desfiliação social e desqualificação social para atribuir uma dimensão de processo ao conceito de exclusão social (p. 156).

Paugan (1999) realiza o debate sobre exclusão social numa perspectiva social e política. Para este autor, essa categoria designa processos que alcançam camadas da população, em razão de mudanças que produzem acúmulo progressivo de dificuldades, decorrentes do desemprego prolongado e da precarização do trabalho. Esse processo desfaz os vínculos sociais e o autor propõe o conceito de desqualificação social. Ressalta o autor que, esse conceito não pode ser generalizado por referir-se a países desenvolvidos que apresentam forte degradação do mercado de trabalho e que, por já conhecerem situações melhores sentem-se humilhadas ao recorrerem à assistência. A compreensão do autor é que a desqualificação social é um processo de expulsão do mercado de trabalho e as experiências vividas em relação com a assistência que ao acompanham em diferentes fases (PAUGAN, 1999, p. 63).

Castel (2000) ao denominar que a exclusão tem armadilhas, tece críticas sobre a imposição do conceito de exclusão social para definir todas as modalidades de miséria do mundo: o desemprego de longa duração, o jovem da periferia, o sem domicílio fixo, etc. O autor sugere uso reservado ou a substituição do conceito de exclusão pelo conceito de desfiliação social para nomear o que ele entende como desfecho do processo de transição da integração para a vulnerabilidade. Para o autor, a exclusão social é uma expressão da realidade dos países desenvolvidos, especialmente, do final do século XX, com a manifestação de grande elevação do desemprego, afrontada pela progressiva precarização do trabalho e pelo arrefecimento da proteção social, que marcaram a crise da sociedade salarial, com queda da cidadania, pois para Castel, não nascemos excluídos, e nem sempre estivemos excluídos (p. 22).

Silva (2010) ênfatiza que no Brasil há um grande contingente populacional que sempre esteve à margem da sociedade; que nunca ingressou no trabalho formal e que nem participou da sociabilidade ordinária e que ser excluído no Brasil é uma condição estrutural que marca gerações a anos e que falar em exclusão social é admitir uma perda virtual de uma condição nunca alcançada (p. 157).

Ainda para a autora, temos uma sociedade marginalizadora do ponto de vista

econômico e social, e que a pobreza no País, aprofundou-se como consequência de um desenvolvimento concentrador de riqueza socialmente produzida, além de ter raízes na formação sócio-histórica e econômica da sociedade brasileira.

Contudo, a temática da pobreza, segundo Silva, tem sido objeto de preocupação no campo teórico-conceitual e de intervenção social. Nesse sentido, a redução da pobreza, sua redução ou regulação é considerada necessária para permitir a manutenção do sistema de produção capitalista.

Portanto, na vida real e não no plano ideológico, do discurso – por mais que se afiance os direitos sociais, a cidadania, etc., estes se encontram bem limitados, dada a perpetuação do direcionamento neoliberal à política econômica, com o consequente resultado de se produzir uma política social pobre para os pobres. É assim que se vê, no Brasil, as medidas de enquadramento do pobre.

Juarez Pereira Furtado adverte que:

Devemos nos lembrar que as políticas sociais constituem um esforço planejado, por parte do Estado, na redução das desigualdades sociais. A ideia é que parte da renda captada por meio de impostos e outras fontes possibilitem ao Estado oferecer serviços ou acesso a instâncias que respondam às necessidades fundamentais da população, sobretudo da parcela mais carente, ligadas à habitação, saúde, transporte e educação, entre outras (FURTADO, 2012, p. 30).

Por conseguinte, ainda segundo esse mesmo autor, é elementar lembrar que as políticas sociais são compostas de facetas distintas – assistencial, socioeconômica e política - e que a mais predomina dentre elas é a assistencial, que prevalece, degenerada em assistencialismo, ou também a faceta socioeconômica, degenerada em tecnocracia (caracterizada como poder pretensamente legitimado por saberes técnico-científicos). É na faceta política que se define o teor e a qualidade das políticas sociais.

Tendo em vista o estudo do trabalho social desenvolvido pela LBV, cabe aqui retomar o que já mencionamos sobre Castel (1999), a vulnerabilidade social se refere a zona intermediária, marcada por instabilidade e que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade. É no contexto de vulnerabilidade que ingressam as ações da LBV, como veremos em sua breve história, apresentada a seguir.

2.4.2 Onde nasce a Legião da Boa Vontade

Com o crescimento e fortalecimento de organizações da sociedade civil, desde os

anos 1970, e do reposicionamento do papel do Estado, surge um novo setor, denominado Terceiro Setor, com um conjunto de agentes privados com fins públicos, cujos programas visavam atender direitos sociais básicos e combater a exclusão social.

Nesse sentido, é enfatizado na *Mini Cartilha Jurídica* (2012), que o nome Terceiro Setor é uma terminologia sociológica que indica iniciativas privadas de utilidade pública. Lembrando que o primeiro setor é o público (Estado), e o segundo setor é o privado (Mercado).

Para Evaldo Vieira, o terceiro setor é uma das soluções apontadas para o combate à desigualdade. O autor assevera que:

O terceiro setor alimenta-se da opinião, da necessidade de aprimorar a gestão da política social. Nele se buscam resultados, participação, eficiência, eficácia nos programas sociais, por intermédio da atuação conjunta do Estado e de setores da sociedade (VIEIRA, 2007, p. 112).

Ainda para o autor, com o terceiro setor, retomam-se as antigas práticas da filantropia e do voluntariado, agora com trajes empresariais, decretando um novo mundo, livre de antagonismos e de conflitos entre as classes sociais, mesmo com a injustiça, a desigualdade e a miséria que nos olham.

Assevera Vieira que, as empresas privadas se utilizam do *marketing* social para inculcar suas marcas comerciais na mente de grande parte da população, dos políticos e governantes. Com isso divulgam sua vocação e a sua responsabilidade social, destacando os programas sociais destinados à criança, ao adolescente, ao idoso, aos desempregados, aos presidiários, às prostitutas, à educação, à cultura, à arte, ao lazer, ao meio ambiente, à proteção ao patrimônio urbanístico e arquitetônico etc. (p. 113).

Nesse panorama nasce a Legião da Boa Vontade. Esta Instituição, a exemplo de entidades de fins sociais que abarcam uma extensa variedade de instituições privadas e que atuam nas mais diversas áreas de interesse público, tais como promoção da assistência social, educação, saúde, defesa do meio ambiente e pesquisas científicas, entre outras, para o alcance das finalidades a que se propõem, adota a forma jurídica de associação ou de fundação, ambas previstas pelo Código Civil Brasileiro.

O Terceiro Setor, composto pelas Entidades de Interesse Social, apresenta as seguintes características básicas: promovem ações voltadas para o bem-estar comum da coletividade, mantêm finalidades não-lucrativas, adotam personalidade jurídica adequada aos fins sociais (associação ou fundação), desenvolvem atividades financiadas por subvenção do Primeiro Setor (governamental) e doações do Segundo Setor (empresarial, de fins econômicos)

e de particulares, aplicam o resultado das atividades econômicas que, por acaso, exerce nos fins sociais a que se destina e, cumprindo rigorosamente os requisitos específicos, é fomentado por renúncia fiscal do Estado.

A Constituição Federal de 1988 dá atenção especial às associações, como podemos ver a seguir:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei: a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas; b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a) partido político com representação no Congresso Nacional;
- b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados (p. 8);

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

§ 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União (p. 51).

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados: I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento (BRASIL, 1988, p. 122).

As Entidades de Interesse Social são pessoas jurídicas de direito privado reguladas, quanto à sua criação e funcionamento, pelo Código Civil. Como reconhecimento da atuação dessas pessoas jurídicas, o Poder Público lhes concede benefícios como imunidade e isenção de tributos, além da concessão de títulos como de utilidade pública, certificado de entidade beneficente de assistência social e de organização da sociedade civil de interesse público.

Segundo Adrian Gurza Lavalle,

[...] as entidades assistenciais exercem fundamentalmente trabalhos de prestação de serviços e assistência direta ao público para o qual trabalham. Suas feições distintivas

são pacíficas na literatura, onde costumam aparecer sob combinações com ênfases diferenciadas de quatro elementos recorrentes: ethos cristão, prestação de serviços de índole assistencial, atendimento dos segmentos mais vulneráveis da população e financiamento provindo do setor privado, não raro mediante a figura da fundação empresarial (LAVALLE, 2008).

As áreas de trabalho dividem-se entre sociais (programas de apoio a crianças, jovens, adolescentes, idosos, mulheres, minorias etc.), prestação de serviços à comunidade (principalmente na área da saúde), projetos culturais e socioeducativos, apoio econômico (programas de geração de renda) e defesa de bens e patrimônio material ou imaterial.

Nessa perspectiva, a LBV se coloca como uma associação civil de direito privado, beneficente, filantrópica, educacional, cultural, filosófica, ecumênica, altruísta e sem fins lucrativos (LBV, 2015). A Instituição expressa uma atividade que focaliza o tema da paz, atuando como formadora de uma cultura da não-violência, reconstruindo valores que contribuam para novas mentalidades e novas formas de encarar o cotidiano.

A LBV, parte integrante do Projeto das Organizações Sociais descrito no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995, p. 60), permite a descentralização de atividades no setor de prestação de serviços não-exclusivos, nos quais não existe o exercício do poder de Estado. Pressupõem-se que seus serviços serão mais eficientemente realizados se, mantendo o financiamento do Estado, forem efetivados pelo setor público não-estatal. De acordo com o PDRAE, as organizações sociais são entidades de direito privado que, por iniciativa do Poder Executivo, obtêm autorização legislativa para celebrar contrato de gestão com esse poder, e assim ter direito à dotação orçamentária.

As organizações sociais terão autonomia financeira e administrativa, respeitadas condições descritas em lei específica como, por exemplo, a forma de composição de seus conselhos de administração, prevenindo-se, deste modo, a privatização ou a feudalização dessas entidades. Elas receberão recursos orçamentários, podendo obter outros ingressos através da prestação de serviços, doações, legados, financiamentos, etc. As entidades que obtenham a qualidade de organizações sociais gozarão de maior autonomia administrativa, e, em compensação, seus dirigentes terão maior responsabilidade pelo seu destino.

2.5 Breve História da Instituição

A década de 1950 foi considerada uma época de mudanças entre o período de guerras da primeira metade do século XX e o período das revoluções comportamentais e tecnológicas da segunda metade, os chamados anos dourados foram marcados por grandes

avanços científicos, tecnológicos e mudanças culturais e comportamentais. Ocorreram importantes iniciativas nas áreas social e econômica baseados na política desenvolvimentista e a forte presença do Estado na Modernização do país. Getúlio Vargas e o seu populismo juntamente com as lideranças políticas buscaram o apoio popular e concedeu benefícios econômicos e sociais para as camadas populares. Em 1954 temos a morte de Getúlio Vargas e em 1955 temos a posse do Governo Juscelino Kubistchek que abriu a economia para o capital internacional atraindo o investimento de grandes empresas, aumentando as oportunidades de emprego, o êxodo rural e a migração, principalmente de nordestinos, para as grandes cidades do sudeste. A economia brasileira passa de rural para urbana.

Junto a todas essas transformações da década de 1950 é criada, em 1º de janeiro de 1950 a LBV. Nasce com o pressuposto de que assistir aos necessitados vai muito além de lhes oferecer aquilo que de material carecem. Foi fundada pelo jornalista, radialista, escritor e poeta, Alziro Zarur (1914-1979).

A LBV protagonizou o ideal do Ecumenismo sem fronteiras, iniciando um trabalho com base no conceito de Caridade Completa, suprimindo as necessidades do corpo e principalmente as da Alma. Essa Instituição disseminou uma mensagem de Paz e união ao mundo, com seu trabalho de reeducação.

Segundo destaca as Diretrizes Espiritualistas da LBV Mundial,

Geralmente fundam-se instituições filantrópicas tendo em vista apenas aqueles que são necessitados de bens materiais, daquilo que os olhos vêem. Todavia o sofrimento humano vai muito além do que se comprova na triste visão da pobreza material. A dor não está somente nos barracos, nos mocambos, nos charcos, nas madrugadas em que a LBV ininterruptamente levanta os mendicantes, com a Sopa dos Pobres e a Ronda da Caridade à meia-noite. A dor também está, e feroz, nas mansões, nos apartamentos de luxo, nos palácios, onde o Amor nem sempre habita. E não há maior sofrimento do que a ausência de amor (...). (Volume 1, 1988, p. 25).

Segundo descreve o livro *O Brasil e o Apocalipse* (1984, p.58) a Campanha da Boa Vontade, por um Brasil melhor e uma Humanidade mais feliz, foi lançada em 4 de março de 1949 na Rádio Globo do Rio de Janeiro, por Alziro Zarur que iniciou sua marcha em 1926, se pautando nas Diretrizes Espiritualistas da LBV Mundial (1988, p. 107), explicando o Apocalipse às massas populares. Dessa marcha surgiu a LBV, nas palavras do próprio diretor.

A Obra LBV, segundo relata Mário Frigéri em *Paiva Netto – o Comunicador da solidariedade Humana* (1986, p. 19), está destinada a empreender uma profunda transformação moral e espiritual no Brasil e a dar um exemplo de fraternidade ao mundo.

A LBV se inicia dois anos antes de sua inauguração oficial quando Alziro Zarur

passou a elaborar as bases da instituição. Era 6 de janeiro de 1948, quando Zarur, um dos maiores nomes do rádio na década de 1930 a convite de amigos testemunhou a uma sessão da Federação Espírita Brasileira (FEB), na cidade do Rio de Janeiro, RJ, da qual participava dona Emília Ribeiro de Mello, respeitável médium. Ao término das atividades, a citada senhora aproximou-se de Zarur e disse: Meu Irmão, São Francisco de Assis esteve todo o tempo aí ao seu lado e manda dizer-lhe que é hora de começar. Sensibilizado, Zarur, a partir dali passou a se dedicar ao projeto, dando os primeiros passos rumo a sua operacionalização. Em 4 de março de 1949, iniciou o programa Hora da Boa Vontade na Rádio Globo, do Rio de Janeiro, o embrião da LBV, em que se ouvia mensagens de conforto aos doentes, palavras de Fé, esperança e Solidariedade. A fundação oficial da Instituição se deu em 1º de janeiro de 1950, passando a uma nova etapa no âmbito das relações sociais influenciadas pelo Ecumenismo Irrestrito¹³. A primeira sede da Instituição localizava-se no Centro da capital fluminense.

Em 7 de janeiro de 1950, Alziro Zarur comandou a primeira reunião ecumênica oficial da LBV, a Cruzada de Religiões Irmanadas, a qual pregava o inter-relacionamento religioso. O encontro foi realizado no Salão do Conselho da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). No encontro, falaram sete oradores dos mais diversos segmentos: Salustiano César, reverendo protestante; Teles da Cruz, representante da Igreja Católica; Maurílio Botelho, esotérico; Leopoldo Machado, espírita; Eugênio Figueiredo, livre-pensador; Samuel Linderman, judeu; e Ascânio de Farias, positivista. Posteriormente, à primeira, outras consecutivas reuniões preparatórias foram realizadas no mesmo local, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 1949, na sala da diretoria daquela Associação.

Com seu trabalho voltado para os estratos mais carentes da população, atuando em situações emergenciais e levando, ao mesmo tempo, educação e cultura, foi reconhecida como Instituição de utilidade pública e federal dia 19 de junho de 1956, assinaram o decreto o então presidente da República, Juscelino Kubitschek, e o ministro da Justiça na época, Nereu Ramos.

Após esse evento, o jornalista e radialista José de Paiva Netto iniciou seus trabalhos na LBV, aos 15 anos de idade, ao lado de Alziro Zarur, e foi um de seus principais assessores do mesmo por 25 anos. De Secretário Geral nomeado em 1978, assumiu a Presidência da LBV após a morte de Alziro Zarur em 1979.

Ainda não tendo formação acadêmica (Ensino Superior), Paiva Netto afirma em sua biografia, que desde que assumiu a Presidência da LBV, fez multiplicar os programas de promoção humana, social e educacional. Sob sua administração, a Instituição se expandiu no

¹³ Ecumenismo Irrestrito: prega o perfeito relacionamento entre todas as criaturas da Terra (Paiva Netto, 2010, p. 144).

Brasil e teve o alcance internacional com sucursais nos seguintes países: Paraguai, Uruguai, Bolívia, Argentina, Estados Unidos e Portugal. Viabilizou escolas e centros comunitários e educacionais em suas 29 unidades, atendendo pessoas carentes nos níveis de educação Infantil, Fundamental, Médio, Supletivo e Profissionalizante.

Na década de 1960, a realização de projetos culturais e ideológicos nascidos na década de 1950 começou a se realizarem. Na política Brasileira, assume a presidência do Brasil com a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart, um presidente considerado trabalhista. A revolução comportamental com o chamado Movimento da Contracultura, as transformações e resistências ao endurecimento dos governos ficam evidenciadas.

Nesse cenário, a LBV continuou seu trabalho voltado para a educação de crianças e adolescentes com a criação de mais 11 unidades voltadas para o atendimento dos mesmos. Com o objetivo de propiciar aos seus atendidos espaços de participação e atividades construtivas, Paiva Netto propôs a criação de um Departamento Infanto-Juvenil, que foi criado e inaugurado em outubro de 1961. Atualmente, esse espaço é denominado Juventude Ecumênica Militante da Boa Vontade de Deus, no qual, adolescentes e jovens usufruem de um espaço de diálogo, intervenção social, arte e cultura com espiritualidade ecumênica.

Em 1962, no Rio de Janeiro, estabeleceu-se a Ronda da Caridade, atividade originária da Campanha Permanente da Instituição contra a fome e pela cidadania, lançada no fim da década de 1940, por meio da distribuição da Sopa dos Pobres. Além do fornecimento de refeições, eram distribuídos outros gêneros alimentícios e roupas, assim como, corte de cabelo e barba, pequenos atendimentos de enfermagem e oferecia aos assistidos, palavras de conforto espiritual.

A Ronda da Caridade ao longo do tempo foi se diversificando em outros programas socioeducativos, segundo os parâmetros da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), suas ações se consolidaram como ferramentas de inclusão social e familiar. Atualmente, a Instituição trabalha na perspectiva de possibilitar aos seus atendidos, a aquisição de conhecimentos no que concerne aos direitos e deveres, à percepção de oportunidades e ao aperfeiçoamento das práticas comunitárias.

Na década de 1970 na qual o Brasil é governado pela Ditadura Militar, que atinge seu auge de popularidade nessa década como o Milagre Econômico Brasileiro, no qual o Brasil alcança a posição de 9ª economia do mundo, e em contraponto a isso temos a censura de todos os meios de comunicação do país, a tortura e os exílios, a LBV lança a Campanha – Esporte é vida, não violência! Essa Campanha, conforme declara a própria Instituição, é marcada por várias iniciativas envolvendo a comunicação social, para suscitar nas pessoas o sentimento de

Solidariedade, promovendo ações socioeducacionais. Anteriormente, em 1978, Paiva Netto aproveitando o ensejo do ambiente, no Maracanã, levou os ideais da Instituição com a finalidade de melhorar o ambiente entre os torcedores do Estádio Mário Filho. Durante o intervalo dos jogos, organizava equipes que transportavam faixas com frases educativas. Novas unidades foram implantadas nessa década. Somaram-se mais 13 unidades implantadas em meio a esse período regido pelos militares.

Cabe ressaltar que nessa década, em 1979, falece Alziro Zarur, tornando-se seu sucessor, José de Paiva Netto.

A década de 1980 foi um período bastante marcante para a história do século XX de acordo com o ponto de vista dos acontecimentos políticos e sociais: é eventualmente considerada como o fim da idade industrial e início da idade da informação, sendo chamada por muitos como a década perdida para a América Latina.

Para a LBV foi uma fase de intenso crescimento. Na primeira metade dos anos 80, Paiva Netto viajou por todo o país, buscando fortalecer o ideal da Organização e visando acompanhar mais de perto o trabalho desenvolvido pela Instituição. Foram inauguradas mais 15 (quinze) unidades socioeducacionais.

No contexto histórico desse crescimento temos a anexação do território do Amapá e o Movimento das Diretas Já, que reivindicava a volta das eleições diretas para presidente do Brasil. A eleição e morte de Tancredo Neves, o governo de José Sarney e a Implantação do Plano Cruzado como tentativa de combater a exacerbada inflação que promovia intensa crise e recessão no Brasil. Em meio a todas essas turbulências em nosso país, ocorre também a transferência da sede central da LBV do Rio de Janeiro para São Paulo, visando o crescimento da Instituição e suas ações na cidade considerada a com crescimento maior da América Latina e que iria proporcionar, cada vez mais, a expansão da LBV.

Conforme ressalta a Instituição, apesar de todo o progresso nas áreas culturais, de negócios e do turismo gastronômico, São Paulo enfrenta grandes desafios comuns pela maioria das cidades brasileiras: crescimento populacional, aliado às desigualdades. Essa situação faz com que muitos vivam em busca de melhores oportunidades tanto profissionais quanto pessoais. Nessa perspectiva, a LBV ergueu um amplo e moderno centro educacional formado pela Supercreche Jesus, o Instituto de Educação José de Paiva Netto e o Centro Comunitário e Educacional Dr. Osmar Carvalho e Silva, objetivando atender famílias de baixa renda, além de unir eficiência no ensino e tornar-se um ambiente propício ao aprendizado. Construiu também o Templo da Boa Vontade (TBV). Este foi fundado e construído em Brasília, Distrito Federal, com o objetivo de promover o Ecumenismo Irrestrito entre todas as criaturas, foi inaugurado

em 21 de outubro de 1989, tornou-se o monumento mais visitado por sua arquitetura arrojada em forma de pirâmide de sete faces, com 21 metros de altura.

A década de 1990 começa com instabilidade, à época, o governo Collor implantou o plano econômico que bloqueava os depósitos bancários de milhões de pessoas físicas e jurídicas que, segundo Leilah Landim (2002) em Múltiplas identidades das ONGs, entre as quais a maioria das ONGs, tiveram seu trabalho paralisado. Entre estas, havia umas poucas entidades que, desenvolvendo atividades educacionais e / ou de assistência social, tinham obtido o certificado de filantropia, o que lhes permitiu ter os seus recursos desbloqueados por uma medida provisória do Executivo. Os negócios escusos de Collor mais tarde levariam milhares de jovens (mobilizados por uma forte campanha de mídia) a criarem o movimento "Caras Pintadas" e pedirem seu Impeachment.

No governo seguinte, de Itamar Franco, o Brasil experimentou estabilidade econômica e crescimento com o Plano Real, que igualava a paridade da moeda e do dólar por meio de uma banda cambial. O Ministro da Fazenda que implementou o Real, Fernando Henrique Cardoso, se elegeria presidente por duas vezes seguidas

A demonstração de que a instabilidade também se refletia no bojo da LBV está nas poucas inaugurações de suas unidades, foram 02 (duas) apenas. No período de 1991 a 1994, mais especificamente em dezembro de 1994 a LBV construiu o Parlamento Mundial da Fraternidade Ecumênica, o ParlaMundi¹⁴. Este foi instituído com o objetivo de servir de fórum irrestritamente ecumênico, tratando de questões fundamentais da vida, tanto de ordem social, humana quanto espiritual. Nele, segundo a própria Instituição, seriam bem-vindos aqueles que trabalhem pela valorização da vida humana e espiritual e que estejam dispostos a utilizar a Fraternidade Ecumênica como instrumento de conquistas para a evolução dos povos.

Em 1996, mais uma obra é inaugurada pela LBV, no Rio de Janeiro, RJ, o Centro Educacional da LBV. A obra é construída com o objetivo de propiciar uma nova realidade para crianças e famílias das comunidades de baixa renda, oferecendo serviços como educação de qualidade, laboratórios, biblioteca, brinquedoteca, alimentação balanceada, atendimento odontológico, médico e psicológico. A partir de 2011, a LBV passou a manter também, na mesma localidade, o Centro Comunitário de Assistência Social. Esses dois órgãos desenvolvem, desde então, programas socioeducativos que atende crianças famílias em situação de risco social.

Também despontou, para a LBV na década de 1990, a mídia, instrumento do

¹⁴ ParlaMundi: Parlamento Mundial da Fraternidade Ecumênica é um fórum de conferências e encontros, faz parte do conjunto ecumênico do Templo da Boa Vontade, em Brasília / DF.

trabalho socioeducativo, bem como a Editora Elevação, a Gráfica da Boa Vontade e a Gravadora Som Puro Records, o Portal Boa Vontade¹⁵, a Super Rede Boa Vontade de Rádio, a Boa Vontade TV e a TV Reeducar – Rede Educação e Futuro de Televisão. Assim, são várias as emissoras de norte a sul do país que se tornaram veículos de comunicação para o trabalho da LBV, levando a Instituição a cumprir sua missão que é: Promover Desenvolvimento Social, Educação e Cultura, com Espiritualidade Ecumênica, para que haja Consciência Socioambiental, Alimentação, Segurança, Saúde e Trabalho para todos, no despertar do Cidadão Planetário (LBV, 2014).

Segundo descreve Paiva Netto em *Diretrizes Espiritualistas da LBV Mundial* (1988, p. 144), todos os anos, novos órgãos assistenciais da Legião da Boa Vontade são inaugurados, muitos reformados e ampliados, tantos mais entram em fase de projeto, para breve execução. O povo ajuda e a LBV faz. Diante de tantas realizações, um questionamento se faz presente: De onde vem todo o dinheiro que financia as atividades da Instituição?

Nos anos de 1998 e 1999, a LBV mobilizou o povo por meio da Campanha SOS Nordeste, promovendo no Brasil uma das maiores campanhas solidárias da época, em favor das vítimas da seca. A Rede Bandeirantes de Rádio e Televisão apoiou a ação da Instituição, movimentando a população em favor dos flagelados com a seca. Navios, aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), carros e carretas, cruzaram o Brasil transportando as doações até chegarem às áreas de carência.

Em 2000 a LBV inaugurou o Fórum Mundial Espírito e Ciência (FMEC) em Brasília, Distrito Federal. Esse espaço se constitui como permanente e livre de preconceito para a discussão da continuidade da vida após o fenômeno da morte. Uma das expectativas para o espaço é que os eventos ali desenvolvidos ultrapassem o campo teórico e desemboquem em propostas pragmáticas, aplicáveis no cotidiano da sociedade, tornando-se Religião e Ciência (uma vez irmãs segundo a Instituição), continuidade, frente ao saber que não prejudique nem o laboratório, nem o altar.

A década de 2000 ficou marcada como a década em que a esquerda política brasileira teve um representante seu eleito presidente do país, através de um legítimo processo democrático. O primeiro brasileiro operário a alcançar a presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, elegeu-se em 2002, após quatro tentativas anteriores, e foi reeleito em 2006. Nesta mesma década, a reeleição do ex-presidente Fernando Collor de Mello para o Senado, pelo Estado de Alagoas, também causou polêmica, também se destacou por vários casos de corrupção, a visita

¹⁵ Portal Boa Vontade: www.boavontade.com.

do Papa Bento XVI, além da descoberta de petróleo na camada pré-sal, da autossuficiência em petróleo e da produção de biocombustíveis.

Em março de 2001, a FJPN recebeu do Ministério das Comunicações a autorização para o funcionamento da Rede Mundial de Televisão, um canal de TV educativa, sem fins lucrativos, cuja finalidade é ser um instrumento de apoio ao Terceiro Setor. Nesse mesmo período, uma investigação jornalística do jornal "O Globo", que faz parte das Organizações Globo, realizada por Chico Otávio e Rubens Valente, denunciou que o dinheiro doado pela população para as obras sociais da LBV era empregado para outras finalidades.

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) negou à LBV a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) mais conhecido como certificado de filantropia, em 12 de junho de 2001, perante as acusações de pagamento indireto de remunerações para seus diretores; da doação de bens para a Fundação José de Paiva Netto (Fundada pela própria LBV), e do repasse financeiro à Religião de Deus. Essas práticas desrespeitariam o Decreto 2.536 / 98¹⁶. A relatora do processo no Conselho foi Tânia Garib, e sua recomendação de voto foi seguida por todos os 18 conselheiros.

A Legião da Boa Vontade ao exibir sua defesa à Justiça, manteve seu certificado de filantropia sob liminar, não o perdendo em nenhum momento. Isso propiciou ao Ministério da Justiça renovar o certificado de Utilidade Pública da LBV, entendendo que as expostas "irregularidades" não passavam de acusações vazias. A conclusão do relatório do Processo 08015.012007 / 20002-97, assinado, em 26 de outubro de 2004, pelo Coordenador de Justiça, Títulos e Qualificação e pelo Diretor do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação destaca que não foi comprovado o descumprimento de qualquer dos requisitos do artigo 1.º da Lei 91, de 28 de agosto de 1935, e nem a ocorrência de nenhuma das hipóteses previstas no artigo 6.º do Decreto 50.517 / 61, pelo que sugeriu o arquivamento do feito e a manutenção do título de utilidade pública à Legião da Boa Vontade. O mesmo ocorreu no CNAS, que, por unanimidade do Conselho, reconsiderou a decisão anterior de cassar o CEBAS da LBV, tendo, até mesmo a Sra. Tânia Garib votado pela retificação do julgamento, que estava completamente eivado de nulidade.

Na década seguinte, teve início o enfraquecimento do neoliberalismo, com a retomada dos investimentos públicos nos setores estratégicos de infraestrutura. Em 2007 o Brasil conseguiu acumular mais reservas do que a dívida externa e com isso recebeu o status de

¹⁶ Decreto 2.536 / 98: Dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos a que se refere o inciso IV do art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências. Atualmente revogado pelo Decreto nº 7.237, de 2010.

credor, mantendo assim, sua economia estável.

De 2000 a 2014, a LBV do Brasil, assim como a LBV de outros países como Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Estados Unidos, colaboram com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU¹⁷, com a articulação de vários atores sociais, realizando encontros e disseminando informações em cidades brasileiras, na América Latina e na Europa, como intuito de cooperar, de forma regionalizada, para uma atuação intersetorial de grande amplitude em prol do desenvolvimento sustentável e integrado.

A década de 2010 teve início em meio a uma grave crise econômica mundial, iniciada no fim da década anterior. A crise afetou especialmente os países da União Europeia, em especial os do sul da Europa, que tiveram aumento no desemprego.

No Brasil, o maior marco no início da década foi a eleição de Dilma Rousseff como primeira mulher a exercer a Presidência da República. Eleita pelo Partido dos Trabalhadores, demitiu vários ministros e funcionários de alto escalão em seu primeiro ano de mandato devido a acusações de corrupção, e teve no início um mandato caracterizado por uma política, em parte, voltada pela continuidade dos programas sociais de seus dois antecessores imediatos, Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso e, em outra, por parcerias com a iniciativa privada na gestão de aeroportos e reduções pontuais de impostos em setores estratégicos da economia, como a eletricidade.

Em 2013, em meio a uma acelerada da inflação, o aumento da tarifa dos transportes públicos em São Paulo serviu de estopim para protestos em todas as grandes cidades do Brasil, muitos deles violentos. A presidente Dilma Rousseff respondeu a isto com a proposta de um plebiscito para uma reforma política, que não ocorreu. Mesmo com a popularidade bem mais baixa, Dilma Rousseff foi reeleita para um segundo mandato em 2014.

Outro marco importante no Brasil foi o julgamento do Escândalo do Mensalão, tendo como relator o ministro Joaquim Barbosa. Eclodiu também a Operação LavaJato, apurando um rombo histórico na Petrobras, que perdeu grande parte de seu valor de mercado. Nesta operação, vários políticos e empresários de grandes empresas foram presos.

Nessa primeira metade de década, mesmo com esse contexto de corrupção e crise a LBV inaugurou 07 (sete) unidade, fato que demonstra uma retomada de fôlego, após o difícil período anterior vivido pela Instituição.

¹⁷ Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM): Em setembro de 2000, 189 nações firmaram um compromisso para combater a extrema pobreza e outros males da sociedade. Esta promessa acabou se concretizando nos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que deverão ser alcançados até 2015. Em setembro de 2010, o mundo renovou o compromisso para acelerar o progresso em direção ao cumprimento desses objetivos.

Ao refazer o processo histórico da instituição LBV, aprofundar na sua realidade material, fica notória a incidência que esta exerce sobre as pessoas, quando se relacionam com elas. As mudanças ocorridas no nível de sua realidade determinam as mudanças das ideias das pessoas.

2.5.1 Aspectos Legais da Legião da Boa Vontade

A Legião da Boa Vontade é uma associação civil de direito privado, beneficente, filantrópica, educacional, cultural, filosófica, ecumênica, altruísta e sem fins econômicos, reconhecida no Brasil e no exterior por seu trabalho nas áreas de educação e da assistência social (LBV, 2014). Tendo por objetivo a realização de atividades culturais, sociais, religiosas, recreativas etc., sem fins lucrativos, ou seja, não visa lucros e é dotada de personalidade distinta de seus componentes.

Segundo Szazi (2006), uma associação pode ser definida como uma pessoa jurídica criada a partir da união de ideias e esforços de pessoas em torno de um propósito que não tenha finalidade lucrativa. Ainda segundo o citado autor, com a aquisição da personalidade jurídica a associação passará a ser sujeito de direitos e obrigações.

De acordo com o Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406 / 2002, em seu art. 53, constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.

No Parágrafo único: Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos. O art. 44 do Novo Código Civil (Lei 10.406 de 2002) define como pessoas jurídicas de direito privado as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas e os partidos políticos.

Ainda segundo esse mesmo Código, no art. 44,

São pessoas jurídicas de direito privado: (Art. 16 CC Lei 3.071 / 16),

I - as associações;

II – as sociedades;

III - as fundações.

IV - as organizações religiosas; (Acrescentado pelo art. 02, da Lei 10.825 / 03)

V - os partidos políticos. (Acrescentado pelo art. 02, da Lei 10.825 / 03)

§ 1º. São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento. (Nova redação dada pelo art. 02, da Lei 10.825 / 03)

§ 2º. As disposições concernentes às associações aplicam-se subsidiariamente às sociedades que são objeto do Livro II da Parte Especial deste Código. (Acrescentado pelo art. 02, da Lei 10.825 / 03)

§ 3º. Os partidos políticos serão organizados e funcionarão conforme o disposto em lei específica. (Acrescentado pelo art. 02, da Lei 10.825 / 03).

Em relação às pessoas jurídicas de direito privado ressalva-se que nas organizações religiosas são livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento. Assim, a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo. Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro (prazo decadencial).

2.5.2 Títulos de sua Personalidade Jurídica

A LBV declara ser uma associação. Ela se identifica por sua finalidade não lucrativa, que se define pela não distribuição de parcelas do patrimônio a associados(as) e dirigentes, com aplicação integral das receitas à realização do objeto social.

De acordo com a Mini cartilha Jurídica: distinções (2012), o Código Civil define associações como uma união de pessoas que se organizam para fins não econômicos (art. 53). Ainda, conforme é informado na cartilha, não há vedação legal ao desempenho de atividades econômicas pela associação, tais como prestação de serviços e venda de produtos, desde que se caracterizem como meios para atendimento de seus fins, ou seja, como fonte de recurso para consecução de seu objetivo social, e não propicie lucro aos associados¹⁸. Deste modo, uma associação é uma união de pessoas promovida com um fim determinado, seja de ordem beneficente, literária, científica, artística, recreativa ou desportiva. Sua finalidade pode ser altruística – como prestar algum serviço gratuito a uma comunidade – ou não altruística, no sentido de que se restringe a um grupo seletivo e homogêneo de associados, como os clubes esportivos.

A associação é instituída por meio de uma reunião de seus associados fundadores (Assembleia) para que, juntos, decidam seu objetivo social, suas regras de administração e as demais condições em que a associação funcionará, deverão constar em seu Estatuto Social. A ata da assembleia de constituição e o Estatuto Social têm regras específicas que devem ser adotadas, oriundas do Código Civil Brasileiro e da Lei de Registros Públicos. Registrado o

¹⁸ DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. 9. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1993.

Estatuto Social no Cartório de Títulos e Documentos da jurisdição de sua sede, a associação passa a possuir personalidade jurídica e, portanto, a capacidade para contratar, empregar etc., tornando-se um ator social sujeito a direitos e obrigações.

Estes documentos (Estatuto Social e Ata da Assembleia) são necessários para a simples existência da associação, no entanto, para o exercício de suas atividades, a associação necessitará de diversos outros documentos como o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o CNPJ, que corresponde ao CPF da pessoa física, e cadastros municipais, estaduais e federais que podem, inclusive, possibilitar à associação a solicitação de benefícios como a isenção de alguns impostos.

Uma vez criada a associação, realiza-se a eleição da mesa diretora. Para iniciar seus trabalhos, a LBV preparou seu Estatuto Social e buscou ao longo de sua existência, os títulos e qualificações existentes para gozo e oferecimento de vantagens fiscais. Sua existência jurídica começou com o registro dos atos constitutivos em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da comarca da sede da entidade, em São Paulo. Há também filiais de associações estrangeiras e estas são constituídas segundo o que dispõe a lei dos países nos quais está presente. A associação, no Brasil, tem personalidade jurídica distinta de sua mantenedora (a entidade estrangeira), e utiliza a mesma denominação, logotipos, estrutura de comando e estatuto, com os ajustes eventualmente necessários por força de ditames legais.

A LBV, assim que foi constituída, providenciou a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ / MP) para regularizar a sua condição de contribuinte de tributos federais. Dessa forma, um dos títulos e certificados de âmbito federal necessário para o gozo de benefícios fiscais pela entidade e o oferecimento de incentivos fiscais aos doadores e patrocinadores de seus programas são: Declaração de Utilidade Pública Federal (DUPF), por ato do ministro da justiça.

Mesmo sem uma definição no Código Civil de 1916, outras leis identificam uma associação pela sua finalidade não lucrativa, que se define pela não distribuição de parcelas do patrimônio a associados(as) e dirigentes, com aplicação integral das receitas à realização do objeto social. O texto novo, que define associações como união de pessoas para fins não econômicos causou preocupação para as organizações com atividade econômica (comercialização de produtos ou serviços). No entanto, finalidade é diferente de atividade – uma associação pode exercer atividades econômicas de forma suplementar e não exclusiva. Assim, não econômico pode trazer, na prática, os mesmos efeitos legais da habitual expressão não lucrativo.

Segundo Szazi (2006, p. 89), as associações civis, associações e fundações

constituídas no país que sirvam desinteressadamente à coletividade poderão ser declaradas de utilidade pública na forma do estatuído na Lei 91, de 28 / 08 / 1935. O título de Utilidade Pública Estadual (UPE) e o título de Utilidade Pública Municipal (UPM) agremiam também à LBV, certificados em Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS), nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Ainda segundo o autor, o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) é concedido a entidades que demonstram, cumulativamente, estarem legalmente constituída no país e em efetivo funcionamento nos três anos anteriores à solicitação do certificado; que esteve previamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência do município de sua sede, se houver, ou no conselho correspondente no âmbito estadual e que esteve previamente registrada no CNAS.

2.5.3 Princípios Essenciais da Legião da Boa Vontade: Missão, Visão e Valores Organizacionais

Buscar melhores resultados tem sido, nos dias atuais, um imperativo para as organizações que desejam se manter competitivas no cenário cadenciado por regras impostas tanto pelos processos de internalização quanto pelo crescente nível de exigência que pertence a um novo perfil de consumidores. As organizações, com isso, iniciam sua atuação de modo mais ideológico e seus serviços e produtos revelam-se cada vez mais semelhantes, resultando desse modo, na aposta em um específico conjunto de características como a Missão, Visão e Valores que refletem e diferenciam uma organização de outras.

A missão de uma instituição reflete a razão de sua existência e define para quem ela atua, visando a produção do impacto que causa. Ela se liga aos objetivos institucionais e aos motivos pelos quais a organização foi criada. Conforme enfatiza Chiavenato (1999, p. 49), a missão funciona como orientador para as atividades da organização. Ela tem por finalidade clarificar e comunicar os objetivos, os valores e a estratégia adotada pela organização. Ainda de acordo com o autor, é fundamental que todos na organização conheçam a missão e os principais objetivos institucionais, pois se as pessoas que fazem parte da empresa não sabem o motivo de sua existência e os rumos que pretende adotar, dificilmente elas saberão o melhor caminho a ser seguido.

Assim, a missão da LBV é Promover Desenvolvimento Social, Educação e Cultura, com Espiritualidade Ecumênica, para que haja Consciência Socioambiental, Alimentação, Segurança, Saúde e Trabalho para todos, no despertar do Cidadão Planetário (BOA VONTADE

Desenvolvimento Sustentável, 2013, p.14).

Para compreender qualquer organização, é necessário compreender qual a situação futura é almejada pela mesma. Arnaldo Rosa Andrade (2002), ressalta que a visão de uma organização necessita ser a situação futura desejada em longo prazo, precisa ser uma meta ambiciosa, e servir como um guia para a definição dos objetivos e a realização da missão.

Idalberto Chiavenato (1999) reforça e complementa que a visão define a imagem que a organização tem de si e do seu futuro. É, pois, estabelecida sobre os fins da Instituição e corresponde à direção que a organização busca alcançar (p. 51). Logo, se configura como um plano, uma ideia mental que descreve o que a organização quer realizar objetivamente num prazo determinado. Sua natureza é mutável e representa algo concreto a ser alcançado.

É ela que detecta os sinais de mudança, identificando oportunidades e ameaças, e direciona os esforços, inspirando e transformando produtivamente um propósito em ação, em fato concreto. Nessa perspectiva, a visão de futuro da LBV é “Ser reconhecida como Instituição que educa com Espiritualidade ecumênica” (LBV, 2014).

Quanto aos valores organizacionais, estes se configuram em um conjunto de crenças e princípios que orienta as atividades da instituição. Norteiam as ações e a conduta de quem trabalha na organização e aquilo que o público pode esperar da organização. Ao serem claramente estabelecidos, ajudam a reagir rápida e decisivamente nas situações inesperadas que se apresentarem.

Ana Magnólia Mendes e Álvaro Tamayo (1999), corroboram com essa ideia ao enfatizarem que os valores constituem-se em instrumentos que permitem gerar entendimento sobre a cultura organizacional.

Sobre seus valores, a LBV declara:

Firmadas no espírito de cooperação, as ações da LBV pautam-se pelo olhar especial à família e à participação efetiva dela na sociedade. Todas as iniciativas buscam a promoção dos valores nascidos do Amor Universal, os quais dispõem o indivíduo para viver a Cidadania Ecumênica, pelo exercício pleno da Solidariedade Planetária, que congrega crenças, descrenças, tradições, etnias ou qualquer fator de separação entre os seres humanos. Para isso, a Instituição fundamenta-se no Novo Mandamento de Jesus, O Cristo Ecumênico – “Amai-vos como Eu vos ameí” (Evangelho segundo João, 13:34, LBV, 2014).

2.6 Campos de Atuação da Legião da Boa Vontade

O trabalho da LBV alcança um público bem diverso. Suas ações e programas atendem crianças, adolescentes, jovens, mulheres e idosos. Conforme Paiva Netto (1988) a

LBV:

Presta dentro de suas possibilidades, sempre de graça, a todas as criaturas necessitadas, ligadas ou não à LBV, especialmente aos doentes e aos idosos, às mães desamparadas e muito particularmente à infância desvalida e à mocidade, toda a assistência espiritual e social, sem quaisquer preconceitos, sejam de religião, classe social, raça ou cor (NETTO, 1988, p. 116).

Para desenvolver seus objetivos, a LBV conta com mais de 70 unidades no Brasil, compostas por escolas, centros comunitários de assistência social, lares para idosos, além da realização de campanhas de mobilização social, de conscientização e emergenciais.

2.6.1 Público Atendido pela Legião da Boa Vontade

Nos Centros Comunitários de Assistência Social da LBV é desenvolvido o programa Cidadão-Bebê. Este tem por objetivo melhorar a qualidade de vida da criança e da mãe. À gestante e mulheres com filhos de até 3 anos de idade é oferecida orientação sobre o processo gestacional e saúde do bebê, além do acompanhamento social das famílias. Essa ação visa também ao desenvolvimento e equilíbrio das relações familiares (BOA VONTADE, 2014, p. 114).

São três as unidades da LBV que acolhem idosos sem referência e / ou afastados do núcleo familiar. Segundo argumentos da própria instituição, o conjunto de ações inclui acompanhamento nutricional, assistência médica e de enfermagem e terapia ocupacional (BOA VONTADE, 2014, p. 112). Nas unidades socioassistenciais – os Centros Comunitários de Assistência Social, o atendimento a pessoas e famílias em situação de risco social e / ou pessoal contribui para o fortalecimento da Cidadania Solidária. Nesse espaço, os atendidos desenvolvem suas capacidades, talentos e valores, por meio de atividades socioeducativas e de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, além de oficinas de geração de renda. Dessa forma, eleva-se a autoestima dessas pessoas, que são ainda preparadas para melhor exercer seus direitos e deveres, tornando-se, inclusive, agentes do desenvolvimento sustentável. O trabalho da LBV, que inclui programas e campanhas de mobilização social, de conscientização e emergenciais, visam à valorização da Vida, com foco na criança e na família (BOA VONTADE, 2014, p. 111).

Outra ação destacada pela própria LBV é o programa Capacitação e Inclusão Produtiva. Esse programa prepara jovens e adultos para o mercado de trabalho, por meio de cursos voltados para o desenvolvimento de competências e habilidades técnicas e pessoais (BOA VONTADE, 2014, p. 114).

Conforme anuncia a Instituição, ela crê no futuro de milhares de crianças e adolescentes e, por esse motivo procura atender esse público desde o ventre materno. Todas as atividades propostas em suas ações são balizadas em experiências lúdicas, culturais, artísticas e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, convivência e proteção social que propiciam uma formação cidadã, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A LBV, através das suas escolas localizadas no Pará (Escola de Educação Infantil Jesus), em São Paulo (Centro Comunitário e Educacional Dr. Osmar Carvalho e Silva e a SuperCreche Jesus), no Rio de Janeiro (Centro de Educação Infantil José de Paiva Netto), em Taguatinga (Escola de Educação Infantil Alziro Zarur) e demais estabelecimentos de ensino, atende desde crianças com quatro meses de idade até adultos. Nesse sentido, a sua missão é educar com Espiritualidade Ecumênica, aliando ao ensino de todas as disciplinas do currículo formal, os valores éticos, ecumênicos e espirituais.

Outro programa evidenciado pela Instituição, Jovem: Futuro no Presente, preocupa-se com a inserção sociocultural e a promoção da cidadania de adolescentes e jovens de 15 a 18 anos, através do fortalecimento de vínculos interpessoais, intergeracionais e familiares. Como proposta, esse programa procura agenciar atividades reflexivas, ações culturais e recreativas, bem como atividades físicas, colaborando para o desenvolvimento integral e proteção social dos adolescentes e jovens atendidos. Também são iniciativas presentes nas ações da LBV a capacitação e inclusão produtiva, cujo objetivo é preparar adolescentes, jovens e adultos para o mundo do trabalho, por meio de cursos voltados para o desenvolvimento de competências e habilidades técnicas e pessoais dos participantes, bem como direcioná-los para identificar as possibilidades de crescimento e buscar a inserção no campo profissional.

Ao desenvolver atividades voltadas às mulheres, este público é aprimorado em todas as fases da vida. Programas, como capacitação para a geração de renda, aprendizado, troca de experiências e melhoria da autoestima e do cuidado consigo e com a família, são trabalhos que a LBV tem ofertado ao longo de sua proposição. Além disso, tem como preocupação precípua incentivar a sua participação efetiva na sociedade para que tenham seus direitos garantidos, contribuindo para que superem a pobreza, a fome, o isolamento, a violência doméstica e outros desafios, em busca de uma vida melhor.

Com as atividades voltadas ao público idoso, a LBV dedica especial atenção, valorizando-o e sopesando sua história de vida. Além disso, busca identificar oportunidades para que vivenciem a terceira idade de forma saudável e feliz. Os programas voltados a esse público, buscam garantir-lhes respeito e a preservação de seus direitos, priorizando a presença

da família, quando possível, e o acompanhamento de profissionais capacitados. Atua no sentido de contribuir para a inserção sociocultural e o fortalecimento da cidadania de idosos (com idade igual ou superior a 60 anos), por meio de atividades que colaborem no processo de um envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia, socialização e fortalecimento dos vínculos familiares, interpessoais e intergeracionais. Contudo, a LBV desenvolve também o programa Vida Plena. Os abrigos, localizados nas cidades de Uberlândia e Teófilo Otoni; e em Volta Redonda, no Rio de Janeiro, configurados para atendimento aos idosos, são situados em lugar seguro e de fácil acesso. Nesses espaços, segundo informa a Instituição, é oferecido um atendimento de qualidade com todos os cuidados necessários às pessoas dessa faixa etária.

Sobre o atendimento oferecido aos jovens e adultos, a Instituição ressalta priorizar e despertar valores do bem, preparar para a entrada ou a reinserção no mercado de trabalho, potencializar talentos e proporcionar uma educação de qualidade. Em sua grande maioria os jovens são provenientes de comunidades e famílias de baixa renda, e encontram nas diversas atividades oferecidas pela Instituição, como oficinas e cursos gratuitos, a oportunidade de que precisam para construir uma realidade melhor para si mesmos, fortalecer os laços comunitários e participar ativamente da sociedade. Nesse sentido, a LBV, em suas escolas e demais estabelecimentos de ensino, atende todos os níveis da educação básica, desde a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio e a EJA.

O Programa Vivência Solidária proporcionado pela LBV, contribui para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários de jovens e adultos (de 18 a 59 anos), por meio do convívio social e de atividades que contribuem para a ampliação do universo informacional, artístico e cultural, proporcionando o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo.

2.6.2 Campanhas Desenvolvidas pela Instituição

Por todo o Brasil, a LBV tem agenciado campanhas de mobilização social e trabalhado na conscientização da sociedade. Tais iniciativas complementam o atendimento à várias famílias por meio de diversos produtos doados por instituições parceiras como Kits pedagógicos, cestas de alimentos e itens de primeira necessidade. Somam-se a estas ações, campanhas educativas sobre conservação da natureza, paz no esporte e no trânsito.

Desse modo, segundo a LBV (2015), a população de baixa renda recebe, através de todo o trabalho desenvolvido pela Instituição, amparo e oportunidade para crescer e contribuir solidariamente para o progresso da comunidade em que vivem.

A campanha Criança Nota 10, visa oferecer a crianças e adolescentes de baixa renda que são atendidos em sua rede de escolas e aos que participam dos programas Criança: Futuro no Presente! e Jovem: Futuro no Presente! em toda a unidade nacional, e isso acontece por meio da entrega no início do ano letivo, kit de material pedagógico, auxiliando o trabalho para a redução dos índices de evasão escolar e de analfabetismo. A campanha objetiva incentivar os educandos que frequentam a escola, disponibilizando material e contribuindo para a melhora da autoestima e do desempenho escolar deles.

A campanha Natal Permanente da LBV beneficia famílias em risco social que participam dos programas desenvolvidos pela Instituição e por organizações parceiras durante o ano com a entrega de cestas de alimentos não perecíveis, por todo o ano. São favorecidas famílias em situação de pobreza, que participaram ao longo do ano de programas socioeducativos da LBV e as atendidas por organizações parceiras da Instituição. Para desenvolver esta campanha, a LBV conta com o apoio de colaboradores e voluntários, bem como de artistas, atletas e personalidades da mídia, que doam seus cachês para iniciativa, visando despertar na população o sentido de Fraternidade Ecumênica e mobilizá-la para a Solidariedade.

Com a campanha SOS Calamidades, a Instituição mobiliza voluntários e os diversos setores da sociedade em favor de pessoas e comunidades afetadas por desastres naturais, como enchentes e secas, em parceria com órgãos oficiais, atuando com experiência de mais de seis décadas de trabalho prestado ao povo. Entre as ações realizadas, estão: arrecadação, triagem e entrega de itens de primeira necessidade.

Com a campanha Eu ajudo a Mudar!, a LBV realiza a manutenção do trabalho socioeducacional que desenvolve com crianças, jovens, adultos, mulheres e idosos em todo o Brasil. Seu foco com essa ação é captar recursos para a manutenção e expansão das ações e programas socioeducacionais, desenvolvidos em suas escolas, abrigos para idosos e Centros Comunitários de Assistência Social, localizados em quase 80 cidades brasileiras. Essa campanha tem o intuito de investir na melhoria e na ampliação de suas unidades e no aumento das vagas em programas e projetos socioeducacionais, proporcionando a mais pessoas oportunidades de realizarem seus sonhos e transformarem suas vidas.

2.7 A Fundação José de Paiva Netto (FJPN)

Na literatura específica, o termo fundação apresenta distintas definições. Tomáz Aquino Resende (1997) define uma fundação como um conjunto de bens, com um fim

determinado, que a lei atribui a condição de pessoa (p.21). Para Edson José Rafael (1997), fundação é compreendida como um patrimônio personalizado, destinado a um fim (p. 128). José Eduardo Paes (1999), a define como um complexo de bens destinados à consecução de fins sociais e determinados (p.33). Já Eduardo Szazi (2006), define fundação como um patrimônio destinado a servir, sem intuito de lucro, a uma causa de interesse público determinada, que adquire personificação jurídica por iniciativa de seu instituidor (p.37).

De acordo com Szazi (2006), observando a forma de constituição de pessoas jurídicas de direito privado, sejam elas sociedades civis, limitadas ou por ações, notamos que todas têm um denominador comum: decorrem da reunião de pessoas que se propõem trabalhar juntas por um objetivo comum. Uma fundação é um tipo especial de pessoa jurídica, pois pode ser constituída a partir da decisão de um só indivíduo. Essa modalidade, segundo o autor, ainda é pouco usual e pode ser criada após a morte de seu instituidor, em cumprimento a disposição testamentária. Sua constituição se dá, em um primeiro momento, pela reunião de bens e a sua destinação a uma finalidade determinada pelo instituidor.

Ainda segundo o autor, o Ministério Público tem papel importante na vida das fundações e isso se dá por meio das promotorias de justiça especializada, as curadorias de fundações.

Em relação ao papel do curador de fundações, Szazi informa que o artigo 66 do Código Civil dispõe que velará pelas fundações o Ministério Público, onde situadas. Assim, conforme o autor,

Como patrimônio destinado a um bem comum, o qual, sendo em favor da coletividade, não mais pertence ao seu instituidor, não é de seus dirigentes e usuários, nem tampouco integra os bens do Estado. É para o bem de todos, mas não é de ninguém, requerendo assim, que seja protegido de maneira especial (SZAZI, 2006, p. 38).

O autor informa ainda que essa proteção, ao longo do tempo, foi assegurada pelo Ministério Público, cuja atribuição maior está inscrita no artigo 127 da Constituição, que o define como uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (p.38).

Szazi enfatiza que em decorrência do grande número de fundações existentes no Brasil e considerando que se faz necessário uma adequada supervisão de suas atividades, criou-se em algumas comarcas as promotorias de justiça especializadas, onde um promotor, denominado de curador de fundações, exerce os atos de fiscalização que lhe foram outorgados

pela lei, previstos no artigo 66 do código Civil e de 1.199 a 1.204 do Código de Processo Civil.

A Fundação José de Paiva Netto (FJPN) foi instituída em 1995 e teve o reconhecimento de Utilidade Pública Federal, instituída com o objetivo de contribuir com a divulgação e realização de atividades sociais, educacionais, culturais e filosóficas, visando ao desenvolvimento integral e ao bem-estar da pessoa humana.

Sua administração é exercida pelo Conselho Superior, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. Expressa com missão transmitir, por meio da Comunicação Social, Educação e Cultura com Espiritualidade promovendo a Cidadania Ecumênica.

Segundo seus Estatutos, a FJPN, orientada e firmada nos ideais de sua instituidora (Legião da Boa Vontade), tem como objetivos, manter, promover, divulgar e realizar atividades sociais, educacionais, culturais, filosóficas, morais e espirituais; promover e preservar a formação cívica, a consciência ética, o patrimônio histórico-cultural e espiritual da Humanidade; incentivar iniciativas de promoção humana, social e espiritual; divulgar e cooperar com as atividades da Legião da Boa Vontade; executar serviços de radiodifusão educativa que lhes forem outorgados pelo Governo Federal, para divulgação de mensagens culturais, informativas, jornalísticas e recreativas, de conformidade com os princípios estatuídos no artigo 221 da Constituição Federal e observados os preceitos do ordenamento jurídico em vigor, de forma a propiciar a consecução dos objetivos da fundação.

É entendimento da Fundação que os meios de comunicação são importantes ferramentas de difusão do conhecimento e de democratização da informação, colaborando de maneira eficaz na preparação de um cidadão consciente do seu papel no cenário mundial. Assim, a Fundação utiliza distintas mídias, como publicações em revistas e livros, televisão, rádio, facebook, twitter, para fazer chegar aos brasileiros a reeducação moral e espiritual para aqueles que nela acreditam. Com isso, ela crê que pode falar com seu público de modo integrado e complementar, associando sua imagem à nova realidade mercadológica: a valorização do ser humano.

A LBV se interessa pela comunicação de massa. Em seu discurso, a instituição fala que é a única possibilidade do ecumenismo e dessa forma, unem Deus em todos os seus elementos, daí percebe-se a necessidade da mesma em utilizar distintas mídias sociais e investir nessas redes para alcançar o maior número de pessoas possíveis.

2.7.1 Constituição da Fundação José de Paiva Netto

A Fundação José de Paiva Netto é dirigida pelo Presidente José de Paiva Netto e na

diretoria estão os cargos de Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Diretor de Radiodifusão e Diretor de Projetos Especiais. Sua administração é exercida pelos seguintes órgãos: Conselho Superior, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

Quanto aos seus objetivos, em seus Estatutos, a Fundação, orientada e firmada nos ideais de sua Instituidora (Legião da Boa Vontade), visam ao desenvolvimento integral e ao bem estar da pessoa humana. Assim estão expressos:

- I - manter, promover, divulgar e realizar atividades sociais, educacionais, culturais, filosóficas, morais e espirituais - "mens sana in corpore sano";
- II - promover e preservar a formação cívica, a consciência ética, o patrimônio histórico-cultural e espiritual da Humanidade;
- III - incentivar iniciativas de promoção humana, social e espiritual;
- IV - divulgar e cooperar com as atividades da Legião da Boa Vontade;
- V - executar serviços de radiodifusão educativa que lhe forem outorgados pelo Governo Federal, para divulgação de mensagens culturais, informativas, jornalísticas e recreativas, de conformidade com os princípios estatuídos no artigo 221 da Constituição Federal e observados os preceitos do ordenamento jurídico em vigor, de forma a propiciar a consecução dos objetivos desta Fundação (FJPN, 2014).

Maristela Basso (1997) ressalta que a constituição de uma fundação requer uma manifestação precisa de vontade do fundador, feita mediante escritura pública ou testamento (artigo 62 do Código Civil, em que conste, dentre outros quesitos, a dotação inicial de patrimônio de qualquer ônus ou embaraço legal, a qual pode ser feita em dinheiro e outros bens corpóreos (imóveis, objetos de arte, joias, etc.) ou até em bens incorpóreos, desde que providos de valor econômico (marcas, direitos de imagem, direitos autorais, etc.). Mesmo que a lei não defina um mínimo, o valor dos bens deve ser suficiente para o objetivo proposto pelo instituidor. Se não for considerado suficiente, o curador poderá determinar que os bens sejam incorporados a outra fundação, se diversamente não dispor o instituidor, segundo expressa o artigo 63 do Código Civil (p. 67).

A Fundação apregoa que os meios de comunicação se configuram em importantes ferramentas de difusão do conhecimento e de democratização da informação, e que colaboram de maneira bastante eficaz na preparação de um cidadão consciente do seu papel no cenário mundial. Deste modo, as mídias que ela utiliza, são pontes, isto é, elas ensinam e formam o leitor, o telespectador, o ouvinte, o internauta, enfim, todos que de alguma forma procuram uma nova opção na mídia brasileira. Ainda como argumento, a Fundação credita aos meios de comunicação a possibilidade de concretizar uma educação superior, a Reeducação Moral e Espiritual do povo (FJPN, 2014).

A Fundação José de Paiva Netto atua em diversas áreas, dentre elas, destacam-se:

- A Editora Elevação: Tem como proposta a valorização do escritor nacional que

exprimem suas emoções e experiências em um livro, e as compartilham com o público leitor. Apresenta coleções da literatura brasileira, a exemplo de Machado de Assis, livros de negócios, marketing, comunicação, direito, qualidade de vida, saúde e crescimento pessoal. Com selos infantis, a editora traz livros com histórias que transmitem valores para uma melhor qualidade de vida também na infância. A editora participa ainda das principais feiras e exposições do livro no Brasil e exterior.

- Os Convênios, Projetos e Coproduções: Ao promover a valorização e o resgate das manifestações populares, dos patrimônios materiais e imateriais, dos movimentos culturais clássicos e contemporâneos, da arte e da música, a Instituição proporciona em suas atividades entretenimento e saber, reforçando assim seu papel de fomentar a cultura, especialmente por meio de parcerias com instituições, empresas públicas e privadas.
- A Mundial Artes Gráficas: Atende o mercado editorial fornecendo impressão de qualidade com excelência e eficiência de resultados gráficos.
- O Portal Boa Vontade: Lançado em 2004, o Portal Boa Vontade conta com acesso, em média, de 4000 internautas diariamente. Reúne conteúdo ecumênico das Instituições da Boa Vontade, além de divulgar diariamente as novidades, bem como prestação de contas do trabalho realizado pelas Instituições da Boa Vontade (IBVs). Atualmente está no ar em Português, Inglês, Francês, Espanhol e Esperanto. E há material de divulgação também em alemão, italiano, japonês e chinês.
- A Rede Educação e Futuro de Televisão: Nas 24 horas da grade, a emissora exhibe programas voltados para a educação a distância regulamentados pela Lei de Diretrizes e Bases para o ensino no Brasil, que assegura a todos o direito de estudar, além de programas culturais, de entrevistas, saúde e meio ambiente.
- As Produções Audiovisuais: Produtora que presta serviços de locação de equipamentos e produções audiovisuais para todos os mercados.

Muitas são as formas da LBV chegar até o seu público, cujo intuito é propagar a sua visão e tentar fazer cumprir a sua missão.

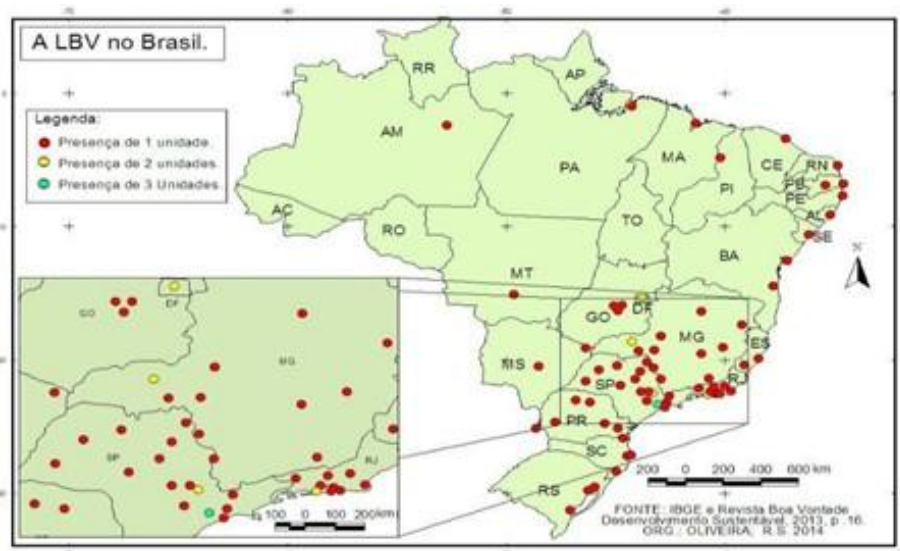
2.8 A Legião da Boa Vontade no Brasil

Apesar de inúmeras riquezas, o Brasil ainda se caracteriza por suas desigualdades em especial, as socioterritoriais. Em escala nacional, a desigualdade social e os frutos de suas manifestações reais e históricas são determinadas pela pobreza, marginalização e exclusão social, as quais marcam a história do povo brasileiro ao longo do tempo.

O índice de Gini¹⁹, revela as desigualdades que ora se vive no Brasil. Mas para se conhecer a realidade das desigualdades sociais em nosso país, é indispensável pensar não só no tamanho (em escala do mundial ao nacional e do nacional ao regional e do regional ao local). É primordial resgatar as relações sociais construídas historicamente em cada região e relacioná-las aos recortes territoriais. Nesse estudo, para apresentar a implantação das unidades socioeducacionais da LBV no Brasil, adotaremos a divisão oficial proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A Legião da Boa Vontade, ao longo de sua existência, implantou em solo brasileiro, para desenvolver seu trabalho, mais de 70 unidades, conforme pode-se visualizar no MAPA 1.

MAPA 1: A LBV no Brasil



Fonte: IBGE e Revista Boa Vontade Desenvolvimento Sustentável (2013).

O MAPA 1 objetiva identificar as estruturas espaciais dos lugares onde a LBV se faz presente e verificar como se deu a sua expansão ao longo do tempo. O QUADRO 1, a seguir, demonstra os períodos de implantação das unidades no espaço territorial brasileiro, evidenciados por décadas.

¹⁹ Índice de Gini: É uma medida do grau de concentração de uma distribuição ou de desigualdade comumente utilizada na análise da distribuição de renda, e que pode também ser utilizada para medir o grau de concentração de qualquer distribuição estatística, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima).

QUADRO 1: Unidades da LBV por Divisão Regional do Brasil proposta pelo IBGE e data de sua implantação

REGIÃO	ESTADO	DÉCADA DE						
		1950-1959	1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2009	2010-2015
Norte	Amazonas				Manaus CCAS-1982			
	Pará					Belém E.E.I.J. - 1998		Ananindeua CCAS – 2012 Belém CCAS - 2012
Nordeste	Alagoas				Maceió CCAS -1982			
	Bahia	Salvador CCAS-1956 Itabuna CCAS -1957						
	Ceará			Fortaleza CCAS -1977				
	Maranhão				São Luís CCAS- 1982			
	Paraíba	João Pessoa CCAS-1957	Campina Grande CCAS -1970					
	Pernambuco			Recife CCAS -1976				
	Piauí				Teresina CCAS-1982			
	Rio Grande do Norte			Natal-RN CCAS-1977				
	Sergipe				Aracaju CCAS -1982			
Sudeste	Minas Gerais	Juiz de Fora CCAS-1956 São Sebastião do Paraíso CCAS-1956 Uberaba CCAS-1956 Belo Horizonte CCAS - 1958	Uberlândia (Lar)– 1961 Ipatinga CCAS – 1963 Teófilo Otoni (Lar) - 1963	Patos de Minas CCAS - 1970 Poços de Caldas CCAS - 1970	Montes Claros* CCAS - 1983 Araxá CCAS - 1985			Uberlândia CCAS - 2010

REGIÃO	ESTADO	DÉCADA DE CRIAÇÃO						
		1950-1959	1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2009	2010-2015
Sudeste	São Paulo	Campinas (DIC) CCAS - 1954 Araraquara – CCAS – 1955 São José do Rio Preto CCAS- 1956 Sorocaba CCAS-1956 Americana – CCAS - 1957 Araçatuba – CCAS – 1957 Ribeirão Preto CCAS-1957 Bauru CCAS - 1958	Franca CCAS – 1966 Piracicaba CCAS - 1967	São José dos Campos CCAS-1979	Presidente Prudente CCAS – 1982 Santos CCAS-1982 Mogi das Cruzes CCAS – 1984 São Paulo CCEOCS-1984 São Paulo (escola) 1986 (inauguração da SuperCreche Jesus)			Campinas (V.Rica) CCAS – 2011 Cidade Dutra CCAS - 2014
	Rio de Janeiro	Petrópolis CCAS – 1955 São Gonçalo CCAS-1955 Cabo Frio CCAS-1957 Volta Redonda (Lar)- 1957 Belford Roxo CCAS -1959	Maricá CCAS – 1960 Niterói – Nova Friburgo CCAS - 1961			Rio de Janeiro CCAS-1996		Rio de Janeiro CEJPN-2011
	Espírito Santo		Vitória CCAS-1965	Cachoeiro de Itapemirim CCAS - 1970				
Sul	Paraná	Curitiba CEIJPN-1955 Maringá CCAS – 1956 Ponta Grossa CCAS - 1956 Londrina CCAS - 1957		Cascavel CCAS - 1980	Foz do Iguaçu CCAS - 1982			
	Rio Grande do Sul	Pelotas CCAS - 1955 Porto Alegre CCAS - 1955	Glorinha CCAS – 1960					
	Santa Catarina	Florianópolis CCAS - 1957		Joinville CCAS-1979	Criciúma CCAS - 1980			São José CCAS-2013

REGIÃO	ESTADO	DÉCADA DE CRIAÇÃO						
		1950-1959	1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2009	2010-2015
Centro-Oeste	Distrito Federal			Brasília CCAS -1979* Taguatinga EEIAZ - 1979				
	Goiás	Inhumas CCAS -1957	Anápolis CCAS -1961	Goiânia CCAS -1970				
	Mato Grosso			Cuiabá CCAS -1979				
	Mato Grosso do Sul	Paranaíba CCAS -1961			Campo Grande CCAS -1981			

Fonte: LBV (2014).

CCAS - Centro Comunitário de Assistência Social

EEIJ - Escola de Educação Infantil Jesus

CCEOCS - Centro Comunitário e Educacional Dr. Osmar Carvalho e Silva

EEIJ - Escola de Educação Infantil Jesus Lar para Idosos

CEBV - Conjunto Educacional Boa Vontade (Supercreche Jesus e Instituto de Educação José de Paiva Netto)

CEIJPN - Centro de Educação Infantil José de Paiva Netto

EEIAZ - Escola de Educação Infantil Alziro Zarur

Verifica-se no QUADRO 1, que a LBV começa a implantar suas unidades com um bom fôlego e que vai, no decorrer do tempo, frear essa iniciativa motivada por algumas dificuldades enfrentadas sobretudo na década de 2000, quando se observa a ausência de inauguração de unidades no país.

Constata-se também que na região Sudeste estão 41 unidades da LBV e na região Sul estão 13 unidades, ambas acolhem o maior número de unidades que totalizam 75%, isto é, 54 unidades implantadas pela Instituição. Segundo dados do IBGE (2014) em pesquisa de entidades de Assistência Social, a maioria delas se localizam nessas regiões.

A distribuição de sopas e o acompanhamento nutricional estão entre as diversas ações que a LBV realiza nos mais longínquos rincões do país. Apresenta-se oportuna nesse momento, uma indagação: como a LBV, uma instituição de tamanha projeção, que atua no campo de intervenção social opta pelo local de instalação de suas unidades? Qual a razão para a Instituição ter (4) quatro unidades de atendimento na região Norte, a maior do País? Seria em razão de ser a região Norte, a segunda região menos habitada do Brasil?

Inúmeras são as justificativas apresentadas para que entidades de assistência social se concentrem entre as regiões Sudeste e Sul. Uma delas, segundo Denise Colin ²⁰(2014) é que o número de entidades de assistência social sem fins lucrativos ativas no Brasil se dá pelos recursos humanos e financeiros disponíveis nessas regiões.

Outra justificativa nos parece mais lógica: segundo informa o *Guia do Estudante - Atualidades* (2010), os fluxos migratórios²¹, em lugares nos quais a economia diminui, verifica-se a diminuição da renda, os empregos faltam e uma parte das pessoas vai embora. Esses fatores dão forma e direção a um fluxo migratório humano, tanto dentro dos países quanto no cenário internacional, fato atestado pelo IBGE, nas Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil, ao afirmar que:

O fenômeno da mobilidade populacional vem apresentando transformações significativas no seu comportamento desde as últimas décadas do Século XX, não só no Brasil como também em outras partes do mundo. Até o presente momento, essas mudanças têm demandado um esforço por parte dos estudiosos no sentido de buscar explicações teóricas para esses novos processos, que se materializam, entre outros aspectos, na dimensão interna, tanto pelo redirecionamento dos fluxos migratórios para as cidades médias em detrimento dos grandes centros urbanos, como pelos deslocamentos de curta duração e a distâncias menores, quanto pelos movimentos pendulares, que passaram a assumir maior relevância nas estratégias de sobrevivência

²⁰ Secretária Nacional da Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

²¹ Fluxos migratórios: O século XX, no Brasil, foi marcado por uma forte migração para a Região Sudeste, vinculada principalmente ao desenvolvimento da indústria. Agora, esse fluxo está mudando. Atualmente, a Região Centro-Oeste, em franca expansão econômica, é a que mais atrai imigrantes de outras regiões (Guia do Estudante, 2010).

dos indivíduos, não mais restritos aos grandes aglomerados urbanos (IBGE, s/d).

Ainda segundo o Guia, a industrialização é outro fator importante a ser considerado. A expansão das atividades agrícolas, o nascimento e expansão das indústrias e a decorrente urbanização, trouxeram para o Sudeste, sobretudo para São Paulo e Rio de Janeiro, brasileiros de todas as regiões, principalmente do Nordeste. Este processo acabou causando forte concentração populacional e econômica no Sudeste e aprofundou a desigualdade que já existia entre as regiões brasileiras.

Assim, conforme descreve o Guia, o Brasil entra no século XXI com uma economia ainda muito concentrada nas regiões Sudeste e, agora, Sul, mas com fortes sinais de desenvolvimento em outras partes do território. Isso desencadeou forte desemprego no Sudeste que, devido ao marasmo econômico de parte das últimas décadas e a dispersão das indústrias, resultaram em grandes modificações na economia do Sudeste, principalmente em São Paulo (p. 173). Desse modo, pensar a polarização das unidades da LBV, requer análise de alguns fatos acerca da urbanização em nosso país.

Para Sene e Moreira (1999),

o crescimento rápido de algumas cidades, que acaba culminando no fenômeno da metropolização, que é resultado da incapacidade de criação de empregos, seja na zona rural, seja em cidades pequenas e médias, o que força o deslocamento de milhões de pessoas para as cidades que polarizam a economia. Acrescente-se a isso o fato de apresentarem altas taxas de natalidade e, alto crescimento demográfico está formando o quadro que explica o rápido crescimento das metrópoles no mundo subdesenvolvido (SENE e MOREIRA, 1999, p. 315).

Como se vê, até o centro dinâmico não tem capacidade de absorver o grande número de migrantes e daí surge o crescimento do número de pessoas desempregadas. Muitos se refugiam no subemprego, à margem da economia formal. Com baixos rendimentos, muitos não têm condições de comprar sua moradia e nem tem condições de pagar aluguéis para viver. O resultado disso é a proliferação de submoradias: cortiços, favelas, abrigos sob pontes e viadutos ou então, o relento. É a feição do crescimento desordenado das cidades. O meio social criado é favorável ao surgimento de outro problema: a violência.

A região Nordeste, como se verifica em literatura especializada, é a região mais antiga do Brasil, ao mesmo tempo que também é a mais pobre do País. Segundo dados do IBGE (2015), esta região apresenta elevados números de mortalidade infantil, analfabetismo, fome e desnutrição.

Porém, percebe-se, segundo argumenta a publicação da Editora Abril *Guia do*

Estudante Profissões Vestibular (2010), que a melhoria da infraestrutura e o sistema de incentivos fiscais administrado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), são os principais responsáveis pelo aumento da produção industrial nordestina. Nessa região, a agroindústria vem se desenvolvendo, com base nas culturas irrigadas de frutas em regiões semiáridas (p.174).

Também é possível averiguar que sua população é mal distribuída, ao se observar que, segundo informa o site *Brasil Escola*, em matéria intitulada A irregularidade na distribuição da população do Nordeste (2015), no contexto populacional, a Região Nordeste é extremamente centralizada, uma vez que a maioria da população vive nos grandes centros urbanos localizados em toda faixa litorânea. O fato é que os níveis de densidade populacional são baixos, quando se compara com o sertão e o interior. Mas, apesar disso, é possuidora de inúmeras riquezas históricas e culturais se forem levados em conta seus costumes, tradições e arquiteturas.

A região Centro-Oeste apresenta, segundo a mesma publicação, expansão das atividades econômicas no cerrado, pois tornou-se viável com a melhoria da infraestrutura, tanto da malha rodoviária quanto ferroviária. Ao se observar a grande migração para o Centro-Oeste, deve-se lembrar da importância da fundação de Brasília, que atraiu em 50 anos, milhões de pessoas para o entorno do Distrito Federal e mudou a economia da região.

A Região Norte possui o menor número de habitantes do País e em muitos pontos da região, evidencia-se os chamados vazios demográficos. Porém, a maioria da população está localizada nas duas principais capitais da região: Manaus e Belém, onde a LBV instalou unidades representativas. Mas, segundo informa o Guia (2010), percebe-se saldos²² positivos de migração em 2006, devido a atração de trabalhadores aliciados de outras partes do país, que se concentram na produção de minerais metálicos, principalmente ferro e alumínio (p. 175).

De acordo com Sene e Moreira (1999), a revitalização das distâncias repercutida na rede urbana também é observada nas relações capitalistas de produção.

Ainda conforme estes autores, os crescentes avanços tecnológicos, a brutal modernização dos sistemas de comunicação e transportes, na contração do tempo e encurtamento das distâncias tem possibilitado a integração das pessoas à sociedade capitalista moderna (p. 319). Deste modo, uma das razões que justificam, ao nosso ver, a expressiva presença das unidades da LBV na região Sudeste, é o fato de que:

²² Saldo migratório: É o número de imigrantes que entraram em determinado estado, subtraído do número de imigrantes que saíram desse estado em direção a outros. No Brasil, historicamente, o Nordeste apresenta saldo migratório negativo e o Sudeste, positivo. Agora, essa relação está mudando (Guia do Estudante, 2010).

A partir da década de 40, à medida que a infraestrutura de transportes e comunicações foi se expandindo pelo país, o mercado se unificou e a tendência à concentração urbano-industrial ultrapassou a escala regional, atingindo o país como um todo. Assim, os grandes polos industriais da região Sudeste, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro, passaram a atrair um enorme contingente de mão de obra das regiões que não acompanharam seu ritmo de crescimento econômico e se tornaram metrópoles nacionais. Essas duas cidades, por não atenderem às necessidades de investimento em infraestrutura urbana, tornaram-se centros caóticos. Após a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, até meados da década de 70, o governo federal concentrou investimentos de infraestrutura industrial (produção de energia e implantação de sistema de transportes) na região Sudeste, que, em consequência, se tornou o grande centro de atração populacional do país. Os migrantes que a região recebeu eram, em sua esmagadora maioria, constituídos por trabalhadores desqualificados e mal remunerados, que foram se concentrando na periferia das grandes cidades, em locais totalmente desprovidos de infraestrutura urbana. Com o passar dos anos, a periferia se expandiu demais e a precariedade do sistema de transportes urbanos levou a população de baixa renda a preferir morar em favelas e cortiços no centro das metrópoles (SENE e MOREIRA, 1999, p. 322-323).

Também pode-se observar nos dados do QUADRO 1, o crescimento e a distribuição da criação de unidades da LVB em todo o Brasil que totalizam, até os dias atuais, somente no Brasil, 77 unidades de atendimento.

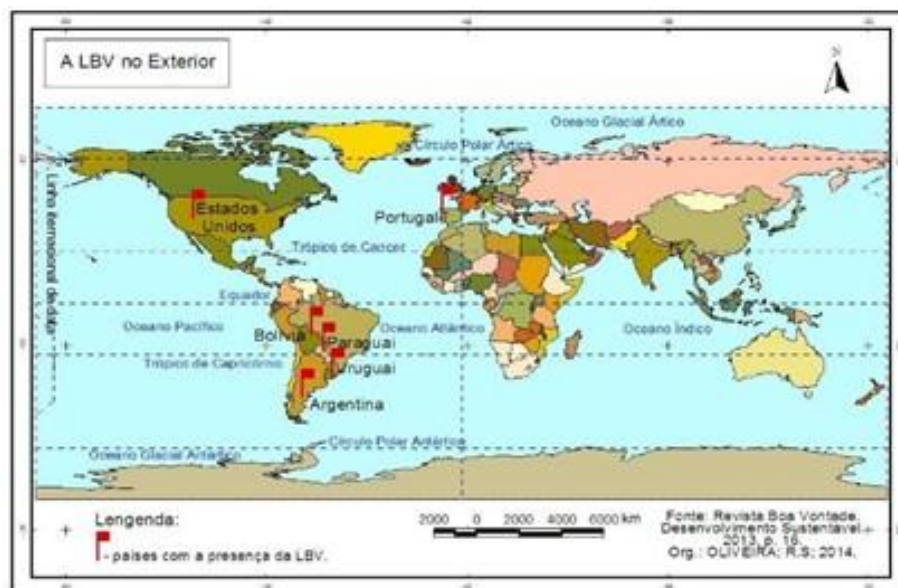
2.9 A Legião da Boa Vontade no Exterior

A Legião da Boa Vontade tornou-se um movimento humanitário internacional, presente hoje em seis países além do Brasil. As LBV's da Argentina, da Bolívia, dos Estados Unidos, do Paraguai, de Portugal e do Uruguai também apresentam forte atuação. Mário Frigéri descreve:

A LBV, com seu labor constante no âmbito da Assistência, Promoção e Reeducação Humana produziu e continua multiplicando os frutos da grande LBV: inaugurou mais de uma centena de Creches, fundou Sucursais em todos os Estados, lançou raízes no Exterior com a expansão da Legião da Boa Vontade para várias nações, consoante sua afirmação de que a LBV É DA PORTA PARA FORA (...). (FRIGÉRI, 1986, p.37)

Segundo o autor, a LBV é um ideal e não uma organização, já que as Instituições dos outros países não fazem parte da estrutura administrativa da LBV do Brasil. No MAPA 2, verificamos os países onde estão localizadas as unidades da LBV.

MAPA 2: A LBV no Exterior



Fonte: Revista Boa Vontade (2013)

Na Argentina a LBV atua desde de 1985, quando concentrou suas ações em um refeitório, que oferecia amparo e alimentação a famílias do Albergue Warnes. No ano de 1990, foi inaugurada a Escola Infantil Jesus, que oferece gratuitamente educação integral e assistência alimentar. Em 2001, os programas Criança: Futuro no Presente e Cozinha básica e qualidade de vida foram também instituídos. A Ronda de Brinquedos se constitui uma importante iniciativa no Hospital Infantil Pedro de Elizalde. Em 2007, iniciava os trabalhos com a Escola Móvel, com atividades para crianças em situação de rua.

Na Bolívia, em La Paz, o ano de 1986 representou o marco inicial dos trabalhos da LBV, com a inauguração de uma creche destinada a crianças em vulnerabilidade social. Em 1994, passou a funcionar o Jardim de Infância Jesus que atende crianças de 2 a 5 anos de idade. Criou-se também o Clube das Mães e o Centro de Alfabetização, com o objetivo de ensinar a ler e escrever, além de oferecer técnicas e outras ferramentas de profissionalização aos pais que não tiveram oportunidade de frequentar a escola.

Os Estados Unidos, maior potência econômica mundial, também contam com o trabalho da LBV. A Instituição desenvolve ações em um Centro Comunitário em Newark (Nova Jersey), desde 1986. Nesse Centro são promovidos programas nas áreas social, educacional e de saúde, os quais contribuem para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida de milhares de pessoas de baixa renda. Em 2010, a Legião da Boa Vontade dos Estados Unidos inaugurou um novo escritório de representação, em Nova York. Com mais essa ação, a LBV fortaleceu a voz da sociedade civil latino-americana nas questões da ONU, especialmente no

Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC). Além disso, a unidade tem por atribuição mobilizar cidadãos nova-iorquinos e membros da comunidade internacional para o voluntariado nos programas e projetos socioeducativos.

A LBV do Paraguai iniciou seu trabalho no ano de 1984, com atividades mantidas por meio de doações da população. Em Assunção, nos departamentos de Paraguari e Alto Paraná, em especial em Quiindy e Cidade do Leste, são promovidas iniciativas que visam à educação e à redução da pobreza. Destaca-se entre as ações realizadas, o Jardim Infantil e Pré-escolar José de Paiva Netto, com educação integral para crianças de 2 a 6 anos, o programa Criança: Futuro no Presente. Também se destacam ações voltadas para a profissionalização de jovens, cuidados e socialização de idosos.

Em Portugal, o primeiro trabalho da LBV foi na cidade do Porto, em 1989. Além do Porto, a LBV atua em Lisboa e em Coimbra, mantendo campanhas de abrangência nacional. Entre suas ações evidenciam-se os seguintes programas: Sorriso Feliz, Um Passo em Frente, Semente Boa Vontade, Ronda da Caridade, Cidadão-Bebê Viva Mais.

No Uruguai, no ano de 1985, em Montevideu, a LBV uruguaia inaugurou sua unidade que, com a ajuda da população local, mantém uma das escolas-modelo da Instituição, inaugurada em 2007. Na escola funciona também o Jardim Infantil Jesus. Os programas de destaque nesse país são Criança: Futuro no Presente, o qual oferece atendimento médico, em convênio com o Ministério da Saúde do Uruguai (LBV, 2014).

2.10 Estruturas da Legião da Boa Vontade

A estrutura organizacional da LBV perpassa teorias, pesquisas e estudos do ramo da Administração. O desenho organizacional adotado por essa Instituição molda-se às condições de contorno da época e às circunstâncias em que são utilizadas.

Para Maximiano (2004, p. 27), as organizações são grupos sociais deliberadamente orientadas para realização de objetivos que, de forma geral, se traduzem no fornecimento de produtos e serviços e está relacionada à entidade social. De acordo com Chiavenato,

As organizações jamais existiriam sem as pessoas que lhe dão vida, dinâmica, impulso, criatividade e racionalidade. Na verdade, cada uma das partes depende da outra. Uma relação de mútua dependência na qual há benefícios recíprocos. Uma relação de duradoura simbiose entre pessoas e organizações. (CHIAVENATO, 1999, p. 5).

Segundo Chiavenato (2003), as organizações são abordadas como sistemas abertos,

com interação e independência entre as partes e com o ambiente que o envolve, tendo várias entradas e saídas para garantir o intercâmbio com o meio (p. 496).

Estas organizações são criadas com recursos próprios (dos proprietários em forma de capital social) e também com recursos de terceiros, como fornecedores e credores em geral (como empréstimos e financiamentos). O seu resultado é distribuído aos sócios e o restante é mantido como reservas de lucros para a empresa; e as Organizações do Terceiro Setor, as quais compreende as organizações de utilidade pública, sem fins lucrativos, criadas por pessoas sem vínculo com o governo. Entre essas estão as ONGs (organizações não- governamentais) e outras entidades com fins filantrópicos.

A estrutura organizacional contribui valorosamente para toda e qualquer empresa, pois é por meio dela que se pode fazer uma distribuição de cargos, ou seja, define-se como as tarefas são distribuídas, agrupadas e coordenadas formalmente. Cada empresa adota o modelo que melhor adequa à sua organização, segundo suas estratégias. Essa influência inteiramente o desempenho, a gestão e os resultados da empresa. Segundo pondera Oliveira (2006),

Estrutura organizacional é o instrumento administrativo resultante da identificação, análise, ordenação e agrupamento das atividades e dos recursos das empresas, incluindo o estabelecimento dos níveis de alçada e dos processos decisórios, visando ao alcance dos objetivos estabelecidos pelos planejamentos das empresas. (OLIVEIRA, 2006, p. 69)

Chiavenato (2003) considera que a estrutura organizacional constitui uma cadeia de comando, ou seja, uma linha de autoridade que interliga as posições da organização e define quem se subordina a quem (p.85). Por meio dela pode-se identificar três relevantes elementos: as responsabilidades, a autoridade e a comunicação entre as pessoas que nela trabalham ou colaboram.

2.10.1 Estrutura Organizacional

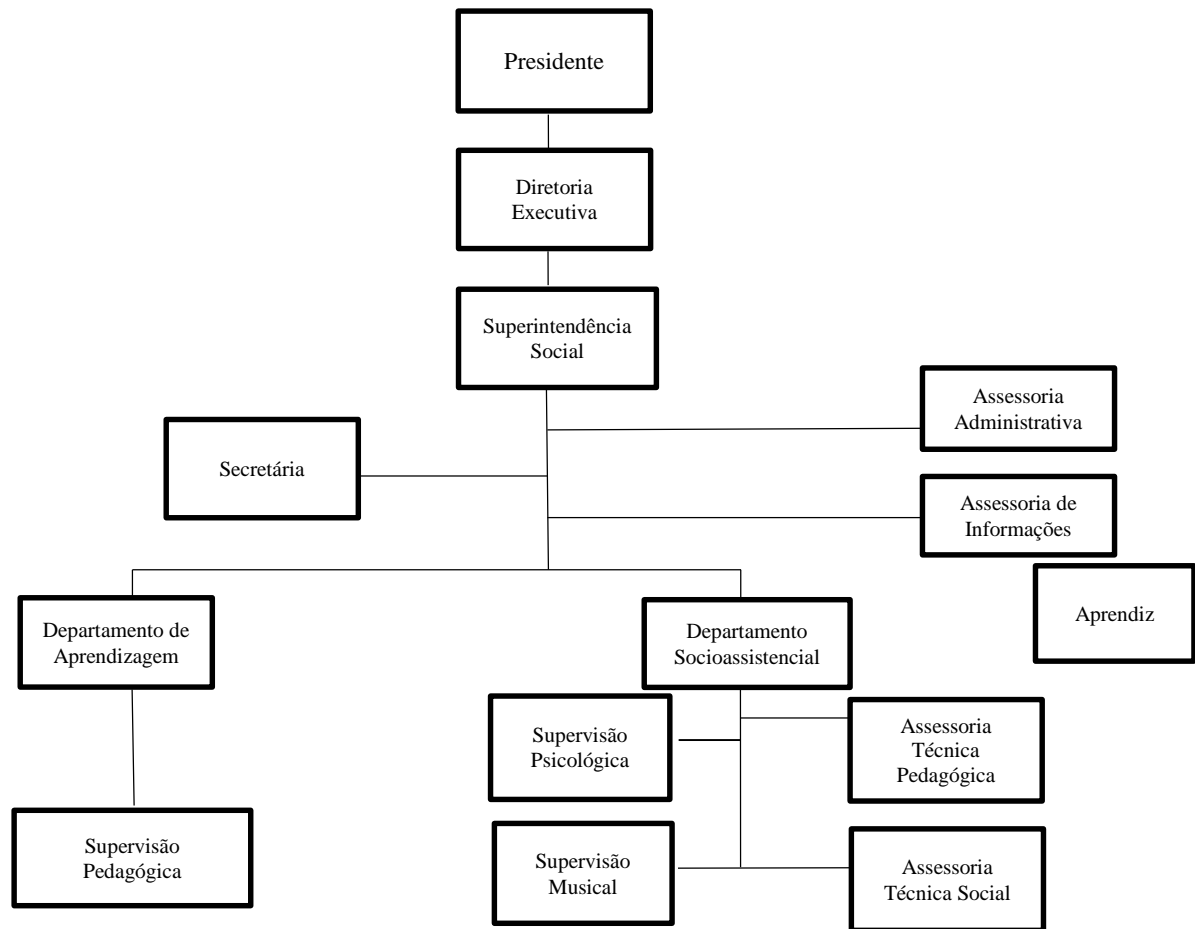
Por meio do Organograma 1, estão representadas as relações hierárquicas dentro da LBV, bem como pode-se perceber a distribuição dos setores, as unidades funcionais e cargos. Também se evidencia a comunicação entre eles. Desse modo, a organização formal da LBV, em seus diversos setores, respectivas interdependências, evidencia-se por meio da estrutura de comando, as linhas de autoridade e subordinação.

Ressalta-se que por meio do organograma é possível visualizar quem é quem na estrutura institucional; também é possível verificar os assessores e suas responsabilidades (o

que demonstraremos logo a seguir) e demonstrar os fluxos de autoridade e relacionamentos formais.

Destaca-se nesse trabalho, que após o início da pesquisa ora empreendida, o organograma institucional da LBV foi atualizado.

ORGANOGRAMA 1: Superintendência Socioeducacional da LBV



Fonte: LBV, 2015.

Ressalta-se que no ano de 2014, a LBV reestruturou o seu organograma. Isso é importante porque nos faz pensar que as mudanças de visão, do formato organizacional, do modelo gerencial adotado e a cultura institucional estiveram em processo. Segundo Armani (2008), qualquer mudança na organização deve ser fruto de longo processo de reflexão, coletiva, que se assente em sólidos princípios institucionais e se estabeleçam mecanismos de vigilância coletiva sobre os eventuais riscos assumidos (p. 44).

Por meio do organograma da LBV, podemos distinguir as formas inter-relacionadas de organização da Instituição que, segundo Chiavenatto (2004), estas podem variar por quatro

configurações:

- Por linha (*staff*), que representa o resultado da combinação dos tipos de organização linear e funcional, isto é, constituída pela combinação de características dos tipos de organização linear e funcional, criada como intuito de unir as vantagens de dados estilos organizacionais. A busca por um novo estilo organizacional para atender as crescentes necessidades de eficiência das empresas, impulsionou a criação desse estilo que busca especializar as áreas da organização para que os esforços dos colaboradores tenham foco em tarefas específicas. Chiavenato afirma ainda que na organização linha-*staff* coexistem órgãos de linha (execução) e de assessoria (consultoria) mantendo relações simultâneas entre si. Os órgãos de linha caracterizam-se pela autoridade linear e pelo princípio escalar, enquanto os órgãos de staff prestam assessoria e serviços especializados.
- Por funções, forma que consiste em atribuir a cada departamento a responsabilidade por uma função da empresa – operações, *marketing*, finanças, recursos humanos e assim por diante. O Administrador geral é que comanda o conjunto todo e, logo abaixo, os demais integrantes do primeiro escalão hierárquico é responsável por uma função específica.
- Por produtos, forma adequada quando a empresa produz mais de um produto ou serviço, com diferenças significativas entre eles. As tarefas e responsabilidades são separadas de acordo com o tipo de produto ou serviço. Verifica-se essa forma de organização na LBV, quando se vê o Departamento Educacional e o Departamento Socioassistencial.
- Por área geográfica, em que cada unidade de trabalho corresponde a um território ou pedaço do mapa. Também chamado territorial ou regional, pode ser utilizado quando é necessário disponibilizar em cada local de operações certo volume de recursos ou certa autonomia.

Ao analisar a história da LBV, seus campos de atuação, sua presença no território nacional e seus princípios, observamos que esta organização pauta sua gestão pelo misto das quatro formas descritas por Chiavenatto (2004). Retrata uma departamentalização combinada, pois emprega mais de dois critérios para agrupar atividades no mesmo nível de organização de maneira que melhor contribua para o alcance dos seus objetivos.

2.10.2 Estrutura Administrativa

Descreveremos a seguir, os cargos que fazem parte da área Social da Instituição. Ressaltamos que inicialmente não nos foi disponibilizado a descrição dos cargos do Presidente e da Diretoria Executiva da Instituição e ao solicitar esses dados para a LBV em São Paulo, o

retorno obtido informava que a Instituição estava passando por um redesenho e que essa situação motivava a ausência das informações requeridas.

Observando o organograma da Organização, sob o comando do Superintendente estão a Secretária, o Assessor Administrativo, o Assessor de Informações, que tem sob sua coordenação o Aprendiz e o Gerente Socioassistencial.

2.10.2.1 A Diretoria

A LBV é dirigida e administrada por uma Diretoria composta por 03 (três) membros, a saber: a) Diretor-Presidente; b) Diretor-Executivo; e, c) Diretor-Financeiro.

Com base no Estatuto Social da LBV, as atribuições dos mesmos são: O Diretor-Presidente é quem detém o comando hierárquico de todos os Órgãos da Legião da Boa Vontade e exerce as suas funções onde quer que se encontre. O seu mandato é de 08 (oito) anos, e o mandato do Diretor-Executivo e do Diretor-Financeiro é de 04 (quatro) anos, permitidas reeleições consecutivas para todos os cargos.

O exercício de qualquer cargo da Diretoria não é remunerado, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas por estes atos constitutivos. A Diretoria da Sede Central da LBV é a mesma dos Órgãos Operacionais.

Com relação ao cargo de Secretária, a mesma é responsável por auxiliar tecnicamente a superintendência, gerenciando informações, assessorando na execução de tarefas administrativas, bem como garantindo a excelência no atendimento e na comunicação com as áreas e clientes internos e externos da Instituição. O Assessor Administrativo é responsável pelo apoio e suporte aos serviços e programas socioassistenciais desenvolvidos pela Instituição; bem como na relação entre a Superintendência Socioassistencial (SSO) e demais superintendências e departamentos. Já o Assessor de Informações e o Aprendiz são responsáveis pelos dados de cadastros e registros de atendimentos sociais, mantendo-os atualizados e disponíveis para a consulta, bem como orientação e treinamentos dos operadores do Sistema Social. O Assessor de Informações ainda é responsável pelo aprendiz, este tem por atribuição auxiliar no suporte das atividades de monitoramento de dados da Assessoria de Informações da SSE.

O Gerente Socioassistencial é responsável por acompanhar todo o trabalho social desenvolvido nas Unidades da LBV, coordenando as atividades das assessorias e supervisão técnicas, cumprindo e fazendo cumprir as diretrizes e processos de trabalho da instituição,

zelando pela qualidade do trabalho desenvolvido.

Subordinados ao Departamento Socioassistencial estão a Supervisão Pedagógica, a Supervisão Musical, a Assessoria Técnica Pedagógica, a Assessoria Psicológica e a Assessoria Técnica e Social. A Supervisão Musical é responsável pela qualidade técnica das ações musicais da instituição, prestando Supervisão aos Técnicos das Unidades, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social e das diretrizes de trabalho desenvolvidas pelas Superintendências Social e de Marketing e Comunicação da LBV.

A Assessoria Técnica Pedagógica conta com dois profissionais e é responsável pela qualidade técnica das ações desenvolvidas pelo Departamento Socioassistencial e suas atividades consistem em elaborar direcionamento técnico para as unidades e ofertar subsídios à supervisão técnica regional, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social e das diretrizes de trabalho desenvolvidas pela Superintendência Social da LBV.

Já a Assessoria Psicológica é responsável pela qualidade técnica das ações psicossociais da instituição, prestando Supervisão aos Técnicos das Unidades, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social e das diretrizes de trabalho desenvolvidas pela Superintendência Social da LBV.

A Assessoria Técnica e Social conta atualmente com dois profissionais que desenvolvem as atividades e é responsável pela qualidade técnica das ações desenvolvidas pelo Departamento Socioassistencial e suas atividades consistem em elaborar direcionamento técnico para as unidades e ofertar subsídios à supervisão técnica regional, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social e das diretrizes de trabalho desenvolvidas pela Superintendência Social da LBV.

Como forma de prosseguir e também aprofundar as discussões propostas nesta pesquisa, no próximo capítulo, passaremos à discussão de como as categorias trabalho, educação e cidadania estão relacionadas às proposições da LBV, a qual, enquanto Organização do Terceiro Setor, estabelece como premissa a formação do cidadão ecumênico.

CAPÍTULO II

3 A FORMAÇÃO DO CIDADÃO PROPOSTA PELA LBV

Os apontamentos sobre a Legião da Boa Vontade, abordados no capítulo anterior, nos levam à discussão do papel dessa organização no campo social. Assim, neste capítulo, discutiremos as categorias trabalho, educação e cidadania e como estas se ligam ao trabalho realizado pela instituição que oferece assistência social às crianças, aos adolescentes, jovens e suas respectivas famílias. Consideramos relevante definir as citadas categorias, compreendê-las e analisar como essas se vinculam ao projeto educativo da LBV e ainda como estão intimamente ligadas entre si.

De acordo com o livro *O Brasil e o Apocalipse*, Dos Estatutos da Legião da Boa Vontade (1984, p. 164), a LBV tem o propósito de colaborar com os poderes constituídos, divulgando os preceitos da Moral Cristã²³, para que as relações entre as criaturas humanas nas repartições públicas federais, estaduais e municipais, nos templos religiosos, nos estabelecimentos de ensino, nos ambientes de trabalho, nos veículos de transporte coletivo, nas vias públicas ou nos recintos particulares sejam sempre orientadas pela Boa Vontade de Deus²⁴, quaisquer que sejam os postos que ocupem ou a condição em que eventualmente se encontrem.

Assim, iniciamos nossa reflexão sobre a categoria Educação, interessa-nos neste ponto entender e analisar essa categoria a partir das ponderações de alguns teóricos e estudiosos que têm trazido importantes contribuições para o entendimento do tema, considerando o papel social da LBV, enquanto organização do terceiro setor.

3.1 A Educação

A educação como fator social tem existência exterior aos indivíduos e, de acordo com Tura²⁵ (2006) estes nascem no interior de uma sociedade organizada e estruturada de

²³ O termo Moral Cristã, permeia todos os trabalhos empreendidos pela LBV, visto que estes trabalhos são pautados numa conduta religiosa que tem a vida do Cristo, o filho de Deus, e suas ações como centro de seus preceitos.

²⁴ Na concepção da LBV a Boa Vontade de Deus é o que poderá resolver os problemas humanos e sociais, pois é fundamental que se tenha, conforme Paiva Netto, Boa Vontade para com as Leis de Deus, ou seja, Boa Vontade para com os necessitados de caridade espiritual e material. Nesse sentido, vide Diretrizes Espirituais da LBV Mundial (1988, p. 88), Vol. I.

²⁵ Aqui a autora toma como referência o texto de Durkheim *As regras do método sociológico* (1987).

acordo com uma lógica de posições e regulações, com valores, normas e costumes, numa sociedade já pensada, elaborada e constituída, impondo sobre os indivíduos o estabelecido (p.36). Assim, toda maneira de agir, seja fixa ou não, é suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior, e a regra primeira para sua observação é considerá-la como coisa.

A palavra educação tem sido empregada com múltiplos significados para designar o conjunto de influências que a natureza ou os outros homens podem exercer sobre o conhecimento ou a vontade. Alguns estudiosos e pensadores, desde a antiguidade, têm se dedicado à tarefa de pensar e discutir a educação, considerando sua função social no processo de formação dos homens como sujeitos históricos. Nesse sentido, o papel da organização escolar e seus desdobramentos na organização da sociedade, como instituição criada por esses sujeitos, possibilita entender a concepção e a função da educação como uma construção histórica.

De acordo com Mészáros,

O significado real da educação, digno de seu preceito, é fazer os indivíduos viverem positivamente à altura dos desafios das condições sociais historicamente em transformação – das quais são também os produtores mesmo sob circunstâncias mais difíceis – todo sistema de educação orientado à preservação acrítica da ordem estabelecida a todo custo só pode ser compatível com os mais pervertidos ideais e valores educacionais nobres (MÉSZÁROS, 2008, p.83).

Para Kant (1996), o objetivo da educação é desenvolver em cada indivíduo toda a perfeição da qual ele é capaz. Aqui tratamos a perfeição como sendo o desenvolvimento harmônico de todas as faculdades humanas, tendo como pressuposto elevar ao ápice todas as potencialidades que se acham dentro de nós e operacionalizá-las da forma mais completa possível, de modo que uma não prejudique as outras. Esse é, pois, um ideal para muitas pessoas que militam no campo da educação.

Durkheim (2011), em *Educação e Sociologia*, assevera que o desenvolvimento harmônico não pode ser totalmente realizável. Para ele, numa sociedade capitalista, dependendo das aptidões de cada indivíduo, tem-se funções diferentes a desempenhar, e é preciso estar em harmonia com aquela para qual cada um está incumbido.

Ainda, conforme o autor, educação é:

A ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social. Ela tem como objetivo suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais exigidos tanto pelo conjunto da sociedade política quanto pelo meio específico ao qual ela está destinada em particular (DURKHEIM, 2011, p. 53-4).

A partir da proposição de Durkheim, entendemos que a educação consiste em uma socialização metódica das novas gerações. Para o autor, temos latentes dois seres inseparáveis e distintos. O ser individual, aquele que é composto de todos os estados mentais que dizem respeito apenas a nós mesmos e aos acontecimentos da nossa vida pessoal; e o ser social, aquele que é um sistema de ideias, sentimentos e hábitos que revelam em nós não só a personalidade, mas o grupo ou os grupos distintos dos quais fazemos parte. Estabelecer este ser em cada um de nós é, portanto, um dos objetivos da educação.

Carlos Rodrigues Brandão (2013), em *O que é Educação*, discorre que ela existe até mesmo onde não há a escola e por toda a parte pode haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não tenha sido sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado, a educação existe em toda parte e faz parte dela existir entre opostos (p.106). O autor, ao citar a *Enciclopédia Brasileira de Moral e Civismo*, editada pelo Ministério de Educação e Cultura, define educação como:

Um processo vital, para o qual concorrem forças naturais e espirituais, conjugadas pela ação consciente do educador e pela vontade livre do educando. Não pode pois, ser confundida com o simples desenvolvimento ou crescimento dos seres vivos, nem com a mera adaptação do indivíduo ao meio. É atividade criadora, que visa a levar o ser humano a realizar as suas potencialidades físicas, morais, espirituais e intelectuais. Não se reduz à preparação para fins exclusivamente utilitários, como uma profissão, nem para desenvolvimento de características parciais da personalidade, como um dom artístico, mas abrange o homem integral, em todos os aspectos de seu corpo e de sua alma, ou seja, em toda a extensão de sua vida sensível, espiritual, intelectual, moral, individual, doméstica ou social, para elevá-la, regulá-la e aperfeiçoá-la. É processo contínuo, que começa nas origens do ser humano e se estende até a morte (BRANDÃO, 2013, p. 66-7).

Ainda segundo Brandão, toda a estrutura da sociedade está fundada sobre códigos sociais de inter-relação entre os membros dessa sociedade, entre eles próprios e também os de outra sociedade. Desse modo, costumes, princípios, regras de modos de ser e de viver são fixados, quase sempre por leis escritas ou não. Ao discutirmos a função social da educação, estamos considerando-a no seu sentido ampliado, ou seja, enquanto prática social que se dá nas relações que os homens estabelecem entre si, nas diversas instituições e movimentos sociais, sendo, portanto, constituinte e constitutiva dessas relações.

Brandão (2013) afirma que, assim como outras práticas sociais constitutivas, a educação atua sobre a vida e o crescimento da sociedade em dois sentidos: primeiro no desenvolvimento de suas forças produtivas; e, segundo, no desenvolvimento de seus valores culturais. Afirma ainda o autor que o surgimento de tipos de educação e sua evolução dependem da presença de fatores sociais determinantes, do desenvolvimento desses e ainda de suas

transformações.

O Artigo 205 da Constituição Federal de 1988 preconiza:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 116).

A maneira como os homens se organizam para produzir os bens com que reproduzem a vida, a forma de ordem social que constroem para conviver e o modo como tipos distintos de sujeitos ocupam diferentes posições sociais, determinam o repertório de ideias e o conjunto de normas com que uma sociedade rege sua vida. Esses elementos também determinam como e para que este ou aquele tipo de educação é pensado, criado e posto a funcionar.

Saviani, em sua tese de doutorado que foi defendida em 1971 e publicada no livro *Educação brasileira: estrutura e sistema*, conceitua a educação como uma comunicação entre pessoas livres em graus diferentes de maturação humana, tendo como objetivo a promoção do homem. Essa definição derivou da análise da estrutura do homem em que se manifestaram seus três aspectos constitutivos: situação, liberdade e consciência. Nessa conceituação, a ênfase foi posta na relação interpessoal. No livro *Escola e democracia*, o autor conceituou educação como mediação no interior da prática social, o que foi traduzido em um método pedagógico, tendo como ponto de partida e de chegada a prática social, e, como passos intermediários, a problematização, a instrumentalização e a catarse. Destacou-se nesse caso, a função social da educação.

Mas a definição que expressa mais plenamente sua concepção de educação é aquela que enunciou no livro *Pedagogia histórico-crítica*: educação é o ato de produzir, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Essa definição toma a educação objetivamente em sua realidade histórica e contempla tanto a questão da comunicação e promoção do homem como o caráter mediador da educação no interior da sociedade.

Saviani em *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar* (2012) entende que o ato educativo produz no indivíduo a humanidade, ou seja, o trabalho educativo obtém sua finalidade quando o indivíduo singular se apropria da humanidade produzida histórica e coletivamente, quando o indivíduo se apropria dos elementos culturais necessários à sua formação como ser humano, necessária à sua humanização (p,50).

Nesse sentido, a LBV em Montes Claros, articula a educação em seu sentido mais amplo, com os processos de formação dos indivíduos ao desenvolver um trabalho configurado na educação não formal, não escolar, extraescolar, assistemática.

Para Maria da Glória Gohn, o não formal é diferente do informal, uma vez que tem campo próprio. A educação não formal é aquela que se aprende no mundo da vida, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos. É uma educação construída por escolhas ou sob certas condicionalidades, há intencionalidades no seu desenvolvimento, o aprendizado não é espontâneo, não é dado por características da natureza, não é algo naturalizado. O aprendizado gerado e compartilhado na educação não formal não é espontâneo porque os processos que o produz tem intencionalidades e propostas (GOHN, 2010, p. 15).

Libâneo descreve que a educação não formal é aquela que tem atividades com caráter de intencionalidade, porém com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando certamente relações pedagógicas, mas não formalizadas (LIBÂNEO, 2010, p. 89).

Segundo Gohn, na educação não formal, quem educa é o educador social, é o outro, aquele com quem interagimos ou nos integramos. A autora enfatiza que se educa em espaços educativos, localizados em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, onde há processos interativos intencionais. Que a finalidade da educação é adquirida. Ela capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar é construído como resultado do processo voltado para os indivíduos e as necessidades dos que participam (p. 17-8).

Essa modalidade, segundo Gohn, tem atributos como:

- Não é organizada por série / idade / conteúdos;
- Atua sobre aspectos subjetivos do grupo;
- Trabalha e forma a cultura política de um grupo;
- Desenvolve laços de pertencimento;
- Ajuda na construção da identidade coletiva do grupo;
- Pode colaborar para o desenvolvimento e fortalecimento do grupo, criando o que alguns analistas denominam o capital social de um grupo, que para a autora é entendido como acervo sociocultural e político.

Como se pode ver, a autora fundamenta a educação não formal em critérios da solidariedade e identificação de interesses comuns, parte do processo de construção da cidadania coletiva e pública do grupo.

Para Gohn, uma série de processos podem se desenvolver como resultados dessa forma de educação:

- Consciência e organização de como agir em grupos coletivos;
- A construção e reconstrução de concepção(ões) de mundo e sobre o mundo;
- Contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade;
- Forma o indivíduo para a vida e suas adversidades (e não apenas o capacita para entrar no mercado de trabalho);
- Quando presente em programas com crianças ou jovens adolescentes, a educação não formal resgata o sentimento de valorização de si próprio (o que a mídia e os manuais de autoajuda denominam, como a autoestima), ou seja, dá condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de autovalorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos, o desejo de lutarem para ser reconhecidos como iguais como seres humanos, dentro de suas diferenças raciais, étnicas, religiosas, culturais etc.;
- Os indivíduos adquirem conhecimentos a partir de sua própria prática, os indivíduos aprendem a ler e interpretar o mundo que os cerca;
- Desenvolve a cultura política do grupo (p. 19).
- Como mecanismo não formal de educação, a LBV entrecruza as diversas modalidades de educação, onde não nega o valor da escola e nem dela se isola em relação à vida social.

Para a LBV, a concepção de educação descrita no seu Projeto Político Pedagógico, deriva de um posicionamento ideológico, religioso, filosófico e técnico, compartilhado com agentes educacionais. É de Paiva Netto, o conceito de que A Educação Ecumênica objetiva promover o desenvolvimento do Ser (em sua experiência física), por meio da conscientização do princípio de que estamos corpo, mas somos Espírito. Essa educação, pensada pelo Diretor Presidente da LBV, está expressa nos valores, princípios e objetivos orientadores das práticas educacionais, dando-lhes significado e relevância, e ainda priorizando a formação do cidadão ecumênico²⁶.

²⁶ Cidadão ecumênico: Aquele que compreende a necessidade de suplantar obstáculos que superam multidões, ainda que estas não cultuem idêntico pensamento religioso, político, social ou não pertençam à mesma cultura ou etnia (PAIVA NETTO, 2010, p. 151).

A educação para a LBV, tem fundamento nas leis naturais humanas, espirituais e cósmicas, elementos imprescindíveis para que o indivíduo tenha Equilíbrio, Liberdade e Responsabilidade perante a vida e a sua evolução. Segundo Paiva Netto (2010), a postura do cidadão espiritualizado surge da identificação de cada indivíduo com o seu próximo, sem que sejam evidenciadas diferenças de qualquer natureza.

Segundo Paiva Netto, em Epístola Constitucional do Terceiro Milênio, no capítulo *Instruir é Iluminar a Consciência*:

Sem Educação e Instrução não há progresso. Todavia, educar e instruir não é apenas ensinar a ler, a mergulhar nos livros. Trata-se, acima de tudo, de iluminar a inteligência com o Novo Mandamento de Jesus — Amai-vos como eu vos amei — para as funções harmônicas da Criatura Humana e / ou Espiritual (porque os mortos não morrem) na sociedade (...). Isso apenas será conseguido quando todos souberem ver, além do intelecto, com os olhos do Espírito (...) (1988, p.77). (Grifos do autor).

Maria Sueli Periotto (2010) enfatiza que o objetivo geral da LBV, quando assume a categoria educação, está voltado para a promoção da qualidade, da competência, da efetividade e do desenvolvimento harmônico da inteligência do corpo e do espírito, respeitando as faixas etárias, despertando os seus atendidos para a solidariedade (p. 39-40). Nesse contexto, a pedagogia adotada pela LBV se caracteriza como a formação do ser integral, e leva em conta a bagagem cultural e espiritual do indivíduo.

Com o intuito de alterar as práticas de sala de aula e incentivar a introdução da afetividade na relação professor-aluno e aluno-aluno, de criar um ambiente educativo de bem-estar e melhorar o processo ensino-aprendizagem, a Pedagogia do Afeto tem na LBV sua aplicação, uma vez que atualmente, o afeto tem sido a base para desenvolver junto aos seus atendidos uma relação pessoal que supra a carência sentida.

Ainda de acordo com Paiva Netto (2010), a proposta educacional da LBV está voltada para a formação de cérebros e corações e seu real objetivo é formar Seres Humanos. Ainda para ele, a reflexão sobre a diretriz proposta pela LBV os leva a crer que, mais do que pensar em quais conteúdos devem transmitir em Português, Química ou Física, vale, refletir nos princípios fundamentais e norteadores do verdadeiro processo de aprendizagem, que é aquele que permite ao indivíduo a busca constante do conhecimento, pois favorece o desenvolvimento do aprender a aprender, um dos Quatro Pilares para a Educação da Unesco (PAIVA NETTO, 2010, p.31).

Paiva Netto pondera ainda que não basta desenvolver o intelecto, a civilização exige um refinamento dos costumes (p.146). Tal proposição nos leva ao entendimento de que para a

realização de um refinamento dos costumes é necessário cultivar o que de bom existe no íntimo de cada criatura. Isso nos remete às ponderações de Kant (1996), ao dizer que desenvolver toda a perfeição é desenvolver os valores morais, intelectuais, naturais e espirituais do homem em perfeita harmonia.

Na perspectiva da LBV, a vivência de valores universais garante ferramentas que possibilitam às crianças e aos jovens, em consonância com suas famílias e a sociedade, elaborar conceitos para a prática da cidadania ecumênica que, conforme Paiva Netto,

Está firmada no exercício pleno da Solidariedade planetária, e tem como bandeira o Novo Mandamento de Jesus, o Cristo Ecumênico: "Amai-vos como Eu vos amei. Somente assim podereis ser reconhecidos como meus discípulos. Não há maior Amor do que doar a própria Vida pelos seus amigos" (Evangelho segundo João, 13:34 e 35 e 15:13) (PAIVA NETTO, 2010, p.36)

A LBV adota uma linha educacional intitulada *MAPREI* – Método de Aprendizagem por Pesquisa Racional, Emocional e Intuitiva. Esse método é utilizado para a sistematização e contextualização da busca de fatos e conteúdos obtidos a partir de inúmeras origens, valorizando a fonte interior, a bagagem espiritual do aluno e para a promoção da sociabilidade e autonomia, possibilitando a transmissão do conhecimento adquirido e o contato com variadas opiniões sobre o mesmo assunto.

A Instituição aponta como pontos essenciais de sua proposta:

- A vivência de valores;
- A prática do pensar;
- O incentivo a habilidade investigativa;
- O despertar da memória espiritual;
- O nortear e apoiar a atuação dos atendidos;
- A valorização e respeito;
- O despertar das potencialidades (LBV, 2009, p. 31-2).

Entendemos, após discorrer sobre educação, que ela está direta e intimamente relacionada com a vida humana, conforme advoga Saviani. Assim, passaremos no próximo tópico, a ponderar a categoria trabalho.

3.2 O Trabalho

Neste tópico, a categoria Trabalho se apresenta como norteadora das análises empreendidas nesta pesquisa, visto que o trabalho realizado pela LBV se evidencia como elemento principal do papel social desenvolvido pela Instituição.

A forma humana de representar a realidade social dá-se mediante categorias e conceitos que se produzem socialmente, conforme abordado no início deste capítulo. Para Frigotto (2009), quando essas categorias e conceitos não expressam, no plano do pensamento e da comunicação, a materialidade da realidade que se busca compreender, essas tornam-se meras representações abstratas e ideológicas, cumprindo um papel de mascaramento da ordem social. Por isso, é que, não só o trabalho, mas também as demais categorias analisadas assumem historicamente sentidos polissêmicos.

Com múltiplos significados, o termo trabalho, no sentido popular, está vinculado a esforço físico, entretanto, não é somente esse esforço que é considerado como trabalho, pois há que se levar em conta a atividade mental que se emprega durante a realização de uma determinada tarefa. Para Marx, em seu primeiro *Manuscrito Econômico Filosófico* (1932), a primeira atitude histórica dos indivíduos, em relação aos animais, não é o fato de pensar, mas o de produzirem seus meios de sobrevivência.

Antunes (2005), apoiado nas proposições de Marx, corrobora que desde o mundo antigo o trabalho vem sendo compreendido como expressão de ida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão. Suzana Albornoz (2004), por sua vez, em *O que é trabalho*, pondera que na linguagem cotidiana o termo adquire muitos significados, embora pareça compreensível como uma das formas elementares da ação dos homens, o seu conteúdo oscila. Às vezes lembra dor, tortura, suor do rosto, fadiga, noutras, mais que aflição e fardo, designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura. Conforme analisa Cavalcante, Albuquerque e Jesus (2008),

A maneira de conceber o trabalho e o ato de trabalhar vai ser modificada em função das transformações que ocorrem tanto na forma de produzir mercadorias como na nova divisão social do trabalho. Aos poucos, o trabalho vai perdendo seu sentido negativo, de tortura, para instaurar-se como o único capaz de produzir riquezas (CAVALCANTE; ALBUQUERQUE; JESUS, 2008, p. 31).

Ainda segundo os autores, contrariamente à tradição anterior à Idade Média, do ponto de vista ideológico, dois movimentos contribuem decisivamente para consolidar uma visão mais otimista e positiva do trabalho: a Ética Protestante e o Iluminismo. A Ética

Protestante (calvinista e luterana) tem um papel essencial, visto que resgata o valor do trabalho como algo positivo e nobre. Os autores mencionados citam Max Weber, o qual pondera que a Reforma Protestante, em contraposição à visão do catolicismo, coloca o trabalho como fundamento de toda a vida, virtude e caminho para a salvação. Assim, a profissão é considerada vocação, e a preguiça um vício e pecado que se contrapõe à ordem natural do mundo.

Na concepção Iluminista, movimento ideológico que surge nos séculos XVIII e XIX, a visão do trabalho está centrada na ideia de transformação da natureza pela ação do homem, ou seja, pelo trabalho intelectual ou manual. Nessa perspectiva, o trabalho é uma categoria social que representa o principal meio através do qual o homem passa do universo da natureza para o universo da cultura. Deste modo, o trabalho, desde o início da história da humanidade, sempre foi considerado como um meio privilegiado de transformação da natureza pela a ação do homem, cujo objetivo era a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência.

O trabalho é, em primeiro lugar, um processo entre o homem e a natureza, um processo integrado no qual o homem faculta, regula e controla sua forma material com a natureza através de sua atividade. Ao atuar sobre a natureza externa a si, o ser humano modifica simultaneamente sua própria natureza (MARX, 1979, p.118).

Todavia, com a emergência da sociedade capitalista, os modos naturais vão sendo dominados pelos modos de produção, e estes passam a determinar a execução e a organização do trabalho, que vai deixando de ser um meio de satisfação das necessidades básicas, para se tornar um fim em si mesmo.

Quando nos atemos ao processo de evolução do trabalho, constatamos que na fase pré-moderna, homens e mulheres trabalhavam, sobretudo no lar e para o lar. Já na modernidade o trabalho passa a ser remunerado e, portanto, valorizado fora do domicílio. É, pois, na modernidade que se acentua a especialização dos espaços de trabalho e se estabelecem diferenças em função do valor atribuído a esses espaços. Nesse sentido, a concepção moderna de espaço define o homem ou a mulher pelo trabalho que exercem. Assim sendo, a família, inserida na base material da sociedade, vai definir sua organização a partir das condições históricas e das mudanças sociais para cumprir sua função social, garantir a manutenção da propriedade, a reprodução da força de trabalho, a procriação e a educação do futuro trabalhador. Ainda corroborando essa discussão, vale ressaltar que a família é a grande responsável pela sobrevivência física, sendo o primeiro grupo de mediação entre o indivíduo e a sociedade. Contudo, não se pode negar que as novas relações de trabalho produzem efeitos, muitas vezes adversos, no interior das famílias, alterando, sobremaneira, o contexto no qual estão inseridas.

Diante do exposto, cabe-nos analisar a forma como a LBV compreende a categoria trabalho e como essa categoria influencia as ações que a Instituição desenvolve no seu espaço de atuação. Nessa perspectiva, em *O Brasil e o Apocalipse*, publicada por José de Paiva Netto há considerações do fundador da LBV, Alziro Zarur, a respeito do trabalho. Este enfatiza:

O trabalho é fonte de produção e base de independência. Exemplo que nos foi dado pelo próprio JESUS. Ele mesmo deu o exemplo para que todos amem o trabalho, em seu próprio benefício a salvação de suas almas. Qual o grande mal do Brasil de nossos dias? Até nas cantigas populares temos de ouvir a apologia da malandragem: Trabalhar? Eu, não! Eu, não Principalmente agora, nesta hora apocalíptica, o trabalho está sendo considerado coisa para otário, porque a aristocracia política se encarrega de proclamar que o mundo é dos sabidos. Ninguém se iluda: só mesmo com o Evangelho e o Apocalipse de JESUS poderemos ensinar a todos que o trabalho é a maior benção de Deus. Isto faz parte da CRUZADA DE REEDUCAÇÃO GERAL, cujo lema inspirado nos ensinamentos do CRISTO é RENOVAR OU MORRER. Fugir ao dever é a suprema negação do princípio divino do trabalho, porque até mesmo DEUS NÃO CESSA DE TRABALHAR, UM INSTANTE, SEQUER, como afirma o Divino Mestre (NETTO, s / d p. 140) (grifos do autor).

Ao analisar as proposições de Alziro Zarur, citadas por Paiva Netto, nos deparamos com o discurso negado por Marx, que a esse respeito, se refere ao trabalho alienado.

Nos Manuscritos, Marx desenvolveu a ideia de trabalho alienado, a separação dos seres humanos de sua verdadeira natureza e de seu potencial para satisfação. Marx identificou vários tipos de alienação como inevitáveis nos mercados de trabalho capitalistas.

Marx acreditava que o trabalho tinha o potencial de ser uma das maiores fontes de satisfação entre todas as atividades humanas. O trabalhador põe seu esforço e engenhosidade na transformação de objetos da natureza em produtos. Os bens que ele produz, assim, corporificam seu esforço e criatividade. Sob o capitalismo, a existência da propriedade privada separa a sociedade entre capitalistas – donos dos recursos produtivos – e trabalhadores – que não possuem nada além de sua força de trabalho. O trabalho torna-se uma mercadoria a ser comprada e vendida, e os trabalhadores são contratados pelos capitalista para produzir bens que são vendidos como lucro. Marx argumentava que isso tirava a qualidade de satisfação do trabalho, levando à alienação e à insatisfação.

Uma dos contornos dessa alienação vem do fato de esses bens feitos pelos trabalhadores não pertencerem a eles e não poderem ser mantidos por eles. Para o trabalhador, os bens feitos por ele tornam-se objetos alienados, com os quais têm pouca ligação. Conforme cria mais bens que contribuem para um mundo do qual ele não participa, sua vida interior se encolhe, e sua satisfação atrofia. O trabalhador talvez produza lindos objetos para outras pessoas usarem e desfrutarem, mas, para si, só cria tédio e limitação.

Marx disse que os trabalhadores também sofriam de alienação por meio do próprio ato do trabalho. Sob o capitalismo, a atividade não procede de sua criatividade própria, mas da necessidade prática de trabalhar para alguém que não é ele. O trabalhador não gosta da atividade, já que essa esmaga seu corpo e mente e o faz infeliz – o trabalho se torna uma atividade forçada que, se lhe fosse dada a escolha, ele não faria. Como os bens que ele acaba produzindo, a atividade de trabalho torna-se separada do trabalhador, algo com o qual ele tem pequena conexão real. O trabalhador, portanto, só se sente à vontade em seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente contrafeito. Ele se torna o sujeito de outra pessoa. Seu trabalho não é mais seu, e sua atividade não é mais espontânea e criativa, mas administrada por outra pessoa que o trata como uma mera ferramenta de produção. A alienação do trabalhador dos frutos e da atividade do trabalho o torna alheio à sua atividade – o que Marx chama de um ser espécie. Isso advém porque a identidade humana está enraizada na habilidade das pessoas em transformar as matérias primas da natureza em objetos. Os trabalhadores no sistema capitalista perdem a conexão com essa identidade básica – a necessidade econômica faz da atividade produtiva um meio para um fim, em vez de algo em que a identidade fundamental do indivíduo está corporificada e desempenhada. A atividade é o que legitima a vida, e a partir do momento em que ela se torna alienada ao trabalhador, esse perde o senso do seu ser humano.

Essa forma de alienação dos bens produzidos, da atividade do trabalho e da identidade humana – tornam as pessoas cada vez mais alienadas de si mesmas. Já que o mercado de trabalho deixa as pessoas estranhas à sua própria identidade essencial, elas ficam igualmente alheias às identidade umas das outras. O trabalhador é colocado numa relação de confronto com o capitalista que detém os frutos e que controla a atividade de trabalho para seu próprio enriquecimento.

Assim, Marx acreditava que a propriedade privada estava na raiz da alienação do trabalhador. A divisão da sociedade entre capitalistas que detém a propriedade e trabalhadores sem propriedade é o que leva à alienação dos trabalhadores. Por outro lado, a própria alienação reforça essa divisão e perpetua a propriedade privada. Um aspecto do sistema de propriedade privada é a troca e a divisão do trabalho. O trabalho torna-se especializado: um trabalhador faz uma peça de um objeto e outro realiza a montagem. Os capitalistas se especializam em diferentes tipos de bens e os trocam entre si. Nisso tudo, o trabalhador não passa de uma engrenagem, uma pequena parte da máquina econômica maior.

Marx entendeu o processo da alienação do trabalhador e o fortalecimento da propriedade privada como uma lei básica do capitalismo, criadora de uma tensão na sociedade conforme as pessoas se tornavam alheias à sua natureza essencial. O trabalho alienado

acompanha a propriedade privada, de modo que a ruína de um envolve a ruína da outra.

A LBV estabelece em sua concepção estreita relação entre trabalho e espiritualidade, quando Alziro Zarur assevera que a salvação da alma está subjugada à prática do trabalho. Mesmo que tais proposições tenham a intenção de afastar o indivíduo do ócio, visto que este (o ócio) representa a suprema negação do princípio divino do trabalho, sabe-se que o homem foge do trabalho como o diabo foge da cruz.

A LBV também correlaciona os conceitos de amor, verdade, trabalho e justiça, considerando-os como pontos basilares de sua prática, e que esses devem corresponder à intenção primordial da Instituição que é a formação integral da criança por ela assistida.

Segundo Paiva Netto,

Sem o Trabalho coisa alguma toma forma: é preciso que se junte ao esforço mental o das mãos, à filosofia o cabo da enxada. Sem a justiça Divina, todo o esforço do Amor e da Verdade, concretizados pelo Trabalho, estaria ameaçado pela dilapidação criminosa provocada pela ignorância espiritual, a maior inimiga do progresso das Criaturas de Deus. Para que tal não se dê, mesmo que os homens a neguem, não percebendo a ação caridosa do seu mecanismo, existe a Lei Universal da Reencarnação, Lei de Amor, que dá, conforme adverte Jesus, —a cada um de acordo com as suas próprias obras. Eis o Comunismo Divino. É a Justiça de Deus, conduzindo a História. Deus não se vinga. É que tudo na vida tem consequência. Ninguém evolui na irresponsabilidade (NETTO, 1988, p.32).

As proposições de Netto nos levam a outro espectro sobre o trabalho. Consonante com essa visão, Gabriel Chalitta em *Educação: a solução está no afeto* (2001), enfatiza que o trabalho e a dignidade andam de braços dados, inseparáveis. Ainda para o autor, o trabalho é capaz de operar milagres, de preencher o vazio deixado pela carência e pela não aceitação social. Além disso advoga que o trabalho é dignificante, mas não pode ser escravizador. Também argumenta que o homem certamente nasceu para o trabalho, que lhe é indispensável como meio de subsistência e como meta para concretizar seus planos.

Logo, entendemos que para a Instituição o cosmos está em movimento constante, e se nele estão os homens, estes também devem estar em atividade incessante. Nesse pensamento de que o trabalho é o elemento fundamental da existência do homem no universo e que a ideia de paraíso não está relacionada ao ócio, uma ocupação qualquer, seja pela ação ou pelo pensamento, determina a solidariedade, pois ao trabalhar, o homem produz o bem para si mesmo e para o seu semelhante.

Nesse contexto, na perspectiva da LBV, o trabalho não se apresenta apenas como uma atividade que possibilita ao homem a sua subsistência, pois este está intimamente relacionado ao ofício de ganhar a vida de maneira honesta, definindo o seu papel de cidadão

sem necessitar da caridade pública, ainda que a instituição tenha um cunho social que, aos olhos de muitos, se configura como assistencialismo, conforme analisado no capítulo anterior. Desse modo, o conceito do termo trabalho, na concepção da LBV, passa, portanto, pela ideia de cidadania, categoria que será analisada no tópico seguinte. A visão cultivada pela LBV a respeito da categoria Trabalho encontra na Ética Protestante, como mencionado anteriormente, uma vez que esse movimento, a partir das ideias de Calvino e Lutero, valorizava o trabalho como instrumento de graça, geração de riquezas e salvação, condenando o ócio, pois este se contrapõe à ordem natural do mundo.

3.3 A Cidadania

No decurso da história da humanidade surgiram múltiplos entendimentos de cidadania em diferentes momentos – Grécia e Roma da Idade Antiga e Europa da Idade Média. Sendo que na primeira, a cidadania estava ligada à noção de cidade-estado e era um privilégio de poucos, sendo excluídas as mulheres, os escravos, as crianças, os velhos, os comerciantes, os artesãos e estrangeiros. Na Roma Antiga a cidadania era privilégio dos patrícios, os descendentes dos povos fundadores, que gozavam de todos os direitos civis, políticos e religiosos. Já na Idade Média, observa-se a influência do feudalismo, sendo que o Burgo projeta-se como a polis, e o burguês como a representação do cidadão.

Entretanto, o conceito de cidadania como conhecemos na atualidade insere-se no contexto do surgimento da Modernidade e da estruturação do Estado-Nação. A sua origem é atribuída, em princípio à cidade ou pólis grega, e está relacionada ao surgimento da vida na cidade e à capacidade dos homens exercerem direitos e deveres de cidadão. Ela designa um estatuto de pertencimento de um indivíduo a uma comunidade politicamente articulada, lhe conferindo um conjunto de direitos e obrigações, sob a vigência de uma constituição.

Conforme assevera Chalita (2001), a palavra cidadania carrega um significado ideológico que traz a exigência de direitos e garantia de uma participação efetiva na sociedade.

A categoria Cidadania há muito tem ocupado espaço nas discussões e análise no mundo contemporâneo. Cerquier-Manzini (2013) enfatiza que essa categoria está presente na fala de quem detém o poder político, na produção intelectual, nos meios de comunicação, e também nas camadas mais desprovidas da população. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948, em seu Artigo VII, preconiza que,

Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção

da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2009, p.6).

As proposições da citada Declaração transparecem nas Constituições dos países, e elas (as Constituições) representam a garantia de que os homens têm direitos e que esses devem ser respeitados. Contudo, existem também deveres que devem ser cumpridos, e tanto um quanto o outro são conteúdo do exercício de cidadania. É comum as pessoas entenderem cidadania apenas como direitos, desconsiderando, muitas vezes que elas próprias são agentes da existência desses direitos, conforme Cerquier-Manzini, Em vez de meros receptores, podem ser, acima de tudo, sujeitos daquilo que podem conquistar (p.14). Ao contrário dos direitos humanos, que tendem à universalidade dos direitos do ser humano na sua dignidade, a cidadania moderna, apesar de influenciada por aquelas concepções mais antigas, possui um caráter próprio e apresenta duas categorias: formal e substantiva.

A compreensão e ampliação da cidadania substantiva ocorrem a partir do estudo clássico de Thomas Humphrey Marshall (1967) em *Cidadania e classe social*, de 1950, que descreve a extensão dos direitos civis, políticos e sociais para toda a população de uma nação. Esses direitos tomaram corpo com o fim da 2ª Guerra Mundial, após 1945, com um aumento substancial dos direitos sociais e com a criação do Estado de Bem-Estar Social – *Welfare State*²⁷ – estabelecendo princípios mais coletivistas e igualitários. Os movimentos sociais e a efetiva participação da população em geral foram fundamentais para que houvesse uma ampliação significativa dos direitos políticos, sociais e civis, alçando um nível geral suficiente de bem-estar econômico, lazer, educação e político.

No que se refere à cidadania formal, conforme o direito internacional, essa é indicativo de nacionalidade, de pertencimento a um Estado-Nação. Nesses parâmetros, podemos considerar uma pessoa portadora da cidadania brasileira, por exemplo. Outro aspecto a ser ponderado é que na ciência política e na sociologia o termo adquire sentido mais amplo, e passa a ser definido como a posse de direitos civis, políticos e sociais. Para Cerquier-Manzini (2013), a cidadania é um processo inventivo de cada um e de todos, de modo que se todos tenham as mesmas condições, e que essas sejam regidas por normas legais que possam ser usadas igualmente. A categoria cidadania, conforme assinala Manzini,

Depende da ação dos sujeitos e dos grupos básicos em conflito, e também das

²⁷ *Welfare State* ou estado do bem estar social surgiu nos países europeus devido à expansão do capitalismo após a Revolução Industrial e o Movimento de um Estado Nacional objetivando a democracia. É uma transformação do próprio Estado a partir das suas estruturas, funções e legitimidade. Ele é uma solução para a necessidade de serviços de segurança socioeconômica.

condições globais da sociedade. No decorrer da história, tivemos em nossos modelos de desenvolvimento posturas que enfatizaram ora os sujeitos ora as estruturas e seus próprios mecanismos, como agentes da história. A categoria cidadania permite avançar no pressuposto dialético marxista: os homens fazem História, segundo determinadas circunstâncias estruturais – o que significa não pender nem para os sujeitos nem para as estruturas (CERQUIER-MANZINI, 2013, p.86).

De acordo com o *Dicionário Aurélio*, o termo cidadania se refere à qualidade ou estado de cidadão. Logo, para o autor, cidadão é o indivíduo que goza dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este (AURÉLIO, 1999, p. 469).

De tal modo, ser cidadão significa ter direitos e deveres, tendo como proposta essencial a igualdade de todos perante a lei, sem discriminação de raça, credo ou cor, cabendo o domínio sobre seu corpo e sua vida, o acesso a um salário descente para se prover, o direito à educação, à saúde, à habitação, ao lazer. Além do direito de se expressar livremente, de afiliar-se a partidos políticos e sindicatos, participar de movimentos sociais e de lutar por seus valores e, conseqüentemente, ter uma vida digna.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, também ratifica em seu Art.5º que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Para além, das discussões que o Artigo suscita, observamos que ainda há muito o que se fazer em relação à questão da cidadania em nosso país. De acordo com Carvalho (2001), a trajetória dos direitos do cidadão no Brasil seguiu uma lógica inversa daquela descrita por Thomas Humphrey Marshall (1967). Ou seja, segundo o autor,

Vieram os direitos sociais, implantados em período de cerceamento dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular (Getúlio Vargas). Depois vieram os direitos políticos... a expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de repressão política foram transformados em peça decorativa do regime [militar]... A pirâmide dos direitos [no Brasil] foi colocada de cabeça para baixo (CARVALHO, 2001, p. 219).

Nesse contexto, aferimos que talvez isso tenha contribuído para que a cidadania esteja bastante distante da realidade de muitos brasileiros. Ainda que os direitos políticos, sociais e civis estejam garantidos em Constituição, o que se vê são milhões de pessoas vivendo em situação de miséria. Os altos índices de desemprego mantem uma leva considerável de brasileiros que não têm acesso aos bens mínimos. A elevada taxa de analfabetos e de semianalfabetos, revelada pelos Censos dos últimos anos, evidencia a grande dívida social que o país tem para com a população (INEP, 2014). Wanderley (2000), em seu livro *Educação e*

cidadania. Serviço Social e Sociedade, aborda sobre a não-cidadania do povo brasileiro. Para o autor, nesse grupo de não cidadão está um imenso contingente de indivíduos, de excluídos, cujos direitos são apenas uma ficção, um sonho (p. 159). Considerando essa realidade contextual, em que grande parte dos brasileiros não tem acesso a condições de vida digna, ou seja, encontra-se excluída, os questionamentos de Bitar (2004) são oportunos:

Como falar em cidadania diante de aterradoras condições humanas, as quais se encontram subjugadas milhões de pessoas em todo o mundo? O que pensar acerca do que os índices de desenvolvimento humano têm apresentado como resultado de suas pesquisas em diversos países do mundo? Como falar da pós-modernidade se boa parte das populações do Terceiro Mundo, bem como da periferia do Primeiro Mundo se encontra alijadas da participação dos benefícios culturais e tecnológicos da pós-modernidade, o que criaria a assintônica situação de pré-modernidade dentro da pós-modernidade? Como constatar com imparcialidade e neutralidade apática a inadmissível condição de exploração e miséria em que se encontram grandes fatias da população mundial? (BITAR, 2004, p.16).

Assim, para o autor, a real identidade do termo significa muito mais do que simplesmente direitos e deveres, visto que ganha uma dimensão que possibilita identificar nas questões ligadas à cidadania as preocupações em torno do acesso às condições dignas de vida. Portanto, não se pode falar em cidadania em seu conceito extraído da política e das relações jurídicas às quais estão unidos os cidadãos de um Estado, quando a esses são negados direitos básicos para se alcançar condições elementares de sobrevivência.

Ao refletir a cidadania nas relações diárias, vale ressaltar o pensar, o sentir e o agir, considerando que a democracia se constrói a todo instante nas relações sociais estabelecidas entre os indivíduos, buscando melhorar essas relações e, assim, poder lidar com o mundo e fazê-lo avançar. Nessa perspectiva, há que se avaliar, conforme Cerquier-Manzini, que a espiritualidade, não aquela que desenvolve um subjetivismo para o além-mundo, mas a que permite ao homem perceber-se e perceber seu espaço no Universo, é que o auxiliará nas mudanças de que precisa o mundo.

Marshall (1967) entende que a cidadania é composta de três elementos: os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais. Vilani (2002) corrobora que os direitos civis e políticos são ligadas aos direitos de primeira geração e requerem intervenção do Estado, pois este deve respeitar a liberdade de escolha dos cidadãos. Quanto aos direitos sociais, foco maior desta pesquisa, se vinculam à segunda geração de direitos, incorporando garantias trabalhistas; acesso à saúde; previdência social; educação pública, laica e gratuita. Os direitos sociais dizem respeito ao atendimento das necessidades humanas básicas e demandam um Estado participativo, que garanta a materialização do bem-estar social a toda a população.

Para além dos três elementos que compõem a cidadania, conforme define Marshall, sejam civis, políticos ou sociais, surge uma terceira geração de direitos que, segundo pondera Vilani: São direitos metaindividuais, estes são referentes aos direitos dos indivíduos enquanto seres humanos (parte da humanidade) ou dos indivíduos enquanto membros de uma categoria ou grupo social específico (1967, p. 58). Quando refletimos sobre o aprender a viver junto, em sociedade, constatamos a importância de uma educação voltada para a cidadania democrática, uma educação cidadã, baseada na aquisição de conhecimento, na formação de atitudes e de valores. Nessa perspectiva, um questionamento bastante pertinente diz respeito ao modo como se poderia implementar a educação para a cidadania em contextos sociais e econômicos tão diversificado, e ainda como a comunidade educativa poderia contribuir, de forma mais eficaz para uma educação cidadã. Abrangemos, pois, que a cidadania é um processo contínuo e somente através das relações estabelecidas no dia a dia com os outros, com a coisa pública e com o próprio meio ambiente é que essa se consolida. Portanto, educar para a cidadania passa pela formação de valores que levem o indivíduo a se empenhar pela vida e pelo bem-estar local e global.

Diante do exposto, procuramos estabelecer uma análise da categoria Cidadania na perspectiva da LBV, visto que para a instituição a cidadania, no seu significado lato, não se restringe ao corpo do cidadão, mas provém do seu espírito eterno e está intimamente ligada ao conceito de cidadão ecumênico. Conforme assevera José de Paiva Netto, para se pensar a cidadania é necessário considerar que todos os seres humanos são iguais em direitos e oportunidades, e que os méritos sociais, intelectuais, culturais e religiosos, por mais louvados e reconhecidos que sejam, não podem sobrepor-se aos direitos dos demais cidadãos. Porquanto, a cidadania sem responsabilidade e fraternidade é condenação ao caos. Nas reflexões de Netto (2010),

O Amor, a Misericórdia e a Justiça dentro da Verdade constituem a base da convivência harmoniosa. É a sustentação de um povo que deseja progredir em Paz, nesta e na Outra Vida, porquanto a verdadeira cidadania tem início na Existência Invisível, de onde viemos e para onde retornaremos. Daí sermos, antes de tudo, Cidadãos do Espírito (PAIVA NETTO, 2010, p. 245-6).

Desse modo, a LBV considera que a cidadania tem suas bases firmadas no exercício pleno da solidariedade planetária, cuja finalidade deve estar voltada para o respeito mútuo, aceitação das diferenças, apropriação de regras de convivências e de valores fundamentais na vida em sociedade. Frigéri (1986), em *Paiva Netto – O comunicador da solidariedade humana*, apresenta o discurso proferido por Paiva Netto, o qual aborda a respeito do trabalho social

empreendido pela instituição, cujo objetivo é resgatar a cidadania dos infelizes quer estejam nessa condição por questões materiais, morais, religiosas ou espirituais. Porquanto, para a LBV, o instrumental para a cidadania é a solidariedade, iluminando mentes e sentimentos, visto que os seres humanos habitam uma única e imensa morada, a Terra (p.95).

Fonseca (2000) enfatiza que ser cidadão é uma tarefa cognitiva e socioafetiva e, para sua concretização, a pessoa exerce um papel ativo. Ainda segundo o autor, a cidadania se vincula à educação, por assumir um caráter formativo e potencializador do desenvolvimento do indivíduo nos vários contextos de sua vida. A LBV, busca por meio das pedagogias educacionais que adota educar para a cidadania, visto que a educação engloba a criação de oportunidade de desenvolvimento do homem, da sua autoestima, do seu autoconhecimento, do conhecimento e respeito ao outro. Conforme observações de Paiva Netto,

(...) A nossa meta é a grandeza do Espírito humano, o construtor de tudo. E, assim como o corpo precisa de sustentação, nossa parte eterna necessita do alimento transubstancial, sem o que adoece. Por esse motivo aqui está a Pedagogia do Cidadão Ecumênico. A saúde para o Espírito está singularizada no Amor Fraterno, princípio básico do Ser, fator gerador de Vida, que está em toda parte e é tudo”.

(...) Não há maior sofrimento do que a ausência dele (...), vigoroso alicerce de comunidades sadias, porquanto a reforma do social deve vir pelo espiritual, isto é, pelas forças internas da criatura, que a tornam poderosa e indestrutível no seu ideal altruísta (PAIVA NETTO, 2010, p. 151)

Nas palavras de Cerquier-Manzini (2013), a cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno, contudo deve ser construído coletivamente. Esse direito à vida não pode se dar unicamente pela via de acesso aos bens básicos, mas a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente que é o papel do homem no Universo. Para tanto, algumas questões são estabelecidas, como por exemplo, aprender a habitar o mundo, visto que exige a modificação de muitos hábitos da vida cotidiana, considerando que todos fazem parte da humanidade e que, portanto, estão atados a um destino comum. A modificação de hábitos passa necessariamente pela busca de um progresso psíquico, moral e espiritual, valores que estão intrinsecamente presentes nas proposições da LBV.

Consonante com essa ideia, Chalita (2001) enfatiza que para construir a cidadania, urge que o educador utilize outros métodos e traga à baila discussões que despertem em seus alunos tanto ou mais interesse que a TV, cabendo-lhe discutir com eles, questões contemporâneas condizentes com os problemas que enfrenta no dia-a-dia, que se relacionam com sua capacidade de melhor conviver em sociedade, que dizem respeito a aspectos aparentemente simples, mas são de uma complexidade impressionante.

Considerando as categorias analisadas neste capítulo e na perspectiva dos

pressupostos nele contidos, entendemos que trabalho e educação são elementos do processo de construção da cidadania. O trabalho, nesse sentido, representa um meio de se alcançar a real condição de cidadão, visto que trabalho e cidadania são duas categorias intrínsecas e, por isso mesmo, devem conviver em perfeita harmonia no espaço social. À educação cabe a incumbência de preparar para o exercício da cidadania, formar cidadãos aptos a interferir positivamente na realidade social na qual estão inseridos, propiciando a compreensão de que o exercício da liberdade está submetido aos direitos e liberdade do outro. E, assumido um papel de redentora a educação deverá, portanto, se não erradicar, pelo menos abrandar a grande dívida social do país.

Todavia, França *et al* (2009), entendem que a educação se apresenta como reparadora dos problemas sociais emergentes, cabendo-lhe a função de resolvê-los ou, até mesmo, extingui-los. Sobre esse aspecto salientam:

[...] a educação ainda se revela, no século XXI, restrita a um papel compensatório, apresentando-se em um momento marcado por incertezas, por diversas formas de precarização das condições de existência e por fortes processos de exclusão sob uma forma ideológica de novo tipo, que constrói uma nova sociedade moldada pela lógica mercantil e coloca sobre os indivíduos a responsabilidade pelo alcance de melhor qualidade de vida (p.179).

3.4 Perspectivas atuais da formação do cidadão

De acordo com Gohn (2013), a partir de 1990 levou-se o debate acadêmico a efeito sobre a crise da modernidade e isso trouxe à tona a questão da racionalidade e o questionamento da racionalidade científica como a única legítima. Também evidenciou novos campos de produção de conhecimento e áreas de saberes que se faziam invisíveis ou não tratados como conhecimento ou saberes educativos, o que resultou na revelação de outras dimensões da realidade social, também produtoras de saberes, onde as aprendizagens cotidianas se realizavam por meio da educação não formal.

Nesse sentido, os paradigmas holonômicos²⁸ despertaram o interesse de Edgar Morin, que defendem a incorporação dos problemas cotidianos ao currículo e a interligação dos

²⁸ Paradigmas holonômicos: Caracterizam-se pela proposta de uma nova relação entre produção e ser humano, principalmente representado pelo pensamento de Edgar Morin. O foco do saber não está institucionalizado mas voltado para dentro do próprio ser humano valorizando seus aspectos subjetivos, cotidianos e ocasionais. Destacam-se categorias como decisão, projeto, ruído, ambiguidade, finitude, escolha, síntese, vínculo e totalidade. Segundo Gadotti, etimologicamente, holos, em grego, significa todo e os novos paradigmas procuram centrar-se na totalidade. Os paradigmas holonômicos pretendem restaurar a totalidade do sujeito, valorizando a sua iniciativa e a sua criatividade, valorizando o micro, a complementaridade, a convergência e a complexidade.

saberes. Morin critica o ensino fragmentado e vê a sala de aula como um fenômeno complexo, que abriga uma diversidade de ânimos, culturas, classes sociais e econômicas, sentimentos que se configura como um espaço heterogêneo. Morin acredita que os currículos desconsideram a emoção, o desejo, o medo, a incerteza, a paixão humana. Com essa concepção, Morin se emerge contra a razão produtivista e a racionalização moderna, propondo, segundo Gadotti (2006), a lógica do vivente, isto é, um princípio unificador do saber, do conhecimento em torno do homem, valorizando o seu cotidiano, o pessoal, a singularidade, o acaso e outras categorias como decisão, projeto, ruído, ambiguidade, finitude, escolha, síntese, vínculo e totalidade.

Morin, em suas teorizações, propõe que o educador leve em consideração uma relação ensino-aprendizagem significativa, assim como Ausubel a propõe. Estes autores representam uma nova corrente de pensamento na área da educação que busca acima de tudo, a solução para um ensino mais produtivo, dinâmico e condizente à realidade do mundo globalizado. De acordo com Morin, deixamos de pertencer, à certa medida, a uma determinada região e devemos lutar por uma cidadania planetária.

Com o advento da globalização na atualidade, a era do conhecimento – a educação é compreendida como maior recurso de que se dispõe para enfrentar essa nova estruturação do mundo. Segundo avalia Ianni (1997), dela depende a continuidade do atual processo de desenvolvimento econômico e social, também conhecido como era pós-industrial, em que se percebe claramente um declínio do emprego industrial e a multiplicação das ocupações em serviços diferenciados: comunicação, saúde, turismo, lazer e informação.

As dificuldades ocasionadas pelo processo de globalização, abrangem direta e indiretamente o indivíduo, o cidadão, especialmente aqueles onde nos Estados que padecem com as desigualdades sociais, cada vez mais profundas.

Para Ianni,

Na perspectiva de diminuir essas dificuldades, o investimento no fator humano é de suma importância, visto que, nas sociedades subdesenvolvidas, somente tem acesso a propriedade os indivíduos qualificados tecnicamente, ou seja, em condições de competir no mercado de trabalho, cada vez mais especializado. O acesso à propriedade tende a diminuir o desnível social e os problemas da miséria e da violência (IANNI, 1997, p. 61).

A estrutura que gera as condições para formar indivíduos competitivos inicia-se essencialmente com uma educação de base, por meio de um sistema de ensino comprometido genuinamente em formar cidadão, ensino que necessita ter a mesma qualidade tanto para os ricos quanto para os pobres. A preocupação com a educação deve ser a prioridade dos Estados,

pois unicamente por meio dela é que se pode formar cidadãos conscientes e qualificados para o trabalho no mundo do terceiro milênio.

Moacir Gadotti no artigo *Qualidade na educação: uma nova abordagem* (2013), afirma que vivemos hoje numa sociedade de redes e de movimentos, de múltiplas oportunidades de aprendizagem, chamada de sociedade aprendente, uma sociedade de aprendizagem global, na qual as consequências para a escola, para o professor e para a educação em geral, são enormes. Torna-se fundamental aprender a pensar de forma autônoma, saber comunicar-se, saber pesquisar, saber fazer, ter raciocínio lógico, aprender a trabalhar colaborativamente, fazer sínteses e elaborações teóricas, saber organizar o próprio trabalho, ter disciplina, ser sujeito da construção do conhecimento, estar aberto a novas aprendizagens, conhecer as fontes de informação, saber articular o conhecimento com a prática e com outros saberes.

Segundo anuncia o Caderno da UNESCO *Fundamentos da Nova Educação*,

A educação para o desenvolvimento de talentos e de potencialidades, tornou-se uma necessidade devido à própria mundialização das atividades humanas. Como diz o Relatório Delors, com propriedade e clareza: Hoje em dia, grande parte do destino de cada um de nós, quer queiramos ou não, joga-se num cenário em escala mundial. Imposta pela abertura das fronteiras econômicas e financeiras, impelida por teorias de livre comércio, reforçada pelo desmembramento do bloco soviético, instrumentalizada pelas novas tecnologias de informação, a interdependência planetária não cessa de aumentar, no plano econômico, científico, cultural e político. (UNESCO, 2005, p.18)

Segundo Gadotti (2006), em 1970 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) criou uma Comissão para o Desenvolvimento da Educação para estudar os problemas educacionais da maior parte dos países e apresentar estratégias de superação. A referida Comissão defendeu o princípio da educação permanente como fundamento da educação do futuro. Entre os fundamentos dessa estratégia estão princípios como:

1. A educação permanente deve ser a pedra angular da política educacional nos próximos anos, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento, para que todo indivíduo tenha oportunidade de aprender durante toda a sua vida.
2. A educação deve ser prolongada durante toda a vida, não se limitando apenas aos muros da escola. Deve haver uma reestruturação global do ensino. A educação deve adquirir dimensões de um movimento popular (GADOTTI, 2006, p. 278).

Além dessas recomendações, a UNESCO, nas reflexões e contribuições extraídas da 46ª Conferência Internacional da Educação da Unesco, realizada em Genebra, em 2001, desdobra outras considerações ao elaborar o capítulo A educação para a coesão social, que

aborda dentre outros pontos, o papel da educação no reforço da coesão social que é, sob o ponto de vista do documento, interpretado de diversas maneiras: para alguns, a coesão social é, antes de tudo, uma questão de política econômica e social que terá de ser assumida pela sociedade em seu conjunto; por sua vez, outros pensam que embora a educação não seja, por si só, suficiente, o objetivo de coesão social faz parte de suas missões mais importantes e que as políticas educativas deveriam servir de contrapeso à influência de origem familiar e social que, de longe, ainda é o mais poderoso determinante dos destinos escolares dos alunos na maior parte dos sistemas de ensino (UNESCO, 2003, p. 57- 59).

A partir desses princípios e considerações, descrevemos a ação educativa da LBV, em Montes Claros como aquela que se realiza no período do contraturno escolar dos atendidos e, como descreve Gohn, na perspectiva da educação não formal (2013, p. 12), também pode ser conhecida como a educação do mundo, é advinda da experiência, do programa social institucional Criança: Futuro no Presente!

Esse programa atende a crianças de 06 a 15 anos de famílias em situação de pobreza. Oferece a seus participantes diversas atividades em projetos que contribuem para o desenvolvimento de suas potencialidades e habilidade. É um espaço onde os pais, enquanto laboram, podem deixar os seus filhos no contraturno escolar.

Tendo como fundamento teórico adotado, a Pedagogia do Afeto, a Instituição entende que a estabilidade do mundo começa no coração da criança (Paiva Netto, 2010, p. 219), e nesse sentido, a LBV busca reforçar os sentimentos que são aliados ao desenvolvimento da inteligência dos atendidos. Entende que carinho e afeto não se restringem aos tratos da família, mas também permeiam os ambientes de convívio dos atendidos. A instituição também considera importante aplicar essa linha educacional para abastecer seus atendidos de valores, paralelamente à aquisição de uma educação, que os prepare na fase determinante de sua aprendizagem (LBV, 2009, p. 22).

Para a mentalidade atual, amor talvez não seja a primeira palavra que venha à mente quando se fala em ciência, método ou teoria. Mas o afeto teve papel central na obra de pensadores que difundiram os fundamentos da pedagogia moderna. Um deles que deu mais importância ao amor, notadamente ao amor materno, foi Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), que é considerado como o idealizador das escolas populares. Influenciado pelo pensamento de Rousseau e também movido pelo movimento romântico, foi o primeiro criador de uma escola para órfãos na qual ensinava leitura, escrita, cálculo, além da prática laborativa. Entendia que a humanização perpassava a ação educativa iniciada na família, porém, complementada na escola. E as crianças deveriam aprender fazendo, trabalhando.

Segundo Cambi, três teorias norteiam o pensamento de Pestalozzi:

1. O processo educativo deve seguir a natureza, no qual espelha-se em Rousseau;
2. O homem deve ser formado espiritualmente como unidade de coração, mente e mão (arte), o que contempla a educação moral, intelectual e profissional, como delineava Kant;
3. A instrução parte da intuição e do contato direto com as experiências vivenciadas pelo aluno, como segue as próprias leis da psicologia, em particular a infantil (CAMBI, 1999, p. 418).

Para Pestalozzi, a criança se desenvolve de dentro para fora e um dos cuidados primordiais que o educador deve ter em relação à criança é respeitar os estágios de seu desenvolvimento. Dar atenção à sua evolução, às suas aptidões e necessidades de acordo com as diferentes idades, essa era para este pensador, parte de uma missão maior do educador, a de saber ler e imitar a natureza em que o método pedagógico deveria se inspirar. Seu legado, como assinala Cambi (1999), mantém-se na contemporaneidade: apreende a pedagogia e a educação em toda a sua problemática, e também na sua centralidade e densidade histórica.

A Pedagogia do Cidadão Ecumênico se aplica à educação de adolescentes, jovens, adultos e idosos, tanto na Educação Básica como nos programas socioeducacionais da Instituição. Esta fundamenta-se nos valores nascidos do amor fraterno.

Considerando os dados apontados até aqui, percebemos que a educação e, principalmente o educador, são distintos nesse processo, isto é, a atual cena social, política, econômica e cultural solicita um novo perfil de educador com vista à formação de um sujeito crítico e transformador. Se agrega a isso, segundo as reflexões da Unesco (2001), a importância da educação para a cidadania numa perspectiva do aprender na escola e na sociedade. Esse tema tem assumido uma importância cada vez maior em todos os sistemas de ensino. Esta educação cívica ou cidadã baseia-se na aquisição de conhecimentos, na formação de atitudes e na construção de valores, o que requer muito tempo e esforços. Mas como implantar, na prática, a educação para a cidadania em contextos sociais e econômicos bastante diversificado como o que vivemos? Como a LBV pode contribuir, do modo mais eficaz possível, na educação para a cidadania? Estas questões, segundo a Unesco, suscitam desafios específicos, ao serem abordados:

- Os novos papéis e responsabilidades dos educadores sociais;
- A participação e a prática direta da vida cívica em diversas situações pedagógicas;

- Convergência das mensagens educativas e dos valores transmitidos pela LBV e pela sociedade em geral;
- As possibilidades e os limites da utilização das tecnologias da informação e comunicação (TIC);
- A importância a ser atribuída à construção de redes de cidadania que sejam acessíveis.

Ao refletir sobre essas questões e os desafios que elas nos impõe, vemos que todas as problemáticas exigem uma partilha das responsabilidades e um sentimento de filiação à mesma entidade global e a um futuro comum. Entretanto, é sabido que nem sempre é fácil reconciliar esta visão com a história que se foi acumulando e a realidade cotidiana que deve ser enfrentada pela comunidade montesclarensense ou até mesmo brasileira.

A educação no país, tanto no aspecto regional como no aspecto local, está permeada de desafios e incertezas. É nesse sentido que deve nos mobilizar: na busca, criação e transformação das possibilidades de aprender e aprender a dinâmica educacional, vinculando o saber e o saber fazer.

Por conseguinte, formar educadores, no atual contexto, constitui uma revisão fundamentada em pesquisas e prática pedagógica, que culminem na formação do educador / educando como um cidadão plural, movido na ética e no respeito aos códigos culturais alheios, que acima de tudo, formado numa Pedagogia diferente. Congregar conhecimento e amor é um instigante desafio no momento. Como asseverou um sábio: O amor é a tecnologia mais sofisticada de todos os universos! Mas o que pensar desse sentimento no cenário atual? É evidente que sem amor não é possível reinventar e reencantar nenhum mundo, nenhuma sala de aula, nenhum aprendiz.

Com base nos pilares da educação propostos pela UNESCO (aprender a conhecer e aprender a fazer) integrá-los na experiência viva e com discernimento ainda é uma arte a ser aplicada e aperfeiçoada no campo da educação. Apresenta-se urgente então, a necessidade da escola do olhar, que nos ensine a abrir os olhos para nós mesmos, para o Universo e para o outro em toda a sua plenitude. Essa é uma lição basilar! E aqui falamos de um olhar que acompanhe o movimento do agora.

Sabemos que para compreender, antes de mais nada é necessário escutar. Daí nasce a necessidade de ouvir os apelos da realidade e, aliada à escola do Olhar, precisamos da escola da Escuta. Mas, em que momento guiamos os nossos corações para aprender?

Gabriel Chalita²⁹ diz que no cenário atual, em que a aparência sobrepõe a essência, a competição reina nos relacionamentos, e é cogente preparar as pessoas para a apreensão dos valores humanos. O autor ainda fala que hoje, com a esperança cada vez menor, é primordial reavivar a confiança em dias melhores, mesmo que numa ocasião em que os valores que deveriam nortear a vida em sociedade, estes mesmos valores são olvidados. Cabe à sociedade no contexto acenado, se abrir à Pedagogia do Amor, já que não se sabe por quais substituí-los. Na verdade estamos evoluindo e o contexto ora experimentado vem requerer a construção de um sistema de valores compatível com as condições objetivas nas quais vivemos, que propicie entendermos as características da vida social e substituição do medo pela razão e o bom senso.

Nesse sentido, Flávio Gikovate³⁰ avalia:

Se criarmos uma atmosfera muito positiva, otimista, alegre e estimulante, envolvendo condutas moralmente válidas e a atitude de determinação e amor pelo conhecimento próprio das pessoas boas e disciplinadas, talvez consigamos cativar esses jovens imaturos e fazer com que eles se armem de coragem e energia para seguir um grupo assim mais feliz (GIKOVATE, 2001, p. 65).

Sabemos que o educando no processo de formação escolar, tem necessidade de amar e compreender. Isso não difere se pensarmos no educador, no exercício de seu magistério, ele tem necessidade de ser amado e compreendido. Assim, a necessidade de amar do atendido e o desejo de ser amado do educador social nunca andam separados, são a base de uma relação fraterna e recíproca entre atendido e educador. Há uma reciprocidade na necessidade de amar e ser amado, tanto por parte do atendido, quanto por parte do educador social. Revela-se nessa declaração o amor educativo onde se deseja que atendido e educando social conversem, dialoguem e debatam temas numa relação horizontal de respeito, solidariedade e amor.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394, promulgada em 1996, originou as bases da Pedagogia do Amor em dois importantes princípios: o respeito à liberdade e o apreço à tolerância, que são inspirados nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Ambos têm por fim último o pleno desenvolvimento do educando, seu

²⁹ Doutor em Filosofia do Direito e em Comunicação e Semiótica. Mestre em Direito e em Ciências Sociais. Atuou em diversas ONGs, entre elas, a Juventude Latino-Americana pela Democracia (JULAD) e deu início à carreira política aos 19 anos, como vereador e presidente da Câmara Municipal de Cachoeira Paulista. Foi secretário da Juventude, esporte e Lazer e, posteriormente, secretário da Educação do Estado de São Paulo, além de presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), por dois mandatos. Em 2008, elegeu-se vereador da cidade de São Paulo, destacando-se como o mais votado do Brasil. Em 2010, foi eleito deputado federal (PMDB – São Paulo) com mais de meio milhão de votos. Atualmente, é secretário municipal de Educação de São Paulo).

³⁰ Médico – psiquiatra, psicoterapeuta, conferencista e escritor. Atualmente apresentando o programa No Divã do Gikovate na rádio CBN, e dedicando a maior parte do tempo à clínica. Trabalha em clínica privada, se valendo das técnicas breves e ecléticas de psicoterapia desde 1968, tendo atendido mais de 10.000 pacientes.

preparo para o exercício da cidadania ativa e sua qualificação para as novas ocupações no mundo do trabalho.

Tomando como referência o público demandante das ações da LBV, a Pedagogia do Amor pode num primeiro momento, tornar possível o cumprimento do desenvolvimento integral do ser humano, ao se desenvolver em dois aspectos: pode se dá de forma que auxilie no desenvolvimento da capacidade de aprendizagem do educando, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e formação de atitudes e valores; e fortalecendo os vínculos da família, os laços de solidariedade humana e de tolerância mútua em que se assenta a vida social.

Segundo Roland Barthes (1915 - 1980), a linguagem é uma pele e com ela eu entro em contato com os outros. No estudo em questão, a linguagem da Pedagogia do Amor é uma linguagem que age sobre o outro como um contato pele a pele. Assim, adotando a Pedagogia do Amor, a LBV se configura em um espaço de promoção humana.

Diante das proposições, e considerando que a LBV, a partir de um projeto explicitamente pedagógico, atua em uma realidade que além de refletir a grande dívida social do país, está inserida em um modelo político / econômico excludente, o trabalho e a educação podem ser ponderados como elementos de um processo de construção da cidadania capitalista. Os desafios que se colocam para a abrangência das questões aqui discutidas são grandes e, nesse sentido, é necessário nos preparar para a educação do futuro.

3.5 Desafios da educação pós-moderna

Gadotti (2006) afirma que vivemos o movimento histórico-social recente que é chamado pós-modernismo e o que se faz imprescindível no momento atual, é compreender a educação e a escola do futuro. Para o autor, o tema educação pós-moderna e multicultural é um tema polêmico, já que o homem pós-moderno dedica-se ao seu cotidiano, ao seu mundo, envolve-se com suas minorias, com pequenas causas, com metas pessoais e de curto prazo e está sedimentado na busca pela sua afirmação como indivíduo, face à globalização da economia e das comunicações.

Para Jean-Francois Lyotard, o conhecimento é produzido para ser vendido e essa ideia aparece em A condição pós-moderna. O termo pós-moderno, é uma questão de incredulidade em relação a metanarrativas (histórias singulares, abrangentes, que tentam resumir a totalidade da história humana ou que buscam incluir todo o nosso conhecimento em um único sistema. Segundo evidencia *O livro da Filosofia* (2011), publicado pela Globo Livros, como exemplo de metanarrativa, podemos citar o marxismo (visão de que a história pode ser

vista como uma série de lutas entre classes sociais). Outro exemplo é a ideia de que a história da humanidade é a história do progresso rumo ao conhecimento e à justiça social mais profundos, ocasionado por melhor conhecimento científico. Ainda conforme a publicação, nossa incredulidade em relação a essas metanarrativas implica um novo ceticismo. Sugeriu Lyotard que isso se deve a uma mudança no modo como nos relacionamos com o conhecimento desde a Segunda Guerra Mundial e a mudança extrema nas tecnologias que utilizamos. Para ele, os computadores transformaram nossas atitudes, ao mesmo tempo em que o conhecimento se tornou informação que pode ser arquivada em bancos de dados, deslocada, comprada e vendida, e a isso, o autor chama de mercantilização do conhecimento.

As implicações advinda dessa mercantilização são distintas: o conhecimento se exterioriza, isto é, não é mais algo que ajuda no desenvolvimento da mente, algo capaz de nos transformar. Também o conhecimento se desconecta das questões sobre a verdade, ou seja, ele é julgado não em termos do quanto é verdadeiro, mas em termos do quão bem serve a certos fins. Quando não perguntamos sobre o conhecimento, tal como isso é verdadeiro, e começamos a questionar como isso pode ser vendido? o conhecimento torna-se produto. Segundo alerta de Lyotard, uma vez que isso comece, as corporações privadas podem começar a tentar controlar o fluxo de conhecimento, decidindo quem pode acessar qual tipo de conhecimento e quando (GLOBO, 2011, p. 298-9).

Guy Debord (2003), em *A sociedade do espetáculo*, referenda um mundo sem estabilidade e estigmatizado pela ideologia desenfreada do consumismo e da alienação incitados pelos poderes econômicos e intensa atuação da mídia.

A visão positiva em relação ao progresso da civilização ocidental do filósofo francês Edgar Morin, é temperada pelo que percebe como efeitos negativos dos avanços técnicos e científicos. O progresso pode criar riquezas, mas também parece trazer o colapso da responsabilidade e da consciência global. O autor desenvolveu o conhecido pensamento complexo e cunhou o termo política da civilização.

Gadotti (2006) afiança que a educação pós-moderna é crítica e pretende resgatar a unidade entre história e sujeito que foi perdida durante as operações modernizadoras de desconstrução da cultura e da educação. É, pois, multicultural e permanente; não prioriza tanto a apropriação dos conteúdos do saber universal em si mesmos, mas o processo do conhecimento e suas finalidades. O conhecimento assim, tem um caráter prospectivo. Trabalha-se mais com o significado do que com o conteúdo, mais com a intersubjetividade e a pluralidade do que com a igualdade e a unidade.

Na perspectiva do poder local, de pequenos grupos, a educação pós-moderna,

conforme Gadotti, valoriza o movimento, o imediato, o afetivo, a relação, a intensidade, o envolvimento, a solidariedade, a autogestão, contra os elementos da educação clássica (moderna), que valoriza o conteúdo, a eficiência, a racionalidade, os métodos e as técnicas, os instrumentos, os objetivos e não a finalidade da educação. É uma filosofia neo-humanista e nela encontramos os temas da alegria, do belo, da esperança, do ambiente saudável, da produção. Pode-se dizer que a educação pós-moderna trabalha com o conceito-chave equidade buscando a igualdade sem eliminar a diferença. O pressuposto básico da educação pós-moderna é a autonomia, capacidade de autogoverno de cada cidadão.

Desse modo, a educação pós-moderna pretende enfrentar o desafio de manter o equilíbrio entre a cultura local, regional, própria de um grupo social ou minoria étnica, e uma cultura universal, patrimônio da humanidade. Analisa de forma crítica os currículos monoculturais atuais e procura formar criticamente os educadores, para que mudem suas atitudes diante dos alunos mais pobres, diante das minorias culturais ou das culturas em desvantagem social, e elaborem estratégias instrucionais próprias para a educação das camadas mais populares, buscando, antes de mais nada, compreendê-las na totalidade de sua cultura e de sua visão de mundo (p. 311-312).

Ainda para Gadotti, a escola moderna não foi capaz de construir o universal partindo do particular. Ela impôs valores e conteúdos universais sem partir da prática social e cultural do aluno e não levou em conta a sua identidade e diferença. Como tema fundamental da pedagogia pós-moderna, a autonomia da escola não significa isolamento, fechamento numa cultura particular. Significa sim, ser curiosa, ousada, que busca dialogar com todas as culturas e concepções de mundo, significando também dessa forma, ser plural, abrindo-se às demais culturas. Certo é que, a escola sozinha não consegue realizar tal tarefa sozinha. Ela deve aliar-se a outras instituições culturais, de forma autônoma, para possibilitar a seus alunos o contato com alunos de outras escolas e instituições culturais e educativas, constituindo assim em organismo vivo e atuante dentro da sociedade.

Para Gadotti:

O novo brota do velho. Se uma educação pós-moderna for possível amanhã será porque hoje, no interior do moderno, no seio de sua crise, os elementos de uma nova educação estão surgindo (GADOTTI, 2006, p. 313).

Falar da ação e intervenção socioeducativa da LBV é, para a pesquisadora, um desafio de identificar o novo no velho como propôs Gadotti. É a busca real de revelar uma perspectiva pensada de construção da educação do futuro.

Cabe-nos, finalmente, indagar: qual é a necessidade dos indivíduos e como satisfazer tais necessidades? O ser humano foi definido como um animal sociável, mas, o viver juntos não tem se mostrado natural, inato ou adquirido de uma vez por todas. Mostra-se visivelmente, que para vivermos juntos nesse novo século, admite além da dimensão de como viver juntos, a dimensão do desejo de viver juntos, de forma pacífica. Isso vem requerer, conforme a Unesco:

- Conhecer a causa da intolerância e a rejeição do outro, que por um lado, provêm do medo que se alimenta da ignorância e, por outro, da injustiça insuportável no acesso aos direitos individuais e ao desenvolvimento humano;
- Emoções e sensibilidade. Ambas influenciam os conhecimentos necessários para a construção e para a formulação dos valores, atitudes e crenças que não são herdados naturalmente pelos seres humanos;
- Autoestima, em sua dimensão individual e social, que favorece a escuta dos outros, o diálogo, a resolução pacífica dos conflitos e a propensão para a cooperação, em vez do confronto. A imagem positiva de si mesmo, de sua cultura e de sua comunidade são condições prévias para o desenvolvimento da aceitação, do respeito e da compreensão dos outros e, portanto, da solidariedade;
- Atitudes e comportamentos. Um certo número de códigos elementares serve de fundamento à vida em sociedade, tais como o auto respeito e o respeito pelos outros, pelo bem comum, pela qualidade de vida e pelas regras da vida comunitária; portanto, em primeiro lugar, deve ser desenvolvida, e, às vezes reconstruída, uma educação civil (UNESCO, 2003, p. 42).

Segundo enfatiza o Relatório do Grupo de Trabalho sobre Educação, Equidade e Competitividade Econômica nas Américas *Ficando para Trás* - Boletim da Educação na América Latina, a boa educação é decisiva para redução da pobreza e promoção da equidade. Ela prepara os cidadãos para uma participação responsável nas instituições da democracia e da sociedade civil. Ela torna os trabalhadores mais flexíveis, mais capazes de aprender no trabalho e mais aptos para tomar decisões (PREAL, 2002, p. 25).

Após discutir as categorias educação, trabalho e cidadania na formação do cidadão, passaremos ao próximo capítulo a apresentar as ações e intervenções socioeducativas da LBV em Montes Claros (MG).

CAPÍTULO III

4 LEGIÃO DA BOA VONTADE E SUAS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM MONTES CLAROS (MG)

Neste capítulo, é feita uma abordagem teórica à investigação qualitativa em educação, incidindo especificamente no estudo do Centro Comunitário de Assistência Social, em Montes Claros. Em seguida, é feita uma breve descrição dos participantes na investigação (sujeitos / colaboradores / famílias / atendidos). São ainda referidas as estratégias de recolha de dados durante a investigação, nomeadamente através da observação direta e dos inquéritos (questionários e entrevistas), a maneira como são tratados os dados e a estratégia pedagógica utilizada.

4.1 A Escolha da Instituição como campo de pesquisa

A escolha da LBV como objeto de pesquisa se deu em razão da afetividade da pesquisadora pelo tema Educação, bem como seu alto grau de interesse pessoal.

Como docente do ensino superior, ministrando aulas nos cursos de licenciatura, sempre ocorreu momentos em que vivenciamos dificuldades em encaminhar os acadêmicos para a realização de prática de ensino e estágio supervisionado. Tal dificuldade constantemente era explicada pelo acolhimento não agradável dos acadêmicos por parte de algumas escolas. Mas como advoga Gadotti (2006), a educação não se efetiva somente no espaço escolar. Daí, pensamos a possibilidade de encaminhá-los para outros espaços educativos que não o escolar. Outros fatores complicadores surgiram nesse momento: em alguns locais de educação fora do contexto escolar não havia a presença do pedagogo que pudesse acompanhar e avaliar o trabalho do acadêmico estagiário. Além disso, no Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia da Unimontes não contempla a formação desse profissional para atuar em espaço não formal. Pouco se vê na estrutura curricular do curso de Pedagogia algo nesse sentido.

Escolhemos desse modo, a Instituição LBV pelo vínculo à significação do tema escolhido, por realizar um trabalho com a educação não formal, e dedicar-se à ação social e às ações socioeducativas, conforme demonstram os registros e cadastros em órgãos dedicados à

assistência social e à proteção à criança e ao adolescente. Em sua pluralidade, significa a discussão da possibilidade da educação não formal ser melhor discutida no âmbito da Universidade Estadual de Montes Claros.

4.1.1 O contexto da pesquisa

O presente estudo se concretizou na cidade de Montes Claros que é uma cidade com forte tendência de crescimento, sendo um polo de referência para a região norte do Estado de Minas Gerais. Montes Claros é um município brasileiro no norte do estado de Minas Gerais e fica a 422 quilômetros da capital mineira. É o principal centro urbano do Norte de Minas, motivo pelo qual apresenta características de uma capital regional.

TABELA 1 – Municípios Limítrofes, localização geográfica e distância até Montes Claros.

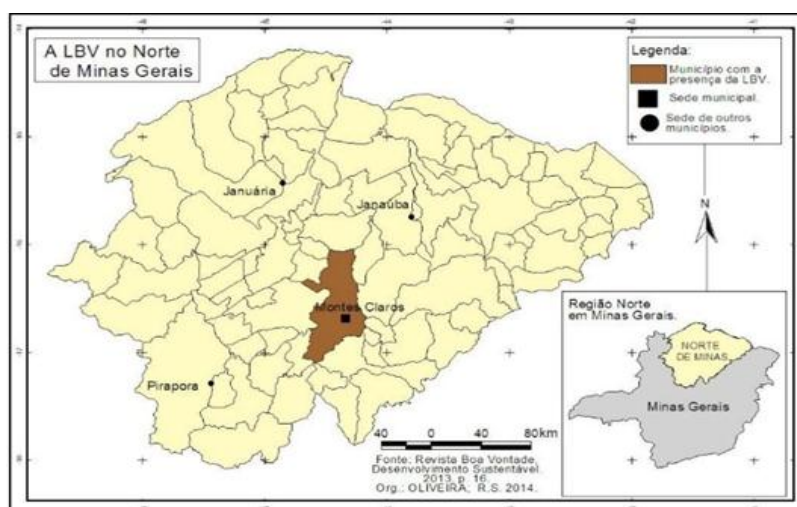
Localização geográfica	Município	Distância até Montes Claros
Norte	São João da Ponte	158 km
Nordeste	Capitão Enéas	56 km
Leste	Francisco Sá	44 km
Sudeste	Juramento	36 km
	Glaucilândia	30 km
Sul	Bocaiúva	45 km
	Engenheiro Navarro	73 km
Sudoeste	Claro dos Poções	73 km
Oeste	São João da Lagoa	66 km
	Coração de Jesus	81 km
Noroeste	Mirabela	66 km
	Patis	95 km

Fonte: DER-MG 2014.

Sua área é de 3.568,941 Km², sendo que 38,7 km² estão em perímetro urbano e os 3.543,334 km² restantes constituem a zona rural, segundo dados do IBGE (2013).

Ainda segundo o IBGE (2015), sua população estimada chega ao número de 394.350 mil habitantes

MAPA 3 – A LBV no Norte de Minas Gerais



A Legião da Boa Vontade inaugurou sua Unidade social em Montes Claros, o Centro Comunitário de Assistência Social, em 4 de julho de 1983 e, desde então, portadora de Alvará de Licença, o município tem recebido da Instituição as atividades a que se propõe em sua missão. Localizada inicialmente no Bairro São José, a instituição oferece serviços às crianças, adolescentes com atividades culturais, artísticas e esportivas, bem como também às suas respectivas famílias, que vivem em situação de risco social e / ou pessoal. Não há registro na Instituição de quem foi o Assistente Municipal da época de sua inauguração. Sabe-se que antes de funcionar como Centro Comunitário, a LBV iniciou o seu trabalho em Montes Claros como creche. Havia um senhor chamado Almerindo Mendes, legionário, que estava à frente desse espaço e que hoje reside em Salinas (MG).



Foto 1: Unidade LBV Montes Claros (MG) em 2014.
Fonte — Acervo da pesquisadora, 2014.

Com vistas a um lugar mais adequado para acolher os atendidos e para desenvolver melhor as atividades, a referida unidade da LBV se transferiu para outro endereço, em Montes Claros, localizando-se atualmente à Rua Nicarágua, nº 205, bairro Independência.

4.1.2 Procedimentos Metodológicos

Para atingir os objetivos propostos neste estudo foram utilizados os procedimentos metodológicos apresentados a seguir:

4.1.3 Tipo de pesquisa e método

Essa é uma pesquisa de abordagem qualitativa e de acordo com Marconi e Lakatos (2010), essa abordagem se trata de uma pesquisa que tem como premissa, analisar e interpretar aspectos mais profundos, pois descreve a complexidade do comportamento humano e ainda fornece análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento. A ênfase da pesquisa qualitativa está nos processos e nos significados.

As pesquisas qualitativas tem caráter exploratório, pois estimula os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Mostra aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou conscientes, de maneira espontânea. É utilizada quando se pretende obter percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação. É uma pesquisa indutiva, pois o pesquisador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, ao invés de coletar dados para comprovar teorias, hipóteses e modelos pré-concebidos e em relação à abordagem de pesquisa qualitativa, o ambiente natural é fonte direta para coleta de dados, interpretação de fenômenos e atribuição de significados.

As principais características da pesquisa qualitativa segundo Bodgan e Biklen (1994, p.47-50), são: A fonte direta dos dados é o ambiente natural e o investigador é o principal agente na recolha desses mesmos dados; Os dados que o investigador recolhe são fundamentalmente de carácter descritivo; Os investigadores que utilizam metodologias qualitativas preocupam-se mais pelo processo em si do que propriamente pelos resultados; A análise dos dados é feita de forma indutiva; e o investigador interessa-se, acima de tudo, por tentar compreender o significado que os participantes atribuem às suas experiências.

Quanto aos fins esta pesquisa pode ser classificada como exploratória, com método de análise qualitativo.

Quanto aos meios, define-se como bibliográfica e de campo, com a utilização de entrevistas semiestruturadas. Para Lakatos e Marconi, a pesquisa de campo:

É aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta ou uma hipótese, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (LAKATOS E MARCONI, 1982, p. 64).

Para a pesquisa bibliográfica foi feito um levantamento da literatura disponível sobre o assunto. Tendo em vista tratar-se de um tema recente, especialmente no Brasil, a bibliografia disponível sobre a LBV, o Terceiro Setor e a educação não formal é escassa.

Por meio de dissertações, artigos acadêmicos publicados em jornais e revistas especializados, pesquisas divulgadas pelo IBGE ou outras organizações, legislação brasileira e publicações, buscou-se compreender a trajetória histórica da Instituição e como ela alcançou a projeção que hoje tem.

Utilizamos o método histórico que para Lakatos (2011), partindo do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, é importante pesquisar raízes, para compreender sua natureza e função. Assim, o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual por meio de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações (LAKATOS, 2011, p. 91).

4.1.4 Instrumentos de pesquisa

As informações que elucidaram como as famílias compreendem a ação e intervenção socioeducativa da LBV foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas (ANEXO 1). Conforme Lakatos (2011), a entrevista representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados. Trata-se de uma conversa oral entre duas pessoas, das quais uma delas é o entrevistador e a outra o entrevistado. Seu objetivo é obter respostas sobre o tema ou problema a investigar (Lakatos, 2011, p. 280).

Utilizamos a observação como técnica de coleta de dados no campo, pois, de acordo com Lakatos (2011), essa é uma técnica para conseguir informações utilizando os sentidos na

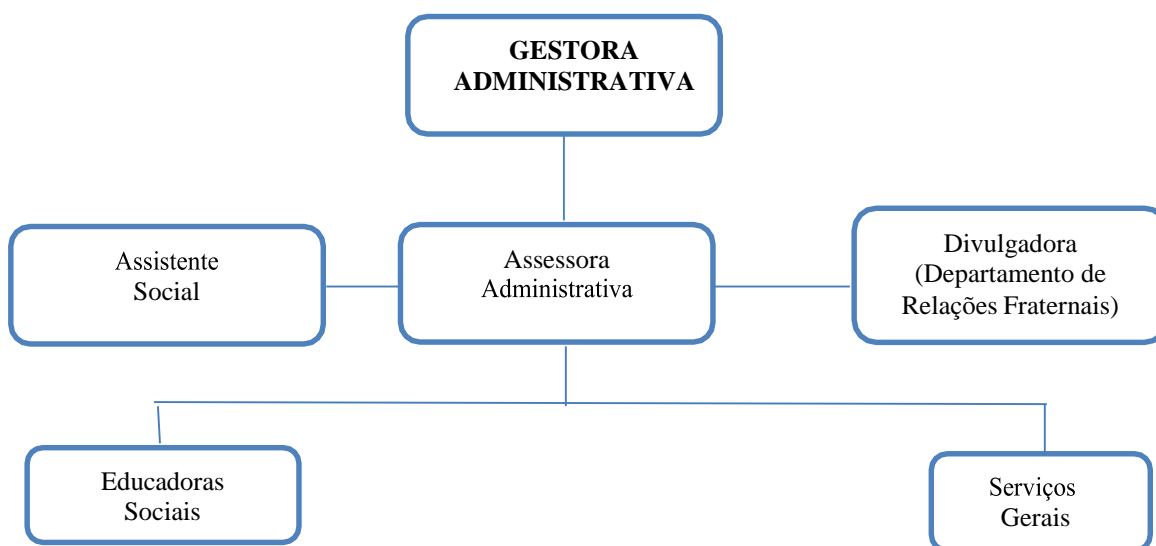
obtenção de determinados aspectos da realidade. Esta nos foi útil para explorar o ambiente, as subculturas e a maioria dos aspectos da vida social dos participantes do CCAS estudado. Nos propiciou também descrever as comunidades, ambientes e as diferentes atividades exercidas pelos participantes e os significados das mesmas. Em geral, a observação nos auxiliou conhecer e aprofundar as situações sociais nos permitindo desse modo, uma reflexão contínua.

Nos valem também das anotações diretas onde descrevemos o que estávamos vendo, escutando, sentindo, conhecendo no contexto e colocando os dados de forma cronológica.

4.2 Sujeitos da pesquisa

Fizeram parte desse estudo 10 colaboradores do Centro Comunitário de Assistência Social. Todos eles estão sob o regime celetista e perfazem um total de 40 horas semanais de trabalho. O ORGANOGRAMA 2, demonstra as relações hierárquicas dentro da Instituição LBV em Montes Claros, a distribuição dos setores e a comunicação entre eles.

ORGANOGRAMA 2: Estrutura organizacional do CCAS Montes Claros



Fonte: LBV, 2015.

1. Gerente Administrativa: Responsável pelo funcionamento adequado da unidade e pelos serviços e programas desenvolvidos. Este se reporta à Gerente Regional, que fica em Belo Horizonte.
2. Assistente Social: Responsável técnico pelos serviços e programas desenvolvidos pelo

CCAS, pelo trabalho social com as famílias e pelas ações desenvolvidas com os grupos de convivência.

3. Assessora Administrativa: Profissional responsável por oferecer apoio direto ao Gestor Social e alimentar o Sistema Social de informações da LBV. Será o responsável administrativo da Unidade na ausência do Gestor e dará apoio a ele em todas as atividades que se fizerem necessário.
4. Divulgadora (Departamento de Relações Fraternais): Responsável pelas atividades de divulgação.
5. Educadoras Sociais São duas (02) responsáveis pelas atividades socioeducativas com os grupos de convivência.
6. Auxiliar Operacional / Motorista: Profissional que oferece apoio ao funcionamento geral da unidade, isto é, em todas as atividades não técnicas que se fizerem necessárias.
7. Cozinheira: Profissional responsável pela alimentação da equipe e dos usuários da Unidade.
8. Auxiliar de Cozinha: Profissional que oferece apoio constante ao Cozinheiro em todas as suas tarefas.
9. Serviços Gerais: Responsável pela limpeza, higiene e organização de todos os espaços da Unidade.

Também fizeram parte inicialmente desse estudo, trinta (30) famílias atendidas pela Instituição, com característica monoparental. Ao se transferir para a atual instalação, o CCAS passou a assistir quarenta e duas (42) famílias formadas em sua maioria, por casais.

Foram atendidos na antiga instalação da Instituição, setenta e cinco (75) crianças e ao decorrer da pesquisa, viu-se esse número decrescer. Na atual instalação a LBV passou a ter o atendimento ampliado para cinquenta e seis (56) crianças de seis (06) a quinze (15) anos de idade, em escolarização compreendida desde a Educação Infantil até a 6ª série do Ensino Fundamental.

4.3 Coleta de dados

O procedimento de coleta de dados a partir das entrevistas semiestruturadas, foi realizado no período de correspondente aos meses de março a maio de 2015. As entrevistas aconteceram de modo tranquilo e as entrevistadas colaboraram a medida que haviam tempo disponível em suas agendas.

4.4 Processamento e análise de dados

A etapa de transcrição literal foi executada após a tomada dos depoimentos. Em seguida foi realizada a análise e tabulação das respostas. Procurou-se identificar qual o entendimento dos pais e responsáveis sobre o trabalho desenvolvido pela LBV em Montes Claros.

4.5 Apresentação e discussão dos resultados

Caracterizando o público atendido anteriormente, a assistente social da LBV relatou que a maioria dos atendidos se encontrava em situação de vulnerabilidade ligada à questão da renda.

TABELA 2: Entidades registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Montes Claros – MG

	ENTIDADE	ÁREA DE ATUAÇÃO
1	Associação Amigos Especiais – AAME	Inclusão e interação de crianças e adolescentes com necessidades especiais ou não.
2	Associação de Apoio Javé – Nessi	Prevenção e tratamento ao uso de substâncias psicoativas voltada para adolescentes, jovens, adultos e suas famílias.
	Associação de Amigos da Pastoral da Criança – AAPAC	<p>AÇÃO BÁSICA: fundamento por onde se começa a Pastoral da Criança em uma comunidade; ação sobre a qual serão construídas as demais ações: 1) Guia do Líder da Pastoral da Criança para todos os líderes da Pastoral da Criança; 2) Oficina de Aperfeiçoamento anual para todos os líderes da Pastoral da Criança; 3) Educação de Jovens e Adultos para Líderes que não sabem ler e escrever.</p> <p>AÇÃO COMPLEMENTAR: ações que devem ser implementadas após as Ações Básicas; todas as comunidades devem ter. 1) Brinquedos e Brincadeiras na Comunidade (exceto Brinquedoteca) para todas as comunidades da Pastoral da Criança; 2) Controle Social: articulador junto ao Conselho Municipal/Local de Saúde, capacitado pela Pastoral da Criança, em todos os ramos; 3) Educação de Jovens e Adultos para mães de crianças acompanhadas pela Pastoral da Criança, que não sabem ler e escrever.</p> <p>AÇÃO OPCIONAL: ações que podem ser implementadas, segundo necessidades das comunidades, após terem sido implantadas as Ações Básicas e Complementares: 1) Pastoral da Pessoa Idosa; 2) Geração de Renda; 3) Assessoria de Comunicação e Mobilização Social; 4) Rádio; 5) Educação de Jovens e Adultos para outras pessoas de comunidade com a Pastoral da Criança, que não sabem ler e escrever.</p>
4	Associação Artesanal e Social de Minas – AARSONORTE	Cursos profissionalizantes para famílias, capoeira para crianças, cursos de trabalhos manuais, pintura e reforço escolar para adolescentes.

5	Associação de Amigos e Trabalhadores e Pequenos Produtores	Atividades associativas.
6	Associação Beneficente Nosso Lar	Informática, Casa do brincar (0 a 6 anos), PETI, reforço escolar (6 a 14 anos), balé.
7.	Associação Criança Feliz	Atua na área de Assistência Social, assistindo famílias e pessoas que aguardam benefício do INSS e Justiça Federal (auxílio doença e aposentadoria por invalidez), dando suporte na alimentação, com distribuição de cestas-básicas, verduras e cereais em geral.
8	Associação Esportiva e Cultural Sport Brasil – AECSB	Crianças e adolescentes do Bairro Independência. Capoeira e esportes coletivos, palestras educativas como cidadania, higienização, drogas, sexualidade, etc.
9	Associação das Irmãs Franciscanas Missionárias Diocesanas da Encarnação	Salão multiuso, minibiblioteca, informática.
10	Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros	Curso de Capacitação Profissional Guarda Mirim e Programa de Aprendizagem para Formação do Adolescente / Jovem Aprendiz Guarda Mirim.
11	Associação Norte Mineira de Apoio ao Autista – ANDA	Pessoas autistas e seus familiares. Apoio psicológico aos familiares, oferecimento de terapias gratuitamente. Minicurso sobre inclusão do autista.
12	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Montes Claros – APAE	Convivência e fortalecimento de vínculos para pessoas com deficiência e serviço de acolhimento institucional para pessoas com deficiência.
13	Associação de Promoção e Ação Social – APAS	Proteção e amparo às famílias vulneráveis economicamente.
14	Associação de Resgate da Cidadania e da Inclusão Social – ARECIS	Incentivo ao conhecimento, cidadania, solidariedade, crescimento socioeconômico e respeito às leis.
15	Associação Resgatando Vidas	Oferta de atividades esportivas para crianças e adolescentes de 05 a 17 anos. Atividades realizadas nas quadras de esportes das praças dos bairros: Maracanã e Antônio Pimenta, além das quadras da Escola Municipal Crisantino Borém, da Escola Estadual Dom Aristides Porto e da Escola Municipal Hilda Carvalho.
16	Assistência Social – SEIAS / Obras Social Nossa Senhora de Fátima	Educação, Promoção Humana e Social.
17	Associação São Bento – Chácara São José	Atividades associativas de defesa dos direitos sociais.
18	Casa da Juventude São Luiz Gonzaga	Escola Infantil (03 a 05 anos), Centro Educacional (06 a 10 anos).
19	Casa Integrar da Criança e do Adolescente	Assistência Social - Desenvolvimento Comunitário. Projeto Plantando Sustentabilidade - Formação de lideranças comunitárias
20	Centro de Agricultura Alternativa – CAA	Assessoria jurídica aos povos e comunidades tradicionais, saúde preventiva e alternativa, homeopatia através da realização de cursos para preparação de lideranças locais da região.
21	Centro Comunitário de Vivência Educacional Professor Luiz Flávio Pereira	Informática, educação integral, acompanhamento da saúde bucal e nutritiva, artes e prática de esportes para crianças e adolescentes.
22	Centro da Criança e do Adolescente Paula Elizabete	Formação integral, acompanhamento familiar, acompanhamento pedagógico.
23	Centro de Formação Profissional Divina Providência	Oferece cursos profissionalizantes acessíveis à população de baixa renda. Ensina uma profissão aliada à formação humana.
24	Centro Cultural Capoeirando	Resgate e preservação da cultura afro-brasileira através de atividades da cultura africana.

25	Centro Pedagógico Capelo Gaivota	Atendimento médico, clínico e pedagógico especializado para pessoas com deficiência e orientação às famílias.
26	Centro de Recuperação Renascer – Crianças Desnutridas Querem Viver	Orientação e apoio sócio familiar e pedagógico, alimentação alternativa.
27	Centro Social Artesanal para Crianças e Adolescentes Maria de Nazaré	Assistência a crianças e adolescentes de 06 a 16 anos em situação de risco e vulnerabilidade social.
28	Círculo de Trabalhadores Cristãos de Montes Claros	Formar pessoas em cursos profissionalizantes desenvolvidos no local por profissionais do ramo de cabeleireiro, corte e costura, depilação, massagem, informática, maquiagem, manicure e pedicure e peças íntimas.
29	Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria / Colégio Berlaar Imaculada da Conceição	Educação e Assistência Social.
30	Comunidade Terapêutica Católica Emanuel	Tratamento terapêutico.
31	Confederação de Irmãs Benéficas de Montes Claros – CIBMOC	Artesanato, reciclagem, reforço escolar, alfabetização entre outros.
32	Esquadrão da Vida de Montes Claros	Palestras, laboraterapia, educação e espiritualidade.
33	Fundação Apoio ao Desenvolvimento Educacional de Montes Claros Ibituruna – FUNADEM	Ensino, Pesquisa e Extensão.
34	Fundação Clarice Albuquerque	Reabilitação clínica e de preparação para o trabalho a alunos (crianças, jovens e adultos) portadoras de necessidades especiais, de forma totalmente gratuita.
35	Fundação Educacional Montes Claros – FEMC	Aulas de reforço e acompanhamento escolar; aulas de informática, dança, teatro e coral, práticas de esporte e lazer.
36	Fundação Fé e Alegria	Oficinas socioeducativas para usuários de 06 a 18 anos, reforço escolar, educação física, informática e oficinas de dança (hip hop), capoeira, xadrez, teatro, artesanato e música.
37	Fundação para o desenvolvimento Educacional e Social Santo Ivo	Assistência Social, Educação, Cultura e Arte.
38	Fundação Sara Albuquerque Costa	Oferece às crianças e adolescentes com câncer: hospedagem, alimentação, transporte para hospitais e laboratórios, atendimento do serviço social, psicológico, nutricional, atividades de lazer, apoio na aquisição de medicamentos, cateteres, realização de exames, etc., durante o processo de tratamento nas unidades de atendimento da entidade.
39	Grupo de Apoio e Prevenção aos Portadores de AIDS	Pessoas vivendo com HIV / AIDS e seus respectivos familiares de Montes Claros e 56 municípios do Norte de Minas Gerais.
40	Grupo Social Porfírio Francisco de Souza	Assistência à família, crianças e adolescentes carentes. Acompanhamento e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência.
41	Instituto de Assistência à Criança e ao Adolescente Vilage Ativo – IACAVA	Práticas esportivas e inclusão digital.
42	Instituição Espírita Solar de Jesus	Promoção humana, pré-escola, cursos profissionalizantes e doação de cestas básicas.
43	Instituto Gaia – Arte, Cultura e Educação	Atividades culturais, educativas e de assistência social.

44	Instituto Laborearte de Capacitação Profissional e Ética dos Socialmente Excluídos – INCAPESE	Transforma materiais recicláveis em objetos de decoração. Com a política de desenvolvimento sustentável e geração de renda, a instituição investe na capacitação dos artesãos para o trabalho com estes materiais.
45	Instituto Santo Antônio de Formação Educacional e Cultural – ISAFEC	Educação.
46	Instituto Social de Amor Cristão – ISAC	Acompanha crianças e adolescentes de 06 a 15 anos. Reforço escolar, horta e artesanato.
47	Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros	Orientação a pacientes, acompanhantes e familiares sobre direitos sociais. *Informação fornecida pela Assistente Social da Instituição (2015).
48	Lar Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Prevenção, atendimento médico e psíquico social às vítimas de maus tratos, exploração, abuso, crueldade e agressão.
49	Legião de Assistência Recuperadora “O nosso Lar”	Pré-escola, reforço escolar, biblioteca comunitária e cursos profissionalizantes.
50	Movimento Gay dos Gerais	Defesa da orientação sexual, promoção da cidadania dos homossexuais e a defesa dos seus direitos humanos. Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Cursos profissionalizantes para adolescentes.
51	Organização não Governamental Caminhos de Solidariedade	Cultura e defesa dos direitos sociais.
52	Pastoral do Menor da Paróquia Nossa Senhora de Montes Claros e Beato José de Anchieta	Promoção humana nos aspectos social, educacional e político de crianças e adolescentes e da comunidade.
53	Pastoral do Menor da Paróquia São João Batista	Educação, música, informática e atividades profissionalizantes.
54	Programa ViraVida de Montes Claros	Propicia aos participantes a oportunidade de adquirir conhecimentos, desenvolver habilidades e atingir a transformação necessária para sua inserção no mundo do trabalho.
55	Projeto de Apoio à Criança – PAC	Apoio à área educacional, de saúde e profissional para crianças e adolescentes de 0 a 20 anos.
56	Projeto comunitário Betel	Acolhimento familiar e guarda subsidiada de crianças e adolescentes.
57	Projeto Comunitário Nova Canaã	Socialização, inclusão social e educação.
58	Projeto Presente	Dispensa assistência, cuidado e amparo a pacientes carentes com câncer e seus acompanhantes, permitindo convivência humanizada e digna com a doença e atua na prevenção e diagnóstico precoce do câncer na Região Norte de Minas Gerais.
59	Projeto Social Corrente de Amor	Atividades de recreação e lazer, educação, artes, idiomas, informática e saúde.
60	Rede Cidadã	Programa de aprendizagem profissional.
61	Rede de Solidariedade para a Educação – RESOL	Educação de crianças e adolescentes, atendimento à comunidade com cursos de trabalhos manuais, costura, informática, alfabetização, atende preferencialmente a mulheres, para formar cooperativas de trabalho; atendimento à 3ª idade com ginástica, orientações sobre saúde, etc.
62	Serviço de Acolhimento Institucional Casa de Passagem Dona Eunice Rocha	Instituição de acolhimento às adolescentes (meninas) com direitos violados e que necessitam de proteção.
63	Serviço de Acolhimento Institucional Dona Joana Campos	Instituição de acolhimento a crianças com direitos violados e que necessitam de proteção.

64	Serviço de Acolhimento Institucional Betânia I	Acolhe e cuida de idosos, casa de longa permanência.
65	Serviço de Acolhimento Institucional Betânia II	Acolhe e cuida de idosos, casa de longa permanência.
66	Sociedade Educativa Beneficente Estrela da Esperança	Cultura, arte, educação, distribuição de cestas básicas, auxílio em materiais escolares e outros.
67	União Brasileira de Educação e Ensino – UBEE / Centro Marista de Juventude	Ensino e Educação.
68	Unidade de Aprendizagem e Produção	Escola preparatória, cursos técnicos.

Fonte: CMDCA, 2015.

Como demonstra a TABELA 2, são diversas organizações da sociedade civil que atendem à crianças e adolescentes. Nesse contexto se insere a Legião da Boa Vontade, que trabalha nas áreas de educação e assistência social em prol de famílias de baixa renda congregando auxílio material com valores espirituais.

4.5.1 O Perfil da Instituição

Quando se pensa em uma lógica própria para o Terceiro Setor, focaliza-se todo o arcabouço de objetivos e atitudes que existem subjacente a atividade do setor. A motivação para a implementação da LBV em todos os locais onde ela se faz presente, foi pessoal e a Instituição persegue atualmente, objetivos diversos aos da busca da lucratividade.

Segundo Sidney Manzione (2010), as organizações desse setor propuseram à sociedade brasileira, a partir da sociedade civil, uma sociedade democrática dos pontos de vista político, social, econômico e cultural. Propuseram assim, colaborar com o Estado para a democratização da sociedade, e com isso, indicaram uma nova forma de produzir e distribuir bens e serviços que suplante os limites da lógica do capital, acabar com o estatal e restabelecer o público, e universalizar todos os valores éticos de sua própria existência. Se soma a tudo isso, o desafio de estabelecer diálogo com os setores governamental e empresarial. Esse desafio constituiu, além disso, a oportunidade de conquistar novos espaços por parte das instituições do Terceiro Setor.

Em uma lógica própria que pauta a sua atuação, a LBV tem por motivador das pessoas que nela atuam o benefício ao próximo e / ou a junção de pessoas que se unem em torno de um objetivo comum. A esse respeito dizem seus colaboradores:

Vejo o trabalho da LBV como uma necessidade, ela atende às áreas de vulnerabilidade, atende à população de baixa renda, ao fluxo de crescimento

populacional da cidade, devido a essas pessoas estarem em situação de pobreza, risco de violência, uso e abuso de drogas (ES 2A, 2015)

Vejo o trabalho da LBV como de fundamental importância porque ela, apesar de ter como parceira outras instituições que atendem à área social, ela vem com outra proposta de atendimento que é diferenciada, trabalhamos não só o material, mas desenvolvemos valores. A LBV se destaca pela qualidade do serviço que presta às pessoas que atende (RF A, 2015).

A LBV surpreende quem vem conhecê-la. As pessoas não fazem ideia do trabalho que desenvolvemos aqui. Quando chegam e encontram um ambiente organizado, sério, e que está a serviço de todos sempre com uma receptividade sem igual, isso é motivo de admiração. O nosso trabalho funciona como proteção social necessária aqui em Montes Claros (AS F, 2015).

Ao realizarmos a última reunião com os pais ainda no bairro São José, muitos pais dos usuários choraram pela nossa retirada e transferência de endereço. Questionaram a razão dessa mudança. Se colocaram a pensar onde colocarão o filho, qual outra instituição faz o que a LBV faz por eles. Apresentaram muita tristeza por estarem perdendo esse auxílio e deram gentis depoimentos para nós. Saímos de lá com o coração cortado porque nos sentíamos tristes por não poder trazê-los conosco (ES 1L, 2015).

Alguns de seus valores não se distanciam do utilizado no Segundo Setor, uma vez que parte de sua sobrevivência depende de mecanismos de mercado e da existência do lucro. Na realidade, a existência da LBV focando o seu lado de ajuda ao próximo, fortalece a ideia da falência do Estado, que se mostra incapaz de fazer frente ao atendimento das demandas sócias de nossa sociedade.

Além disso, Sônia Draibe e Wilnês Henrique (1988) enfatizam que a expansão dos gastos públicos com a área social provocam déficits para o Estado, gerando inflação e desemprego. Assim, como solução para essa situação, busca-se reduzir os programas tanto quanto possível, reduzir os benefícios, controlar o acesso a eles, fraudá-los e outras ações.

Como parte do Terceiro Setor a LBV tem como objetivo gerar serviços de caráter público, com finalidade de caráter educacional, cultural e, preponderantemente, de assistência social. Atua com distintas atividades de interesse público: assistência social, educação, saúde, esporte e lazer, meio ambiente, geração de emprego e renda, artes e cultura, ciência e tecnologia, comunicação e religião.

Em Montes Claros, seu foco de atenção é dirigido para crianças e adolescentes, com concentrações múltiplas: crianças e / ou adolescentes, associação de moradores / movimentos de bairro, mulheres e público em geral. Qualitativamente, pouco se sabe sobre a LBV em Montes Claros, mas suas publicações apresentam balanço social anual, como demonstra a FIGURA 2 a seguir:

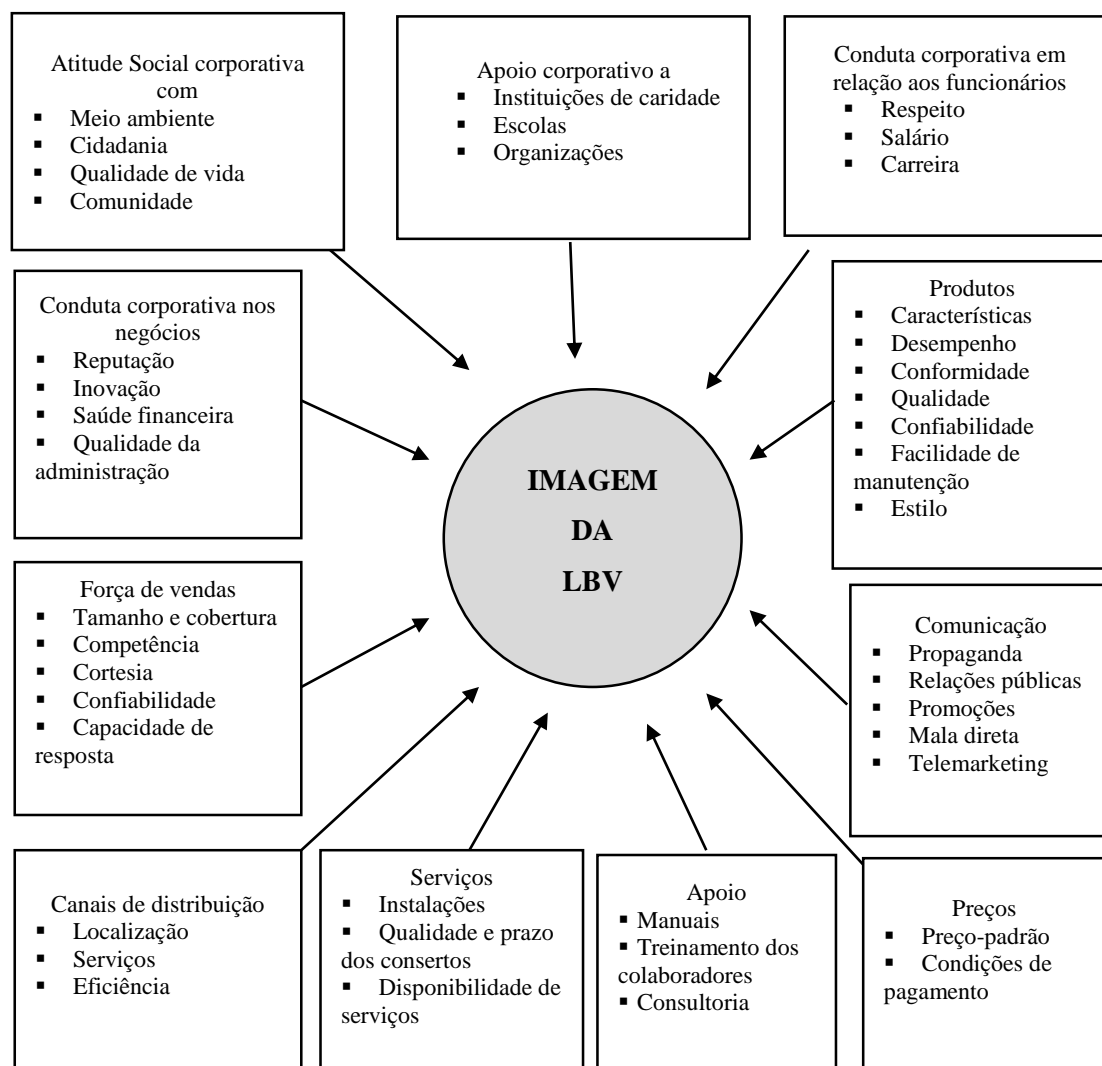
Figura 2: Números da LBV em 2014.



Fonte: <http://www.lbv.org/transparencia>, 2015.

Com esse estudo, a LBV nos parece ser um meio-termo do ambiente político-econômico, intermediando as relações entre o Estado e o Mercado, no que tange às questões de melhoria social. Além de assistir os mais desprovidos, distribuir doações de forma esporádica, a LBV em Montes Claros atua como agente transformador social ao prestar benefícios coletivos, construindo uma nova consciência humana em seus atendidos caracterizada pela urgência de reverter indicadores sociais paradoxais à grandeza econômica e à diversidade imensa de recursos naturais que o País dispõe, além de incentivar valores mais fraternos e solidários. A LBV integra à sociedade civil com suas próprias problemáticas e é uma entidade organizada que conta com administração e marketing para atuar com uma gama de projetos de pequeno e médio porte. Ela tem uma imagem corporativa e por meio dela a Instituição granjeia os recursos necessários para sua atuação. No QUADRO 2 apresentamos os determinantes da imagem corporativa institucional.

QUADRO 2: Determinantes da Imagem Corporativa da LBV



Fonte: Adaptado de Keller e Machado (2006).

4.5.2 Os Processos de Gestão

A pesquisa revelou que as diretrizes administrativas da Instituição são estabelecidas pela alta gestão. A instituição é formada pela Presidência, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Diretoria Financeira que são indicados, aprovados e aclamados pelos membros associados e colaboradores em Assembleia Geral, prevista em seu Estatuto Social.

A Instituição mantém em seu escopo organizacional as Superintendências Administrativa, Captação de Recursos, Educacional, Social, Financeira, Marketing e Comunicação, Tecnologia da Informação, além de Gerências departamentais, Regionais e Municipais. As deliberações macros são instituídas pela Presidência, sendo a Diretoria-

Executiva responsável por estabelecer as diretrizes administrativas, com o colegiado de Superintendentes, de forma a cumprir todas as deliberações macros estabelecidas pela Presidência, garantindo ainda que as ações institucionais estejam em conformidade com a legislação vigente em nosso país.

A unidade social em Montes Claros (MG) está subordinada à Regional Minas, que supervisiona as ações com equipe técnica específica em cada área de atuação, especialmente com supervisões técnicas social, financeira, contábil e administrativa. Todas as ações sociais e educacionais são direcionadas pela Sede Central, sob as coordenações das Superintendências Social e Educacional.

Em sua estrutura organizacional há superintendência específica para tratar da parte Financeira e da Captação de Recursos, que ficam centralizadas na Sede Central. Sua principal fonte de recursos são as doações de pessoas físicas e jurídicas, angariadas via telemarketing e por mobilização em campanhas institucionais em todo o país, ressaltando que existem diversificadas campanhas para obtenção de materiais que são utilizados nos serviços, programas e projetos desenvolvidos em todas as unidades socioassistenciais nas cinco regiões brasileiras.

Para administrar patrimonialmente, a Instituição possui departamento de Contabilidade que elabora as demonstrações contábeis em consonância com as práticas adotadas no Brasil, introduzidas pela legislação vigente, bem como pela edição de novas normas aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), auditada por Auditoria externa e submetidas à aprovação do Conselho Fiscal. Os recursos financeiros e materiais, conforme descrito anteriormente, são obtidos por meio de campanhas e de doações espontâneas de cidadãos de Boa Vontade, que residem em nosso país.

Em sua estrutura organizacional, a Instituição mantém também Superintendência específica para cuidar das ações socioassistenciais, a Superintendência Social (SSO), que atua em conformidade com o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS) normatizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e uma Superintendência específica para alinhar as propostas educacionais com a Política Nacional de Educação (PNE), a Superintendência Educacional – SE, que está normatizada pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) e coordenada pela mestra e doutoranda em Educação, Sra. Maria Sueli Periotto. Ambas superintendências mantêm equipes técnicas especializadas nas suas áreas de atuação. No âmbito da Assistência Social, a equipe é composta por técnicos, bacharéis em Serviço Social, Pedagogos com pós-graduação em diversas áreas de conhecimento, que possibilitam desenvolver serviços, programas e projetos que estejam alinhados com a proposta da Pedagogia

do Afeto e da Pedagogia do Cidadão Ecumênico e as especificidades das áreas e legislação existentes no País.

A LBV possui todos os documentos legais para funcionamento em todo o território nacional, conforme determina a legislação vigente. Em seus documentos oficiais estão: o Estatuto Social; Inscrição do CNPJ; Inscrição no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social de Montes Claros; Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal; Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) expedido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Alvará de Licença de Funcionamento e Localização, da Prefeitura Municipal de Montes Claros (MG); Alvará Sanitário do Sistema Único de Saúde / Vigilância Sanitária; Certificado do Corpo de Bombeiros para fins de segurança e proteção contra incêndios.

Para cumprir sua missão e atingir a visão de futuro, o planejamento da Instituição é elaborado a partir de modernas práticas de gestão existentes. Para isso, os gestores precisam ter competências gerenciais como capacidade de liderança, planejamento, organização e trabalho em equipe. Precisam ainda desenvolver práticas eficazes para a manutenção do compromisso, do senso de missão e da paixão que envolve suas equipes.

A LBV utiliza-se de diversas ferramentas gerenciais, como: a) construção de planejamento estratégico, com a utilização do *BSC — Balanced Scorecard* e Análise *SWOT*; b) *benchmarking*; c) plano de ação *5W2H* e outros. Assim, tendo como prioridade, o cumprimento de sua missão, para cumpri-la e atingir a sua visão de futuro, o planejamento é elaborado a partir de modernas práticas de gestão. Assim, são diversas as ferramentas de gestão que a LBV emprega em sua prática.

Algumas delas são:

Em relação à construção de planejamento estratégico com a utilização do *BSC — Balanced Scorecard*, segundo aborda a revista *Ideia Social* (2006), no início dos anos 1990, os economistas Robert Kaplan e David Norton, professores da Universidade de Harvard, apresentaram um novo sistema de avaliação empresarial que começa agora a ser olhado com maior interesse também por organizações sociais. Originalmente chamado de *BSC — Balanced Scorecard* (em português algo como Indicadores Balanceados de Desenvolvimento), este sistema de gestão tem atraído a atenção de gestores sociais por utilizar elementos que ultrapassam as metas e informações econômicas, típicas do universo empresarial.

Com a perda de espaço dos métodos tradicionais de avaliação, as empresas, na medida que não conseguem analisar resultados apenas a partir de mensurações econômicas, adotam também a valorização humana e outros intangíveis, como a imagem, que tem algum

peso no modo como empresas e organizações são percebidas e valorizadas junto aos seus públicos de interesse.

Ainda conforme informa a revista, Kaplan e Norton defendem que, sozinhos, os dados financeiros já não podem mais aferir se uma empresa ou a organização estão ou não no caminho certo. Assim, o sistema *BSC* busca trabalhar a sua análise em quatro dimensões: financeira, do cliente, do negócio e da aprendizagem e do crescimento. As quatro perspectivas do *BSC* são:

1. Financeira: Prioritária, mas que não pode ser trabalhada isoladamente, pois não é o único foco da empresa / organização;
2. Do cliente: Clientes não satisfeitos procuram outros fornecedores. Por isso nenhum deles deve ser negligenciado, independentemente de seu tamanho e da situação favorável em que o fornecedor se encontrar. Clientes mantidos são a garantia de futuro de qualquer companhia;
3. Do negócio: É aquela voltada para os processos internos do negócio e como isso reflete nas relações de mercado. O bom fornecimento de produtos e serviços também depende de uma visão eficiente do negócio e;
4. De aprendizagem e crescimento: Envolve os treinamentos e ações voltadas para a melhoria individual dos profissionais e corporativa (Ideia Social, 2006, p. 66).

A LBV, com a adoção dessa ferramenta em suas atividades sociais, dá especial destaque para os ativos intangíveis, isto é, ela tem aí a possibilidade de criar valor aos seus serviços. Segundo a ideia de Kaplan e Norton, entre outros objetivos, usar o sistema para monitorar o desempenho da instituição junto aos seus clientes (no campo social, entenda-se públicos de interesse), os processos internos, as pessoas, as inovações e a tecnologia utilizada, resulta em um maior valor coletivo. Embora se estruture em uma linha de raciocínio simples, caracterizada por relações de causa e efeito, o planejamento e a execução do *BSC* são bem detalhados. É preciso inicialmente, montar um mapa estratégico que descreva os objetivos relacionados entre si. Para colocar o sistema em funcionamento, é importante que a alta administração da instituição participe e se comprometa. Sem isso, o instrumento não atinge os seus objetivos mais elevados. Há também a necessidade de um consenso entre os envolvidos para implantação da ferramenta a fim de que ela possa gerar resultados efetivos.

Contudo, a implantação do *BSC* não pode representar uma tarefa a mais para alguém dentro da instituição que a executará nas horas vagas ou entre uma atribuição e outra. Cabe ao

profissional designado atuar como uma espécie de arquiteto do projeto em sua estruturação e implantação, preocupando-se desde o alicerce até o acabamento. Será sua responsabilidade controlar a gestão, os prazos, as estratégias e as análises (IDEIA SOCIAL, 2006, p. 66-7).

De acordo com a revista Ideia Social, implantar o sistema de *Balanced Scorecard* prevê o cumprimento de quatro etapas a saber:

1. Definição da arquitetura de indicadores, ou seja, tradução da visão da estratégia, com o objetivo de traduzir a estratégia em termos operacionais e desenvolver o mapa estratégico e o *BSC*;
2. Consenso quanto aos objetivos estratégicos, isto é, comunicação e vinculação dos objetivos e medidas estratégicas, visando obter sinergias na organização;
3. Elaboração dos indicadores, em outras palavras, planejamento, estabelecimento de metas, alinhamento das iniciativas estratégicas, relacionado ao desdobramento dos objetivos estratégicos, incluindo a definição dos objetivos pessoais e sua ligação com um sistema de recompensa vinculado ao *BSC*;
4. Elaboração do plano de implantação, ou seja, feedback e aprendizado estratégico, que diz respeito a reuniões de reflexão da estratégia e ao aprendizado organizacional (Ideia Social, 2006, p. 67).

A análise *SWOT* é uma ferramenta clássica da área de Administração, é muito útil porque incentiva o empreendedor a analisar a empresa de forma simples, objetiva e propositiva. Possibilita o aprofundamento do conhecimento a respeito do negócio e análise contextual. Por meio dela é possível identificar os pontos fortes (*strengths*) e fracos (*weaknesses*), as oportunidades (*opportunities*) e as ameaças (*threats*) ao negócio. Geralmente, as forças e as fraquezas estão locadas no interior da empresa, as oportunidades e as ameaças têm origem externa à LBV. A ferramenta *SWOT* também é um guia para definir um plano de ações para reduzir os riscos e aumentar as chances de sucesso da empresa.

O *Benchmarking*, segundo Chiavenato (2006), é uma ferramenta à disposição das organizações, utilizada com o intento de aprimoramento das práticas e técnicas no campo empresarial. É uma tecnologia que precisa da contribuição de colaboradores internos e, em muitos casos, da parceria com outras organizações. Até concorrentes podem se unir com a finalidade de melhorar seus processos e obter alternativas para crescerem juntos no mercado. Desse modo adquirem força para combater a concorrência e satisfazer o cliente

Com isso, é claro que a parceria entre organizações é possível e pode fazer a

diferença. A troca de informações, contrariamente ao que muitos pensam, não é um evento fundamentalmente dispendioso; em muitos casos, pode até mesmo diminuir a necessidade de intervenção de consultorias e isso constitui redução de gastos. A celeridade da mudança e os desafios do mundo globalizado estão acarretando um sentido de emergência quanto à adaptabilidade das organizações como condição para que sobrevivam no novo ambiente de negócios. Desde que o enfoque sistêmico substituiu os princípios universais clássicos e cartesianos em que se basearam as anteriores teorias administrativas, está havendo uma nova abordagem e uma nova visão do futuro das organizações (CHIAVENATO, 2006, p. 343). A sua prática vem permitir:

- 1) Conhecer a posição competitiva ocupada pela instituição;
- 2) Compreender as melhores práticas utilizadas no mercado;
- 3) Estabelecer as metas para alcançar uma vantagem competitiva e;
- 4) Gerar uma cultura empresarial focada no cliente.

O Plano de ação *5W2H* é uma ferramenta que pode ser utilizada por qualquer pessoa que necessite colocar um plano em ação. Ela serve para a tomada de decisão sobre os principais elementos que orientarão a implementação do plano. Há diversos usos para a técnica *5W2H*, desde as versões mais simples e objetivas até o desenvolvimento de um plano de negócio tático e operacional.

A ferramenta *5W2H*, também conhecida como plano de ação, é uma ferramenta tão óbvia e utilizada que não há uma concordância sobre quem a desenvolveu. Como ferramenta, ganhou mais popularidade com a disseminação das técnicas de gestão da qualidade e, posteriormente, com as de gestão de projetos. Quando algo deve ser implantado, entram em cena as seguintes definições:

- O que (*What*) deve ser feito?
- Por que (*Why*) deve ser implementado?
- Quem (*Who*) é o responsável pela ação?
- Onde (*Where*) deve ser executado?
- Quando (*When*) deve ser implementado?
- Como (*How*) deve ser conduzido?
- Quanto (*How much*) vai custar a implementação?

A ferramenta *5W2H* pode ser usada sozinha para colocar em prática uma decisão simples na instituição, como a aquisição de um novo equipamento ou a execução de uma atividade pontual. Nessas situações mais simples, o preenchimento dos campos do *5W2H* em um formulário feito em editor de texto, planilha ou mesmo no corpo de uma mensagem eletrônica já é suficiente para a elaboração do plano de ação. No entanto, a ferramenta *5W2H* é muito útil quando atrelada a outras ferramentas analíticas ou a planos que requerem ação.

4.5.3 A Marca LBV

Segundo definição da American Marketing Association (AMA), marca é um nome, termo, símbolo, desenho ou uma combinação de elementos que deve influenciar os bens e serviços de um fornecedor ou grupo de fornecedores e diferencia-los dos da concorrência. Tecnicamente falando, sempre que um profissional de marketing cria um novo nome, logotipo ou símbolo para um novo produto, ele cria uma marca.

Segundo Keller e Machado (2006), as imagens associadas à marca são propriedades extrínsecas do produto ou serviço, incluindo as maneiras como a marca tenta atender às necessidades psicológicas e sociais dos clientes. O conjunto de imagens de uma marca reflete como as pessoas pensam na marca abstratamente, e não o que pensam que a marca realmente faz. Associações como os perfis de usuários; situações de compra e uso / consumo; personalidade e valores e história, legado e experiências dão maior visibilidade à marca LBV.

Quanto ao julgamento sobre a marca, os autores, ao se referirem à credibilidade da marca asseguram que os clientes podem formar julgamentos que transcendem considerações específicas sobre a qualidade da marca para considerar questões mais amplas relacionadas à organização que está fabricando o produto ou oferecendo o serviço associado com a marca (p. 54).

Em relação aos sentimentos sobre a marca, estes são respostas e reações emocionais dos clientes com relação à marca: eles têm a ver com a aceitação social geral evocada pela marca. Assim, as emoções despertadas podem ser tão fortemente associadas a ela que continuarão acessíveis durante o suco ou consumo do produto. A exemplo dos tipos de sentimentos sobre uma marca, os autores pontuam a ternura, a diversão, o entusiasmo, a segurança, a aprovação social e a autoestima (p.55).

No que se refere à ressonância da marca, os autores enfatizam que essa se liga à natureza do relacionamento que o cliente tem com o vínculo e com o nível de identificação tem com a marca. Para Keller e Machado, a ressonância da marca pode ser subdividida em quatro

categorias:

1. Fidelidade comportamental;
2. Ligação de atitude;
3. Senso de comunidade e;
4. Adesão ativa (p. 57).

Ainda para esses autores, a marca pertence aos clientes, isto é, a verdadeira medida de força de uma marca depende do que os consumidores sentem e pensam sobre essa marca e de como agem em relação a ela.

FIGURA 3 – Logomarca da LBV



Fonte: LBV, 2015.

A LBV tem como logomarca um coração azul, entrelaçado por 34 elos – referência ao número do versículo do capítulo 13 do Evangelho de Jesus segundo João: “Amai-vos como Eu vos amei”. As letras LBV em forma de cruz lembra o Cristo. Nela ainda se lê o Cântico dos Anjos aos pastores no campo, quando do nascimento do Cristo — Paz na Terra aos Homens de Boa Vontade. Simboliza a atuação solidária e ecumênica, universal da Instituição.

4.5.4 O Marketing

Segundo informa Carlos Alberto Torres, no site Administradores - O Portal da Administração (2015), o conceito de marketing é bem diversificado. O *marketing* é o conjunto

dos métodos e dos meios que uma organização dispõe para promover, nos públicos pelos quais se interessa, os comportamentos favoráveis à realização dos seus próprios objetivos.

Keller e Machado (2006) afirmam que as estratégias e as táticas por trás dos programas de *marketing* mudaram drasticamente nos últimos anos à medida que as empresas enfrentavam os efeitos da nova economia e da globalização em seu ambiente externo de *marketing*. De fato, as mudanças nos ambientes econômico, tecnológico, político-legal, sociocultural e competitivo forçaram os profissionais de marketing a adotar novas abordagens e filosofias.

A maneira como um produto é vendido ou distribuído pode ter um profundo impacto sobre o *brand equity*³¹ e as vendas de uma marca. Segundo conceituam Keller e Machado (2006), os canais de *marketing* são definidos como conjuntos de organizações interdependentes envolvidas no processo de tornar-se um produto ou um serviço disponível para uso ou consumo.

A LBV, pensando na venda ou distribuição de sua marca, adota a forma de canais diretos para que o público conheça a sua marca. O QUADRO 3 demonstra as alternativas de comunicação da LBV.

QUADRO 3: Alternativas de comunicação da LBV

TIPO	CANAIS
Propaganda pela mídia tradicional	TV, rádio, revistas, jornais
Propaganda via marketing direto	Telefone, e-mail
Propaganda on-line	Sites, anúncios interativos
Mídia alternativa	Outdoors, ônibus
Propaganda no ponto-de-venda	Rádio ou TV da Instituição
Eventos e patrocínios	Esportes, artes, entretenimento, feiras e festivais, causas sociais

Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2015.

Como se pode ver no QUADRO 3, a propaganda que a LBV faz de sua marca é intensa, e propicia aos seus clientes criar associações de marca que, para a Instituição, é possível mensurar seus efeitos específicos, quantificar ou prever a sua influência para as vendas de sua marca. Desse modo, a LBV, ao utilizar a televisão como meio de difundir a sua marca,

³¹ Nesse estudo adotou-se o conceito *brand equity* descrito por Ivan Pinto, na Revista ESPM – São Paulo: valor patrimonial que uma marca representa para a empresa proprietária.

reconhece que este é um poderoso meio de propaganda, porque permite visão, som, cor, movimento e alcança um amplo espectro de consumidores. De acordo com Keller e Machado (2006), o amplo alcance da propaganda da TV se traduz em baixo custo por exposição. E a propaganda televisiva, segundo os autores, possui duas forças importantes:

1. Ela pode ser um meio efetivo para demonstrar vividamente atributos de produtos e explicar, de maneira persuasiva, seus benefícios ao consumidor;
2. A propaganda pela TV pode ser um meio atraente de retratar imagens de usuário e utilização não relacionadas com o produto, personalidade de marca e assim por diante (p. 164).

Ao utilizar o rádio, a LBV tem um meio de comunicação de alta penetração que atinge grande parte da população no Brasil, superando, inclusive, a televisão. Possivelmente a principal vantagem do rádio seja a flexibilidade. Para Keller e Machado, as estações têm públicos muito definidos. Ademais, a produção e a veiculação são relativamente baratas e permitem respostas rápidas. O rádio é um meio particularmente efetivo pela manhã e pode complementar ou reforçar efetivamente os comerciais de TV. (p. 164). Ele também permite à LBV alcançar um equilíbrio entre cobertura de mercado ampla e localizada.

A mídia impressa utilizada pela LBV oferece um forte contraste com a mídia eletrônica. Ela permite a cada leitor empreender seu próprio ritmo, as revistas fornecem informações detalhadas das ações e produtos da LBV. Por outro lado, a natureza estática das imagens na mídia impressa, dificulta apresentações ou demonstrações dinâmicas. Outra desvantagem da mídia impressa é que ela pode ser um meio relativamente passivo. As revistas são particularmente efetivas para construir imagem de usuário e de utilização.

Quanto ao marketing direto utilizado pela LBV, este se refere à utilização do correio, do telefone e de outras ferramentas de contato não pessoal para se comunicar e solicitar uma resposta de clientes específicos. O marketing direto, segundo Keller e Machado, pode assumir várias formas e não se restringe a solicitações, folhetos, correio ou telefone (p. 166). Com o marketing direto, a LBV Montes Claros tem como parceiros as seguintes empresas:

QUADRO 4: Parcerias da LBV Montes Claros

TIPO	CANAIS
Jornais	Gazeta Norte Mineira, Jornal O Norte de Minas, Jornal de Notícias.
TV's	TV Câmara, TV Gerais, canal 20 e Inter TV Grande Minas.
Emissoras de rádio	Rádio Educadora de Porteirinha, Rádio Expressão de Montes Claros, Rádio Difusora de Salinas (AM), Rádio Nova FM Montezuma. Rádio FAVENORTE Janaúba. Rádio Terra Montes Claros e Rádio Gorutubana de Janaúba.
Sites	Site do Jornal Montes Claros, Associação Comercial e Industrial de Montes Claros (ACI), Rede Voluntariado, Site do Jornal Gazeta Norte Mineira, Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Montes Claros (ASCOM).
Empresas de outdoor	Alternativa Publicidade (Campanha Eu ajudo a Mudar!).
Empresas de transporte	Solaris Turismo, Transmoc.

Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2015.

Com o final do século XX marcado pelo início da comunicação interativa, a LBV, aproveitando o crescimento da internet, a LBV correu para marcar presença no espaço cibernético. A instituição utiliza duas ferramentas cruciais para a construção de sua marca: site e anúncios interativos. O site é de baixo custo e este permite a qualquer cliente escolher as informações de marca relevantes para suas necessidades ou seus desejos. O marketing interativo pode permitir sólida construção de relacionamento. Os anúncios interativos são monitorados e são rastreados para levarem às vendas. Ela não é intrusiva e não interrompe os consumidores.

No que tange à mídia alternativa ou propaganda não tradicional, a LBV lança mão da aparição de sua marca em lugares incomuns, para atingir as pessoas em outros ambientes, como locais de trabalho ou lugares onde se divertem.

A LBV utiliza também eventos que proporcionam um tipo diferente de opção de comunicação com os consumidores. Ela se torna parte de um momento especial e pessoal relevante na vida dos consumidores. Ela envolve o patrocinador com eventos que podem ampliar e aprofundar seu relacionamento com seu público-alvo. Segundo Keller e Machado (2006), são várias as razões para se utilizar esse tipo de estratégia: identificar um público-alvo ou estilo de vida específico; aumentar a lembrança da marca; criar ou reforçar as percepções do consumidor das associações-chaves de imagem da marca; promover dimensões da imagem corporativa; criar experiências e evocar sentimentos; expressar compromisso com a comunidade ou com causas sociais e entreter clientes-chave ou recompensar funcionários (p. 173-4).

Por fim, a LBV possui relações públicas e assessoria de imprensa. Essa se refere a uma variedade de programas e são elaboradas para promover ou proteger a imagem da LBV ou de seus serviços e produtos. A assessoria de imprensa, segundo Keller e Machado, abrange comunicações impessoais, como entrevistas na mídia, coletivas de imprensa, artigos, boletins informativos, fotografias e vídeos (p. 176). As relações públicas da Instituição envolvem aspectos como relatórios anuais, maratonas de arrecadação de doações e conquista de associados, atividades de lobby, gerenciamento de eventos especiais e acontecimentos públicos.

Com toda a combinação de alternativas de comunicação e estratégias utilizadas pela LBV, a Instituição se atenta para os critérios de cobertura, contribuição, coesão, complementariedade, versatilidade e custo de sua marca. Além disso, a Instituição também se utiliza do endosso de celebridades, de pessoas que são famosas e admiradas para promover seus produtos e serviços. O princípio por trás dessa estratégia é que uma pessoa famosa pode atrair atenção para sua marca e modelar as percepções da marca em virtude das inferências que os consumidores fazem com base no conhecimento que têm da celebridade. Isso mostra como a LBV cria associações secundárias para a sua marca.

A marca corporativa da LBV abrange uma faixa muito mais ampla de associações. Ao estabelecer sua marca corporativa, a LBV mantém alta visibilidade pública, e talvez seja por esse motivo que o seu Diretor-Presidente mantém um perfil público para comunicar notícias e informações, além de servir de símbolo das atividades de marketing.

4.5.5 Espaço e atuação da população montesclarenses

A Legião da Boa Vontade inaugurou sua Unidade social, em 4 de julho de 1983 e, desde então, o município tem recebido da Instituição as atividades a que se propõe em sua missão. Localizada inicialmente no Bairro São José, atualmente em outro endereço, na rua Nicarágua, nº 205, bairro Independência, o Centro Comunitário de Assistência Social da LBV oferece serviços às crianças, adolescentes com atividades como oficinas de arte, alimentação, recreação, orientação às atividades escolares, bem como palestras para famílias.

Ao realizar a pesquisa de campo no antigo endereço do Centro Comunitário de Assistência Social, não obtivemos informações sobre a área total construída do terreno onde se situava a Instituição. Mas o estado geral de manutenção e conservação de suas instalações era de perfeito estado. Pintura de cor clara, mas com detalhes coloridos, salas de aula que comportavam bem o número de assistidos, refeitório limpo e organizado, salas para cada profissional da instituição, banheiros sempre limpos e espaçosos, porém com área de lazer

insipiente para as atividades de lazer e cultura. Seu mobiliário também estava em perfeito estado de uso. Isso não difere em suas atuais instalações que, no momento, passa por reformas segundo padrões da Instituição.

Em relação às condições gerais de segurança e conforto, para ingressar no interior da unidade, há sempre a necessidade de apresentação. O portão fica sempre trancado e todos os profissionais da equipe são responsáveis pela entrada e saída de qualquer pessoa que visitar a unidade.

Em relação ao conforto, faltava nas antigas instalações, espaço para atividade coletiva com pais e assistidos. Esse aspecto se apresenta mais adequado nas instalações atuais. O que nos parece ainda necessitar de maior espaço, é a área destinada ao lazer para as crianças.

Observando os equipamentos e materiais diversos, estes (TV, vídeo, telefone, som, computadores) se encontravam em perfeito estado de uso, funcionando bem. Observou-se uma variedade de materiais para o desenvolvimento das oficinas socioeducativas. Todo o material de expediente muito bem acondicionados, assim como os alimentos na dispensa e os materiais de limpeza.

Quanto ao tempo destinado às atividades realizadas pelos educadores sociais, verificou-se que as crianças ficavam e ficam o tempo necessário para que suas mães possam vir busca-las após o trabalho. Além do mais, o trabalho pedagógico, segundo orientam as Diretrizes Operacionais para o desenvolvimento do Programa, estas devem ser conduzidas por uma ou duas horas de atividades.

Nas novas dependências, a LBV tem obtido satisfatório número de famílias cadastradas no bairro. Segundo relato da assistente social da Instituição (2015), que também é moradora do bairro Independência, esse é um território muito grande. A LBV atende hoje, os bairros Independência, Acácias, Vila Real, Santos Dumont e Nova Suíça. A colaboradora ainda argumenta que está em processo de caracterização do bairro enquanto território. Mas para ela, o bairro é relativamente novo. Foi povoado, inicialmente, por famílias advindas da zona rural, que vieram para a cidade na perspectiva de melhora na qualidade de vida e que os filhos tivessem acesso melhor à educação.

Até meados de 1995, praticamente não se tinha nenhuma influência do poder público dentro do bairro. Não havia infraestrutura como órgãos da saúde, educação, transporte público. Essa população ficou praticamente abandonada. Ao chegar as políticas públicas, estas interviram, mas ficando ainda aquém do que poderia ser atendidas, as demandas locais por muitos anos. Isso resultou num processo de marginalização de grande parte da população. Um índice muito grande de tráfico de drogas, violência e prostituição – por ser um bairro que limita

com rodovia federal, esse ficou sendo o perfil mais conhecido do bairro. Hoje o bairro não possui espaços públicos de lazer para a comunidade. Isso não existe para essa comunidade. O que proporcionou o desenvolvimento do bairro, foi o comércio. Os comerciantes locais foram se instalando, se desenvolvendo e junto ao seu entorno, o bairro veio a crescer. Com o lançamento e expansão do programa *Minha Casa, Minha Vida*, em 2012, dois grandes empreendimentos são construídos no bairro: os residenciais Santos Dumont e Nova Suíça. Com isso, vieram famílias de outros locais de Montes Claros e, dentro do próprio bairro Independência, essas famílias são segregadas. A população desse bairro, a mais antiga, tem um olhar diferenciado para essas famílias que estão dentro desse território³², percebe-se nas falas, na forma de convivência, o afastamento. Existe esse sectarismo dentro desse espaço. Não tenho dados concretos, mas em minhas observações observo claramente isso (AS, 2015).

4.5.6 O conceito de intervenção socioeducativa para a LBV

As ações socioeducativas perpassam as atividades da LBV. Essas são ações que conjugam educação e proteção social, duas faces da proteção integral à infância e à juventude.

Em seu trabalho, a LBV atende a crianças, a adolescentes e a jovens no período alternado ao escolar e, junto com o processo de escolarização, investem no desenvolvimento integral das crianças e dos jovens. Fazem da educação uma ferramenta capaz de assegurar o convívio em sociedade e o exercício da cidadania, o que a torna uma estratégia de proteção à infância e à juventude (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, UNICEF, 2005, p. 26).

Essas ações perpassam toda a política de Assistência Social e ofertam aos cidadãos um conjunto diversificado de oportunidades de aprendizagem que objetivam, entre outros, o desenvolvimento da autoconfiança e de capacidades com vistas à construção de um novo projeto de sociedade. Seu campo tem como especificidade a promoção de aprendizagens de convívio social e de participação na vida pública. Segundo a Fundação Itaú Social, (2005, p. 28), essas ações são um bem público comunitário e se constituem no capital social das próprias populações vulnerabilizadas pela pobreza e escassez de oportunidades e serviços. Apresentam-se como um mosaico de propostas, oferecendo atividades lúdicas, artísticas e esportivas que contribuem para o desenvolvimento de competências e habilidades, a ampliação do universo

³² Por território compreende-se o espaço de expressão da cidadania e da reconquista dos direitos sociais. Um conjunto de elementos que mostram e revelam a complexidade da dinâmica social e econômica das cidades que, por vezes, também representam em menor escala as desigualdades existentes nas regiões brasileiras. É lugar de vida e relações. (Capacitação para implementação do Sistema Único de Assistência Social e do Programa Bolsa Família, 2008, p. 256).

cultural e a convivência em grupo na perspectiva da inclusão social. Produzem oportunidades de aprendizagem, sem ser repetição do espaço escolar. Não possuem um currículo e uma programação pedagógica padrão; sua eficácia educacional está apoiada num currículo-projeto que nasce das demandas, interesses, particularidades e potencialidades da comunidade e por sua própria iniciativa. Elas ainda garantem proteção social, política pública necessária a todo cidadão que se encontra fora dos canais e redes de segurança social.

O conceito de ser humano empregado pela Instituição é o que sustenta sua prática socioeducativa para com as pessoas e famílias as quais atende. Nesse sentido, Paiva Netto diz:

O Ser Humano é celeiro de realizações incessantes. É a verdadeira fortuna da civilização. Não pode permanecer cruelmente explorado, submetido à servidão e ao desprezo. Para ele devem ser criadas condições, por mínimas que sejam, de viver com dignidade, qualquer tempo que haja vivido (PAIVA NETTO, 2010, p. 54).

Sendo assim, as intervenções socioeducativas são pautadas sempre na perspectiva de que devem ser criadas condições para que o ser humano viva com dignidade. Agem, então, em duas frentes:

- a) no suprimento das necessidades básicas da pessoa e da família, no acesso aos bens necessários e aos direitos humanos; e
- b) o desenvolvimento de valores universais junto às pessoas que atendem, pela Espiritualidade Ecumênica, no fortalecimento da subjetividade do Ser Humano: respeito, paz, diálogo e as diversas expressões do amor.

Em resumo, as intervenções socioeducativas são realizadas por meio do acesso a informações, vivências, experiências e reflexões acerca da realidade e das potencialidades junto à pessoa que usa os serviços da LBV, criando-se condições para que ela fortaleça sua autonomia e vivencie uma cultura de paz, visto que se tem por missão “Promover Desenvolvimento Social, Educação e Cultura, com Espiritualidade Ecumênica, para que haja Consciência Socioambiental, Alimentação, Segurança, Saúde e Trabalho para todos, no despertar do Cidadão Planetário” (LBV, 2015).

A metodologia adotada para as atividades socioeducativas desenvolvidas pela LBV em Montes Claros é o MAPREI e por meio dela, também se desenvolvem distintos projetos pedagógicos que compõem o Programa LBV Criança: Futuro no Presente e são operacionalizados após aprovação do setor pedagógico.

Haviam dificuldades vivenciadas pela Instituição na implementação e desenvolvimento dos programas e projetos pedagógicos elaborados e desenvolvidos pelo CCAS de Montes Claros e uma delas era o espaço de lazer destinado aos atendidos. A Instituição também vivenciou a dificuldade de deixar o antigo espaço físico que ocupava e hoje a maior dificuldade enfrentada pela Instituição é o prazo de conclusão da reforma do atual prédio para adequar-se à nova demanda. Isso se justifica porque a previsão para a acolhida dos atendidos matriculados fora marcada para o mês de novembro conjugada a isso, a mão de obra para a realização da reforma da Instituição vem de fora do Município, não é a unidade local que a contrata.

4.5.7 Poder de interseção da Instituição no cenário montesclarenses

A LBV oferece o serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de seis (06) a quinze (15) anos em Montes Claros / MG, por meio do programa *Criança: Futuro no Presente!*, como parte do Sistema Único de Assistência Social no município, e suas atividades são inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social. A LBV se insere no Sistema de Garantia de Direitos de Pessoas e Famílias, em especial o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Os serviços que presta à comunidade garante diversos direitos fundamentais direta e indiretamente à criança e ao adolescente e suas famílias. Diretamente, trabalham com o direito à convivência familiar e comunitária; acesso à informação, experiências e manifestações artísticas, culturais e de lazer; na promoção do desenvolvimento integral; oferta de alimentação saudável e de qualidade; promoção do desenvolvimento físico, mental, moral, social e espiritual, em condições de liberdade e de dignidade, conforme os artigos 1º ao 6º do Estatuto da Criança e do Adolescente. Indiretamente, trabalham com a interrupção de situações de violência, pois estão em constante contato com as instâncias de proteção da criança e do adolescente (Conselho Tutelar, Vara da Infância e da Juventude, Ministério Público); tomada de medidas protetivas junto aos órgãos citados anteriormente; acesso à Educação e à Saúde; acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais. Os serviços que ofertam estão em contato com as políticas de educação, saúde, cultura, lazer, habitação e assistência social, garantindo a efetividade das ações por aliar as intervenções socioeducativas dentro do serviço às intervenções sociais dos demais órgãos de proteção à família, à infância e à adolescência. Assim sendo, a LBV, por meio de seus serviços, atua com as mais diversas expressões da questão social: violências diversas, em especial a doméstica; abuso e exploração sexual infanto-juvenil; discriminação; apartação social; exploração do

trabalho infantil; pobreza; fome; isolamento; fragilização dos vínculos familiares e comunitários.

As ações institucionais da LBV sobre essas demandas causam implicações das mais diversas: medeiam o acesso ao direito (quando encaminham as famílias para o Centro de Referência de Assistência Social – o CRAS em busca de algum benefício, como atenuações sobre a pobreza; ou ao Conselho Tutelar, para interrupção da violação de direitos, como no caso de abuso e exploração sexual, exploração do trabalho infantil, dentre outros). Diminuem a fome quando ofertam alimento de qualidade às pessoas e famílias as quais atendem; aumentam o raio de proteção social das crianças, adolescentes e suas famílias, diminuindo as possibilidades de isolamento, quando fortalecem os vínculos familiares e comunitários; previnem diversos riscos (gravidez precoce, violência doméstica, uso e abuso de drogas etc.) junto a famílias, quando tratam dos assuntos mais difíceis e mostram os caminhos para a garantia dos direitos; combatem a discriminação na comunidade em que estão inseridos e, por consequência, a apatização social.

A atuação socioeducativa da LBV, segundo argumenta a assistente social em Montes Claros (2015) promove um dos mais importantes objetivos da Assistência Social: a autonomia que é despertada a partir da consciência do indivíduo, ou seja, da reflexão, enquanto suas necessidades básicas são supridas.

Desse modo, o objetivo do projeto desenvolvido em Montes Claros tem cunho socializador ou socializante porque, segundo Gohn (2007, p. 33), focaliza os indivíduos em relação ao meio social em que vivem e atuam.

Para a autora, o eixo socializante trata os indivíduos como parte de um grupo e procura fazer a conexão entre indivíduo e sociedade. As temáticas que surgem são: inserção no contexto social; desenvolvimento de atividades (geralmente artísticas) com os atendidos, para que eles adquiram maneiras de conhecer o mundo; pesquisa em arte-educação; formação de cidadãos com visão crítica do mundo; oportunidade de conhecer a arte como uma forma de livre expressão; uso da arte como ferramenta de transformação social; conhecimento do processo econômico e de industrialização por meio do ensino da história da arte; reflexão a respeito do contexto em que vive para melhor aproveitamento intelectual e das oportunidades existentes ao redor (GOHN, 2007, p. 37).

4.5.8 A proposta de cidadania apresentada pela LBV

A LBV propõe uma forma peculiar de cidadania: a Cidadania Ecumênica ou Cidadania Planetária, fundamentada teoricamente pela Pedagogia do Afeto e Pedagogia do

Cidadão Ecumênico. A esse respeito Paiva Netto diz:

O amadurecimento crescente de um Povo, que está descobrindo os seus direitos de cidadão, mesmo que duzentos anos após a Revolução Francesa (estamos em 1991), o fará finalmente concluir que nenhum país pode na verdade desenvolver seus talentos se continuar subsistindo como uma grande senzala de senhores e escravos, ou fechar-se como uma ostra xenófoba ou abrir-se de forma temerária, a ponto de perder sua identidade, sua soberania. (...) A compreensão das massas ir-se-á maturando até que entendam o valor da cidadania, no sentido lato, pois não é suficiente considerar o cidadão apenas no seu contexto físico, mas também no espiritual, porque qualquer componente dos grupos humanos é, em resumo, formado por corpo e Alma (PAIVA. (PAIVA NETTO, ano, p. 125).

A nossa ferramenta, portanto, para erigir o Cidadão Ecumênico (religioso ou não) é algo de que não podemos prescindir: o espírito universalista, cujo instrumental seja a Solidariedade, iluminando mentes e sentimentos. Habitamos uma única morada, a Terra. Se não marcharmos na direção do entendimento, onde haveremos de residir se a loucura do egoísmo e da ganância não for afastada dos nossos caminhos, neste planeta em novos tempos de globalização? Sociedade mundializada, satisfações ou males no mesmo grau. É matemático (PAIVA NETTO, 2010, p. 59).

(...) O Cidadão Ecumênico é aquele que compreende a necessidade de superar obstáculos que separam multidões, ainda que estas não cultuem idêntico pensamento religioso, político, social ou não pertençam à mesma cultura ou etnia. É o que junta forças para diminuir a avassaladora carência de comunidades ou de uma única pessoa que seja, sem se preocupar com sua cor, sexo, religião, ideologia, e assim por diante. (PAIVA NETTO, 2010, p. 98).

Na Pedagogia da LBV, que prega a Sociedade Fraterna e Solidária, visamos formar o Cidadão Ecumênico, ou seja, o Ser Humano que sobressai à mera competência, visto que muita gente tida como tal está levando o mundo a uma situação de calamidade e perigo. O Cidadão Ecumênico é o cidadão solidário, portanto não egoísta. É aquele que não se deixa seduzir pelo fanatismo, porque entende que não faz sentido odiar em nome de Deus, que é Amor. Enfim, é o que sabe respeitar a Sagrada Criatura Humana sem preconceitos e sectarismos. O que é ético não pode acovardar-se. Quando o território não é defendido pelos bons, os maus fazem justa a vitória da injustiça (PAIVA NETTO, 2010, p. 119).

Nessas proposições Paiva Netto advoga que a solidariedade é a argamassa que sustenta suas ações em relação ao cidadão. Doutrina-se para a fraternidade.

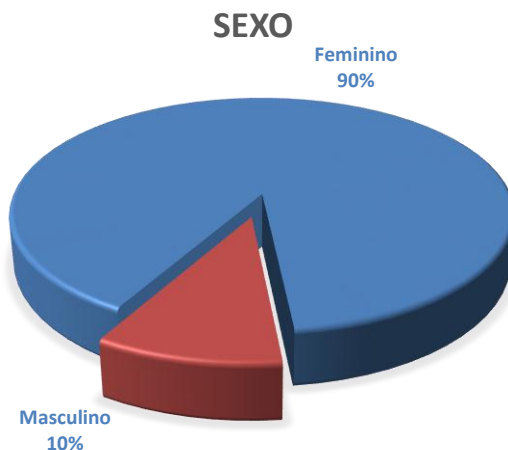
4.5.9 Perfil dos colaboradores do CCAS Montes Claros

O perfil dos atendidos que apresentaremos a seguir, foi elaborado a partir da ficha de Cadastro de Famílias e Pessoas (ANEXO B) utilizada pela Instituição LBV. Nessa ficha são informados dados pessoais de cada pessoa da família. Desse modo, a Instituição tem todas as informações em um cadastro que é arquivado na sala da assistente social.

4.5.9.1 Sexo:

No CCAS de Montes Claros, a predominância dos colaboradores é do sexo feminino. Somente o cargo de motorista é preenchido pelo sexo masculino, conforme demonstra o GRÁFICO 1. Esse dado nos parece importante porque 90% do atendimento interno e externo da Instituição é realizado pelo sexo feminino. Imersas cada vez mais no mercado de trabalho, aliadas ao movimento feminista da pós-modernidade, atualmente as mulheres buscam igualdade de direitos e tratamento frente aos homens, além disso, as mulheres ainda trazem um novo dinamismo à Instituição. Assumem desse modo, cargos de maior responsabilidade e exigência técnica. É interessante perceber que a LBV acolhe características como a emoção, a intuição, a sensibilidade, a flexibilidade, a capacidade de persuasão e afetividade, que dão um novo direcionamento à velha forma de conceber uma organização burocrática.

GRÁFICO 1: Distribuição dos colaboradores do CCAS Montes Claros por sexo

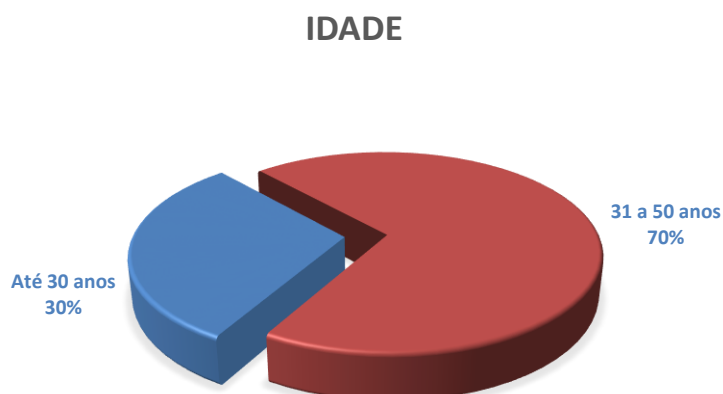


Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2015.

4.5.9.2 Idade:

Dos dez (10) colaboradores que prestam serviço no CCAS, três (03) estão na faixa etária até trinta (30) anos de idade. Sete (07) estão na faixa etária compreendida entre trinta e um (31) a cinquenta (50) anos.

GRÁFICO 2: Distribuição dos colaboradores do CCAS Montes Claros por idade



Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2015.

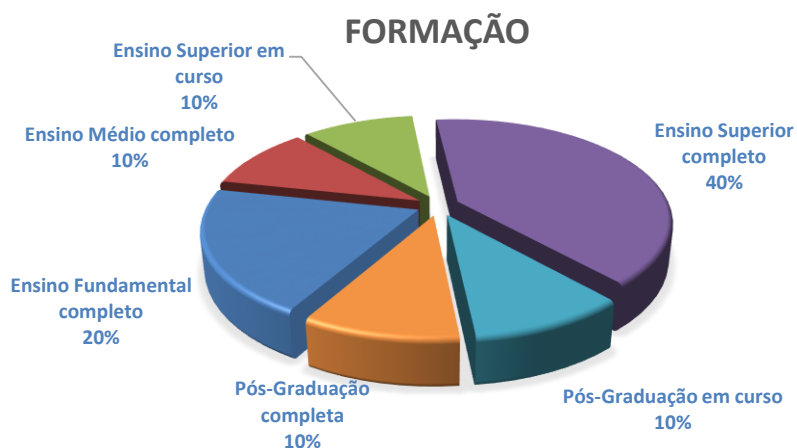
4.5.9.3 Formação

Quanto à formação dos colaboradores do CCAS, observamos que esta é analisada não somente ao período anterior ao trabalho prestado na Unidade, mas é ponto importante na busca de qualificação para o desempenho do trabalho atual. A LBV entende que a titulação inicial não é suficiente para garantir um bom trabalho e que a formação de seus colaboradores deve vir acompanhada do desenvolvimento de uma consciência crítica da realidade onde vivem e atuam.

Assim, o que se verificou quanto à formação dos colaboradores em Montes Claros é que a gerente administrativa possui curso superior, mas diverge da sua área de atuação no CCAS. A assistente social tem curso superior e está com pós-graduação em curso. A assessora administrativa está com formação superior em curso. A divulgadora ou representante das Relações Fraternais tem curso superior e está com pós-graduação em curso. As educadoras sociais tem formação distinta: uma possui curso superior e a outra está com formação superior em curso. O motorista tem Ensino Médio completo. E a cozinheira e a auxiliar de cozinha têm Ensino Fundamental completo. A colaboradora responsável pelos serviços gerais tem Ensino Fundamental incompleto.

O que foi percebido na pesquisa de campo é que todos os colaboradores tem uma notável capacidade de lidar com os atendidos. As educadoras sociais demonstraram capacidade de lidar com saberes abstratos com uma linguagem acessível aos grupos com quem trabalham. Constroem conhecimento novos por meio de estruturas dialógicas, diferentes das estruturas escolares formais, institucionalizadas.

GRÁFICO 3: Distribuição dos colaboradores do CCAS Montes Claros por formação



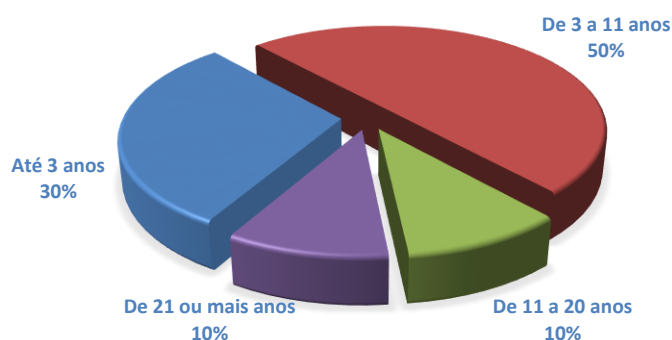
Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2015.

4.5.9.4 Tempo de serviço no CCAS:

De acordo com os dados da pesquisa, três (03) colaboradores tem até 03 anos de serviços prestados à Instituição. Cinco (05) colaboradores informaram ter entre três (03) a onze (11) anos de serviço. Uma (01) colaboradora informou ter entre onze (11) a vinte (20) anos de serviço prestado à LBV e uma (01) colaboradora confirmou ter de vinte e um (21) anos ou mais de serviço prestado à Instituição.

GRÁFICO 4: Distribuição dos colaboradores do CCAS Montes Claros por tempo de serviço

TEMPO DE SERVIÇO NO CCAS MONTES CLAROS



Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2015.

Verificou-se também que somente uma colaboradora trabalhou anteriormente com o magistério, em outra instituição como educadora social, na Educação Infantil. Dentre os colaboradores da Instituição, constatou-se que apenas uma colaboradora (ES) trabalha em outra

instituição na rede Municipal de Educação, como Orientadora Social, no turno da noite.

Ao questionarmos as educadoras sociais sobre qual foi o motivo de suas escolhas para trabalhar na LBV, com trabalho social, relataram:

Eu trabalhava como serviços gerais em uma escola privada e fui indicada para concorrer à vaga de educadora social na LBV. Quando iniciei meu trabalho aqui fiquei encantada com o zelo da instituição quanto à alimentação oferecida tanto para as crianças como para os colaboradores (ES 1L, 2015).

Vim aqui como voluntária e cobri uma colega que ficou de licença maternidade. Me apaixonei pelo trabalho e estou até hoje fazendo um trabalho que gosto muito (ES 2A, 2015).

Tais justificativas fundamentam-se, sobretudo em princípios e valores humanistas, na preocupação com o outro. O empenho em suas atividades lhes traz grande retorno em termos de satisfação pessoal, pois estão engajados com uma causa que trata da vida, com vidas e sobre a vida (GOHN, 2007, p.32).

Solicitados a darem seus depoimentos sobre o trabalho que a LBV desenvolve em Montes Claros, relataram as colaboradoras:

Vejo o trabalho da LBV como uma necessidade, ela atende às áreas de vulnerabilidade, atende à população de baixa renda, ao fluxo de crescimento populacional da cidade, devido a essas pessoas estarem em situação de pobreza, risco de violência, uso e abuso de drogas (ES 2A, 2015)

Vejo o trabalho da LBV como de fundamental importância porque ela, apesar de ter como parceira outras instituições que atendem à área social, ela vem com outra proposta de atendimento que é diferenciada, trabalhamos não só o material, mas desenvolvemos valores. A LBV se destaca pela qualidade do serviço que presta às pessoas que atende (RF A, 2015).

A LBV surpreende quem vem conhecê-la. As pessoas não fazem ideia do trabalho que desenvolvemos aqui. Quando chegam e encontram um ambiente organizado, sério, e que está a serviço de todos sempre com uma receptividade sem igual, isso é motivo de admiração. O nosso trabalho funciona como proteção social necessária aqui em Montes Claros (AS F, 2015).

Ao realizarmos a última reunião com os pais ainda no bairro São José, muitos pais dos usuários choraram pela nossa retirada e transferência de endereço. Questionaram a razão dessa mudança. Se colocaram a pensar onde colocarão o filho, qual outra instituição faz o que a LBV faz por eles. Apresentaram muita tristeza por estarem perdendo esse auxílio e deram bonitos depoimentos para nós. Saímos de lá com coração cortado porque nos sentíamos tristes por não poder trazê-los conosco (ES 1L, 2015).

4.5.10 As famílias atendidas

O número de famílias atendidas pelo CCAS anteriormente havia decrescido de cinquenta (50) para trinta (30) famílias. Isso foi justificado pela Instituição devido ao Programa

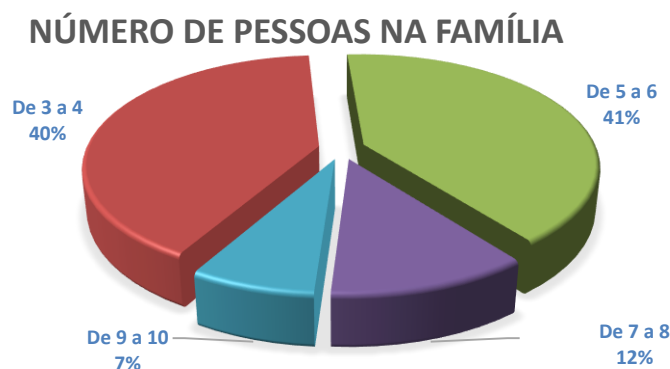
Minha Casa Minha Vida que propiciou à algumas famílias terem a oportunidade de morarem em casas próprias mas em outros bairros. Além disso, a presença de outras instituições prestadoras de serviços sociais que circundavam as proximidades da antiga instalação acabaram por absorver parte da demanda da LBV. Atualmente o número de famílias cadastradas no novo endereço é de quarenta e duas (42) famílias. Dessas, pode-se afirmar, segundo a assistente social, que 96% quarenta (40) são famílias nucleares. Outra característica a ser relatada é que as famílias são compostas por membros familiares novos, compreendem a faixa etária de vinte e quatro (24) a trinta e quatro (34) anos de idade. Não há muitos idosos nas famílias.

Segundo relato da assistente social da Instituição,

Observamos que houve uma grande mudança nos atendimentos em relação ao bairro São José comparado com o bairro Independência, quanto à composição familiar. No bairro São José, em sua maioria, as famílias eram monoparentais, onde as mulheres eram chefes de família. Aqui no bairro Independência, asseguro que 96% (2,44) são famílias nucleares, apesar de alguns vínculos familiares serem união estável, mas são famílias compostas por pais, mães e filhos. São famílias extensas de 6 a 10 membros (AS, 2015).

O número de pessoas nas famílias atendida pela LBV no bairro Independência variam de conforme se verifica no GRÁFICO 5.

GRÁFICO 5: Número de pessoas na família dos atendidos



Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2015.

O Grande Independência é composto pelo bairros: Acácias, Carmelo, Independência, Nova Suíça, Santos Dumont e Vila Real. Guarujá, Interlagos, Parque Pampulha e Santa Laura também são bairros afins às causas da comunidade.

Apontaram os dados da pesquisa que 83% cinquenta e sete (57) pais são residentes no Grande Independência, enquanto 10% sete (07) moram no Santos Dumont, 2% um (01) no Esplanada, 3% dois (02) no Acácias, 1% um (01) no Alto São João e 1% um (01) não informou

onde reside.

GRÁFICO 6: Distribuição das famílias atendidas por bairro



Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2015.

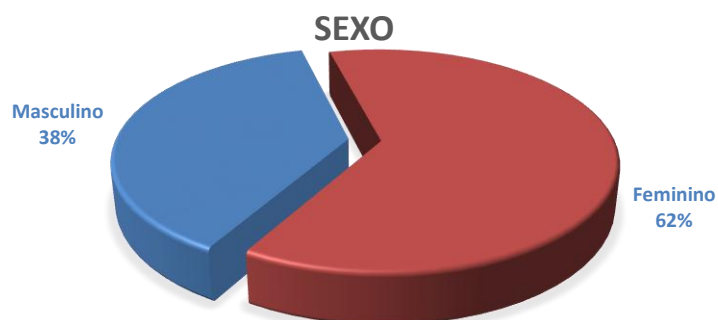
4.5.11 Perfil dos pais ou responsáveis

Dentre as quarenta e duas (42) famílias cadastradas no CCAS Montes Claros, alguns aspectos foram observados, seguindo o cadastro de famílias e pessoas (EM ANEXO) como sexo, naturalidade, estado civil, idade, escolaridade, cor, situação de moradia, renda, ocupação atual e benefícios governamentais percebidos.

4.5.11.1 Sexo:

Em relação às famílias cadastradas no CCAS, observou-se vinte e seis (26) pais e quarenta e três (43) mulheres que se dividem entre mães e avós, conforme demonstra o GRÁFICO 7.

GRÁFICO 7: Distribuição dos pais ou responsáveis por sexo

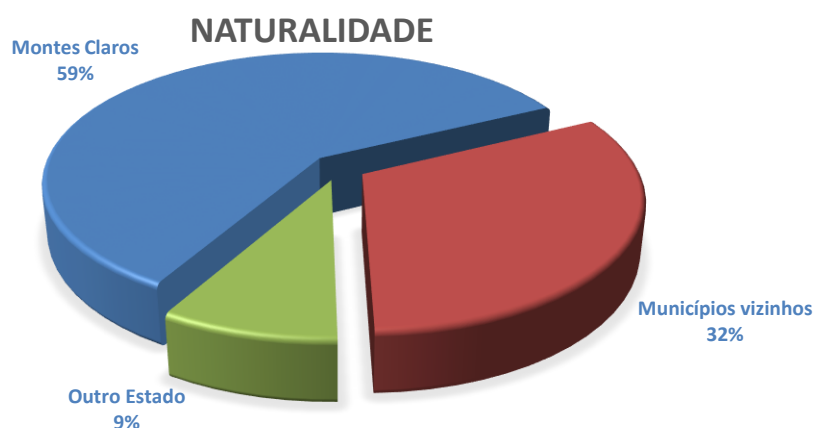


Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2015.

4.5.11.2 Naturalidade:

Quanto à naturalidade dos pais ou responsáveis, os dados mostraram que quarenta e um (41) deles são naturais de Montes Claros. Somam vinte e duas (22) pessoas que nasceram em outros municípios: Francisco Sá, Porteirinha, Padre Carvalho, Espinosa, Bocaiúva, Mirabela, Lontra, Brasília de Minas, Botumirim, São Pedro das Garças, Juramento, Jaíba, Salinas, Pedra Azul, Coração de Jesus, Grão Mogol e Itacambira. Em outros estados como São Paulo (Santo André e Barueri), Bahia (Guanambi) e Pernambuco (Feitoria) nasceram seis (06) pais.

GRÁFICO 8: Distribuição dos pais ou responsáveis por naturalidade



Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2015.

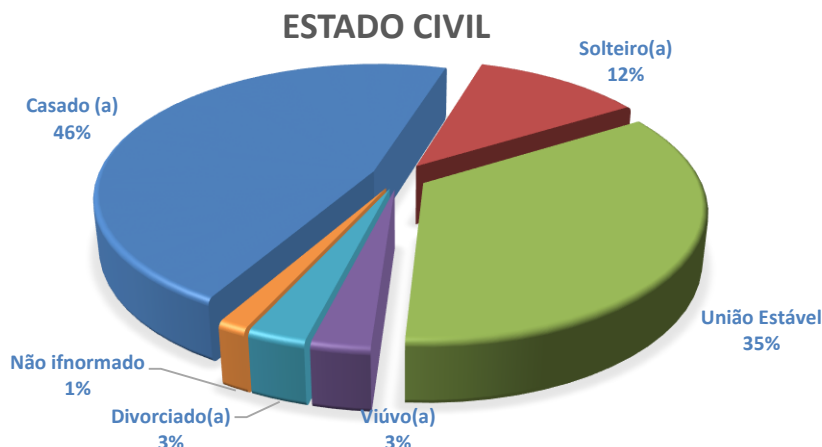
4.5.11.3 Estado Civil:

Os dados da pesquisa assinalaram que trinta e duas (32) pessoas cadastradas são casadas. Vinte e quatro (24) pessoas informaram viver uma união estável. Oito (08) pessoas marcaram a condição de solteiro. Duas (02) pessoas assinalaram a condição de viúvos, duas (02) pessoas informaram ser divorciadas e uma (01) pessoa não informou o seu estado civil.

Um fato interessante em relação aos pais dos atendidos, na nova instalação é que, o formato da família difere. Enquanto o CCAS atendia em seu antigo endereço à famílias monoparentais, no novo endereço essa configuração muda para casais que são casados ou vivem uma união estável. Isso se torna importante porque com essa configuração, é possível idealizar uma maior participação das mães no cotidiano da Instituição. Ter um companheiro ou esposo para custear as despesas da casa propicia às mães, maior tempo para acompanharem e participarem da vida e das atividades escolares e não escolares de seus filhos. Sabe-se que tanto a escola (no estudo em questão trata-se da Instituição não formal) quanto a família, devem se compreender o valor de uma parceria para que o processo de desenvolvimento da criança /

adolescente seja mais adequadamente trabalhado, não em contraposição de uma educação à outra, mas no sentido complementar.

GRÁFICO 9: Distribuição dos pais ou responsáveis por estado civil



Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2015.

4.5.11.4 Idade:

Outro fato que chama a atenção é a idade dos pais. A mãe mais nova tem dezessete (17) anos de idade, enquanto os pais mais novos informaram ter vinte e seis (26) anos de idade.

A mãe com mais idade tem cinquenta (50) anos. As avós, embora não sejam as responsáveis economicamente, mas que moram com as famílias e foram cadastradas, apresentam idade entre cinquenta e um (51) a sessenta e dois (62) anos.

GRÁFICO 10: Distribuição dos pais ou responsáveis por idade



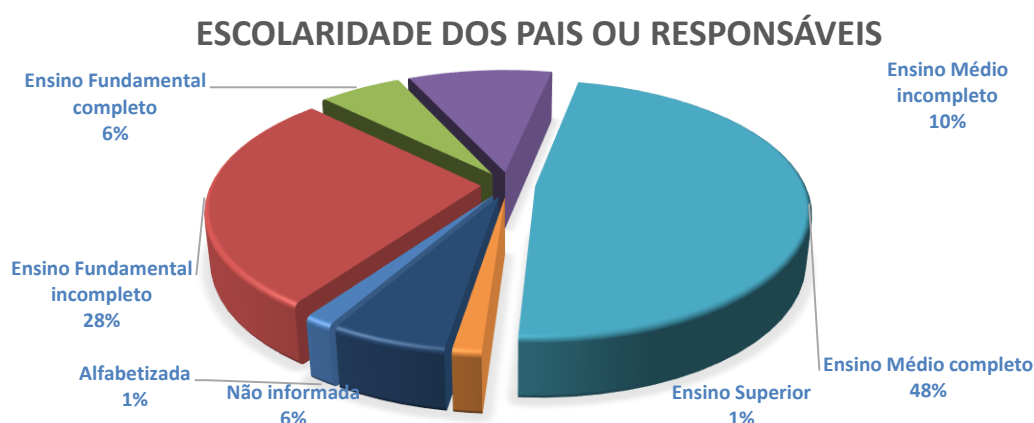
Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2015.

4.5.11.5 Escolaridade:

A escolaridade dos pais verificada nos formulários apresentou variações. Entre as

peças que responderam há uma (01) que é apenas alfabetizada. Vinte (20) peças responderam não ter concluído o Ensino Fundamental e quatro (04) peças disseram já o ter concluído. Sete (07) peças registraram ter o Ensino Médio incompleto enquanto trinta e três (33) peças responderam já o ter concluído. Uma (01) peça registrou ter o Ensino Superior completo e quatro (04) peças não informaram a sua escolaridade.

GRÁFICO 11: Distribuição dos pais ou responsáveis por escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2015.

4.5.11.6 Cor:

Conforme os formulários de cadastro de peças e famílias, cinquenta e uma (51) peças assinalaram ser de cor parda. Treze (13) peças assinalaram ser branca e cinco (05) peças marcaram ter cor negra. Não há no CCAS peças que se consideram de cor amarela e nem indígenas.

GRÁFICO 12: Distribuição dos pais ou responsáveis por cor

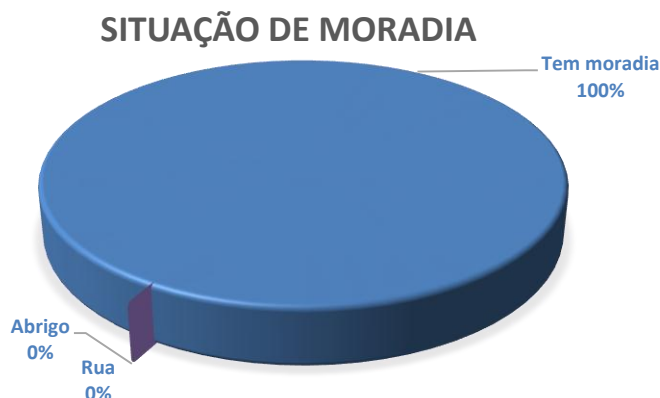


Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2015.

4.5.11.7 Situação de moradia:

Verificou-se que todas as sessenta e nove (69) pessoas cadastradas no CCAS informaram ter moradia. Nenhuma delas mora em abrigo ou na rua.

GRÁFICO 13: Distribuição dos pais ou responsáveis por situação de moradia

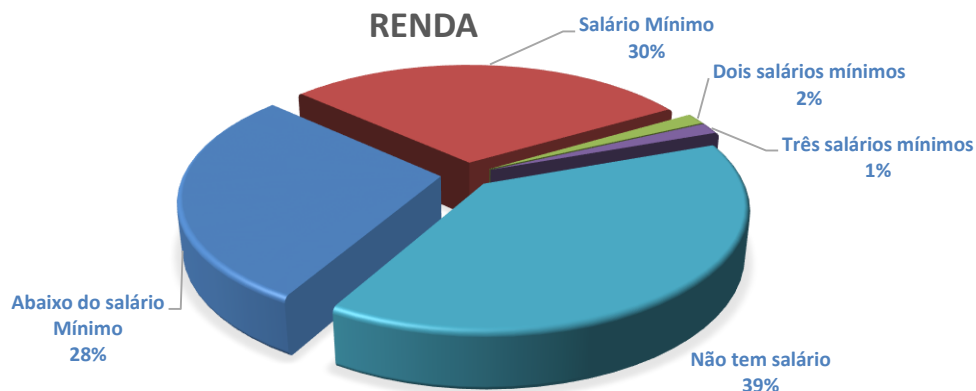


Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2015.

4.5.11.8 Renda:

Verificou-se que dezenove (19) pessoas informaram perceber menos que um salário mínimo por mês. Vinte (20) pessoas registraram que recebem um salário mínimo por mês. Duas (02) pessoas assinalaram receber dois salários mínimos. Uma (01) pessoa assinalou receber três salários mínimos e uma (01) pessoa informou receber acima de três salários mínimos. Vinte e seis (26) mulheres informaram trabalharem no lar e não perceberem salário, vivendo do quanto percebem os seus esposos.

GRÁFICO 14: Distribuição dos pais ou responsáveis por renda



Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2015.

4.5.11.9 Ocupação atual:

Apontaram os dados que trinta e sete (33) pessoas recebem salários, enquanto que vinte e duas (26) pessoas assinalaram ser do lar e não perceberem salário algum. Cinco (05) pessoas informaram que recebem outra remuneração mensal com por exemplo, uma (01) pessoa é pensionista, duas (02) são aposentadas e uma (01) pessoa é beneficiário do BPC e uma (01) pessoa recebe auxílio doença. Duas (02) pessoas não informaram suas ocupações e três (03) assinalaram estar desempregado.

Dentre as distintas ocupações atuais dos pais estão motorista, atendente, operador de empilhadeira, catador, gerente, serviços gerais / auxiliar de limpeza, autônomo, salgadeira, micro empreendedor, vendedora, operador de máquina, pedreiro, manicures, moto taxista, secretária do lar, cabelereira(o), frentista, açougueiro, auxiliar administrativo, montador, administrador, repositor de estoque, auxiliar de rampa. Técnico de enfermagem, balconista, operador 2 e soldador.

GRÁFICO 15: Distribuição dos pais ou responsáveis por ocupação atual



Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2015.

4.5.11.10 Benefícios Governamentais:

Segundo os dados da pesquisa, 23% dezesseis (16) pessoas recebem o Bolsa Família. O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que beneficia famílias com renda mensal por pessoa até R\$ 77,00 e aquelas com renda mensal por pessoa entre R\$ 77,01 a R\$ 154,00. Esse programa teve início em 2003 e o seu público-alvo são as famílias

Com base nas informações inseridas no CADÚNICO, o MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas no programa a cada mês. O critério principal é a renda per capita (por pessoa)

da família e são selecionadas primeiro as famílias com a menor renda por pessoa.

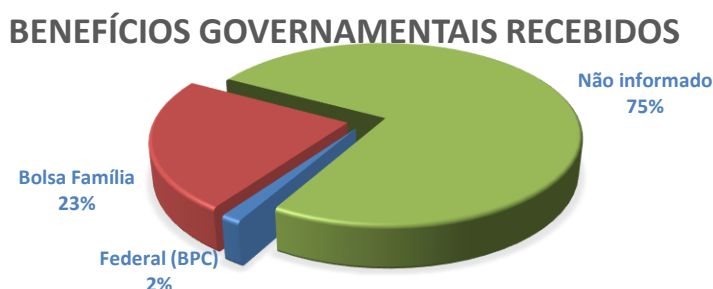
Apontaram os dados que 2% uma (01) pessoa recebe o BPC que é o Programa de Promoção do Acesso das Pessoas com Deficiência, que recebem o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, à Qualificação Profissional e ao Mundo do Trabalho. Teve início em 1995 e seu público-alvo são idosos e deficientes. O valor é de um salário mínimo por mês. É uma iniciativa do Governo Federal, realizada pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Educação (MEC), do Trabalho e Emprego (MTE), envolvendo compromissos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para facilitar o acesso das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, ao mundo do trabalho. São objetivos desse programa: Promover o protagonismo e a participação social dos beneficiários com deficiência do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, por meio da superação de barreiras, fortalecimento da autonomia, acesso à rede socioassistencial e de outras políticas, à qualificação profissional e ao mundo do trabalho, priorizando a faixa etária de 16 a 45 anos. O QUADRO 5 apresenta uma síntese desses programas:

QUADRO 5: Programas governamentais

Programa / Ação	Início	Objetivo	Público-alvo	Órgão(s) Gestor / Responsável
Bolsa Família	2003	Transferir renda com condicionalidade	Toda a família com centralidade na mãe	MDS – Ministério da Educação
Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC)	Instituído em 1988 e regulamentado em 1993	Assegurar ao idoso e pessoas com deficiência as condições mínimas	Idoso com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com renda familiar por pessoa inferior a um quarto do salário mínimo.	MDS – com operacionalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Fonte: Ciclo de Capacitação MDS. Curso 1: Diagnóstico, 2013, p. 27.

GRÁFICO 16: Distribuição dos pais ou responsáveis por benefícios governamentais recebidos



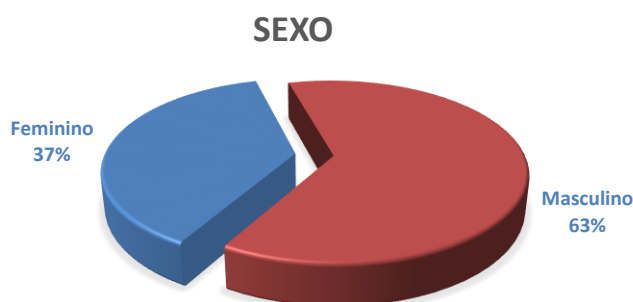
Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2015.

4.5.12 Perfil das crianças atendidas

4.5.12.1 Sexo:

O Centro Comunitário de Assistência Social Montes Claros atende atualmente a 56 (cinquenta e seis) crianças. Destas, vinte e uma (21) são meninas e trinta e cinco (35) são meninos.

GRÁFICO 17: Distribuição das crianças atendidas por sexo

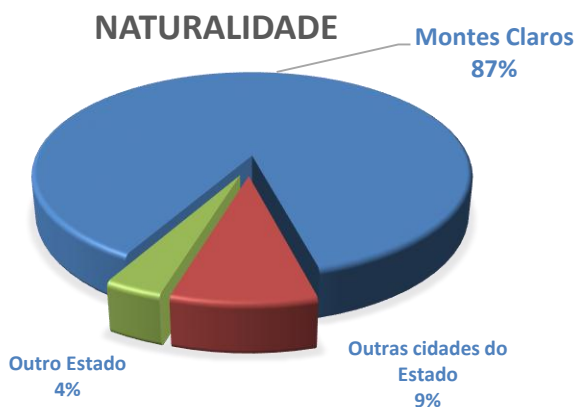


Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2015.

4.5.12.2 Naturalidade:

Em relação à naturalidade dos atendidos, quarenta e nove (49) crianças nasceram em Montes Claros. Cinco (05) crianças nasceram em outras cidades como uma (01) em Belo Horizonte, uma (01) em Jaíba e três (03) em Sete Lagoas. Duas crianças nasceram em outros estados: uma (01) em São Paulo e uma (01) em Salvador.

GRÁFICO 18: Distribuição das crianças atendidas por naturalidade

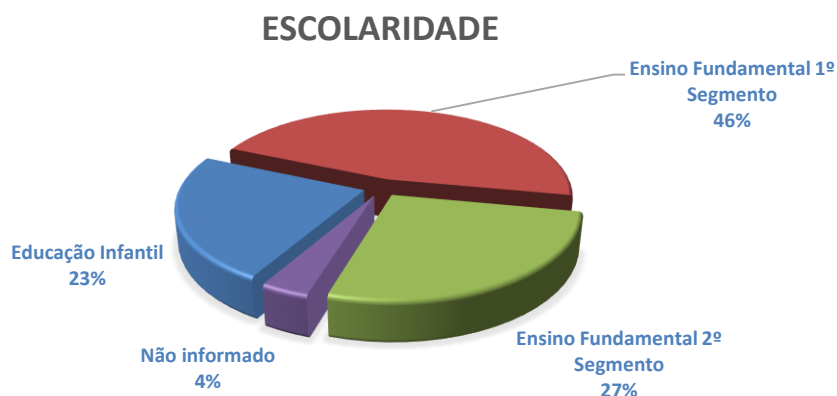


Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2015.

4.5.12.3 Escolaridade:

Das cinquenta e seis (56) crianças cadastradas no CCAS, treze (13) delas estão matriculadas na Educação Infantil, enquanto vinte e seis (26) crianças frequentam o Ensino Fundamental (1ª a 4ª série) e quinze (15) crianças frequentam o Ensino Fundamental (5ª e 6ª série). Os dados de escolaridade de duas (02) crianças não foram assinalados no cadastro.

GRÁFICO 19: Distribuição das crianças atendidas por nível de escolaridade

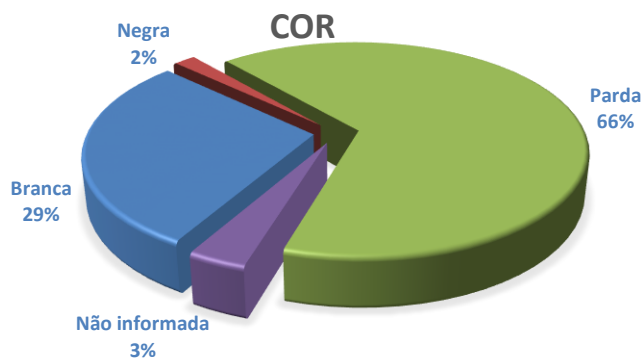


Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2015.

4.5.12.4 Cor:

Os dados apontaram que trinta e sete (37) crianças são de cor parda. Abalizaram ainda que dezesseis (16) crianças são de branca e uma (01) criança é negra. Não há registro de criança de cor amarela ou indígena.

GRÁFICO 20: Distribuição das crianças atendidas por cor



Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2015.

4.5.12.5 Situação de moradia:

Conforme registro nos formulários, verificou-se que todas as crianças possuem moradia. Não há nenhuma criança morando em abrigo ou na rua.

GRÁFICO 21: Distribuição das crianças atendidas por situação de moradia



Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2015.

4.5.12.6 Escola que cursa atualmente:

Segundo registro nos formulários, das cinquenta e seis (56) crianças do CCAS, trinta e cinco (35) crianças estudam em escola municipal. Os dados apontam que dezenove (19) crianças estão na Escola Municipal Egídio Cordeiro de Aquino, doze (12) crianças na Escola Municipal Maria de Lourdes Pinheiro, duas (02) crianças na Escola Municipal Geraldo Pereira de Souza e duas (02) crianças no Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI) Professora Elizabete Pereira Soares. Quatorze (14) crianças estudam em escolas estaduais. Dentre, as escolas registradas estão sete (07) crianças na Escola Estadual Antônio Figueira, uma (01) criança na Escola Estadual Simeão Ribeiro dos Santos, duas (02) crianças na Escola Estadual Francisco Sá, duas (02) crianças na Escola Estadual Carlos Versiani, duas (02) crianças na Escola Estadual Gonçalves Chaves. Ainda verificou-se que quatro (04) crianças estudam em iniciativas privadas: duas (02) crianças na Escola Dinâmica João e Maria e duas (02) crianças no Centro Educacional Apóstolo Santiago O Maior. Não foi informada a escolaridade de três (3) crianças.

GRÁFICO 22: Distribuição das crianças atendidas por escolas que cursam



Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2015.

Como se verifica em toda a análise dos dados dessa pesquisa, a LBV em meio à invisibilidade dessa dimensão da realidade social produtora de saberes, em Montes Claros, e que a realiza por meio da educação não formal, cumpre sua finalidade ou objetivo de capacitar os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Abre janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais e desse modo, seus objetivos são construídos no processo interativo que provocam um processo educativo. As ações da LBV prepara formando e produzindo saberes nos cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, ao individualismo. Isso retrata o que argumenta Gohn (2013, p. 17) sobre a finalidade da educação não formal.

Após concluir a análise dos cadastros, é possível perceber que atualmente, a LBV em Montes Claros, atende a uma significativa parcela de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Isso quer dizer que são pessoas que estão expostas à exclusão social como demonstrou a assistente social em um de seus relatos. São famílias que são excluídas socialmente e estão geralmente, ligadas a pobreza. São vulneráveis socialmente por não terem voz onde vivem e comumente necessitam de favores de outros, não tem os mesmos direitos e deveres dos outros. Estão temporariamente ou definitivamente impossibilitados de partilhar dos bens e recursos oferecidos pela sociedade, fazendo com que essa pessoa seja abandonada e expulsa dos espaços da sociedade.

Entendemos com isso que vulnerabilidade e risco social são sinônimos de pobreza e que uma é consequência da outra. A vulnerabilidade coloca as pessoas em um risco social. É nesse sentido que a LBV tem importante papel no município quando, de forma complementar, auxilia na escolaridade e qualidade educacional e cultural, enquanto do mesmo modo, supre outras carências desse segmento da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação procurou analisar o perfil, os processos de gestão e as intervenções das ações socioeducativas desenvolvidas pela LBV na perspectiva das relações entre trabalho, educação e cidadania na cidade de Montes Claros, Minas Gerais.

Minha proposta neste trabalho foi compreender como se configuram e quais as influências da LBV no que se refere ao perfil, aos processos de gestão e aos impactos sociais produzidos por suas intervenções em Montes Claros. Para tal, realizá-lo exigiu de mim uma reconstrução da percepção inicial sobre a instituição e o que ela representa no contexto montesclarensense.

Verificou-se por meio dessa pesquisa que a LBV enquanto associação do Terceiro Setor, em seu processo de atendimento a crianças em situação de risco, que a sua realidade material traz alguns pontos que merecem nossa atenção:

1) A instituição LBV foi, é, e possivelmente será palco de intenso movimento, de mudanças. Ela em sua trajetória não permaneceu como iniciou. Comparando-a com demais instituições que abraçam o trabalho no campo da assistência social, tem sua especificidade. Ela nem sempre foi o que é hoje. Sofreu transformações e certamente sofrerá outras no futuro. O seu estado atual é uma transição entre as mudanças do passado e as do futuro. Em seu processo de intervenção no cenário montesclarensense, ela não apenas apresenta movimento, transformação, mas autodinamismo, revela transformações operadas por forças internas. Isso foi demonstrado por meio do resgate de sua história, seus processos de formação e transformação, em relação ao seu idealizador e colaboradores e usuários e a outros fatos existentes em sua história.

2) O encadeamento dos fatos revela que a LBV está em condições de se transformar, de se desenvolver pois, a mudança de endereço trouxe em si, a possibilidade de ampliação de seu atendimento. Isso vem demonstrar que o papel dos homens na aceleração de suas transformações, dá-lhe sentido e uma direção.

Vivenciando esses dois anos de contato com a LBV Montes Claros, foi possível perceber que todas as coisas não são eternas. A LBV teve um começo, uma maturidade, uma velhice e termina em um fim, que no momento atual é aumentar o número de atendidos pela instituição, que por sua vez, gera hoje, um novo começo. Desse modo, partindo do ponto da afirmação, a LBV principia o seu trabalho em 1950 com ações assistencialistas. Do ponto de vista da negação, a instituição caminhou rumo à ação social desenvolvida em seu bojo, como

direito, desde 1993. Do ponto de vista da negação da negação, a LBV em 2015 atua de forma complementar ao Estado. Aqui está a unidade dos contrários: o caráter complementar às ações do Estado.

Ao estudar as mudanças ocorridas com a LBV, eu me educo a não julgá-la pelas aparências, eu a interpreto por vários aspectos, contrário ao senso comum. Eu a analiso, abordando da forma que me parece mais correta e abrangente em seus diversos fenômenos e descubro as leis objetivas mais gerais que regem a sua evolução.

Nenhuma teoria dará resposta cabal a todas as questões e prever de antemão, todas as incidências da vida. Na verdade, a realidade da LBV se desenvolve sem parar e o conhecimento humano enriquece-se continuamente. Deixo aqui nessas considerações finais, a propositura para novos estudos sobre a instituição. Mas ofereço o meu “olhar sobre ela” porque é fruto do que a experiência me proporcionou.

Ao retomar a história da Instituição, verifiquei que os serviços que o CCAS de Montes Claros oferta estão ligados às políticas de educação, saúde, cultura, lazer, habitação e assistência social, e estes garantem a efetividade das ações e aliam as intervenções socioeducativas com as intervenções sociais dos demais órgãos de proteção à família, à infância e à adolescência.

Todavia, a LBV acredita que os serviços e o programa oferecidos por ela atuam com as mais diferentes expressões da questão social: violências diversas - em particular a doméstica, abuso e exploração sexual infanto-juvenil, discriminação, apatidão social, exploração do trabalho infantil, pobreza, fome, isolamento, fragilização dos vínculos familiares e comunitários.

O Centro Comunitário de Assistência Social escolhido para essa pesquisa, com base nos relatos de seus colaboradores, considera que o seu trabalho representa um corredor de proteção social para seus demandantes. Outros fatores externos à instituição demonstram a real necessidade de se ter nos tempos incertos e fluidos como o atual, instituições que abraçam a tarefa de assistir socialmente as camadas menos favorecidas da sociedade.

Evidenciamos por meio de seus documentos oficiais que a instituição se insere no Sistema de Garantia de Direitos de pessoas e famílias, particularmente no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Aos demandantes (crianças, adolescentes e suas famílias), os serviços que a Instituição presta vem garantir diversos direitos fundamentais, de forma direta e indiretamente. Diretamente a Instituição trabalha com o direito à convivência familiar e comunitária; acesso à informação, experiências e manifestações artísticas, culturais e de lazer; na promoção do

desenvolvimento integral; oferta de alimentação saudável e de qualidade; promoção do desenvolvimento físico, mental, moral, social e espiritual, em condições de liberdade e de dignidade (conforme os artigos 1º ao 6º do Estatuto da Criança e do Adolescente).

Indiretamente, a Instituição trabalha com a interrupção de situações de violência, a LBV está em constante contato com as instâncias de proteção da criança e do adolescente (Conselho Tutelar, Vara da Infância e da Juventude, Ministério Público); tomada de medidas protetivas junto aos órgãos citados anteriormente; acesso à Educação e à Saúde; acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais.

No tempo decorrido da pesquisa vivenciamos distintos momentos nos períodos alternados entre a manhã e tarde: desde o momento da prece, de desenvolvimento de atividades dos projetos elaborados pelas educadoras sociais, do auxílio à tarefas (mesmo não sendo essa a finalidade da instituição), palestras desenvolvidas por voluntários, relatos de experiências no desenvolvimento dos projetos, oficinas socioeducativas, como também do trabalho com valores, ética e respeito ao meio ambiente. Presenciei momentos de refeição no CCAS, junto às crianças e aos colaboradores da unidade. O ambiente sempre esteve limpo e a alimentação sempre fora feita com esmero. Presenciei também momentos de atividades físicas no antigo espaço da Instituição. Nele, a estrutura física era insipiente para os objetivos almejados pelo CCAS. Mas os trabalhos desenvolvidos que presenciamos, proporcionou-me ver a satisfação das crianças em estar ali e sendo atendidos com respeito e atenção.

Desse modo, são distintas as implicações das ações institucionais: mediação ao acesso ao direito; diminuição da fome; aumento do raio de proteção social das crianças, adolescentes e suas famílias, ao diminuírem as possibilidades de isolamento, quando fortalecem os vínculos familiares e comunitários; prevenção de diversos riscos (gravidez precoce, violência doméstica, uso e abuso de drogas etc.) junto a essas famílias quando tratam dos assuntos mais difíceis e mostram os caminhos para a garantia dos direitos; e por fim, combatem a discriminação na comunidade em que estão inseridos e, por consequência, a apartação social. A Instituição percebe que sua atuação promove importante objetivo da assistência social: a autonomia despertada a partir da consciência do indivíduo, enquanto suas necessidades básicas são providas.

A LBV, presta assim, serviços não exclusivos e não possui o poder de Estado. Ela está presente tanto no cenário local como no cenário regional e internacional desenvolvendo serviços de duas maneiras: 1) envolvendo direitos humanos fundamentais voltados à educação e saúde; 2) possuindo economia externa relevante, para produzir ganhos que não podem ser apropriados por esses serviços através do mercado, se espalhando para o resto da sociedade e

que não podem ser transformadas em lucro. Assim, como propriedade pública não-estatal, a LBV não é domínio de nenhum indivíduo ou grupo e está orientada diretamente para o atendimento do interesse público como destaca o Plano Diretor da Reforma Administrativa do Estado (PDRAE, 1995, p. 43).

A LBV facilita e torna direto o controle social, por meio da participação nos conselhos de administração dos segmentos envolvidos, paralelamente ao tempo que tece a parceria entre sociedade e Estado. Conforme destaca o PDRAE (1995, p. 43-4), como organização sem fins lucrativos, ela goza de uma autonomia administrativa maior do que se estivesse dentro do aparelho do Estado. Contudo, seus dirigentes assumem uma responsabilidade maior, em conjunto com a sociedade, na gestão da Instituição. Assim tem direito a dotação orçamentária ao realizar com seus serviços, por meio do programa de “publicização” e por meio da autorização específica do poder legislativo para celebrar contrato de gestão com o poder executivo.

A LBV, ao longo dos trinta e dois (32) anos em que se faz presente em Montes Claros – MG, vem demonstrando que sua prática socioeducativa assume um contorno inestimável para as comunidades que tem atendido. O fato de se verificar parcerias com escolas estaduais que entornavam a Instituição, revela que sua presença no contexto norte-mineiro é algo relevante para o município. A LBV sempre foi campeada pelos pais que buscam um lugar seguro, que cuide dos seus filhos enquanto laboram, fator que valida positivamente as ações desse espaço socioeducativo. A relação social estabelecida entre a LBV e as comunidades em que atua em Montes Claros é uma relação pautada no auxílio ou complemento.

A Instituição tem perspectiva própria de proporcionar aos seus demandantes e colaboradores, a cidadania ecumênica, ou seja, forma o cidadão ecumênico, aquele que compreende a necessidade de superar obstáculos imposto à aceitação da divergência de pensamento religioso, político, social e que não pertence à mesma cultura ou etnia (Paiva Netto, 2010, p. 98), e isso no contexto ora vivido, vem se adequar a uma nova visão de formação do cidadão para esse novo tempo. Acredita assim, no amadurecimento do povo que se amadurece física e espiritualmente, em corpo e alma.

A atuação de seus colaboradores é prazerosa e responsável e isso foi constatado nos momentos de observação e relatos que enfatizavam ser a LBV, um bom local de trabalho e que os serviços prestados, por mais que surjam dificuldades em sua execução, tem oferecido a eles, grande prazer quanto à atenção ao “outro”. Servir tem sido uma palavra de grande sentido para os colaboradores do CCAS.

Encerrando o percurso que empreendi nessa pesquisa, percebi alguns pontos

merecem destaque e encaminhamentos:

A criança, no atual contexto brasileiro se destaca quando se trata de diagnósticos da situação social do país, entretanto, vê-se uma grande distância, por parte de inúmeras instituições entre os problemas vivenciados, o que se diz realizar e o que se realiza. Comumente vemos em declarações públicas, de cunho eleitoreiras, conceitos como “o retrato da infância”, em que é claramente demonstrado o grau de importância e compreensão que se tem das necessidades desse público, o papel dos espaços que o acolhem e o papel da mulher em nossa sociedade. Nesse contexto, a função da LBV na oferta dos serviços que é de sua propositura, se fazem pertinentes quando nos remetemos a observação dos dispositivos legais como a Constituição Federal de 1988, a LDBEN nº 9.394 / 96 e ao PDRAE (1995). Suas ações refletem suas escolhas políticas declaradas e são organizadas de forma não fragmentada.

Os recursos aplicados na unidade foi tema melindroso nessa pesquisa. Quando se fala em qualidade, a primeira coisa que nos vem em mente são os recursos financeiros, tanto em investimento em instalações quanto em despesas de manutenção. A LBV imprimiu em suas ações observadas, padrões de eficiência onde os desperdícios são evitados. Não nos foi possível conhecer e acompanhar os gastos. Porém, sabemos que no que se refere às atividades administrativas, estas são organizadas hierarquicamente em Superintendências, Departamentos e Setores, conforme normatiza o Estatuto Social da Instituição (LBV, 2013, p. 11).

Há compartimentalização dos serviços, a administração é funcional e estruturada nos moldes burocráticos e isso impacta na forma como a Instituição planeja e racionaliza seus valores aplicados. A responsabilidade pelos gastos da Unidade depende de sua organização e da Gerente Administrativa e disto resulta inúmeras formas de manutenção de serviços.

As práticas cotidianas dentro do CCAS são a tradução das escolhas políticas da Instituição e estas são associadas ao controle. Todas elas são registradas no portal CRM (site interno) que quantifica os atendimentos e estes fazem parte de estatísticas periódicas de seus resultados. O planejamento e controle vão desde os atendimentos até os materiais e gêneros alimentícios da Unidade. Com isso, as ideias e compromissos se transformam em propostas organizadas estudadas criteriosamente, de acordo com as possibilidades e a realidade existente.

A realidade que entornava a antiga instalação da LBV Montes Claros reclamou atualização. Isso impactou na transferência da estrutura física da instituição do bairro São José para o bairro Independência. A análise das condições de atuação, a definição dos objetivos a serem alcançados e o prazo que se leva para o alcance dos mesmos levaram a mudança de endereço. A LBV avalia seus resultados e processo de execução dos planos, também observa a qualidade de seus serviços e ações que é medida pelas condições da existência desses

procedimentos.

Alguns serviços especializados como fonoaudiologia, fisioterapia e nutrição são essenciais para algumas questões que os requerem. A LBV discute entre os setores como o pedagógico - das educadoras sociais, o serviço social e a gerência administrativa da instituição o encaminhamento das demandas existentes. Todos que prestam serviços e que contribuem para o ensinar e orientar dos assistidos agem de forma integrada.

Existem convênios e integração de diversos órgãos oficiais na realização das ações da LBV, por meio de programas desenvolvidos na unidade. As necessidades que vão surgindo e variando, possibilitam a integração flexível, planejada, estruturada e avaliada de outros conhecimentos, mais específicos.

As pessoas que atuam no CCAS Montes Claros realizam seus trabalhos com um único objetivo: atender à criança. O trabalho realizado pelas educadoras sociais configura-se como relevante, mas outros profissionais também o realizam como as cozinheiras, a responsável pela limpeza e os atendentes. Essas pessoas, além de desenvolverem suas tarefas específicas, são consideradas participantes dinâmicas no projeto educativo, cientes da finalidade da unidade, conhecem e compreendem os significados das programações. Tem identidades profissionais reconhecidas pelo nome, formação e função. Tem no CCAS estabelecidas condições mínimas de trabalho como: remuneração, horas de trabalho, número de educadores sociais por criança, passam por processo de seleção para o cargo, oportunidade de desenvolvimento na carreira, substituição e tempo de descanso.

Dos colaboradores da unidade LBV Montes Claros, apenas a gerente administrativa não possui a formação específica concluída para o desempenho de suas funções. Ao perceber desnivelamento de conhecimentos, a Instituição promove atualização e aperfeiçoamento como prática de formação dos seus colaboradores e desse modo, a Instituição acompanha continuamente e revisa as suas teorias e propostas educativas, atenta e segue as mudanças que ocorrem na sociedade. A aquisição de conhecimentos e técnicas e o aperfeiçoamento são fatores determinantes na qualidade de seus serviços. Os programas de aperfeiçoamento são organizados, os temas são definidos pela forma de serem trabalhados e se verifica se estes adequem à proposta institucional. As educadoras sociais são estimuladas a reconhecer suas necessidades de formação, não só os conhecimentos explicitados como também aqueles ainda latentes.

Os planos anuais de aperfeiçoamento preveem trabalhos realizados pela Coordenação Pedagógica que desenvolve pesquisas e estudos sobre os temas que são necessários, pontuais, embasados nas vulnerabilidades locais e de acordo com a solicitação das

famílias. O planejamento quinzenal do CCAS é realizado de forma pontual e fundamentam as vulnerabilidades locais, de acordo com as demandas das famílias. As programações das ações locais são realizadas pelas Educadoras Sociais e pela Assistente Social e posteriormente divulgadas na comunidade, junto às famílias das crianças.

A concepção de espaço físico da LBV não é produto de uma visão neutra, é determinada e retrata a cultura e o conhecimento dos que a projetaram. É ponto importante na perspectiva da qualidade da Educação desenvolvida para os assistidos e corresponde à proposta educativa que se objetiva.

As condições arquitetônicas da antiga estrutura física da LBV Montes Claros são boas, pois todo o prédio se encontrava bem pintado, com estrutura física e elétrica funcionando adequadamente, devidamente higienizado, mas insipientes para acolher uma demanda maior de pessoas, realizar atividades em espaços mais amplos, frutos de sua intencionalidade na ação, de aprender e de transmitir ou trocar saberes. Seu espaço externo, por sua redução, não propiciava a promoção de experiências e satisfação de diferentes exigências das crianças. As condições de movimento, exploração, concentração e diversas modalidades de agregação e socialização deixavam a desejar.

Na atual instalação, a organização interna do espaço físico como móveis, materiais didáticos, brinquedos, produções dos atendidos ficam a vista demonstrando o equilíbrio dos elementos e no momento passam por reestruturação segundo as exigências da instituição.

A LBV valoriza a reflexão e a utilização de conhecimentos produzidos no campo do atendimento ao público a que se destina. Necessita de informações e conhecimentos mais aprofundados, se comunica com outros órgãos que prestam trabalhos no campo social no município. O CCAS estudado se configura em laboratório ou observatório privilegiado, um lugar onde é possível colher elementos inéditos sobre o desenvolvimento infantil e seus resultados possibilitam introduzi-los no cotidiano, pois propicia uma visão de melhoria na qualidade do processo educacional. A sua política para a infância não se desvincula com a política sanitária, do trabalho, da cultura e com isso a LBV não perde a educação como foco fundamental.

Finalizando as nossas considerações, entendemos que o tema em questão se apresenta amplo e nos obriga à limitação necessária dos recortes realizados, ao mesmo tempo que revela a necessidade de continuidade da exploração do assunto por meio de novas pesquisas no campo.

A sistematização dessa experiência realizou-se com a minha participação ativa e de outros sujeitos, engajamos em sua reflexão e sobre as ações individuais, fincada em um

contexto de mudanças de paradigmas e encontrando sua especificidade no objeto do estudo em tela, incidindo sobre as ações e intervenções socioeducativas da LBV em Montes Claros. Ajuizar sobre a prática dessa instituição é uma tarefa provisória e por essa razão, enumeramos alguns pontos significativos sobre a realização desse estudo:

Ao compilar e ordenar as informações e documentação disponíveis, analisando documentos e resgatando memórias, revemos e ordenamos o que já foi produzido na e pela Instituição, por meio de vídeos, fotografias, manuais, diretrizes, e outras publicações.

Reconstruir historicamente a trajetória da LBV (acontecimentos, fatos, relações, contextos) só foi possível ao dar voz aos sujeitos, fundamentados nos conteúdos, focos ou perguntas orientadoras previamente definidas. Partimos da diversidade de perspectivas dos diferentes atores que nos possibilitou olhar ordenadamente a prática e diferentes elementos objetivos e subjetivos que interferem no processo, que nos propiciou compreendê-los e interpretá-los, contextualizá-la e, desse modo, extrair aprendizagens que tenham utilidade no futuro.

Finalmente, considero que os processos sociais não são compostos tão somente por ações quantificáveis e qualificáveis a serem repetidas ou reproduzidas em qualquer contexto. Estes refletem o compromisso dos sujeitos com a transformação e referem-se a práticas que tem objetivos transformadores, que não se realizam sem a dimensão subjetiva do conhecer (MEIRELLES, 2012. P. 163).

Percebo que a Unimontes necessita (re)repensar a formação de educadores sociais para a atuação na região. Os dados do CMDCA revelam um número significativo de instituições que necessitam desses profissionais para atenderem à demanda social e educacional.

Quanto às implicações que esse estudo pode ter sobre o ambiente acadêmico, creio que as instituições de ensino superior do município demandam esforço para melhor compreender a educação não formal e suas contribuições em nossa região. A formação desse profissional solicita desde 2006, que essa se pautar conforme a Resolução CNE / CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia / licenciatura, em seu art. 5º, está definido:

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

IV – trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e

modalidades do processo educativo (BRASIL / MEC, 2006, p. 2).

Verifica-se nessa fração das Diretrizes Curriculares os novos encargos para a formação dos Pedagogos. Observa-se que as experiências sociais da contemporaneidade têm exigido novas adequações profissionais. Nos cursos de Pedagogia e Programas de Pós-Graduação em Educação no País, ainda é incipiente a discussão sobre Pedagogia Social e as reflexões teóricas na área foram por muito tempo negligenciadas. É bem recente a iniciativa das universidades brasileiras voltarem o estudo para os segmentos historicamente excluídos. Mesmo que haja documentos e normativas que contemplem a democratização da educação e a qualidade de ensino para todos, ainda existem contradições e distanciamentos expressivos entre o universo das leis, das ideias e das práticas realizadas.

Libâneo (2006) enfatiza que as discussões sobre a base de formação do Pedagogo são significativas no momento atual, pois, dependendo do tipo de concepção utilizada na formação do profissional, esta direcionará o posicionamento do educador na sociedade. Assim, esse autor ressalta a importância da formação do Pedagogo cientista.

Nesse sentido, as novas Diretrizes Curriculares Nacionais apresentaram progressos no que tange às discussões e valorização das minorias excluídas e a defesa dos seus direitos básicos. A inclusão dessa temática na formação do Pedagogo está propiciando o respeito à diversidade dos educandos e valorizando suas identidades (BRASIL, 2005, p. 5).

A Educação é um processo que ocorre nos mais distintos campos da sociedade e nesse sentido, o curso de Pedagogia precisa estar atento para formar educadores para atuar nesses vários espaços. Creio que todos os formatos de Educação possuem um aspecto proeminente, pois atuam perante sujeitos sociais e históricos e fazem parte da constituição deles, enquanto sujeitos do conhecimento. É cogente avaliar de que forma essas atuações vêm ocorrendo nos cursos de Pedagogia e como os pedagogos estão sendo preparados para refletir e atuar na Educação nas suas múltiplas formas de acontecer.

A Pedagogia como instrumento da Educação e sua dimensão social necessitam ser discutidas diuturnamente. Percebo que os alunos de Pedagogia necessitam de mais teorias e metodologias utilizadas no curso, para que possam atuar nessa realidade atual. Vive-se um momento em que os meios educacionais estão conturbados e pensar em alunos das classes populares é algo excluído do fazer da academia, principalmente aqueles que se encontram na Educação Básica. Urge, porém, a discussão sobre o contexto de formação, para que esta não reproduza as desigualdades ao negligenciar informações e preparação sobre o trabalho com múltiplas formas de educar.

Pensar as ações e intervenções socioeducativas da Legião da Boa Vontade é convergir o pensamento no fenômeno da inadaptação social de tantas crianças e adolescentes em suas condições humanas na contemporaneidade. As correntes e formas da civilização atual são essencialmente contrárias às necessidades dos indivíduos, contradição que constitui o mecanismo central da inadaptação desses sujeitos, conforme argumenta Wojnar (2010, p. 471).

Compreendi, ao longo deste estudo, que a integração dessas crianças e adolescentes na sociedade adulta, no momento atual, ocorre de forma mais penosa do que no passado, em muitos aspectos. Esta vem requerer, por parte de distintas instituições educacionais, centros de assistência social ou empresas, a promoção de uma ajuda que propicie ao público demandado o triunfo frente às dificuldades que poderão surgir no caminho de sua integração na sociedade dos adultos e na luta por um futuro melhor. Assim, crianças e adolescentes, em sua natureza social, demandam a instalação de uma educação criadora que desempenhe um papel essencial na sua formação. Para a formação desse profissional, a academia deverá avaliar se os conhecimentos existentes sobre a forma de educação valorizada por ela, é suficiente para explicar o fenômeno.

As alterações atualmente ocorridas no campo de formação dos educadores, nos remetem a possibilidades, que intrigam mais ainda os cientistas interessados em apresentar modelos explicativos sobre o tema educação. A natureza das transformações pelas quais são submetidas as instituições escolares colaboram para que novas perspectivas sejam investigadas e confrontadas. Também provoca reflexões sobre questões complexas e cujo interesse científico precisa ser despertado.

Em relação às implicações que esse estudo pode ter sobre o ambiente institucional da LBV, parece-me que esta dimensiona de forma elementar a importância da participação da família e dos responsáveis no planejamento e realização das ações oferecidas, deve pois, atentar mais intensamente para as transformações sociais e fenômenos que impactam no processo decisório dos demandantes que buscam seus serviços e produtos. São pessoas que em sua maioria trabalham no comércio, na prestação de serviços, mas também na informalidade, percebendo menos que um salário mínimo. Necessitam ter vez e voz dentro do cotidiano da Instituição. Acredito que darão maior visibilidade à marca LBV e maior confiabilidade na Instituição. Para as mulheres, mães cadastradas em maior número, ter o auxílio da LBV representa uma conquista. Suas ações e intervenções lhes garante o auxílio na renda mensal e representa uma economia no salário, ao final do mês. Saber até onde vai a interferência de suas ações modifica a opinião dos atendidos, melhora a participação efetiva da família / responsáveis nas ações desenvolvidas pelo CCAS e essa interferência tem impacto na Instituição que oferta

serviços e produtos destinados às famílias em situação de risco social. Entender que ouvir as reais necessidades dos atendidos, leva a resultados mais assertivos. Advogo nesse sentido por entender que muitas famílias ou responsáveis ainda não compreendem o que de fato a Instituição oferece, quem pode desfrutar de seus serviços e participar de suas ações. Acredito ser fundamental entender a relação entre o papel da LBV e os valores propagados por sua marca. Essas ações precisam sintonizar-se com os interesses dos atendidos, para os quais os produtos e serviços são direcionados. Acertar esse ritmo significa um aumento da visibilidade junto à comunidade montesclareense, que tem poder para divulgar a Instituição e reconhecer o bem proporcionado pelo seu trabalho.

As sugestões para os futuros trabalhos, relacionados à LVB, poderiam abranger, entre outras perspectivas:

- Incentivar a participação dos cidadãos voluntários em projetos sociais;
- Verificar a influência da marca LBV junto aos seus parceiros;
- Estimular a pesquisa no âmbito nacional a respeito da atuação da LBV;
- Separar grupos de serviços ofertados pela LBV para analisar o seu processo de atendimento socioeducacional;
- Analisar os processos decisórios em que os atendidos não possuem famílias ou responsáveis;
- Comparar o processo de atendimento à famílias de religiões distintas no bojo da Instituição;
- Avaliar os resultados de atendimento da Instituição em nacionalidades diferentes.

REFERÊNCIAS

ALBORNOS, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ANDRADE, Arnaldo Rosa. **Planejamento Estratégico**: Formulação, Implementação e Controle. Blumenau, 2002. Trabalho de Administração – Curso Administração, Fundação Universitária de Blumenau (FURB).

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **O caracol e sua concha ensaios sobre a morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ARMANI, Domingos. **Mobilizar para transformar: a mobilização de recursos nas organizações da sociedade civil**. São Paulo: Peirópolis; Recife, PE: Oxfam, 2008.

BASSO, Maristela. **Fundações privadas nos países do Mercosul**: uma análise comparada. Anais do I Encontro de Fundações do Mercosul. Porto Alegre: CEBRAF, 1997.

BERNARDO, João. **Democracia Totalitária**. São Paulo: Cortez, 2004.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Ética, educação, cidadania e direitos humanos**. Manole, Barueri, 2004.

BOA VONTADE. **Desenvolvimento Sustentável**. Revista apolítica e apartidária de Espiritualidade Ecumênica, Edição comemorativa de 24 / 06 / 2014, nos idiomas espanhol, francês, inglês e português.

BODGAN, Robert e BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto Editora, 1982.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2014.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Aprovado pela Câmara da Reforma do Estado, em 21 de setembro de 1995. Brasília: Presidência da República, 1995.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **A Reforma do Aparelho do Estado e as mudanças constitucionais**: síntese & respostas a dúvidas mais comuns / Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Brasília: MARE, 1997.

BRASIL. **Subcomissão Especial Destinada a Acompanhar e Discutir o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. BRITO, Antônio. Relatório. Relator: Deputado Antônio Brito. Dezembro de 2011. 125p.

BRASIL. **Resolução CNE / CP 1 / 2006**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11.

BRASIL ESCOLA. **A Irregularidade na Distribuição da População do Nordeste**. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/brasil/a-irregularidade-na-distribuicao-populacao-nordeste.htm>. 2015. Acesso em: 29 mar. 2015.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia**. Brasília: MEC, 2005.
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional De Assistência Social. Cartilha 2: SUAS – Implicações do SUAS e da gestão descentralizada na atuação dos conselhos de assistência social: CNAS, 2006.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Caderno de Estudos do Curso de Indicadores para Diagnóstico do SUAS e do Plano Brasil sem Miséria. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013.

BRASIL. **Resolução Conselho Nacional de Educação / Conselho Pleno 1/2006**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTEL, Robert. **As armadilhas da Exclusão**. In: CASTEL, R; WANDERLEY, L. E, W.; WANDERLEY, M. B. Desigualdade e questão social. São Paulo: EDUC, 2000, p. 17-50.

CAVALCANTE, Alberto Rocha *et. alli*. **Dilemas da sociedade do trabalho**. Belo Horizonte / MG: Ed. Argvmentvm, 2008.

CPIHTS. Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social. PEREIRA, Larissa Dahmer. **Políticas Públicas de Assistência Social brasileira: avanços, limites e desafios**. s/d. Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF02/Larissa%20Dahmer%20Pereira.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

CERQUIER-MANZINI, Maria Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2013. (Coleção Primeiros Passos; 250).

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de empresas**. São Paulo: Makron Books, 1994.

_____. **Administração nos novos tempos**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

_____. **Gestão de Pessoas**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

_____. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

_____. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7ª ed. Elsevier – Campus, 2004.

CONFERÊNCIA VICENTINA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. LIMA, Renato. **As diferenças entre Assistencialismo, filantropia e caridade**. 2009. Disponível em: <<http://vicentinoscriciuma.blogspot.com.br/2009/05/as-diferencas-entre-assistencialismo.htm>>. Acesso em 04 abr. 2015.

DEBORD, Guy. **A sociedade do Espetáculo**: 1931-1994. Disponível em: <www.ebooksbrasil.org/eLibris/socespetaculo.html>. Acesso em 09 set. 2015.

DEHEINZELIN, Monique. **Construtivismo**: a poética das transformações. São Paulo: Ática, 1996.

DRAIBE, Sônia Maria. **As políticas sociais e o neoliberalismo**. Revista USP, n. 17, São Paulo: Edusp, 1993.

DRAIBE, Sônia Miriam *et al.* **Políticas Sociales y Programas de Combate a la Pobreza em Brasil**. In: REDE DE CENTROS DE INVESTIGACIÓN ACONÔMICA APLICADA. Estratégias para Combater la Pobreza em América Latina: programas, instituciones y recursos. Santiago: Banco Mundial de Desarrollo, p. 97-162, 1995.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Tradução de Stephania Matousek. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011. (Coleção Textos Fundantes de Educação).

ENGELS, Friederich. MARX, Karl. **Textos sobre educação e ensino**. [tradução de Rubens Eduardo Frias] 4.ed. São Paulo: Centauro, 2004.

FRIGÉRI, Mário. **Paiva Netto**: O comunicador da Solidariedade Humana. São Paulo, LBV, 1986.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias na sociedade de classes**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, v.14, n. 40, p. 168-194, jan./abr. 2009.

_____. **Educação e Trabalho**: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. PERSPECTIVA, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educação básica no Brasil na década de 1990**: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. Educ. Soc., Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores sociodemográficos e de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE; 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 jul. 2014.

FUNDAÇÃO JOSÉ DE PAIVA NETTO. **Alguns fundamentos teóricos da Pedagogia do Cidadão Ecumênico**. 2005. Disponível em: <http://www.iejpn.com.br/interna/interno.php?sp=185119&ci=1&cs=25&v_classes>. Acesso em: 10 dez. 2014.

FUNDAÇÃO JOSÉ DE PAIVA NETTO. **Apresentação da Fundação José de Paiva Netto**. 2014. Disponível em: < <http://www.fjpn.com.br/apresentacao-da-fjpn>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

GIDDENS, Antony. **A Terceira Via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GIDDENS, Antony (org.). **O debate global sobre a Terceira Via**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

GONH, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade Civil**: Movimentos Sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Educação não formal e o educador social**. São Paulo: Cortez, 2013. Coleção questões da nossa época. V.1.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 1994.

_____. **Para entender O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/reflexoes_deslocamentos/default_reflexoes.shtm>. Acesso em: 03 mar. 2015.

INSTITUTO EDUCACIONAL JOSÉ DE PAIVA NETTO. **Proposta Política Pedagógica**. 2014. Disponível em: < <http://www.iejpn.com.br/inc/interno.php?cm=76829&cs=34&ci=1>>. Acesso em: 22 dez. 2014.

INSTITUTO FONTES. **Mini Cartilha Jurídica**: distinções. 1. Aprofundar a compreensão da dinâmica de uma OSC. 2012. Disponível em: <http://www.institutofonte.org.br/sites/default/files/cap01_07_Minicartilha%20jur%C3%ADdica%20distin%C3%A7%C3%B5es_InstitutoFonte.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2014.

JACOBI, Pedro Roberto. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia**. Piracicaba: Unimep, 1996.

KATZ, Michael. **B. The Undersrving Poor**. From War on Poverty to the War on Welfare. New York: Pantheon Books, 1989.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LAJÚS, Maria Luiza de Souza. **A Política Pública de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS**. In: Cadernos do CEOM – Ano 22, n. 30 – Políticas públicas: memórias e experiências. 2009. Disponível em:

<<http://www.rebidia.org.br/component/content/article/2-uncategorised/188--assistencia-social-como-politica-publica>>. Acesso em: 06 mar. 2015.

LAVALLE, Adrian Gurza, CASTELLO, Graziella; BICHIR, Renata Mirandola. **Atores periféricos na sociedade civil: redes e centralidades de organizações em São Paulo**. Revista brasileira de Ciências Sociais. V. 23, nº 68. São Paulo, 2008. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000300006&lng=en&tlng=en. Acesso em: 03 ago. 2014.

LBV. **LBV em Montes Claros**. 2014. Disponível em: < <http://www.lbv.org/site/montes-claros>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

LIBÂNÊO, José Carlos. **Diretrizes Curriculares da Pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v.27 n.96, p.843-876, out. 2006.

LIBÂNÊO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Kátia. R. de S. **Terceira via ou social-liberalismo: bases para a refundação do projeto burguês de sociabilidade**. In: Universidade e Sociedade, ano XIV, n. 34, outubro de 2004.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

MARSHALL, Theodore. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, Ligia Márcia. **As aparências enganam: Divergências entre o Materialismo Histórico Dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa**. In: 29ª. Reunião Anual da ANPED. Cultura e Conhecimento. 2006. Disponível em:

<[http://stoa.usp.br/mpp5004/files/-1/18605 /As aparências enganam - divergências entre o mhd e as abordagens qualitativas.pdf](http://stoa.usp.br/mpp5004/files/-1/18605/As%20apar%C3%AAncias%20enganam%20-%20diverg%C3%AAncias%20entre%20o%20mhd%20e%20as%20abordagens%20qualitativas.pdf)>. Acesso em: 03 jun. 2014.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. In: FROMM, E. Conceito marxista do homem. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **Capítulo XII – Divisão do Trabalho e Manufatura**. In: O Capital: crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Livro I, vol. I, p. 267-289.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução Reginaldo Sant’anna. 12. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1998.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Introdução à administração**. 6.ed. ver. e ampl. São

Paulo: Atlas, 2004.

MENDES, Ana Magnólia; TAMAYO, Álvaro. **Valores e vivências de prazer-sofrimento nas organizações**. Anais do EnANPAD, 1999.

MENEZES, Rau Miranda. **Processo de gasto e descentralização na política educacional brasileira**. Em Aberto. Brasília, v. 18, n. 74, dez. 2001.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas, São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo, 2008.

_____. **Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **História da Assistência Social no Brasil**. Produção foi realizada em 2010. Publicado em 20 de maio de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PE%MdntV2Y<>>>. Acesso em: 05 dez. 2014.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAN, José Manuel. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 12. ed. Campinas: Papirus, 2009.

NETTO, José de Paiva. **Diretrizes Espiritualistas da LBV Mundial**. São Paulo: Legião da Boa Vontade, 1988.

NETTO, José de Paiva. **É urgente reeducar!** São Paulo: Elevação, 2010.

_____. **O Brasil e o Apocalipse**. 1ª ed. São Paulo: Legião da Boa Vontade, Volume I.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **A dimensão política da descentralização participativa**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 11, n. 3, jun./set. 1997.

OLIVEIRA, Djalma Pinho Rebouças. **Sistemas, Organização e Métodos: uma abordagem gerencial**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PAES, José Eduardo. **Fundações e entidades de interesse social**. 1ª ed. Brasília: Brasília Jurídica, 1999.

PAUGAM, Serge. **O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social**. In: SAWAIA, B. (org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Por uma sociologia da exclusão social**. São Paulo: EDUC, 1999. P. 13-48.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A Reforma do Estado dos Anos 90**. Brasília, Cadernos do Mare, n. 1, Brasília, 1997.

PERONI, Vera; ADRIÃO, Theresa. **Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional.** In: PERONI, V.; BAZZO, V.L.; BAZZO, V. L.; PEGORARO, L. (Org.). Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado. 1. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Reforma do Estado e a tensão entre o público e o privado.** In: Revista SIMPE – RS, p. 11-33. Porto Alegre, 2007.

_____. **A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado.** IN: ADRIÃO, Theresa, PERONI, Vera (Orgs). Público e privado na educação. Novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Justiça e desigualdade.** In: Revista Cadernos de Pesquisa Pensamento educacional, Administração da educação e políticas educacionais. Nº 7. Programa de Pós-Graduação da Universidade Tuiuti. Curitiba: Paraná, 2009.

PINSKY, Jaime. **Cidadania e Educação.** 4 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

RAFAEL, Edson José. **Fundações e direito.** 1ª. Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1997.

RESENDE, Tomás de Aquino. **Novo manual de fundações.** 1ª ed. Belo Horizonte: Inédita, 1997.

REDE BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO SOBRE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - REBIDIA. JOVCHLOVITCH, Marlova. **Assistência Social como Política Pública.** 1993. Disponível em: <http://rebidia.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=188>. Acesso em: 05 mar. 2015.

RODRIGUES, Marly. **O Brasil na década de 50.** São Paulo: Memórias. Disponível em: http://www.mem.com.br/Dec_1950.pdf. Acesso em: 20 jan. 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre a Ciência.** 11. ed., Coimbra: Edições Afrontamento, 1999.

SANTOS, Edvaldo Araújo. **Políticas públicas, controle estatal e superação do modelo assistencialista de Estado.** In: Cadernos de Direito, Piracicaba, v. 12(22): 187-195, jan.-jun. 2012.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política.** 41. Ed. Revista. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar.** Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2012. Coleção polêmicas do nosso tempo.

_____. **Aberturas para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil.**

Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2013.

SENE, Eustáquio de, MOREIRA, João Carlos. **Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização**. São Paulo: Scipione, 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira**. Revista Katál. Florianópolis. V. 13, nº 2, p. 155-163. Jul. / dez. 2010.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro setor: regulação no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Peirópolis, 2006.

TRAGTENBERG, Maurício. **A escola como organização complexa**. In: Sobre educação, política e sindicalismo. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

TELLES, Vera da Silva. **Questão Social: afinal do que se trata?** São Paulo em Perspectiva, vol. 10, n. 4, out-dez/1996.

TURA, Maria de Lourdes Rangel (org.), KONDER, Leandro, VILELA, Rita Amélia Teixeira [et al.]. **Sociologia para educadores**. Rio de Janeiro: Quartet, 4. Ed. 2006. (Educação e Sociedade).

UNESCO. **Educação: Um tesouro a descobrir**. Brasília: UNESCO, 2010.

Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2014.

UNIC. Centro de Informação das Nações Unidas Rio de Janeiro. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 005. DPI / 876. Rio de Janeiro, 2009.

Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. FACULDADE DE ECONOMIA. SABENÇA, Ana Cláudia Monteiro. **Pobreza e Exclusão Social**. Coimbra, 2010.

Disponível em: <<http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2009023.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. RIBEIRO, Mônica Matos. **Assistencialismo nas Políticas Sociais do Brasil nos anos 90**. Salvador, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. PORTO, Maria Célia da Silva. **Estado assistencialista e “Questão Social” no Brasil Pós-Constituinte**. 2005.

UNOESTE. FIDELIS, Solange da Silva dos Santos. **Conceito de Assistência e Assistencialismo**. In: 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. Campus Cascavél, 2005. Disponível em: <http://cacphp.unoeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/poster/servico_social/pss13.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

UOL. **Frei Betto critica assistencialismo e pede reformas por "democracia econômica"**. 2008. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/2008/03/15/ult23u1484.jhtmesso>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VILANI, Maria Cristina Seixas. **Cidadania moderna: fundamentos doutrinários e desdobramentos históricos**. Cadernos de Ciências Sociais, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 47-64, dez. 2002.

YASBECK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. Serviço Social. São Paulo, nº 110, p. 288-322, abr. /jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n110/a05n110.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2015.

WOJNAR, Irena. **Bogdan Suchodolski** / Irena Wojnar; Jason Ferreira Mafra (org.). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Roteiro para caracterização de instituições públicas e privadas não escolares que atuam em Montes Claros – MG.

1. Instituições públicas e privadas não escolares que atuam no município de Montes Claros – MG, com atividades sociais voltadas para crianças e adolescentes
2. Descrição das funções de cada uma das instituições não escolares encontradas no município de Montes Claros – MG
3. Serviços prestados à comunidade, pelas instituições em contexto não escolar, no município de Montes Claros –MG
4. Perfil da clientela e periodicidade do atendimento em cada um dos serviços

APÊNDICE B – Roteiro de pesquisa de campo para caracterização do Centro Comunitário de Assistência Social em Montes Claros – MG.

1. Lei de criação ou portaria de autorização de funcionamento da LBV Montes Claros
2. Quando a Instituição foi fundada em Montes Claros?
3. Em que bairro a Instituição está localizada? Caracterização do bairro.
4. Quais os turnos de funcionamento da Instituição?
5. Qual o número de funcionários da Instituição LBV em Montes Claros – MG
6. Dados socioculturais dos usuários do CCAS Montes Claros

- Organização das funções pedagógicas no espaço-tempo da instituição e LBV

1. Área do terreno onde se situa a instituição (aproximada):
2. Área construída total (aproximada):
3. Estado geral de manutenção e conservação das instalações:

Condições gerais de segurança e conforto:

4. Equipamentos e materiais diversos:
5. Mobiliário da instituição
...encontra-se em bom estado? ...é adequado em termos de conforto e segurança?
6. O tempo destinado às atividades realizadas pelos educadores sociais da instituição é adequado? Justifique:
8. Comentários:

APÊNDICE C – Roteiro para análise dos documentos oficiais da Instituição e participação dos colaboradores na elaboração, acompanhamento e suas referências nos mesmos

1. Há documentos oficiais da Instituição? Quais as funções dos colaboradores descritas nesses documentos?
2. Quem estabelece as diretrizes administrativas da Instituição?
3. Como a Instituição é administrada financeiramente? De onde provem a sua receita?
4. Como a Instituição é administrada patrimonialmente?
5. Como a Instituição é administrada pedagogicamente? Quem decide a implantação dos projetos e programas desenvolvidos no CCAS?

Local e data:	Assinatura do(a) pesquisador(a):
Instituição pesquisada: LBV - CCAS Montes Claros	

APÊNDICE D - Questionário aplicado aos pais dos atendidos pela LBV Montes Claros

Prezado(a):

Este questionário visa coletar dados para subsidiar a pesquisa intitulada “A Legião Da Boa Vontade como Organização do Terceiro Setor: Intervenção e Ação Socioeducativa no Município de Montes Claros – Minas Gerais”. O objetivo é avaliar as expectativas e percepções dos pais ou responsáveis pelos atendidos pela LBV a respeito dos seus serviços ofertados, em Montes Claros - MG. Nos relatórios e resultados do estudo, será mantido o CARÁTER CONFIDENCIAL das informações individuais colhidas. Os dados serão úteis para avaliar a qualidade dos serviços prestados pela Instituição pesquisada. Os resultados do trabalho poderão ser disponibilizados no âmbito da comunidade acadêmica. Na certeza de contar com a sua honrosa colaboração, agradecemos antecipadamente. Atenciosamente,

Cláudia Rosane Parrela, mestrandia do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2014-2016.

Data: ____ / 08 / 2015

1. Sexo: () Feminino () Masculino

2. Idade:

() Menos de 20 anos

() De 21 a 25 anos

() De 26 a 30 anos

() De 31 a 35 anos Obs.: Idade Média das respondentes: de 22 a 35 anos

() De 36 a 40 anos

() De 41 a 45 anos

() De 46 a 50 anos

() Mais de 50 anos

3. Renda familiar:

() Menos de 1 salário

() De 1 a 2 salários Obs.: 100%

() De 3 a 5 salários

() De 6 a 10 salários

() De 11 a 20 salários

4. Atualmente empregado:

() Sim - 15%

- ☐ Não - 5%
- ☐ Informalidade - 80%

5. Ocupação profissional atual:

- ☐ Dona de casa - 30%
- ☐ Manicure - 45%
- ☐ Cabelereira - 20%
- ☐ Cozinheira
- ☐ Costureira
- ☐ Motorista
- ☐ Mestre de obras
- ☐ Comerciante(a)
- ☐ Outro - 5%

6. Bairro que mora:

- ☐ Centro
- ☐ Cidade Cristo Rei
- ☐ Cintra
- ☐ Esplanada - 30%
- ☐ Morrinhos - 5%
- ☐ Renascença
- ☐ Roxo Verde
- ☐ São José
- ☐ Vera Cruz - 35%
- ☐ Vila Ipiranga
- ☐ Alto São João - 30%
- ☐ Outro

7. Meio de Transporte no acesso à LBV:

- ☐ A pé - 15%
- ☐ Carona
- ☐ Carro
- ☐ Motocicleta - 35%
- ☐ Ônibus urbano - 50%

8. Ensino básico:

- ☐ Não alfabetizado - 3%
- ☐ Ensino Fundamental incompleto - 60%
- ☐ Ensino Fundamental completo - 30%
- ☐ Ensino Médio incompleto
- ☐ Ensino Médio completo 7%
- ☐ Ensino Superior incompleto
- ☐ Ensino Superior completo
- ☐ Outro

9. Hábitos de lazer: passeio a casa de parentes, visitas ao parque municipal e férias em zona rural.

10. O que o levou a matricular o seu filho(a) / neto(a) na LBV?

- ☐ Indicação de amigos e / ou familiares ou da escola
- ☐ Ocupar o tempo depois / antes da escola
- ☐ Pela alimentação e atividades
- ☐ Pelas atividades de lazer
- ☐ Pelo acompanhamento das tarefas
- ☐ Pelo conceito da Instituição
- ☐ Proximidade de onde mora
- ☐ Saber que a criança / o adolescente está bem olhado
- ☐ Trabalho

11. Como você avalia o trabalho desenvolvido pela LBV?

- ☐ Ótimo - 85%
- ☐ Muito Bom - 15%
- ☐ Bom
- ☐ Regular
- ☐ Ruim
- ☐ Péssimo
- ☐ Não sei responder

Justifique a sua resposta:

- Porque tenho onde deixar os meus filhos pra ir trabalhar;
- Porque sei que ele vai aprender coisas boas aqui enquanto eu trabalho;
- Porque sei que ele vai se alimentar bem e aprender coisas boas, além de ter bons amigos aqui;
- Porque posso trabalhar sossegada sabendo que tem gente responsável tomando conta dela enquanto trabalho;
- Porque não tenho dinheiro pra dar uma vida confortável pra meus filhos e aqui, além de serem bem cuidados, sei que são amados também. Eles fazem muitas atividades que as crianças gostam e eles voltam felizes pra casa.

APÊNDICE E – Roteiro para análise sobre os funcionários da LBV Montes Claros – MG

1. Número de funcionários que trabalham na instituição: 10 (dez)

CARGOS	FUNÇÕES
Gerente Administrativa	Responsável pelo funcionamento adequado da unidade e pelos serviços e programas desenvolvidos. Este se reporta à Gerente Regional, que fica em Belo Horizonte.
Assistente Social	Responsável técnico pelos serviços e programas desenvolvidos pelo CCAS, pelo trabalho social com as famílias e pelas ações desenvolvidas com os grupos de convivência.
Assessora Administrativa	Profissional responsável por oferecer apoio direto ao Gestor Social e alimentar o Sistema Social de informações da LBV. Será o responsável administrativo da Unidade na ausência do Gestor e dará apoio a ele em todas as atividades que se fizerem necessário.
Divulgadora (Departamento de Relações Fraternais)	Responsável pelas atividades de divulgação.
Educadoras Sociais - duas (02)	Responsável pelas atividades socioeducativas com os grupos de convivência.
Auxiliar Operacional / Motorista	Profissional que oferece apoio ao funcionamento geral da unidade, isto é, em todas as atividades não técnicas que se fizerem necessárias.
Cozinheira	Profissional responsável pela alimentação da equipe e dos usuários da Unidade.
Auxiliar de Cozinha	Profissional que oferece apoio constante ao Cozinheiro em todas as suas tarefas.
Serviços Gerais	Responsável pela limpeza, higiene e organização de todos os espaços da Unidade.

2. O número de funcionários é suficiente? Há carências, quais são?

No momento não. O número de usuários tem decrescido e estamos dando conta da demanda atual. Quando mudarmos, teremos que contratar mais educadores sociais porque a nossa meta é aumentar o número de usuários (AS, 2015).

3. Como está estruturado o organograma da instituição?

Hierarquicamente. Em primeiro lugar tem-se a gerente administrativa social, em seguida a assistente social e a assessora administrativa. Depois vem as educadoras sociais. No

organograma está clara a ideia de como estão dispostos os cargos e as funções. A divulgadora é responsável por divulgar tudo o que a LBV realiza e captar parceiros (GA, 2015).

4. Informações quantitativas sobre os funcionários da instituição:

	até 30 anos	De 31 a 50 anos	51 anos ou mais	Total
Mulheres				Nove (09)
Homens				Um (01)
Total	Três (03)	Sete (07)	Nenhum	

5. Formação (considerar somente o grau mais alto):

- a) Ensino Fundamental incompleto: nenhum
- b) Ensino Fundamental completo: duas (02)
- c) Ensino Médio incompleto: duas (02) as mesmas do Ensino Fundamental
- d) Ensino Médio concluído: uma (01) – Magistério
- e) Ensino Superior incompleto: uma (01) – Serviço Social
- f) Ensino Superior concluído: quatro (04) – Uma (01) em Pedagogia
- g) Pós-Graduação em curso: uma (01)
- h) Pós-Graduação concluída: uma (01)

6. Tempo de trabalho no magistério:

Somente uma colaboradora e foi em um período fora da instituição, trabalhando como educadora social, com a Educação Infantil.

- a) Até 05 anos – Nenhuma
- b) de 06 a 15 anos – Nenhuma
- c) de 16 ou mais anos: nenhuma.

7. Tempo de prestação de serviço na instituição pesquisada:

- a) Até 03 anos: três (03)
- b) De 04 a 10 anos: cinco (05)
- c) de 11 a 20 anos: uma (01)
- d) 21 ou mais anos: uma (01)

8. Os funcionários trabalham em outra instituição ou possuem dedicação exclusiva à LBV Montes Claros?

Apenas uma colaboradora (ES) trabalha em outra instituição: Na rede Municipal de Educação, como Orientadora Social, no turno da noite.

9. Quais são as principais atribuições das educadoras sociais na LBV?

— Elaborar planejamento para os grupos de crianças e adolescentes, seguindo a metodologia própria da LBV, o MAPREI (Método de Aprendizagem por Pesquisa Racional, Emocional e Intuitiva);

— Enviar seu planejamento para a supervisão técnica pedagógica regional, que está alocada na cidade de Belo Horizonte/MG, a qual poderá fazer apontamentos para aprimorar o plano de trabalho;

— Desenvolver as atividades planejadas;

— Acompanhar as crianças e adolescentes em sua rotina interna e externa do Centro Comunitário da Instituição (entrada, saída, alimentação e movimentação dentro da unidade, passeios, apresentações culturais e outras atividades.);

— Participar de estudos de caso com a assistente social;

— Participar de reuniões técnicas e administrativas;

— Redigir relatório bimestral com a descrição das atividades e resultados alcançados;

— Participar de capacitações periódicas promovidas pela Instituição presencial e por vídeo e áudio conferências.

10. Qual foi o motivo da escolha para trabalhar como educadoras sócias na LBV?

—Eu trabalhava como serviços gerais em uma escola privada e fui indicada para concorrer à vaga de educadora social na LBV. Quando iniciei meu trabalho aqui fiquei encantada com o zelo da instituição quanto à alimentação oferecida tanto para as crianças como para os colaboradores (ES 1L, 2015).

—Vim aqui como voluntária e cobri uma colega que ficou de licença maternidade. Me apaixonei pelo trabalho e estou até hoje fazendo um trabalho que gosto muito (ES2A, 2015).

11. Comentários:

Depoimentos das colaboradoras sobre o trabalho que a LBV desenvolve me Montes Claros:

—Vejo o trabalho da LBV como uma necessidade, ela atende às áreas de vulnerabilidade, atende à população de baixa renda, ao fluxo de crescimento populacional da cidade, devido a essas pessoas estarem em situação de pobreza, risco de violência, uso e abuso de drogas (ES 2A, 2015)

Montes Claros, ____ / ____ / 2015.

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____

Instituição pesquisada: Legião da Boa Vontade – Centro Comunitário de Assistência Social de Montes Claros.

APÊNDICE F – Questionário sobre o trabalho educativo na LBV aplicado à Coordenadora da linha pedagógica da LBV

1. Como está descrito o cargo / a função do educador social nos documentos oficiais da LBV:

Sueli Periotto: É um profissional de nível médio e exige-se dele um perfil compatível com o trabalho necessário na área social, nos baseamos na análise das competências e experiências para o cargo, conforme a Resolução CNAS 09 / 2014.

2. Quais os critérios utilizados para a admissão do educador social na LBV?

Sueli Periotto: O profissional deve ter: experiência com projetos sociais ou educação não-formal; conhecimentos básicos (por meio de questionário); currículo acadêmico (cursos feitos na área social, se está cursando Ensino Superior e qual curso); ter no mínimo 21 anos.

3. Quais os fazeres cotidianos do educador social na LBV?

Sueli Periotto:

- Elaborar planejamento para os grupos de crianças e adolescentes, seguindo a metodologia própria da LBV, o MAPREI (Método de Aprendizagem por Pesquisa Racional, Emocional e Intuitiva);
- Enviar seu planejamento para a supervisão técnica pedagógica regional, que está alocada na cidade de Belo Horizonte/MG, a qual poderá fazer apontamentos para aprimorar o plano de trabalho;
- Desenvolver as atividades planejadas;
- Acompanhar as crianças e adolescentes em sua rotina interna e externa do Centro Comunitário da Instituição (entrada, saída, alimentação e movimentação dentro da unidade, passeios, apresentações culturais e outras atividades.);
- Participar de estudos de caso com a assistente social;
- Participar de reuniões técnicas e administrativas;
- Redigir relatório bimestral com a descrição das atividades e resultados alcançados;
- Participar de capacitações periódicas promovidas pela Instituição presencial e por vídeo e áudio conferências.

4. Qual o grau de autonomia na tomada de decisões cotidianas do educador social da LBV?

Sueli Periotto: Os educadores têm a liberdade de planejar e executar as atividades propostas

para o grupo, conforme as necessidades, interesses e potencialidades por ele identificadas; rever o seu planejamento conforme as orientações técnicas da assistente social, em relação às demandas sociais apontadas pelas famílias; pensar e repensar as estratégias para mediar os conflitos; propor atividades novas e organização do espaço físico de acordo com suas observações cotidianas.

5. Qual o regime de trabalho dos educadores sociais na LBV?

Sueli Periotto: Consolidação das Leis do Trabalho — CLT.

6. Comentários:

Montes Claros, ____ / ____ / 2015.

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____


Instituição pesquisada: LBV (todas as unidades)


ANEXO

ANEXO A - Roteiro de entrevista realizada com a Gestora Administrativa do CCAS Montes Claros

- 1) Qual a opinião da Sra. sobre a importância da Legião da Boa Vontade para a cidade de Montes Claros?
- 2) Como se iniciou o processo de instalação da Legião da Boa Vontade na cidade de Montes Claros?
- 3) Qual opinião a Sra. tem sobre a implantação da Legião da Boa Vontade na cidade de Montes Claros?
- 4) Quais são os impactos percebidos pela Sra. na comunidade com a implementação da Legião da Boa Vontade em Montes Claros?
- 5) Quais foram as principais dificuldades para a implantação da Legião da Boa Vontade em Montes Claros?
- 6) Quais são as principais dificuldades para se manter a Unidade LBV em Montes Claros?
- 7) Quais são os destaques positivos da Legião da Boa Vontade em Montes Claros?
- 8) Quais são os seus Indicadores de Gestão – instrumento de controle e avaliação do mesmo na Instituição LBV Montes Claros? Explique-os.
- 9) Quais as parcerias a nível de União, Estado, Município e iniciativa privada a Instituição LBV tem, para desenvolver a sua missão, visão e valores na cidade de Montes Claros?
- 10) De que maneira as famílias e os atendidos, reagiram ao processo de institucionalização da Legião da Boa Vontade em outro endereço em Montes Claros?
- 11) De que forma a qualidade da educação foi afetada com a introdução da participação da LBV com suas ações socioeducativas da Legião da Boa Vontade na cidade de Montes Claros?
- 12) Comente como a Sra. percebe o atual estágio de desenvolvimento das ações da Legião da Boa Vontade como organização do Terceiro Setor: Fale sobre sua intervenção e ações socioeducativas no Município de Montes Claros – Minas Gerais
- 13) A Sra. percebe alguma alteração na proposta inicial da LBV depois da divulgação de seus resultados anualmente?

ANEXO B – Cadastro de Família e Pessoas

 Legião da Boa Vontade Diretor-Presidente: José de Paiva Netto Superintendência Social - SSO		Cadastro de Família e Pessoas		Pg.1
Cod.Família	comunidade:	Cidade:	UF:	
Endereço:		Nº.		
Compl.:	Bairro:			
CEP:	Nº de pessoas na Família	Referenciada no CRAS?	Encaminhado pelo CRAS?	
Observações				
Cód. Pessoa:	Nome do Responsável			
Sexo	M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	Data de Nascimento	Est.Civil	Nacionalidade
Natural de	UF	Fone	Vínculo	
RG	Org. Exp.	Cert. Nascimento Cartório	Livro	folha Nº
NIS	CPF	Escolaridade		
Cor	Branca <input type="checkbox"/> Negra <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/>	Situação de Moradia:	Tem Moradia <input type="checkbox"/> Abrigo <input type="checkbox"/> Rua <input type="checkbox"/>	
Deficiência?	Auditiva <input type="checkbox"/> Visual <input type="checkbox"/> Física <input type="checkbox"/> Intelectual <input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/>	OBS		
Escola Atual	Renda*	Ocupação atual*		
Benefícios Governamentais	Federais <input type="checkbox"/> *BPC <input type="checkbox"/> PETI <input type="checkbox"/> Bolsa Família <input type="checkbox"/> Estaduais <input type="checkbox"/> Municipais <input type="checkbox"/>	Matriculado no Programa:	ABV <input type="checkbox"/> PCB <input type="checkbox"/> PJFP <input type="checkbox"/> PCFP <input type="checkbox"/> PCIP <input type="checkbox"/> PVS <input type="checkbox"/> PVP <input type="checkbox"/>	
Já se alistou no serviço militar?	Já foi convocado?	Título de Eleitor	Certidão de Casamento	PIS CTPS
Cód. Pessoa:	Integrante			
Sexo	M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	Data de Nascimento	Est.Civil	Nacionalidade
Natural de	UF	Fone	Vínculo	
RG	Org. Exp.	Cert. Nascimento Cartório	Livro	folha Nº
NIS	CPF	Escolaridade		
Cor	Branca <input type="checkbox"/> Negra <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/>	Situação de Moradia:	Tem Moradia <input type="checkbox"/> Abrigo <input type="checkbox"/> Rua <input type="checkbox"/>	
Deficiência?	Auditiva <input type="checkbox"/> Visual <input type="checkbox"/> Física <input type="checkbox"/> Intelectual <input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/>	OBS		
Escola Atual	Renda*	Ocupação atual*		
Benefícios Governamentais	Federais <input type="checkbox"/> *BPC <input type="checkbox"/> PETI <input type="checkbox"/> Bolsa Família <input type="checkbox"/> Estaduais <input type="checkbox"/> Municipais <input type="checkbox"/>	Matriculado no Programa:	ABV <input type="checkbox"/> PCB <input type="checkbox"/> PJFP <input type="checkbox"/> PCFP <input type="checkbox"/> PCIP <input type="checkbox"/> PVS <input type="checkbox"/> PVP <input type="checkbox"/>	
Já se alistou no serviço militar?	Já foi convocado?	Título de Eleitor	Certidão de Casamento	PIS CTPS
Cód. Pessoa:	Integrante			
Sexo	M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	Data de Nascimento	Est.Civil	Nacionalidade
Natural de	UF	Fone	Vínculo	
RG	Org. Exp.	Cert. Nascimento Cartório	Livro	folha Nº
NIS	CPF	Escolaridade		
Cor	Branca <input type="checkbox"/> Negra <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/>	Situação de Moradia:	Tem Moradia <input type="checkbox"/> Abrigo <input type="checkbox"/> Rua <input type="checkbox"/>	
Deficiência?	Auditiva <input type="checkbox"/> Visual <input type="checkbox"/> Física <input type="checkbox"/> Intelectual <input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/>	OBS		
Escola Atual	Renda*	Ocupação atual*		
Benefícios Governamentais	Federais <input type="checkbox"/> *BPC <input type="checkbox"/> PETI <input type="checkbox"/> Bolsa Família <input type="checkbox"/> Estaduais <input type="checkbox"/> Municipais <input type="checkbox"/>	Matriculado no Programa:	ABV <input type="checkbox"/> PCB <input type="checkbox"/> PJFP <input type="checkbox"/> PCFP <input type="checkbox"/> PCIP <input type="checkbox"/> PVS <input type="checkbox"/> PVP <input type="checkbox"/>	
Já se alistou no serviço militar?	Já foi convocado?	Título de Eleitor	Certidão de Casamento	PIS CTPS
Ocupação: Afastado - Aposentado - Autônomo - Auxílio-Doença - Desempregado - Empregado - Informal - Pensionista - Estudante - Do lar - Estagiário Renda: 1) até 1 SM; 2) de 1 a 2 SM; 3) de 3 a 4 SM; 4) de 5 a 7 SM; 5) - Acima de 7 SM				
PETI : Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - BPC : Benefício de Prestação Continuada				

 Legião da Boa Vontade Diretor-Presidente: José de Paiva Netto Superintendência Social - SSO		Cadastro de Família e Pessoas		Pg.2
Cód. Pessoa: <input type="text"/>		Integrante <input type="text"/>		
Sexo	M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	Data de Nascimento	<input type="text"/>	Est.Civil <input type="text"/>
Natural de	<input type="text"/>	UF	<input type="text"/>	Fone <input type="text"/>
RG	<input type="text"/>	Org. Exp.	<input type="text"/>	Cert. Nascimento Cartório <input type="text"/>
NIS	<input type="text"/>	CPF	<input type="text"/>	Escolaridade <input type="text"/>
Cor	Branca <input type="checkbox"/> Negra <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/>	Situação de Moradia: Tem Moradia <input type="checkbox"/> Abrigo <input type="checkbox"/> Rua <input type="checkbox"/>		
Deficiência?	Auditiva <input type="checkbox"/> Visual <input type="checkbox"/> Física <input type="checkbox"/> Intelectual <input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/>	OBS <input type="text"/>		
Escola Atual	<input type="text"/>	Renda*	<input type="text"/>	Ocupação atual* <input type="text"/>
Benefícios Governamentais	Federais <input type="checkbox"/> *BPC <input type="checkbox"/> PETI <input type="checkbox"/> Bolsa Família <input type="checkbox"/> Estaduais <input type="checkbox"/> Municipais <input type="checkbox"/>	Matriculado no Programa: ABV <input type="checkbox"/> PCB <input type="checkbox"/> PJFP <input type="checkbox"/> PCFP <input type="checkbox"/> PCIP <input type="checkbox"/> PVS <input type="checkbox"/> PVP <input type="checkbox"/>		
Já se alistou no serviço militar?	<input type="checkbox"/>	Já foi convocado?	<input type="checkbox"/>	Título de Eleitor <input type="text"/>
		Certidão de Casamento	<input type="text"/>	PIS <input type="text"/> CTPS <input type="text"/>
Cód. Pessoa: <input type="text"/>		Integrante <input type="text"/>		
Sexo	M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	Data de Nascimento	<input type="text"/>	Est.Civil <input type="text"/>
Natural de	<input type="text"/>	UF	<input type="text"/>	Fone <input type="text"/>
RG	<input type="text"/>	Org. Exp.	<input type="text"/>	Cert. Nascimento Cartório <input type="text"/>
NIS	<input type="text"/>	CPF	<input type="text"/>	Escolaridade <input type="text"/>
Cor	Branca <input type="checkbox"/> Negra <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/>	Situação de Moradia: Tem Moradia <input type="checkbox"/> Abrigo <input type="checkbox"/> Rua <input type="checkbox"/>		
Deficiência?	Auditiva <input type="checkbox"/> Visual <input type="checkbox"/> Física <input type="checkbox"/> Intelectual <input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/>	OBS <input type="text"/>		
Escola Atual	<input type="text"/>	Renda*	<input type="text"/>	Ocupação atual* <input type="text"/>
Benefícios Governamentais	Federais <input type="checkbox"/> *BPC <input type="checkbox"/> PETI <input type="checkbox"/> Bolsa Família <input type="checkbox"/> Estaduais <input type="checkbox"/> Municipais <input type="checkbox"/>	Matriculado no Programa: ABV <input type="checkbox"/> PCB <input type="checkbox"/> PJFP <input type="checkbox"/> PCFP <input type="checkbox"/> PCIP <input type="checkbox"/> PVS <input type="checkbox"/> PVP <input type="checkbox"/>		
Já se alistou no serviço militar?	<input type="checkbox"/>	Já foi convocado?	<input type="checkbox"/>	Título de Eleitor <input type="text"/>
		Certidão de Casamento	<input type="text"/>	PIS <input type="text"/> CTPS <input type="text"/>
Cód. Pessoa: <input type="text"/>		Integrante <input type="text"/>		
Sexo	M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	Data de Nascimento	<input type="text"/>	Est.Civil <input type="text"/>
Natural de	<input type="text"/>	UF	<input type="text"/>	Fone <input type="text"/>
RG	<input type="text"/>	Org. Exp.	<input type="text"/>	Cert. Nascimento Cartório <input type="text"/>
NIS	<input type="text"/>	CPF	<input type="text"/>	Escolaridade <input type="text"/>
Cor	Branca <input type="checkbox"/> Negra <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/>	Situação de Moradia: Tem Moradia <input type="checkbox"/> Abrigo <input type="checkbox"/> Rua <input type="checkbox"/>		
Deficiência?	Auditiva <input type="checkbox"/> Visual <input type="checkbox"/> Física <input type="checkbox"/> Intelectual <input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/>	OBS <input type="text"/>		
Escola Atual	<input type="text"/>	Renda*	<input type="text"/>	Ocupação atual* <input type="text"/>
Benefícios Governamentais	Federais <input type="checkbox"/> *BPC <input type="checkbox"/> PETI <input type="checkbox"/> Bolsa Família <input type="checkbox"/> Estaduais <input type="checkbox"/> Municipais <input type="checkbox"/>	Matriculado no Programa: ABV <input type="checkbox"/> PCB <input type="checkbox"/> PJFP <input type="checkbox"/> PCFP <input type="checkbox"/> PCIP <input type="checkbox"/> PVS <input type="checkbox"/> PVP <input type="checkbox"/>		
Já se alistou no serviço militar?	<input type="checkbox"/>	Já foi convocado?	<input type="checkbox"/>	Título de Eleitor <input type="text"/>
		Certidão de Casamento	<input type="text"/>	PIS <input type="text"/> CTPS <input type="text"/>

Local: _____ Data de Preenchimento: _____ Assistente Social: _____

Data de cadastro no sistema social: _____ Operador: _____